FAMEM
Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANO XVI * Nº 2937
ISSN 2763-860X
SãO LUíS
QUARTA * 14 DE SETEMBRO DE 2022

ÍNDICE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHãO 4
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO 4
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCâNTARA 4
LEI MUNICIPAL Nº 562, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022 4
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARNAíBA 8
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022-CPL 8
AVISO DE CLASSIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022 - PMAP TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2022 – CPL 19
RESOLUÇÃO Nº 005, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022. 20
RESOLUÇÃO Nº 006, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022. 20
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME 20
AVISO DE ADJUDICAÇÃO. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº TP-002/2022-CPL. 20
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-002/2022-CPL. 20
EXTRATO DE CONTRATO N° 20220203 20
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA 21
DECRETO N° 18, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. 21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURITUBA 21
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022 21
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS 21
RATIFICAÇÃO DISPENSA N°36/2022 21
RESENHA DO CONTRATO Nº 595/2022 22
RESENHA DO CONTRATO Nº 596/2022 22
RESENHA DO CONTRATO Nº 599/2022 22
RESENHA DO CONTRATO Nº 598/2022 22
PORTARIA N° 513/2022 22
PORTARIA N° 512/2022 23
PORTARIA N° 510/2022 23
PORTARIA N° 511/2022 23
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI 24
LEI N° 709/2022 - DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR ESCOLAR, QUE REGULAMENTA O NOVO FUNDEB. 24
TERMO DE SANÇÃO DE LEI MUNICIPAL Nº 709/2022. 24
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO MARANHãO 24
ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021. 24
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021-SEMAD - PROCESSO ADM. Nº 067/2022. 25
EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 124/2022-SINFRA - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - PROCESSO ADM. Nº 082/2022. 25
EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 125/2022-SINFRA. TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022. PROCESSO ADM. Nº 082/2022 25
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO 25
PORTARIA Nº 152/SEMAFIN - 02 DE SETEMBRO DE 2022 26
PORTARIA Nº 153/SEMAFIN - 12 DE SETEMBRO DE 2022 26
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR 26
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2022 26
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022 26
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022 27
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022 27
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO 28
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2022 28
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 016/2022 28
PORTARIA Nº 240/2022 29
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHãO 29
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022 29
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS 29
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP 29
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064/2022. 30
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP 31
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP 32
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP 33
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 067/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP 34
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP 35

PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 118/2022 36
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA 37
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. 37
CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA, A PEDIDO. 37
CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA, A PEDIDO. 37
CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA, A PEDIDO. 37
DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE FORTUNA- MA. 38
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022 - CONTRATO Nº 002.05012022.13.029/2021 - PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2021 44
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022 - CONTRATO Nº 003.06042022.13.0112022 - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022 45
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022. CONTRATO Nº 004.06042022.13.0112022 - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022 45
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGêNIO BARROS 45
EXTRATO DE CONTRATO 094/2022 45
EXTRATO DE CONTRATO 095/2022 45
EDITAL Nº 02/2022 45
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016/2022 47
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 005/2022 47
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAçA ARANHA 48
DECRETO Nº022/2022 48
LEI Nº 0386/2011 49
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAú 49
AVISO DE LICITAÇÃO PE 065/2022 SERVIÇOS GRÁFICOS 49
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHãO 50
ATA DE REUNIÃO 50
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBá 50
LEI Nº 247/2022 50
LEI Nº 248/2022 - GAB 51
LEI NO 249/2022 51
LEI Nº 250/2022 56
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELâNDIA 57
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE023.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022-SRP 57
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE024.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022-SRP 57
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE025.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022-SRP 57
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATõES 57
EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2022 57
EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2022 58
EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2022 58
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR 58
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO E ADJUDICAÇÃO-P.A Nº 502/2022- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022 58
PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES 58
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 - SRP 58
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS 59
DECRETO Nº 011, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022. 59
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS 60
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 316/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 60
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 317/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 60
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 318/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 60
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 319/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 61
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 320/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 61
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 323/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 61
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 325/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 61
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 324/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 62
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 326/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 62
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 327/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 62
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 322/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 62
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 321/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP 62
DECRETO N° 11/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. 63
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA 66
DECRETO Nº 157, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 66
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS 70
PARECER CME Nº 01/2022, APROVADO EM 11/08/2022 70
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHãO 70
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23-2022 70
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024-2022 76
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2022 84
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025-2022 90
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022. 96
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022. 96
LEI Nº 425 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022 96

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2021. 100
TERMO DE RETIFICAÇÃO. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2021. 100
TERMO DE RETIFICAÇÃO. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2021. 101
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 232/2021. 101
TERMO DE RETIFICAÇÃO. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2021. 101
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2021. 102
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2021. 102
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 279/2021. 103
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 280/2021. 103
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 281/2021. 103
TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2021. 104
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSáRIO 104
AVISO DE LICITAÇÃO.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2022 – PMR-MA.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022-PMR-MA 104
DECRETO Nº 294 DE 1 DE SETEMBRO DE 2022. 104
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUá 107
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022 107
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022 111
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022 PREGÃO ELETRÔNICO 036/2022 115
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 036/2022 118
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2022. 121
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022-CPL 121
AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2022 122
PORTARIA Nº 082/2022-GP 122
PREFEITURA MUNICIPAL DE SãO DOMINGOS DO AZEITãO 122
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE 040/2022 122
EXTRATO DE ADTIVO DE CONTRATO 096/2021 123
EXTRATO DE CONTRATO 069/2022 123
DECRETO Nº 012/2022 123
PORTARIA Nº 068/2022-GAB 123
RESOLUÇÃO CME – SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO– MA - Nº01/2022 124
PREFEITURA MUNICIPAL DE SãO JOãO DOS PATOS 124
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 016/2022 124
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 017/2022 125
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2022 125
AVISO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2022. 125
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020.001/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2022 125
EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.001/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022 126
DECRETO Nº 24/2022 – GABINETE DO PREFEITO 126
LEI MUNICIPAL Nº 740/2022, DE 01 DE SETEMBRO DE 2022. 126
LEI MUNICIPAL Nº 741/2022, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022. 127
PREFEITURA MUNICIPAL DE SãO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS 127
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO- PREGÃO ELETRÔNICO N°23/2022 127
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022. 127
ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022 128
EXTRATO DE CONTRATO- ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2021,PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0308.001/2021-CPL 128
DECRETO Nº22, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. 129
LEI N.246, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022 129
PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO Nº 11/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. 130
PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA 130
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO Nº 006/2022 130
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022 130
LEI MUNICIPAL 385/2022 131
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROCQUE 133
DECRETO N.º 079/2022, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 INSTITUEM, NO MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE – MA, ... 133
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE 135
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2022. PREGÃO ELETRÔNICO 016/2022 - SRP 135
EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 017.014/2021 138
PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO 138
DECRETO 011/2022 – GAB, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. 138
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA 139
AVISO DE ADIAMENTO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022 139
EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022. 139
PORTARIA Nº 0362, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022 139
PORTARIA Nº 0363, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022 140
PORTARIA Nº 0364, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022 140
PORTARIA Nº 0365, DE 13 DE AGOSTO DE 2022 140
PORTARIA Nº 0366, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022 141

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHãO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 07/2022 DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022, CUJA ADESÃO VISA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MALHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DE ACORDO COM CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A Prefeita Municipal de Agua Doce do Maranhão – MA, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2002, 8.666/1993 e Decreto Federal Nº 7.892/2013, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, HOMOLOGAR a Adesão a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" que consiste na contratação de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MALHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, de interesse da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 07/2022 DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2022 da Prefeitura Municipal de Mata Roma/MA**,** tendo como vencedora a Empresa ROMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA; inscrita no CNPJ sob nº 03.846.930/0001-59, VALOR TOTAL: R$ 1.031.458,25 (um milhão, trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Água Doce do Maranhão/MA, 12 de Setembro de 2022.

Thalita e Silva Carvalho Dias
Prefeita Municipal de Água Doce do Maranhão/MA

Publicado por: EMIDIO AUGUSTO GOMES PINTO CALDAS
Código identificador: 8cf7332934b945f797aa40b7fb1b3ba0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCâNTARA

LEI MUNICIPAL Nº 562, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

LEI MUNICIPAL Nº 562, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre o instrumento de avaliação de mérito e desempenho dos candidatos à direção de Instituição Educacional da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA, ESTADO DE **MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, NIVALDO ARAUJO DE JESUS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° Fica atribuido atender ao disposto no art. 14, § 1°, inciso I, da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o qual impõe a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da rede municipal de ensino.

Art. 2° A prévia avaliação é obrigatória para todos os candidatos à direção que pretendem participar da consulta à comunidade.

Parágrafo único. A prévia avaliação também é obrigatória mesmo que seja candidato único, ou que já esteja no cargo ou função de direção.

Art. 3° Serão considerados em condições de participarem da consulta à comunidade os profissionais do magistério que obtiverem na avaliação, o mínimo de 1.200 (mil e duzentos) pontos, ou 80% (oitenta por cento) do total de 1.500 (mil e quinhentos) pontos da avaliação.

Art. 4° A avaliação será efetuada por uma comissão de servidores especificamente constituída por Portaria, com os seguintes membros:

I. - Secretário Municipal de Educação ou Diretor do Departamento Municipal de Educação;
II. - servidor da área de recursos humanos;
III. - o Procurador Jurídico ou servidor indicado por ele;
IV. - representante dos diretores de escola de ensino fundamental ou centro municipal de educação infantil indicado pelo Secretário Municipal de Educação;
V. - representante dos profissionais do magistério indicado pela categoria;

I. - representante dos servidores técnicos-administrativos, indicado pela categoria ou pelo Sindicato dos Servidores.
II. - representante de pais dos alunos escolhidos em assembleia ou indicados pela Associação de Pais Mestres e funcionários (APMF).

§ 1° A Comissão será presidida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação (ou Departamento).

§ 2° Não poderá integrar a Comissão:

a. Os profissionais que pretendem a sua nomeação para a direção;
b. Os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos.

Art. 5° A Comissão divulgará aos candidatos o resultado da avaliação, sendo impedidos de participar da consulta á comunidade aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada nesta Lei.

Parágrafo único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) à própria Comissão e, mantido o resultado, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão da Comissão.

Art. 6° Integra esta Lei o instrumento de avaliação em anexo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALCÂNTARA-MA, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

NIVALDO ARAÚJO DE JESUS
Prefeito Municipal

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA POSTULAÇÃO AO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR
PERÍODO: / / a / / .

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	**MÁXIMO D E**	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**
I — ASSIDUIDADE		
1 — Nunca teve falta injustificada no período	**100**	
2 - Teve uma falta injustificada no período	**80**	
3 - Teve duas faltas injustificadas no período	**60**	
4 - Teve três faltas injustificadas no período	**40**	
5 - Teve mais de 3 faltas injustificadas no período	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
II — AUSÊNCIA POR ATESTADOS MÉDICOS		
1— Afastou-se por atestados médicos por menos de 5 dias	**100**	
2 - Afastou- se por atestados médicos por mais de 5 e menos de 10 dias	**80**	
3 - Afastou- se por atestados médicos por mais de 10 e menos de 20	**70**	
4 - Afastou- se por atestados médicos por mais de 20 e menos de 40 d	**50**	
5 - Afastou- se por atestados médicos por mais de 40 e menos de 60 d	**30**	
5 - Afastou-se por atestados médicos por mais de 60 dias	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
III — PONTUALIDADE		
1 — Nunca chegou atrasado(a)	**100**	
2 - Nunca saiu antes do término das aulas	**80**	
3 - Algumas vezes chegou atrasado(a)	**60**	
4 - Algumas vezes saiu antes do término das aulas	**40**	
5 - E comum chegar atrasado(a) ou sair mais cedo	**30**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
IV — PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ADMINISTRATIVAS		
1 — Frequenta todas e participa	**100**	
2 - Frequenta todas mais não participa	**80**	
3 - Tem algumas ausências	**60**	
4 - Raramente frequenta as reuniões	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

PROFESSOR: AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL

V— PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PEDAGÓGICAS		
1 — Frequenta todas e participa	**100**	
2 - Frequenta todas mais não participa	**80**	
3 - Tem algumas ausências	**60**	
4 - Raramente frequenta as reuniões	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
VI— COLABORAÇÃOCOMADIREÇÃO		
1— Está sempre pronto(a) a ajudar a administração	**100**	
2 — Colabora às vezes com a administração	**40**	
3 - Colabora raramente com a administração	**30**	
4 — Nunca colabora com a administração	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
VII - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTRA-CLASSE		
1 — Participa ativamente de todas as atividades extra-classes	**100**	
2 - Participa das atividades extra-classes	**80**	
3 — Participa sem entusiasmo das atividades exrtra-classes	**60**	
4 — Participa raramente das atividades extra-classes	**40**	
5 - Nunca participa das atividades extra-classes	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
VIII - INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS PROFESSORES		
1 — É muito querido(a) pelos colegas de trabalho	**100**	
2 — Tem bom relacionamento com os colegas de trabalho	**90**	
3 — Não tembomrelacionamento com alguns colegas de tr	**70**	
4 — É comum ter atritos com colegas de trabalho	**60**	
5 — Relaciona-se apenas com alguns colegas de trabalho	**40**	
6 — Não se relaciona com os colegas de trabalho	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
IX - INTEGRAÇÃO COM OS SERVIDORES		
1 — É muito querido(a) por todos os servidores da escola	**100**	
2 — Tem bom relacionamento com os servidores da escola	**90**	
3 — Não tem bom relacionamento com alguns servidores	**70**	
4 — É comum ter atritos comservidores	**50**	
5 — É exigente e grosseira com os servidores	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	**00**	
X— RELACIONAMENTOCOM OS ALUNOS E PAIS		
1— É muito querido(a) pelos seus alunos e seus pais	**100**	
2 —	**80**	
3 — Teve pequenos problemas de relacionamento comalunos ou	**60**	
4 —Teve alguns problemas de relacionamento com alunos	**40**	
5 - Os alunos não gostam de tê-lo(a) como docente	**00**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

AVALIAÇÃO PROFISSIONAL

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO PONTOSD	PONTOS OBTIDOS
I—FORMAÇÃOPROFISSIONAL- PÓS-GRADUAÇÃO		
1— Possui curso de Doutorado em Educação	**100**	
2 — Possui curso de Mestrado em Educação	**80**	
3 —	**60**	
4 — Possui 2 cursos de Especialização em Educação	**40**	
5 - Possui 1 curso de Especialização em Educação	**20**	
TOTALDEPONTOSOBTIDOS		
II—FORMAÇÃOESPECÍFICAPARADIREÇÃO		
1— Possui curso de Mestrado em Gestão Escolar	**100**	
2 — Possui curso de Especialização em Gestão Escolar	**80**	
3 - Possui curso de Especialização em Administração	**60**	
4 — Possui curso de Pedagogia	**40**	
5 — Possui curso de Graduação em Administração	**20**	
5	**10**	
TOTALDEPONTOSOBTIDOS		
III- PARTICIPAÇÃOEMCURSOSDECAPACITAÇÃO		
Tem mais de 200 horas de curso de capacitação nos dois úl timos anos	**100**	
Tem mais de 150 horas de curso de capacitação nos dois úl timos anos	**80**	
Tem mais de 100 horas de curso de capacitação nos dois úl timos anos	**60**	
Tem mais de 50 horas de curso de capacitação nos dois últ imos anos	**40**	
TOTALDEPONTOSOBTIDOS		
IV- EXPERIÊNCIAEM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR		
1— Exerceu direção de escola municipal por mais de 10 anos	**100**	
2 — Exerceu direção de escola municipal por 6 a 10 anos	**80**	
3 — Exerceu direção de escola municipal por 4 anos a 6 anos	**60**	
4 Exerceu direção de escola municipal por menos de **4** anos anos	**40**	
5 — Já foi diretor de escola da rede estadual	**40**	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		
V - PENALIDADES SOFRIDAS		
1— Nunca sofreu qualquer penalidade administrativa	**100**	
2 — Já sofreu penalidade de advertência	**60**	
3 Já sofreupenalidade de repreensão ou mais de uma advertência	**30**	
4 — Já foi punido com suspensão	**00**	

]

AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	PONTOS
I—Assiduidade	
II- Ausênciaporatestadosmédicos	
II—Pontualidade	

IV—Participaçãoemreuniõesadministrativas	
V—Participaçõesemreuniõespedagógicas	
VI—Colaboraçãocomadireção	
VI —Participaçãoematividadesextra-classes	
VII—Integraçãocomosdemaisprofessores	
IX—Integraçãocomosservidores	
X- Relacionamentocomosalunosepais	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
AVALIAÇÃO PROFISSIONAL	
I—Formaçãoprofissional—pós-graduação	
II—Formaçãoespecíficaparadireção	
II—Participaçãoemcursosdecapacitação	
IV—Experiênciaemadministraçãoescolar	
V—Penalidadessofridas	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	

Publicado por: LUIZA KEROLY MARTINS LINDOSO
Código identificador: 69b4119fccd0c6d38e40c8926fae9b9a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARNAíBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022-CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022-CPL

A **Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba-MA**, com sede na Avenida Rio Parnaíba, 820 - Centro – Alto Parnaíba - MA - CEP: 65.810-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.571/0001-29, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representado pelo Sr. Prefeito **Itamar Nunes Vieira**, brasileiro, residente neste Município, R.G n.º 055458132015-2 e C.P.F n.º 125.101.063-68, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para **REGISTRO DE PREÇOS**, Processo Administrativo nº 44/2022 -PMAP-MA, através da **Comissão Permanente de Licitação-CPL**, **RESOLVE:** registrar os preços dos equipamentos, periféricos e suprimentos propostos pelas empresas **ELLU HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ 23.637.505/0001-67, Insc. Estadual nº 12675578-7, localizada da na Av. Itamar Franco, Nr. 270, Santa Cruz, Alto Parnaíba/MA, CEP nº 65.810-000, representada pela Sra. Luciana Reis da Cunha, portadora do RG nº 6673984 PC/GO e inscrita no CPF sob o nº 021.162.313-02, **MAGAZINE ELETRO LTDA**, inscrita no CNPJ 02.671.581/0001-19, Insc. Estadual nº 12.231677-0, localizada da na Av. Brasil, 299, Centro, Feira Nova do Maranhão – MA, CEP nº 65.995-000, representada pelo Sr. Adão Gomes Maia, portador do RG nº 43579695-3 SSP/MA e inscrito no CPF sob o nº 805.136.973-49 e a empresa **RC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 18.891.094/0001-00, Insc. Estadual nº 12419471-0, localizada da na Rua Mangabeiras, 105, Balsas - MA, CEP nº 65.800-000, representada pelo Sr. Elicarlos Gonçalves da Costa, portador do RG nº 1608285000-8 GEJUSPC/MA e inscrito no CPF sob o nº 910-871-553-04, nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 005, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 107, de 03 de dezembro de 2018, Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, e demais legislações aplicadas à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto **Registro de Preços** para eventual contratação de empresa para fornecimento de equipamentos, periféricos e suprimentos de informática e recarga de toners, para Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba-MA a serem fornecidos de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 13/2022 – PMAP-MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela licitante vencedora, conforme consta nos autos do **Processo nº 44/2022 – PMAP-MA**.
Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento,

podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**.

Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações dos equipamentos, periféricos e suprimentos, os quantitativos, empresa beneficiaria e representante legal da empresa, encontram-se elencado no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

A Contratada fica obrigada entregar os equipamentos, periféricos e suprimentos contidos no Termo de Referência e Contrato.

Parágrafo Único – O prazo para o início da entrega será após a assinatura do Contrato, de acordo com o Termo de Referência **- Anexo I** do Edital e Proposta da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado a época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ORGAO GERENCIADOR solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante correspondência, a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não fornecer os equipamentos, periféricos e suprimentos decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Parágrafo Terceiro - As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora;

Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços das demais licitantes será exigida a análise da documentação de habilitação.

Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicara o resultado do certame em relação a licitante vencedora.

Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da licitante vencedora.

Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 005, de 04 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 107, de 03 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ORGAO GERENCIADOR, quando:

a. A Fornecedora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;
d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei 10.520/2002.
e. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ORGAO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ORGAO GERENCIADOR ou por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou forca maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a(s) Fornecedora(s) será(ao) comunicada(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.

Parágrafo Segundo – No caso de recusa do fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Terceiro – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGAO GERENCIADOR, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGAO GERENCIADOR fara publicar a presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022 – PMAP-MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DOZE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Alto Parnaíba, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Alto Parnaíba- MA, 01 de setembro de 2022.

_____

Jose Airton Brito de Castro
Presidente da CPL

_____

Itamar Nunes Vieira
Prefeito Municipal – Alto Parnaíba-MA

_____

ELLU HOSPITALAR LTDA
CNPJ 23.637.505/0001-67
Luciana Reis da Cunha
Representante Legal

_____

MAGAZINE ELETRO LTDA
CNPJ 02.671.581/0001-19
Adão Gomes Maia
Representante Legal

_____

RC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 18.891.094/0001-00
Elicarlos Gonçalves da Costa
Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022- PMAP-MA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
ANEXO ÚNICO DA ATA

Razão social: **ELLU HOSPITALAR LTDA**
CNPJ: 23.637.505/0001-67
Endereço: Av. Itamar Franco, nº 270, Santa Cruz, Alto Parnaíba - MA
Contatos: (99) 98447-8457
Representante: Luciana Reis da Cunha

Item	Discriminação	Marca	Unid.	Quant	Valor R$	
					Unitário	Total
1	Aspirador / jateador de ar 220V. Específico para microcomputador, teclados, impressoras, bivolt 110V e 220V, potencia nominal de 130W; **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MASTER SUX	Und	2	R$ 920,00	R$ 1.840,00
5	Impressora Multifuncional Jato de Tinta Colorida Especificações: - Dimensões: Aberto: 37,5 x 57,8 x 25,3 cm / Fechado: 37,5 x 34,7 x 17,9 cm - Características ecológicas: Cumpre com as normas RoHS - Voltagem: Bivolt Sistemas operacionais: - Windows Vista - Windows 7 - Windows 8 / 8.1 - Windows 10 (32bit/ 64bit) - Windows Server 2003 SP2 Windows Server 20167 - Mac OS X 10.6.8 - Mac OS 10.13.x8 Imprimir: - Tecnologia de impressão: Jato de tinta MicroPiezo de 4 cores (CMYK) - Tamanho mínimo de gotícula de tinta: 3 picolitros - Resolução máxima de impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel - Velocidade de impressão: Em preto 33 ppm e em cores 15 ppm - Velocidade de impressão ISO: Em preto 10.5 ISO ppm e em cores 5 ISO ppm Tinta de substituição: - 1 garrafa com tinta Preta: rende até 4.500 páginas1 - 3 garrafas coloridas (Ciano, Magenta, Amarela): Rendem até 7.500 páginas1 Cópia: - Quantidade de cópias: 1-20 cópias (sem PC) - Tamanho máximo da cópia, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EPSON	Und	30	R$ 1.880,00	R$ 56.400,00

6	Impressora Multifuncional Jato de Tinta Colorida Especificações: - Dimensões: Aberto: 37,5 x 57,8 x 25,3 cm / Fechado: 37,5 x 34,7 x 17,9 cm - Características ecológicas: Cumpre com as normas RoHS - Voltagem: Bivolt Sistemas operacionais: - Windows Vista - Windows 7 - Windows 8 / 8.1 - Windows 10 (32bit/ 64bit) - Windows Server 2003 SP2 Windows Server 20167 - Mac OS X 10.6.8 - Mac OS 10.13.x8 Imprimir: - Tecnologia de impressão: Jato de tinta MicroPiezo de 4 cores (CMYK) - Tamanho mínimo de gotícula de tinta: 3 picolitros - Resolução máxima de impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel - Velocidade de impressão: Em preto 33 ppm e em cores 15 ppm - Velocidade de impressão ISO: Em preto 10.5 ISO ppm e em cores 5 ISO ppm Tinta de substituição: - 1 garrafa com tinta Preta: rende até 4.500 páginas1 - 3 garrafas coloridas (Ciano, Magenta, Amarela): Rendem até 7.500 páginas1 Cópia: - Quantidade de cópias: 1-20 cópias (sem PC) - Tamanho máximo da cópia, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EPSON	Und	5	R$ 1.990,00	R$ 9.950,00
10	Impressora Plotter Color A0 - Ideal para impressão de CAD, GIS e Posters - Boca de 36 polegadas (91 cm) - Tela interativa touchscreen de 3 - Conexão USB, Ethernet e Wi-Fi - Impressão sem margem Tecnologia da Impressão: FINE (Photolithography Inkjet Nozzle Engineering) Resolução de impressão: 2400 x 1200 dpi Precisão da linha: ±0.1% ou menos Tinta: Pigmento: Magenta Matte Black (MBK), Cyan (C), Magenta (M), Amarelo (Y), Black (BK) Tanque de tinta: Inicial: (2) MBK, BK, C, M, Y (55 ml) Reposição: PFI-030 (55 ml) Tamanho da Gota de Tinta: Mínimo de 5 picolitros Método para Alimentação da Tinta: Sistema com sub-tanques para suprimento contínuo de tinta Memória RAM: 2GB Alimentação de mídia: Por rolo: Um rolo, carregamento superior, saída frontal Folha solta: Carregamento superior, saída frontal Largura de mídia: Alimentação por rolo: 8" - 36" (203 mm 914 mm) Folha cortada: 8" - 17" (203 mm 432 mm) Margens Imprimíveis: Por rolo: Todos os lados: 3 mm ou 0" sem margem Folha solta: Topo: **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EPSON	Und	1	R$ 16.000,00	R$ 16.000,00
11	Lupa eletrônica: Interface USB 2.0 em Hi-Speed;Alimentação direta pela; orta USB do PC; Ampliação de 10 a 60 vezes; Iluminação própria com led branco e difusor; Acima de 56 modos de vídeo: Colorido; Preto/Branco (analógico); Preto/Branco invertido (analógico); Branco no Preto (alto contraste digital); Preto no Branco (alto contraste digital) 56 modos artificiais. Aplicativo com interface via ícones na tela ou teclas de atalho no teclado, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TERRA ELETRONICA	Und	4	R$ 1.350,00	R$ 5.400,00
12	MONITOR DE TOQUE: Monitor LCD com Tela Touch Screen Capacitiva 15`` Polegadas VGA/USB	KMEX	Und	40	R$ 3.150,00	R$ 126.000,00
14	Monitor Led 27 Polegadas FUL HD; -Especificações Tamanho da Tela: 27" WIDESCREEN, Resolução (máx): 1920 X 1080 PX @ 240HZ Brilho: 400cd/m2Contraste: 1000:1 (Tip.) Tempo de resposta: 1ms Entrada de vídeo Entrada: 1x Display Port, 3x HDMI (1x HDMI 2.0, 2x HDMI 1.4) **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	AOC	Und	10	R$ 2.550,00	R$ 25.500,00
20	Computador Desktop (TIPO 01) Computador completo que seja linha de fabricação própria que deve possuir as configuraçãoes mínimas: Sistema Operacional: Ubuntu Server 64 bits ou Windows Server 64 bits – Dedicado ao Sistema e-SUS PEC, Memória RAM: 8GB ou 16GB Barramento DDR3 ou DDR4 – Mínimo 1600MHz, Processador: Core i7 2.20GHz – pontuação Mínima 2500 Pontos no PassMark?CPUBenchmark, (https://www.cpubenchmark.net/) Disco 500 GB ou 1 TB – Velocidade de escrita mínima700 MB/seg – Velocidade de leitura mínima 1000MB/seg. Parametrização postgre AQL: https://www.pgconfig.org, Parametrização Java/Jboss:-Xms4g – Xmx 10g – XX:MaxPermSize- 1g – XX: PermSize=512 – XX: ReservedCodeCacheSize=300, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	YEASPC	Und	2	R$ 6.750,00	R$ 13.500,00
22	Rack Parede 5U`s 19"; Mini rack para servidor 19 polegadas, com altura de 5 U.; com teto, laterais, porta traseira perfurada e porta dianteira com acrílico.; - Estrutura feita em aço carbono pré-zincado com espessura 0,95 mm.; - Pintura epóxi-pó de alta resistência.; - Possui 2 planos de réguas 19" (frontal/traseiro) reguláveis.; - Sistema de fixação que possibilita montagem e desmontagem através de parafusos.; - Tampas laterais removíveis através de fecho rápido (travas).; - Parte traseira com recorte regulável para passagem de cabos.; - Porta em acrílico para visualização dos equipamentos.; - Travamento através de fechos lingeta com chave e segredos individuais.; Cor: preto fosco; - Altura: 8 U; - Largura: 19 polegadas ; - Porta frontal intercambiável com visor em acrílico de 2,00 mm. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MAX ELETRO	Und	4	R$ 770,00	R$ 3.080,00
24	Rotulador (etiquedadora) com display com 2 linhas; - Rotulador eletrônico ; - Possui um display de cristal líquido de 8 caracteres grandes, com um teclado estilo máquina de escrever.; - Imprime 80 caracteres ; - Seletor de idiomas com possibilidade para inglês, português, francês e espanhol.; - Display de cristal líquido de 8 caracteres ; - Imprime em 5 tamanhos e 9 estilos de letras ; - Utiliza fitas tipo "M-Tape" (9 e 12 mm) ; - Imprime em 1 linha ; - Cabeçote de impressão térmica de alta qualidade, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EPSON	Und	5	R$ 655,00	R$ 3.275,00
26	Switch 24 portas GIGABIT GERENCIAVEL. Padrão IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE802.3z, - IEEE 802.3ad, IEEE 802.3x, IEEE 802.1d, IEEE 802.1s, - IEEE 802.1w, IEEE 802.1q, IEEE 802.1x, IEEE 802.1p - 24 Portas 10/100/1000Mbps RJ45 (Autonegociação/Auto MDI/MDIX) - 4 Slots SFP 1000Mbps - 1 Porta Console RJ45 - 1 Porta Console Micro-USB - 10BASE-T: Categoria de cabo UTP 3, 4, 5 (máximo de 100m) - 100BASE-TX/1000Base-T: Cabo de categoria UTP 5, 5e ou acima (máximo de 100m) - 1000BASE-X: MMF, SMF (máximo de 100m) - Fonte de Alimentação: 100~240VAC, 50/60Hz - Consumo de Energia: Máximo: 19.15W (220V/50Hz) - Montagem: Rack Mountable - Consumo máximo de energia: 15.33W (220V/50Hz) - Largura de Banda / Backplane: 56Gbps - Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 41.67Mpps - Tabela de Endereços MAC: 16k - Jumbo Frame: 9216 Bytes - Suporta prioridade 802.1p CoS/DSCP - Suporta 8 filas de prioridade - Agendamento de fila: SP, WRR, SP+WRR - Limite de Taxa por Porta/Fluxo - Voz VLAN - Roteamento Est. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TP-LINK	Und	5	R$ 3.925,00	R$ 19.625,00

29	Telefone IP (VoIP) sem display Protocolo SIP 2.0 Suporte a uma conta SIP Tecla dedicada para realização de conferência Tecla para correio de voz com sinalização por LED Tecla de sigilo (mute) com sinalização por LED Tecla dedicada para atendimento via headset com sinalização por LED Teclas para ajuste de volume de áudio e campainha Tecla flash e rediscar Qualidade de áudio em HD Suporte a PoE IEEE802.3af Conector exclusivo para utilização de headset RJ9 2 portas Ethernet de 10/100Mbps Suporte a VLAN Possibilidade de instalação em mesa ou parede Sinalização de campainha por LED Garantia de qualidade na voz com suporte a QoS Suporte a IPV4 e IPV6, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	INTELBRAS	Und	5	R$ 588,00	R$ 2.940,00
31	Access Point com check-in social network: Modo de operação: Roteador, Repetidor wireless, Capacidade simultânea: Até 60 usuários navegando, Frequência: 2,4 GHz, Potência de RF: 500 mW, Antenas: 2 antenas removíveis 5 dBi, Cobertura wireless: 300 m4, Padrão: IEEE 802.11 b/g/n 300 Mbps 2T2R, Chipset: Ralink RT3662, Flash: 8 MB, SDRAM: 64 MB, Sensibilidade: -90 dBm, Padrão: 10/100 Mbps, Porta:1 WAN/LAN (PoE passivo) e 1 LAN, Wireless: Opção de ocultar SSID corporativo, Compatibilidade com a função check-in Facebook Wi-Fi, Segurança: WEP / WPA-PSK (TKIP/AES) / WPA2-PSK (AES), Multi SSID: 2, Isolamento de SSID: SSID para rede visitante diferente da rede cooporativa, QoS: Controle de banda por SSID, Alocação dinâmica por usuário, Métodos de alimentação: Alimentação PoE passiva: De 12 a 24 V (Injetor PoE vendido separadamente), Fonte de alimentação: Entrada: 110/240 Vac 60 Hz / Saída: 12 Vdc (Bivolt), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	INTELBRAS	Und	10	R$ 1.455,00	R$ 14.550,00
34	Bobina para rotulador (etiquetadora); Bobina para rotulador (etiquetadora) fita tipo M-Tape 9-12 mm, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MAX PRINT	Und	5	R$ 85,50	R$ 427,50
37	CABO USB PARA IMPRESSORA. Especificação: Transmissão de dados: 480 Mbps, A macho x B macho, Conexão padrão USB 2.0 e compatível com 1.1 e 1.0., Material: PVC emborrachado, Comprimento: 1.8 m, A MACHO X MACHO, Acabamento: Emborrachado **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	FORCELINE	Und	50	R$ 29,50	R$ 1.475,00
45	HD Externo USB 2.0/3.0 1 TB; Conexões: USB 3.0; Capacidade de armazenamento: 1TB; Alimentação: USB 3.0, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	WD	Und	40	R$ 700,00	R$ 28.000,00
48	HD SATA 2 TB 3,5 p/PC; Interface: SATA 6Gb / s; - Cache: 32MB; - Capacidade: 2TB; - Areal densidade (AVG): 329Gb/in2; - Velocidade da rotação (RPM): 7200 RPM; - Latência média: 4.16ms; - Leitura aleatória tempo de busca <8.5ms; - Gravação aleatória tempo de busca <9.5ms; - Máximo de início atual, DC 2.0; (SUGESTÃO UNIFICAR COM O ITEM 50 - HD SATA 1 TB 3.5 P/PC), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	WD	Und	30	R$ 830,00	R$ 24.900,00
49	Kit localizador de cabos e fios; Kit Localizador de cabos de rede (UTP 4 pares) e de cabos de telefonia. ; - Dispõe de LEDs indicativos de atividade em verdee vermelho.; - Emite som produzido pelo gerador de sinal.; - Acompanha estojo de proteção e baterias já instaladas.; - Não conectar a rede elétrica.; - LEDs indicativos de atividade em verde e vermelho; - Emite sinal sonoro; - Dimensões do gerador de tons: 2,7/3,5/15,5 cm (Prof/Larg/Alt); - Dimensões da ponteira indutiva: 2,7/4,5/22 cm (Prof/Larg/Alt), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	FORCELINE	Und	2	R$ 318,50	R$ 637,00
52	Memória DDR3 - 8 GB para PC; Capacidade de armazenamento: 8 GB; - Tecnologia: PC3-10600 (1333MHz); - Tensão de alimentação (Vdd): 1,5 V; - Arquitetura DDR-3; Transferência de quatro dados por ciclo de clock; - Temperatura de Operação: 0 a 85 ºC; - Tipo de Burst: interleave e sequencial; - Memória sem registro: (Não ECC); - Memória : (Synchronous DRAM); - Freqência: PC3-10600 CL = 9; - Quantidade de pinos: 240; - Quantidade de chips: 16 unidades, sendo 8 de cada lado, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	KINGSTON	Und	40	R$ 463,50	R$ 18.540,00
53	Memória DDR4 - 16 GB para notebook. Especificações: Velocidade: 2666. Tecnologia: DDR4. Latência CAS: 19. Capacidade: 16 GB. Tipo de módulo: SODIMM. Tipo de DIMM - sem buffer. Tempo estendido: 19-19-19. Velocidade do PC: PC4-21300. Energia: Tensão - 1,2V. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	KINGSTON	Und	20	R$ 819,50	R$ 16.390,00
57	Mouse estático de esfera: Possui entrada para dois acionadores que equivalem às teclas direitas e esquerdas do mouse convencional; Entrada USB ou PS2 (adaptador incluído) para computador Windows ou Mac; Esfera gigante que desliza facilmente, exigindo apenas leve toque; Mouse com esfera de 7,6 cm de diâmetro; Permite a movimentação do cursor na tela do computador; Botões: Grandes botões direito e esquerdo do mouse; Recursos: Recurso de travar o arraste e verificar o toque (drag-lock), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	LOGI	Und	6	R$ 794,00	R$ 4.764,00
59	Multímetro digital: Display LCD de 3 1/2 dígitos; - Realiza medidas de tensão DC e AC, corrente DC, resistência e testes de diodo e transistor hFE.; - Display: 3 Dígitos (2000 Contagens). ; - Indicação de Sobre-faixa: Mostra apenas o dígito mais significativo (1). ; - Temperatura de Operação: 0°C a 50°C, RH < 70%. ; - Temperatura de Armazenamento: -20°C a 60°C, RH < 80%. ; - Alimentação: 1 x 9V (6LF22, NEDA1604A). ; - Dimensões: 126(A) x 70(L) x 24(P)mm.; - Faixas: 200mV, 2000mV, 20V, 200V, 1000V ; - Resolução: 100V, 1mV, 10mV, 100mV, 1V ; - Precisão: 200mV ± (0.25%+2D); 2000mV ~ 1000V± (0.5%+2D) ; - Impedância de Entrada: 1MW ; - Proteção de Sobrecarga: 220V AC RMS para faixa 200mV; 1000V DC / 750V AC RMS para outras faixas.; - Faixas: 200V, 750V ; - Resposta em Freqência: 45Hz a 450Hz ; - Faixas: 200A, 2000A, 20mA, 200mA, 10A ; - Resolução: 0.1A, 1A, 10A, 100A, 10mA; - Precisão: 200A ~ 20mA ± (1%+2D); 200mA ± (1.2%+2D); 10A ± (2.0%+4D). ; - Proteção de Sobrecarga: Fusível, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	FORCELINE	Und	2	R$ 315,50	R$ 631,00
63	Patch Cord 3m Cat 5e: Patch Cord; PN-PC; Com plug modular RJ45. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MULTILASER	Und	40	R$ 27,90	R$ 1.116,00

67	Placa aceleradora 3d 4 GB - Clock base 1341mhz - Boost Clock 1455mhz - Núcleos: 768 unidades - Tamanho: 4GB - Tipo: GDDR5 de 128 bits - Clock da memória: 7008 MHz (7.0Gbps) - 1x DVI-D - 1x HDMI (versão 2.0) - 1x DP (versão 1.4) - Suporta até 03 monitores - Resolução máxima digital: 7680 x 4320 - Afterburner OC - OpenGL: 4.5 - Suporte HDCP: 2.2 - Microsoft DirectX 12 - PCI Express 3.0 (x16) - Tecnologia G-SYNC - Adaptação Vertical Sync - Microsoft Windows 10 / 8 / 7 / Vista - Consumo máximo: 75W - Recomedado fonte de energia: 300 Watts com selo 80Plus, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	PCYES	Und	10	R$ 2.100,00	R$ 21.000,00
68	Placa de rede 10/100/1000; Auto-detecção de velocidades 10Mbps a 1000Mbps; - Suporta 802.1x (somente MD5); - Opera no modo bus Master de 32 bits.; - Operação Full/Half duplex; - Atende aos padrões IEEE 802.3 e IEEE802.3u; - Controle de Fluxo, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TP-LINK	Und	20	R$ 154,50	R$ 3.090,00
69	Reguá de Tomada 1U 19" c/ 8 Tomadas; - Régua PDU (Power distributionunit) para rack de 19 polegadas com 8 tomadas ; - Possui disjuntor com capacidade até 240 V e faixa de trabalho 16 A.; chapa pré-zincada de 0,95 mm, com pintura em epoxi pó preto microtexturizado.; - Atende as normas EIA-310-D e RS-310.; - Plugue padrão novo para uso em tomadas de 16 A (pino grosso).; - Tomadas padrão novo para uso com plugues de 10 A (pino fino).; - Comprimento do cabo de força de 1,95 metros.; - Cor: Pintura em epoxi pó preto microtexturizado; - Material: Chapa pré-zincada 0,95mm; - Comprimento do cabo: 1,95 metros; - Dimensões (Total): 48,1 / 4,3 / 6,1 cm (Comp/Larg/Alt); - Capacidade: 240 V; - Faixa de trabalho: 16 A; - Tensão nominal de saída: 250 V; - Consumo total máximo de corrente: 10 A; - Conexões de Saída: 8 tomadas tipo universal 2p+T (NBR 13249) de 10 Ampères; - Tensão nominal de entrada: 250 V; - Corrente de entrada máxima: 16 A; - Tipo de Conexão de Entrada: universal 2p+T (NBR 13249), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	FORCELINE	Und	60	R$ 189,50	R$ 11.370,00
71	Roteador wifi 1200mbps GIGABIT AC. Banda de 2,4 GHz até 300Mbps, banda de 5GHz oferece velocidades de até 867Mbps. Conexões simultâneas de 2,4 GHz a 300 Mbps e 5 GHz a 867 Mbps para 1200 Mbps de largura de banda total disponível - 4 antenas externas. Suporte ao modo Access Point para criar um novo ponto de acesso Wi-Fi - Conectividade Gigabit - 01 porta WAN Gigabit e 04 portas Gigabit LAN. Especificações adicionais: Taxa de Sinal: 2.4GHz: Até 300Mbps, 5GHz: Até 867Mbps - Frequência: 2.4GHz e 5GHz - Padrões Wireless: IEEE 802.11ac/n/a 5GHz e IEEE 802.11b/g/n 2.4GHz - Interface: 4 Portas LAN 10/100/1000Mbps, 1 Porta WAN 10/100/1000Mbps - Botões: Botão de reset, botão liga / desliga, botão liga / desliga WPS / Wi-Fi - Antena: 4 Antenas Externas Fixas e 1 Antena Interna - Funções Wireless: Habilitar / Desabilitar Rádio Wireless, WDS Bridge, WMM, Estatísticas Wireless - Segurança Wireless: Criptografias 64/128-bit WEP, WPA/WPA2, WPA-PSK/WPA2-PSK - Tipo de WAN: IP Dinâmico, IP Estático, PP, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TP-LINK	Und	20	R$ 519,50	R$ 10.390,00
74	SUPORTE PARA MONITOR COM 2 GAVETAS: DIMENSÕES APROXIMADAS A X L X C: 11 X 38,5 X 25,5 - ALTURA DAS GAVETAS: 4 CM. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MULTILASER	Und	40	R$ 244,50	R$ 9.780,00
83	Toner p/ impressora P1005, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MC	Und	50	R$ 100,00	R$ 5.000,00
86	Toner para impressora TN 780, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EVOLUT	Und	50	R$ 205,00	R$ 10.250,00
89	Toner para impressora TN 3635, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EVOLUT	Und	50	R$ 319,00	R$ 15.950,00
92	Toner para impressora TN SP310, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EVOLUT	Und	50	R$ 200,00	R$ 10.000,00
95	Toner para impressora HP Laser Jet M1120 MFP, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MC	Und	50	R$ 100,00	R$ 5.000,00
98	Cartucho de Tinta 664 preto, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	Und	40	R$ 153,00	R$ 6.120,00
101	Cartucho de Tinta 122 colo, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	Und	40	R$ 168,00	R$ 6.720,00
104	Cartucho de Tinta 60 preto, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	Und	40	R$ 152,00	R$ 6.080,00
107	Tinta Epson diversas cores, preta, azul, amarelo ou vermelho. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EPSON	Und	60	R$ 98,00	R$ 5.880,00
110	Recarga de Toner P1005, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SERV. MÃO DE OBRA	Und	80	R$ 52,00	R$ 4.160,00
113	Recarga de Toner TN D204, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SERV. MÃO DE OBRA	Und	80	R$ 128,00	R$ 10.240,00
116	Recarga de Toner TN D111, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SERV. MÃO DE OBRA	Und	80	R$ 73,50	R$ 5.880,00
119	Recarga de Toner TN SP3500, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SERV. MÃO DE OBRA	Und	80	R$ 84,00	R$ 6.720,00
122	Recarga Cartucho de Toner Laser HP 105ª, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SERV. MÃO DE OBRA	Und	80	R$ 84,50	R$ 6.760,00
Valor Total R$						**R$ 555.330,50**

Razão social: **MAGAZINE ELETRO LTDA**
CNPJ: 02.671.581/0001-19
Endereço: Av. Brasil, 299, Centro, Feira Nova do Maranhão - MA
Contatos: (99) 981597576
Representante: Adão Gomes Maia

Item	Discriminação	Marca	Unid.	Quant	Valor R$	
					Unitário	Total
2	Auto transformador de Voltagem 2000va; Potência: 2000 VA; - Auto Transformador; - Entrada 220V ou 110V; - Saída 220V ou 110V; Conexão do AT:; -tomada de acordo com o novo padrão NBR14136, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	FORCE LINE SLIM PREMIUM	Und	100	R$ 301,89	R$ 30.189,00

3	Computador Desktop (TIPO 01); Computador completo que seja linha de fabricação própria que deve possuir as configurações minimas: processdor:04 nucleos, 04 theads, frequencia minima 3.6ghz, frequencia maxima 4.2ghz ,4Mb Cache ou superior); - Memória: 4 GB DDR4 2400 (1x4gb); - Expansão de memória: 2 Slots, Até 16 GB ; - Armazenamento: SSD 120 GB ou superior; - Suporta l - LAN: 10/100Mbps - Placa de Som: DTS Studio Sound ; - Placa de Vídeo: HD Graphics Basic; - Portas de Vídeo: 1VGA, 1DVI; - 1x slot PCI Express x16 - 1x slot PCI Express x1 - 4x SATA 3Gb/s - 1x HDMI - 1x VGA - 1x Porta (s) LAN (RJ45) 10/100; - 6x USB 2.0 - 3x Conectores de áudio - Frontal: (2) portas USB 2.0 /3.0, entrada de microfone, fone de ouvido; - Teclado Padrão USB do mesmo fabricante; Mouse Padrão USB do mesmo fabricante; Fonte: Bivolt: Sim (115v-230v), Manual -Cooler: 12x12cm 500w real, Windows 10 pro original; - Monitor LED: Tamanho da Tela: 19" ou superior; -Formato de Tela: 16:10 WideScreen -R. Ampla Concorrência.	EVEREX DESKTOP	Und	125	R$ 3.611,39	R$ 451.423,75
4	Computador Desktop (TIPO 02) Computador completo que seja linha de fabricação própria que deve possuir as configurações minimas: processdor: 06 nucleos, 06 threads, frequencia minima 2.8ghz, frequencia maxima 4.0ghz ,9Mb Cache ou superior); - Memória: 8 GB DDR4 2400 (1x4gb); - Expansão de memória: 2 Slots, Até 16 GB ; - Armazenamento: SSD 480 GB ou superior; - Suporta l - LAN: GIGABITE 10/100/1.000Mbps - Placa de Som: DTS Studio Sound ; - Placa de Vídeo: HD Graphics Basic; - Portas de Vídeo: 1VGA, 1DVI; - 1x slot PCI Express x16 - 1x slot PCI Express x1 - 4x SATA 3Gb/s - 1x HDMI - 1x VGA - 1x Porta (s) LAN (RJ45) 10/100; - 6x USB 2.0 - 3x Conectores de áudio - Frontal: (2) portas USB 2.0 /3.0, entrada de microfone, fone de ouvido; - Teclado Padrão USB do mesmo fabricante; - Mouse Padrão USB do mesmo fabricante;Fonte: Bivolt: Sim (115v-230v), Manual -Cooler: 12x12cm 500w real, Windows 10 pro original; - Monitor LED: Tamanho da Tela: 19" ou superior; -Formato de Tela: 16:1. Ampla Concorrência.	EVEREX DESKTOP	Und	25	R$ 3.800,00	R$ 95.000,00
7	Impressora multifuncional laser ciclo mensal de 200 mil cópias: Resolução da Cópia (máxima em dpi): Até 1200 x 600 dpi - Cópias Múltiplas - Discagem Abreviada (n° de locais): 300 - Acesso Remoto - Relatório de Atividades/Relatórios Periódicos - Funções Principais: Impressão, digitalização, cópia e fax - Cópia Duplex (Frente e Verso) - Tempo de Impressão da Primeira Página: 7,5 segundos - Tecnologia de Impressão: Laser Eletrofotográfico - Memória Padrão: 1 GB - Velocidade Máx. de Impressão em Preto (ppm): 52/50 ppm (carta/A4) - Resolução da Impressão (máxima em dpi): Até 1200 x 1200 dpi - Capacidade da Bandeja de Papel: 520 folhas - Capacidade de Papel na Bandeja Opcional (folhas): 4 x 520 folhas - Bandeja Multiuso: 50 folhas - Capacidade de Impressão Duplex (Frente e Verso) - Interface de Rede Embutida: Wireless 802.11b/g/n, Gigabit Ethernet, Hi-Speed USB 2.0 - Compatibilidade com o Driver de Impressora: Windows®, Mac OS®, Linux - Emulações: PCL6, BR-Script3, IBM Proprinter, Epson FX, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	HP E62655dn	Und	6	R$ 9.725,99	R$ 58.355,94
8	Impressora multifuncional laser com ciclo mensal de 100 mil cópias: Velocidade da CPU (Processador): 800 MHz - Modo de Economia de Toner - Capacidade de Saída do Papel: 150 folhas - Funções de Segurança: Active Directory, Secure Function Lock, Bloqueio de Slot, Secure Print - Fonte de Alimentação: CA 110V 50 / 60Hz - Certificação Energy Star - Tela LCD: Touchscreen Colorido de 3.7" - Padrão de Impressão Duplex (Frente e Verso) - Descrição de Duplex: Para impressão e para cópia/digitalização em uma única passagem - Resolução da Cópia (máxima em dpi): Até 1200 x 600 dpi - Cópias Múltiplas - Acesso Remoto - Relatório de Atividades/Relatórios Periódicos - Funções Principais: Impressão, digitalização, cópia - Cópia Duplex (Frente e Verso) - Tempo de Impressão da Primeira Página: Menos de 8 segundos - Tempo da Primeira Impressão: Menos de 8 segundos - Tecnologia de Impressão: Laser Eletrofotográfico - Memória Padrão: 512 MB - Velocidade Maxima em Preto (ppm): Até 42 ppm (carta/A4) – Velocidade. Ampla Concorrência.	HP MFP-M432FDN	Und	25	R$ 6.499,00	R$ 162.475,00
9	Impressora multifuncional laser com ciclo mensal de 40 mil cópias: Visor LCD: 2 linha - Voltagem: 127V - Tecnologia de impressão: Laser - Velocidade Máxima: Até 30 ppm - Resolução (máxima): Até 2400 x 600 dpi - Memória Padrão: 32MB - Interfaces: USB de alta velocidade, Wireless 802.11b/g/n - Emulação: PCL6 & BR-Script3 - Duplex - Volume Máximo de Ciclo Mensal: 30.000 Páginas - Capacidade da Bandeja de Papel: 250 Folhas - Capacidade de Saída do Papel: 100 folhas - Tamanhos do Papel: A5 até Ofício - ADF: 35 Folhas - Velocidade da Cópia em Preto: 30 cpm - Ampliação / Redução: 25% - 400% - Tamanho do Vidro de Exposição: 21,6 x 27,9 cm (carta) - Agrupamento de Cópias (2 em 1) - Cópia de Identidade (ID Card) - Resolução de Cópia (máxima): 600 x 600 dpi - Opções de Cópia: Ordenadas, N em 1, cópias múltiplas (até 99), cópia de documentos de identidade - Capacidade Máx. do ADF: 35 folhas - ADF - Resolução Óptica do Scanner: Até 600 x 2400 dpi - Resolução Interpolada: Até 19200 x 19200 dpi - Di. Ampla Concorrência.	HP LASERJET PRO M428FDW	Und	30	R$ 4.849,00	R$ 145.470,00
13	Monitor LED 19 polegadas Tamanho da Tela: 19" -Formato de Tela: 16:10 WideScreen - Resolução: 1920x1080 @ 60 Hz (Full HD) Formato da tela Widescreen - Painel WVA. Tamanho da tela 19". Conexões: 01 VGA, 01 HDMI+B45. Ângulo de visão 178º. Recursos de imagem: Brilho 250 cd/m2. Contraste - Dinâmico: 20.000.000:1 - Estático: 1.000:1.Tempo de resposta 5 ms. Número de cores: Maior que 16 Milhões. Frequência: Horizontal 30 ~ 83 Hz. Vertical 50 ~ 76 kHz. Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Philips 221V8L	Und	60	R$ 1.177,90	R$ 70.674,00
16	Nobreak 1500 VA Entrada Bivolt, Saída 120v: Rendimento: 95% (para operação rede) Acionamento do inversor: Grau de Proteção: IP20.Características de Entrada: Tensão nominal [V]: Bivolt automático 115/127/220 Variação máxima de tensão para regulação de +6% -10% [V~]: 89 a 138 (rede 115V) - 181 a 251 (rede 220V) Variação máxima de tensão em modo rede [V~]: 89 a 140 (rede 115V~) - 175 a 260 (rede 220V~) Frequência de rede [Hz]: 60 ± 4 Plugue do cabo de força: Padrão Nbr 14136. Características de Saída: Potência máxima (Va): 1500 Fator de potência: 0,65. Tensão nominal (V~): 115. Regulação: ± 5% (para operação bateria), + 6% - 10% (para operação rede). Frequência: 60Hz ± 1% (para operação bateria). Forma de onda do inversor: Senoidal por aproximação (retangular Pwm - controle de largura e amplitude) Número de tomadas: 5 tomadas Padrão Nbr 14136. (SUGESTÃO: UNIFICAR COM O ITEM 17 - NOBREAK 1200 VA) Exclusivo para ME, EPP e MEI.	LACERDA ORION PREMIUM	Und	20	R$ 1.457,50	R$ 29.150,00

21	Projetor: Mínimo de 5000 lumeNs. Resolução nativa: 192, 0*1080px Lampada: Led Input Voltage 100~240v Formato: 16:9/4:3 Contraste: (tipico) 1.000:1 | (dinâmico) 6.000:1 Lente: F=190 Tamanho de imagem: 50-300" Distancia de projeção: 1.7~9.2m Cor:16.777k] Consumo de energia: 150w Peso: 2.56KG Tamanho: 232*308*104mm Temperatura de operação: -10~36°C Interface de Saída: Headphone Interface de entrada: HDMI/USB/SD/AV/VGA Formato de mídia suportado: Audio: WMA, MP3, M4A Imagens: JPEG, BMP, PNG Vídeo: MPEG1, MPEG2,MPEG4, RM E RMVB, H264, MOV, MJPEG, FLV, DIVX, Vc1, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	BRAZILPC BPC-1080P M18	Und	5	R$ 4.888,00	R$ 24.440,00
25	Scanner de Mesa. Configurações mínimas: Duplex Velocidade de digitalização (A4, Colorido, Escala de cinza, Preto e branco): - Simplex: 60 páginas por minuto (200 / 300 dpi) - Duplex: 120 imagens por minuto (200 / 300 dpi) Capacidade da bandeja de entrada: - 80 folhas (80g/m²) (Realimentação contínua) Especificações: - Tipo de scanner: AAD (Alimentador Automático de Documentos) - Modos de digitalização: Simplex e Duplex; Colorido, Escala de cinza e Preto e branco - Sensor de imagem: CCD Colorido (dispositivo de carga acoplada) x 2 (frente x 1, traseira x 1) - Fonte de luz: Conjunto de LED branco x 2 (frente x 1, traseira x 1) - Detecção de alimentação múltipla: Sensor x 1 ultrassônico de detecção de alimentação múltipla, sensor de detecção de Pape - Volume diário: 4.000 folhas - Cores de fundo: Branco/Preto (Selecionável) - Resolução ótica: 600 dpi - Resolução de saída (Colorido 24-bit, Escala de cinza 8-bit e Preto e branco 1-bit): 50 a 600 dpi (ajustável por incrementos de 1dpi), 1200, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Fujitsu Fi-7260	Und	8	R$ 6.165,00	R$ 49.320,00
28	TABLET: Configurações mínimas: SISTEMA ANDOID 8.0/8.1. 64 bits Processador: - Número de Núcleos: Octa-Core - Velocidade do Processador: 2.0 GHz Conectividade: - Bluetooth: Versão 4.2 - Conexão Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac 2.4GHz+5GHz - Roteador Wi-Fi - Tipo de SIM: Nano SIM (4FF) - USB versão: 2 - USB Conector: Tipo C Display: - Tecnologia: TFT - Tamanho do Display: 10.5" - Número de Pixels: 1920 x 1200 (WUXGA) - Quantidade de Cores: 16 M - Vidro Reforçado (Gorilla Glass 3) Câmera: Traseira: - Resolução: 8 MP - Abertura: F1.9 - Zoom: Zoom Digital até 4x - Foco Automático (AF) - Modo de Foto: Automático, Food, Live, Panorâmica, Foto, Pro, Selfie Focus, Video Frontal: - Resolução: 5 MP - Abertura: F2.2 GPS: - GPS - A-GPS Memória: - Memória RAM: 4 GB - Memória Interna total compartilhada: 32 GB - Suporte a Cartão de Memória - Tipo Cartão de Memória Suportado: Micro SD Bateria: - Capacidade da Bateria: 6000 mAh - Tipo de Bateria: Ions de Lítio - Voltagem: Bivolt - Capacidade do Cartão de Me, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Samsung Galaxy A8	Und	10	R$ 2.912,00	R$ 29.120,00
38	Cabo UTP2 4AWGX4P CAT.5E; Contendo 305m. Condutor Cobre nú com diâmetro nominal de 24AWG.; Isolamento Poliolefina com diâmetro nominal 0.9mm.; Resistência de Isolamento 10000 M.km; Quantidade de Pares 4 pares 24 AWG; Blindagem Não Blindado (U/UTP).; Capa Constituído por PVC retardante a chama; Diâmetro Nominal 4,8 mm; Peso do Cabo 26 kg/km; Classe de FlamabilidadeCMX: IEC 60332-1 conforme ABNT NBR 14705.; DesequilíbrioResistivoMáximo5%; Resistência Elétrica CC; Máxima do Condutor de20ºC; Impedância Característica 100±15% ; Tipo de Embalagem Caixa de papelão FASTBOX ou bobina de madeira; Quantidade por Bobina Caixa: 305 metros; Dimensionais 350x350x220mm (LAP), Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Multilaser WI185	Und	20	R$ 1.179,00	R$ 23.580,00
41	Estabilizador 500 VA; - Chave liga-desliga embutida; - 6 tomadas tripolares de saída; - Sinalização visual de tensão; - Filtro de linha interno; - Fusível de proteção externo; - Auto-teste na inicialização; - Gabinete em ABS anti-chamas; Proteção de sobrecarga: Sim; Indicador luminoso de rede: Sim; Estágios de regulação: 08 Estágios; entrada: 220V; Voltagem de saída: 110V, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	BRIGHT PE576	Und	100	R$ 574,80	R$ 57.480,00
42	Fonte 500 W real; PCF Ativo: sim Bivolt automática: Sim (115v-230v) Certificação: 80Plus Bronze Cooler: 14x14cm (vermelho) Outras Caracteristicas: Ultra Silenciosa Alta Performance Suporte a AMD CrossFire Tecnology e Nvidia SLI Ready Conexões: 1 x Alimentação 20 + 4 pinos 2 x PCI Express 6 + 2 pinos 1 x Auxiliar ATX 4 + 4 Pinos 2 x Conectores IDE 6 x Conectores SATA MTBF: 100.000 horas, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	C3tech PS-G500B	Und	100	R$ 679,90	R$ 67.990,00
43	Fontes Padrão; -Potência: 230w nominal -Fan Cooler: 1 x 8CM -Chave Seletora: Sim (110 - 240 Manual) Conectores: -1x Alimentação 24 pinos (20+4) -2x IDE -2x SATA -1x ATX (12v) Entrada: -Tensão AC: 115V/230V - Corrente: 3A - 5A -Frequência: 50/60Hz Saída DC: +3.3V, +5V, +12V, -12V, +5VSB Corrente Máx.: 6A, 13A, 11A, 0.5A, 1.5A , Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Fortrek PWS2003	Und	100	R$ 179,98	R$ 17.998,00
51	Memória DDR3 - 8 GB - para notebook; Configuração de Pino: 204 Pinos; Capacidade do módulo: 8 GB; Freqência de trabalho de 1066 MHz (PC3-8500).; Tipo: DDR3 - SODIMM; Tensão de alimentação: 1,5V ± 0,075V; Bancos internos de memória independentes: 8; Disposição das memória: doublesided; Pinagem: 204 pinos em ouro 24 quilates; Freqência de barramento: 1066 MHz CL7; Latência programável de CAS: 5,6, 7, 8 e 9; Organização das células de memória: 256Mx64; Sem ECC (Sem Registro); Consumo de energia: 1,560W; Temperatura de operação: 0 °C até 85 °C; Temperatura de armazenamento: -55 °C até 100 °C; Altura do módulo: 30 mm; Disposição dos componentes: 8 componentes colocados em cada um dos lados, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ADATA DDR3 1066MHZ	Und	40	R$ 449,00	R$ 17.960,00
58	Mouse Óptico USB Resolução 1200DPI. Características: Com fio. Design ambidestro. Sensor Óptico. Resolução MÍNIMA 1200DPI. Quantidade de botões 3. Conexão USB. Requisitos do sistema Windows 7/8/10. Comprimento do cabo 1,5m. Cor Preto, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Multilaser Mo222	Und	200	R$ 33,95	R$ 6.790,00
64	Patch panel 24 P RJ 45 CAT 5E; Especificação técnica; Categoria 5e, U/UTP; 24 posições; Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG; Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 m de níquel e 1,27 m de ouro ; Largura de 19" e altura de 1U ou 44,45 mm, que permite montagem em racks ; Fornecido com parafusos e arruelas para fixação ; Possui local para identificação das portas ; Fornecido na cor preta ; Pintura especial anti-corrosão; Compatível com ferramentas Punch Down 110IDC ; Compatível com plugs RJ45 e RJ11, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	FURUKAWA CAT5E T-568 A/B	Und	20	R$ 616,45	R$ 12.329,00
65	Pendrive 16 GB usb 3.0; Capacidade de armazenamento: 16 GB; Taxa de transferência: Taxa de transmissão de dados: 130MBs (leitura); Sistemas Operacionais: Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	MULTILASER PD588	Und	50	R$ 66,80	R$ 3.340,00

66	Pendrive 32 GB usb 3.0; Capacidade de armazenamento: 32 GB; Taxa de transferência: Taxa de transmissão de dados: 130MBs; Sistemas Operacionais: Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	MULTILASER PD589	Und	50	R$ 82,85	R$ 4.142,50
73	SSD 480 Gb: - Capacidade: 480 GB; - Sata III; - 2.5" 7 milímetros (Ultraslim); Transferência:; - Leitura sequencial: até 530MB/s; - Gravação seqencial: a partir de 350MB/s; - Leitura aleatória: até 95K IOPS; - Gravação aleatória: até 44K IOPS; Energia:; - Consumo: 0,15W; - Tensão: 5V ± 5%, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	GYGABITE	Und	30	R$ 739,00	R$ 22.170,00
75	Switch 16 portas Gigabit: Especificações: Certificação: FCC, CE, RoHs. Requistos do Sistema: Microsoft Windows XP, Vista, Windows Set ou Windows 8, MAC OS, NetWare, UNIX ou Linux. - Dimensões aprox.: 294 x 180 x 44 mm. Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab , IEEE 802.3x. Interface: 16 portas RJ45 com Auto Negociação 10/100/1000 Mbps (Auto MDI / MDIX). Mídia de rede: 10Base-T: UTP cabo categoria 3, 4, 5 (máximo 100m). IA/TIA-568 100Ù STP (máximo 100m). 100Base-Tx: UTP cabo categoria 5, 5e (máximo 100m) - EIA/TIA-568 100Ù STP (máximo 100m). 1000Base-T: UTP cabo categoria 5, 5e cable (maximum 100m). Fonte de Alimentação: 100-240VAC, 50/60Hz. Consumo de Energia: Máximo: 13.3W (220V/50Hz). Desempenho: Capacidade de Comutação: 32 Gbps. Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 23.8 Mpps. Tabela de Endereços MAC: 8K. Jumbo Frame: 10KB - Tecnologia Green: Tecnologias energéticas eficientes e inovadoras economizam até 15% de energia. Método de Transferência: Armazena e Encam, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	Gigabit Tl-sg1016d	Und	50	R$ 1.229,00	R$ 61.450,00
76	Switch 8 portas Gigabit - Padrões e Protocolos: IEEE 802.3i/802.3u/ 802.3ab/802.3x - Interface: 8x 10/100/1000Mbps, Auto Negociação / Auto MDI / MDIX - Fonte de Alimentação Externa: Fonte de Energia Externa (Saída: 5VDC/0.6A) - Dimensões (LxCxA): 127 x 66.5 x 23 mm - Consumo máximo de energia: 3.9W - Dissipação de calor máxima: 13.299 BTU/h - Capacidade de Comutação: 16 Gbps - Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 11.9 Mpps - Tabela de Endereços MAC: 4K - Memória de Buffer de Pacote: 1.5 Mb - Jumbo Frame: 16 KB - Método de Transferência: Armazena e Encaminha - CE, FCC, RoHS, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	TP-Link LS108G	Und	20	R$ 1.258,81	R$ 25.176,20
81	Toner p/ impressora TN 83 A, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	EVOLUT	Und	60	R$ 101,00	R$ 6.060,00
84	Tonner para impressora TN 750, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	EVOLUT	Und	50	R$ 196,90	R$ 9.845,00
87	Toner para impressora TN D203, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	EVOLUT	Und	50	R$ 297,00	R$ 14.850,00
90	Toner para impressora TN D111, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	EVOLUT	Und	50	R$ 144,90	R$ 7.245,00
93	Toner para impressora TN SP3500, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	EVOLUT	Und	50	R$ 277,90	R$ 13.895,00
96	Toner Laser HP 105ª, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	EVOLUT	Und	50	R$ 228,95	R$ 11.447,50
99	Cartucho de Tinta 664 colo, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	HP	Und	40	R$ 159,90	R$ 6.396,00
102	Cartucho de Tinta 662 preto, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	HP	Und	40	R$ 142,95	R$ 5.718,00
105	Cartucho de Tinta 60 colo, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	HP	Und	40	R$ 162,95	R$ 6.518,00
108	Recarga de Toner 83 A, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ASTON	Und	100	R$ 57,80	R$ 5.780,00
111	Recarga de Toner TN 750, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ASTON	Und	80	R$ 83,90	R$ 6.712,00
114	Recarga de Toner TN 880, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ASTON	Und	80	R$ 93,90	R$ 7.512,00
117	Recarga de Toner TN D101, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ASTON	Und	80	R$ 71,90	R$ 5.752,00
120	Recarga de Toner D104, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ASTON	Und	80	R$ 75,90	R$ 6.072,00
123	Recarga de Toner p/ impressora BROTHER DCP 8157DN, Exclusivo para ME, EPP e MEI.	ASTON	Und	300	R$ 89,90	R$ 26.970,00
Valor Total R$						**R$ 1.606.795,89**

Razão social: **RC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA**
CNPJ: 18.891.094/0001-00
Endereço: Rua Mangabeiras, 105, Balsas - MA
Contatos: (99) 35413979
Representante: Elicarlos Gonçalves da Costa

Item	**Discriminação**	**Marca**	**Unid.**	**Quant**	**Valor R$**	
					Unitário	**Total**
15	Nobreak 1200 VA. Bivolt: Entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~ - Filtro de linha - Estabilizador interno com 4 estágios de regulação - Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM) - DC Start - Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil - Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída - Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado - Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga. - True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. - Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica. - Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal. - Interativo - regulação on-line. - Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL). - Porta fusível externo com unidade reserva. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TS SHARA	UND	50	R$ 1.248,00	R$ 62.400,00

17	Nobreak 2000 VA: Entrada Bivolt / Saída 120V. Baterias seladas 6 x 7Ah / engate para expansão de bateria / conexão USB - 91.B0.020002. Bivolt automático na entrada e possuem oito tomadas disponíveis na saída, sendo uma delas com saída de 20A. Nobreak é homologado junto à Roland DG Brasil para os modelos de quipamentos: SP-540i/ RF-640/ RE-640S/ VS-540i/ VS-640i. Características Gerais. Nobreaks com Processador Digital de Sinais (DSP) - Forma de onda senoidal pura e controle digital- Auto teste para verificação das condições iniciais do equipamento - Tecnologia SMD que garante alta confiabilidade e qualidade ao Nobreaks - Comutação livre de transitórios pois rede e inversor são perfeitamente sincronizados - DC Start pode ser ligado mesmo na ausência da rede elétrica com bateria carregada - Recarga automática da bateria mesmo com os Nobreaks desligados garantindo maior tempo de vida útil - Acionamento do inversor em 0,8ms - Gerenciamento de bateria que avisa quando a bateria precisa ser recarregada _____ **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TS SHARA	UND	20	R$ 2.990,00	R$ 59.800,00
18	Nobreak 720 VA. Tensão de Entrada: Bivolt - Tensão de Saída: 110V - Tipo de baterias ou pilhas: Bateria - Protege equipamentos de informática, áudio e vídeo das oscilações da rede elétrica - Proteção contra sobrecarga e curto-circuito nas tomadas de saída, sobrecarga na entrada de rede, sobreaquecimento no inversor, sub e sobretensão da rede elétrica e descarga total/sobrecarga da bateria. - Reinício automático no retorno da rede elétrica, mesmo com a bateria descarregada; Carregamento automático das baterias mesmo com o nobreak desligado. - Função DC Start: possibilita ligar o nobreak na ausência de rede elétrica - Função Silenciar: permite desativar alarmes sonoros no modo Bateria - Sistema de sincronismo PLL que mantém o inversor sincronizado à rede elétrica automaticamente - Carregamento inteligente em 3 estágios para prolongar a vida útil das baterias. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TS SHARA	UND	60	R$ 813,00	R$ 48.780,00
19	Notebook 15,6 Polegadas (TIPO 01): 2.6Ghz 8 Gb de Ram, SSD 256 Gb ; Processador: 8ª geração; Nº de threads 4 ou superior; Conjunto de instruções 64-bit ; Frequência baseada em processador 2.60 GHz ou superior; Cache 4 MB ou superior ; Memória: - Memória: 8GB - Tipo: DDR4 - Expansível até 16GB Tela: - Tamanho 15.6 polegadas - Resolução: 1920*1080p Full HD - Formato: 16:9 - Painel: IPS Áudio: - Combo 3.5, entrada/saída de microfone - Dois alto-falantes estéreo Armazenamento: - SSD: 256GB Conexões: - 2* USB 2.0 - 2* USB 3.0 - 1* USB Tipo C - Leitor de cartão (SD/MMC) - HDMI - Combo Audio Jack Wireless e Rede: - Wireless (Wi-Fi): Compatível com IEEE 802.11 b/g/n/ac - Dupla Faixa: 2.4ghz e 5ghz - Bluetooth: Versão 4.0 01. Porta Ethernet RJ45 (LAN) rede 10/100 ou 100/1000 - Modelo: 3165NGW - Tecnologia de conectividade: WLAN - Interface: M.2: PCIe, USB - Slot: NGFF/M2 (22*30mm). **Ampla Concorrência.**	LENOVO	UND	65	R$ 5.084,00	R$ 330.460,00
23	Rack Parede 12U`s 19"; Mini rack para servidor 19 polegadas, com altura de 8 U.; com teto, laterais, porta traseira perfurada e porta dianteira com acrílico.; - Estrutura feita em aço carbono pré-zincado com espessura 0,95 mm.; - Pintura epóxi-pó de alta resistência.; - Possui 2 planos de réguas 19" (frontal/traseiro) reguláveis.; - Sistema de fixação que possibilita montagem e desmontagem através de parafusos.; - Tampas laterais removíveis através de fecho rápido (travas).; - Parte traseira com recorte regulável para passagem de cabos.; - Porta em acrílico para visualização dos equipamentos.; - Travamento através de fechos lingeta com chave e segredos individuais.; Cor: preto fosco; - Altura: 8 U; - Largura: 19 polegadas ; - Porta frontal intercambiável com visor em acrílico de 2,00 mm.; - Dimensões da embalagem: 500/550/420 mm (Prof/Larg/Alt); (ITEM ALTERADO DE 8 PARA 12 U`S), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MEKANIKA	UND	04	R$ 1.102,00	R$ 4.408,00
27	Switch 24 portas GIGABIT. Padrõ:IEEE802.3x Full duplex and Flow control IEEE802.3 10BASE-T IEEE802.3u 100BASE-TX IEEE802.1p Priority Queueing (CoS) IEEE802.3z 1000BASE-X - Montagem: Rack Mountable Cabeamento suportado:10BASE-T: UTP categoria do cabo 3, 4, 5 (máximo 100 m) 100BASE-Tx: UTP categoria do cabo 5, 5e (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100 m) 1000BASE-T: UTP categoria 5E ou superior (máximo 100m Quantidade de portas: 24 portas 10/100/1000 Mbps com negociação de velocidade automática; Auto MDI/MDI-X: Detecção automática do padrão do cabo (Normal/Crossover LEDs indicadores: Alimentação (power), Link/Atividade por porta e Indicação de velocidade automática Aprendizado de endereços MAC: Aprendizado e atualização automática - Método de Transferência: Armazena e Encaminha - Suporta controle de fluxo IEEE 802.3x para modo Full Duplex e backpressure para o modo half duplex - Arquitetura de encaminhamento sem bloqueio que encaminha e filtra os pacotes em plena velocidade, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TP-LINK	UND	10	R$ 3.525,00	R$ 35.250,00
30	TelfoneIP para VOIP com display Interfaces de rede: Dual-switched 10/100 Mbps portas dupla ligado auto-sensing portas Ethernet de 10/100 Mbps - PoE integrado protocolos/Normas: SIP RFC3261, TCP/UDP, RTP/RTCP, HTTP/HTTPS, ARP/RARP, ICMP, DNS (Um recorde, SRV, NAPTR), DHCP, PPPoE, SSH, TFTP, NTP, STUN, SIMPLES, LLDP-MED, LDAP, TR-069, 802.1x, TLS, SRTP Display gráfico:132x48 display LCD ou superior Teclas de função: 2 teclas de linha com dual-cor do LED e 1 conta SIP, 3 XML programáveis sensíveis ao contexto teclas de função, 5 (navegação, menu) chaves. 13 teclas de função dedicadas para PÁGINA/INTERCOM, AGENDA TELEFÔNICA, MENSAGEM, EM CASA, SEGURAR, REGISTRO, MUDO, FONE de OUVIDO, TRANSFERÊNCIA, CONFERÊNCIA, ENVIAR e REDISCAGEM, VIVA, VOLUME Codecs de voz: apoio G.711 /a, G.722 (banda larga), G.723 (pendente), G.726-32, G.729 a/B, in-band e out-of-band DTMF (Em áudio, RFC2833, SIP INFO), VAD, CNG, AEC, PLC, AJB, AGC QoS:camada 2 (802.1Q, 802.1 p) e Camada 3 (ToS, DiffServ, MPLS) **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	INTELBRAS	UND	05	R$ 692,00	R$ 3.460,00
32	Alicate de crimpar cabos com conector RJ11 e RJ45; Alicate para climpar cabos com conector RJ-11, RJ-12 ou RJ-45.; - Climpa conectores com até 8 vias e RJ-11, RJ12 com até 6 vias.; - Possui cortadores para preparar o fio.; - Alicate com catraca; - Conectores compatíveis: RJ-11, RJ-12 e RJ-45, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HYX	UND	04	R$ 82,90	R$ 331,60

33	Alicate punchdown c/ impacto (insersor); Usado emtelecomunicações, com capacidade para 5 pares UTP (24AWG) de cada vez ; Adequado para ambos os lados do cabo 110 e tipo cross-connect blocos de terminais; Aumenta a produtividade para crimpar Blocos IDC 110 e alguns modelos de Patch Panelpoiscrimpa até 5 pares em uma única vez; O calcanhar de bloco de terminais w / blade são mutáveis e reversível; Uma das extremidades para o assento e cortar arame, e a outra extremidade de fio de estar.; Ideal para ajustar o fio em blocos terminais ou cortar o fim do fio após terminar o serviço. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	PLUS CABLE	UND	04	R$ 84,90	R$ 339,60
35	CABO DE FORÇA. Especificações: Cabo para ligar a fonte do computador à rede elétrica. Padrão Nobo tomada de 3 pinos. Com selo de aprovação Inmetro. Bitola de 3 x 0,75mm. Comprimento: 1.2 metros. Norma do Inmetro: NBR14136, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	MEGATRON	UND	50	R$ 32,90	R$ 1.645,00
36	Cabo HDMI 4K 2.0, 2m. Padrão 2.0 Conector Banhado a ouro. Quantidade de pinos 19. Resolução 4K. Imagem suportada 3D. Largura da banda. 2,23 Gb/s. Áudio 5.1. Comprimento do cabo 2m. Cor Preto. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	PLUS CABLE	UND	20	R$ 54,90	R$ 1.098,00
39	CABO VGA. Comprimento: 1.5 metros - Este cabo é utilizado para transmitir imagens de equipamentos com saída 15 pinos (HDB15 ou VGA) para monitores ou televisores com entrada de 15 pinos (HDB15 ou VGA). **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	PLUS CABLE	UND	50	R$ 38,90	R$ 1.945,00
40	Conector RJ 45 CAT 5E, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	WURTH	UND	250	R$ 1,80	R$ 450,00
44	Guia Traseira Para Patch Panel Padrão 19 Em Aço; Guia traseira de cabos para instalação atrás do patch panel padrão 19"; Permite um melhor acabamento em todos os cabos do painel, melhorando a estética e evitando que o peso do próprio cabo prejudique a conexão, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HITOP	UND	20	R$ 177,50	R$ 3.550,00
46	HD Externo USB 2.0/3.0 2 TB; ou superior; Conexões: USB 3.0; Capacidade de armazenamento: 2TB; Alimentação: USB 3.0, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	ADATA	UND	20	R$ 975,50	R$ 19.510,00
47	HD SATA 1 TB 3,5 p/PC; Interface: SATA 6Gb / s; - Cache: 32MB; - Capacidade:1TB; - Areal densidade (AVG): 329Gb/in2; - Velocidade da rotação (RPM): 7200 RPM; - Latência média: 4.16ms; - Leitura aleatória tempo de busca <8.5ms; - Gravação aleatória tempo de busca <9.5ms; - Máximo de início atual, DC 2.0, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	WD	UND	50	R$ 565,50	R$ 28.275,00
50	Kit para Tomada para Rede com Keystone CAT-5e 8 Vias (módulo com tampa 1 saída) Tomada para rede de informática RJ45e - 8 vias Compatível com Caixa de Derivação Padrão de 50mm Material PVC- termo plástico auto extinguível, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SOHO PLUS	UND	50	R$ 35,50	R$ 1.775,00
54	Memória DDR4 - 8 GB para notebook. Velocidade de Frequência: 2.400MHz; - Tensão de alimentação (Vdd): 1,2 V; - Arquitetura DDR-4; Transferência de quatro dados por ciclo de clock; - Temperatura de Operação: 0 a 85 ºC; - Tipo de Burst: interleave e sequencial; - Memória sem registro: (Não ECC); - Memória: (Synchronous DRAM), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HIKVISION	UND	20	R$ 590,00	R$ 11.800,00
55	Memória DDR4 - 8 GB para PC; - Capacidade de armazenamento: 8 GB; - Velocidade de Frequência: 2.400MHz; - Tensão de alimentação (Vdd): 1,2 V; - Arquitetura DDR-4; Transferência de quatro dados por ciclo de clock; - Temperatura de Operação: 0 a 85 ºC; - Tipo de Burst: interleave e sequencial; - Memória sem registro: (Não ECC); - Memória: (Synchronous DRAM); - Quantidade de pinos: 288, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**;	HIKVISION	UND	20	R$ 855,50	R$ 17.110,00
56	Mouse Adaptado para receber 2(dois) Acionadores de Pressão. Adaptação em Mouse padrão USB, para ser conectado ao computador através da porta USB, com adaptação de 2(duas) entradas para acionador de pressão e conexão plug modelo P2 fêmea. - See more at, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	FORTREK	UND	10	R$ 244,50	R$ 2.445,00
60	Organizador de cabo Horizontal 1U 19"; Guia para racks padrão 19"; Guia de cabo em aço, com aranha de 1U x 55 mm e tampa frontal lisa.; utilizada para organizar os Patch Cords no interior do Rack. Possui tampa removível e furação na parte traseira. Ocupa 1U de altura. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HITOP	UND	40	R$ 69,50	R$ 2.780,00
61	Parafuso com porca gaiola para rack, c/ 12mm e rosca M5; - Parafuso com porca tipo gaiola para rack com 12 mm e rosca M5.; - Especialmente desenvolvido para ser usado em racks para fixar gabinetes, bandejas, frontais, patch panel, etc.; - Feito em aço carbono com cromeação para se evitar a corrosão.; - Possui fenda tipo Philips no parafuso; - Comprimento do parafuso: 12 mm; - Tipo de cabeça: redonda tipo panela com base chata; - Tipo de fenda para a chave: tipo Philips; - Tipo de rosca: M5; - Tipo de porca: M5 com encaixe Gaiola, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TECHFIX	UND	3930	R$ 2,75	R$ 10.807,50
62	Patch Cord 1,50m Cat 5e: Patch Cord; PN-PC; Com plug modular RJ45. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HITOP	UND	50	R$ 21,50	R$ 1.075,00
70	Roteador wifi 1200Mbps AC. Padrão IEEE 802.11a/b/g/n/ac. Wi-Fi 5. Frequência - 2.4Ghz até 300 Mbps - 5Ghz até 867 Mbps. Quantidade de antenas 4. Potência da Antena 5dBi. Quantidade de portas 4. Quantidade de portas LAN 3. Quantidade de portas WAN 01. Modos de operação - Roteador - Repetidor - Cliente Wireless - Ponto de Acesso Segurança WPA-WPA2/PSK com criptografia TKIP e/ou AES. Recursos - MU-MIMO - Beamforming - Configuração e gerenciamento via app - Controle Parental - QoS (Controle de Banda) - Compatível com IPv6 Cobertura até 80m², Requisitos do sistema, Assinatura com um provedor de serviços de Internet (para acesso à Internet), Voltagem Bivolt, Tipo de tomada 10ª, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	TP-LINK	UND	20	R$ 478,90	R$ 9.578,00
72	SSD 240 Gb: - Capacidade: 240 GB; - Sata III; - 2.5" 7 milímetros (Ultraslim); Transferência: - Leitura sequencial: até 530MB/s; - Gravação seqencial: a partir de 350MB/s; - Leitura aleatória: até 95K IOPS; - Gravação aleatória: até 44K IOPS; Energia: - Consumo: 0,15W; - Tensão: 5V ± 5%, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	PNY	UND	40	R$ 536,50	R$ 21.460,00
77	Tampa cega com 1U de altura para rack 19 pol.; Tampa cega com 1U de altura para rack 19 polegadas, - Cor: preta; - Altura rack: 1U; - Compatibilidade: rack 19 polegadas; - Dimensões: 47,7/4,5 cm (Larg/Alt), **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HITOP	UND	30	R$ 35,00	R$ 1.050,00
78	Teclado com fio Soft Touch USB padrão ABNT2 USB. Característica:Teclas extra macias ao toque. 107 teclas. Conexão USB Plugue e play. Padrão ABNT2. Compatibilidade:Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 8, Windows 10. Dimensões mínimas: 44 x 15,1 x 1,8cm. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	C3TECH	UND	150	R$ 53,50	R$ 8.025,00

79	Teclado expandido com colmeia: Conexão USB (plug and play); Compatível com MAC ou Windows Vista / XP / W7 / W10; Dimensões: 436 x 200 x 30 mm; Padrão Português Brasil ABNT 2, incluindo Ç ~ ^ ? AltGr etc; Teclas grandes e coloridas; Teclas de função F1 a F12; Caracteres com impressão ultra grande nas teclas; Modelo Multicolorido com vogais, consoantes, números, acentos e controles em cores. **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	C3TECH	UND	10	R$ 322,00	R$ 3.220,00
80	Testador de cabo c/ sistema lan: - Testador de cabos com conectores RJ-45, RJ-11, BNC e USB.; - Extensão máxima de teste até 180 m (RJ-45, RJ-11 e BNC).; - Indicadores de cabos no painel: Power, bateria fraca, sem conexão, cross, curto e conectado.; - Condições do cabo: Ground, e mais 8 fios.; - Alimentação: Bateria de 9 Volts; - Botão de início de teste; - Cor: branco gelo ou preto; - BNC; - USB tipo B; - RJ-11 de 6 pinos; - RJ-45 de 8 pinos; Conectores do testador remoto (fêmea):; - USB tipo A; - RJ-11 de 6 pinos; - RJ-45 de 8 pinos, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	FORTREK	UND	02	R$ 89,50	R$ 179,00
82	Toner p/ impressora TN 85 A, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	BYQUALY	UND	50	R$ 98,00	R$ 4.900,00
85	Toner para impressora TN 880, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	BYQUALY	UND	50	R$ 217,00	R$ 10.850,00
88	Toner para impressora TN D204/204U, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	BYQUALY	UND	50	R$ 328,00	R$ 16.400,00
91	Toner para impressora TN D101, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	BYQUALY	UND	50	R$ 141,00	R$ 7.050,00
94	Toner para impressora D104, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	BYQUALY	UND	50	R$ 143,00	R$ 7.150,00
97	Toner para impressora Kyocera TN 1147, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	BYQUALY	UND	50	R$ 225,00	R$ 11.250,00
100	Cartucho de Tinta 122 preto, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	UND	40	R$ 157,00	R$ 6.280,00
103	Cartucho de Tinta 662 colo, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	UND	40	R$ 156,00	R$ 6.240,00
106	Tinta Epson kit com 4 cores, preto, azul, amarelo e vermelho, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	EPSON	KIT	60	R$ 327,00	R$ 19.620,00
109	Recarga de Toner 85 A, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	UND	100	R$ 57,00	R$ 5.700,00
112	Recarga de Toner TN D203, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	SAMSUNG	UND	80	R$ 125,00	R$ 10.000,00
115	Recarga Toner TN 3635, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	XEROX	UND	80	R$ 131,00	R$ 10.480,00
118	Recarga de Toner TN SP310, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	RICOH	UND	80	R$ 79,00	R$ 6.320,00
121	Recarga de Toner p/ impressora HP Laser Jet M1120 MFP, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	HP	UND	100	R$ 61,00	R$ 6.100,00
124	Recarga de toner p/ impressora TN 1147, **Exclusivo para ME, EPP e MEI.**	KYOCERA	UND	200	R$ 74,00	R$ 14.800,00
Valor Total R$						**R$ 836.146,70**

O valor global registrado para o fornecimento **R$ 2.998.273,09 (dois milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e três reais e nove centavos).**

Alto Parnaíba- MA, 01 de setembro de 2022.

_____

Jose Airton Brito de Castro
Presidente da CPL

_____

Itamar Nunes Vieira
Prefeito Municipal – Alto Parnaíba-MA

_____

ELLU HOSPITALAR LTDA
CNPJ 23.637.505/0001-67
Luciana Reis da Cunha
Representante Legal

_____

MAGAZINE ELETRO LTDA
CNPJ 02.671.581/0001-19
Adão Gomes Maia
Representante Legal

_____

RC SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 18.891.094/0001-00
Elicarlos Gonçalves da Costa
Representante Legal

Publicado por: PEDRO HENRIQUE FORMIGA ROCHA
Código identificador: 9c664639869845541f6c556468b03022

PREÇOS N.º 02/2022 – CPL

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022 - PMAP TOMADA DE

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022 - PMAP
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2022 – CPL
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a retomada da construção da Quadra Coberta com vestiário no Bairro Santo Antônio em Alto Parnaíba - MA.

A **Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba - MA**, através de sua **Comissão Permanente de Licitação - CPL** torna público que após análise técnica da única Proposta de Preço apresentada na licitação em referência, a Comissão declara **classificada** e **vencedora** da **Tomada de Preços nº 02/2022-CPL** a empresa **CONSTRUTORA MENDES SALES** por ter proposta de preço cujo valor global é de **R$ 871.749,80 (oitocentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)** dentro das condições exigidas no Edital.
A análise técnica da Proposta contou com a participação do Engenheiro desta Prefeitura.

Alto Parnaíba, 12 de setembro de 2022.

José Airton de Brito Castro
Presidente CPL
Alto Parnaíba - MA

Publicado por: PEDRO HENRIQUE FORMIGA ROCHA
Código identificador: 4fd9dbf9ac1052e0462315f9d5fd4414

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO nº 005, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022.
"Dispõe sobre a aprovação da Pactuação Interfederativa 2019 do município de Alto Parnaíba/MA."

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, em reunião extraordinária realizada no dia 06/09/2022 no uso das atribuições legais estabelecidas por lei;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a Pactuação Interfederativa 2019 do Município de Alto Parnaíba/MA.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

FRANCISLEY DA SILVA ALMEIDA
Presidente do Conselho M. de Saúde

Publicado por: PEDRO HENRIQUE FORMIGA ROCHA
Código identificador: e43b30e3f1b4fa9500e0cd54c3bd97c4

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO nº 006, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022.
"Dispõe sobre a aprovação do 1º, 2º e 3º Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão 2019."

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS, em reunião extraordinária realizada no dia 06/09/2022 no uso das atribuições legais estabelecidas por lei;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o 1º, 2º e 3º Relatório Detalhado Quadrimestral Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão 2019 do Município de Alto Parnaíba/MA.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

FRANCISLEY DA SILVA ALMEIDA
Presidente do Conselho M. de Saúde

Publicado por: PEDRO HENRIQUE FORMIGA ROCHA
Código identificador: ae707d86a663f7bddf1e746c1aab6201

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

AVISO DE ADJUDICAÇÃO. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº TP-002/2022-CPL.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
Aviso de Adjudicação. Modalidade: TOMADA DE PREÇO nº **TP-002/2022-CPL**. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para Conclusão de 01 (uma) Escola com 04 salas de aulas (Projeto Padrão FNDE – PAR 17213/2014) no Povoado Chapada do Garoto pertencente ao Município de Arame / MA, de interesse do Município de Arame - MA. Vencedor(es): PENHA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 14.581.044/0001-67, com o valor total de R$ 1.396.583,32 (um milhão e trezentos e noventa e seis mil e quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Adjudico a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 – JOSÉ MICHAEL BARROS DE PAIVA. 26 de Agosto de 2022.
JOSÉ MICHAEL BARROS DE PAIVA
Presidente da CPL
Portaria 014/2022

Publicado por: FRANCISCO ALVES FONSECA
Código identificador: fa3658249aa1422c72d0adc47dee565c

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-002/2022-CPL.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: TOMADA DE PREÇOS nº TP-002/2022-CPL. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para Conclusão de 01 (uma) Escola com 04 salas de aulas (Projeto Padrão FNDE – PAR 17213/2014) no Povoado Chapada do Garoto pertencente ao Município de Arame / MA. Vencedor(es): PENHA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 14.581.044/0001-67, com o valor total de R$ 1.396.583,32 (um milhão e trezentos e noventa e seis mil e quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 – ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE. 02 de Setembro de 2022.
JOSÉ MICHAEL BARROS DE PAIVA
Presidente da CPL
Portaria 014/2022

Publicado por: FRANCISCO ALVES FONSECA
Código identificador: eecf929616447897938dba52f4c06d91

EXTRATO DE CONTRATO N° 20220203

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 20220203

EXTRATO DE CONTRATO N° 20220203 REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº002/2022-CPL. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para Conclusão de 01 (uma) Escola com 04 salas de aulas (Projeto Padrão FNDE – PAR 17213/2014) no Povoado Chapada do Garoto pertencente ao Município de Arame / MA. VALOR TOTAL: R$ 1.396.583,32 (um milhão e trezentos e noventa e seis mil e quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Exercício 2022 Projeto 12 361 0005 1.004 Educação fundamental anos iniciais e finais, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações, Subelemento 4.4.90.51.91. PARTES: Secretaria Municipal de Educação, representado pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE, Secretario de Educação pela CONTRATANTE, e PENHA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 14.581.044/0001-67. VIGÊNCIA: 09 de Setembro de 2022 a 30 de Dezembro de 2022 A partir da data da Assinatura. DATA DA ASSINATURA: 09 de Setembro de 2022. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE, Secretário de Educação.

Publicado por: FRANCISCO ALVES FONSECA
Código identificador: d288c90badda83f321f6ffe3a14e5f13

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA

DECRETO N° 18, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

Define processo de escolha dos Diretores Escolares do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, mediante processo de seleção meritocrática e dá outras providências. **A PREFEITA MUNICIPAL DE BACABEIRA,** Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município; **DECRETA: Art. 1º.** Fica definido o processo de escolha de Diretores(as) Escolares do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, cuja nomeação, de competência do Poder Executivo, será efetivada mediante processo de seleção meritocrática. **Parágrafo Único**. Entende-se como processo de seleção meritocrática aprovação em Processo Seletivo Simplificado que efetivar-se-á em duas etapas, Avaliação de Títulos e Entrevista de caráter classificatório e eliminatório, para todos os candidatos. **Art. 2º** Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal nomear os membros da gestão escolar dentre os qualificados. **Art. 3º** A qualificação por edital não muda a essência do cargo, que continuará a ser de livre nomeação e exoneração do Executivo. **Art. 4º.** São requisitos para participar do processo de seleção: **I.** Exercer suas funções na rede municipal de ensino, até a data da publicação deste Decreto; **II.** Ter disponibilidade legal para assumir o cargo no Estabelecimento de Ensino com a demanda de 40 (quarenta) horas semanais; **III.** Não possuir antecedentes criminais ou condenação administrativa nos últimos 03 (três) anos, apresentando as certidões negativas Federal, Estadual e Municipal; **IV.** Comprometer-se a participar de cursos de Gestão Escolar obtendo certificado no prazo de 02 (dois) anos; **V.** Ter, no mínimo, o nível de Graduação completa em Licenciatura Plena ou pós-graduação na área de Educação Básica; **Art. 5º**. A gestão do Diretor(a) Escolar será de 2 (dois) anos. **Art. 6º.** No caso de afastamento temporário do Diretor(a) Escolar será designado um substituto, pelo Poder Executivo, que exercerá o cargo durante a ausência do titular. **Art. 7º**. Em caso de vacância do cargo de Diretor(a) será indicado um substituto pelo Poder Executivo, pelo prazo restante do mandato. **Art. 8º.** O Diretor(a) Escolar deverá participar de programas de capacitação pedagógica e administrativa definidos pela Secretaria Municipal de Educação. **Art. 9.** A Secretaria Municipal de Educação baixará as Resoluções e Portarias necessárias ao fiel cumprimento do presente Decreto. **Art. 10.** Os casos omissos neste Decreto serão supridos pela Secretaria Municipal de Educação. **Art. 11** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.** GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BACABEIRA-MA, ESTADO DO MARANHÃO, em 13 de setembro de 2022. CARLA FERNANDA DO REGO GONÇALO - **Prefeita Municipal**

Publicado por: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO
Código identificador: ec7ea548a3b0f789983fbe8c5485bbbc

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURITUBA

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURITUBA

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022. A Prefeitura Municipal de Bacurituba, mediante seu Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, torna público que a TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022, objetivando a Contratação de empresa especializada para execução dos Serviços de Engenharia de Recuperação de Estradas Vicinais na Zona Rural do Município de Bacurituba/MA, realizar-se-á no dia 30/09/2022, às 09:00h, na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Benjamin Constant, s/nº, Bairro Centro, Bacurituba/MA. O Edital foi redigido na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie; Maiores informações sobre o edital poderão ser obtidas no site da Prefeitura (https://bacurituba.ma.gov.br) e também nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação da Prefeitura Muncipal de Bacurituba-MA, onde poderão ser consultados gratuitamente, desde que em mídia, ou obtidos mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel (500 folhas), tamanho A4, 210 x 297 mm, 75 g/m², referente ao custo de reprodução podendo ainda ser solicitado via e-mail: cplbacurituba@gmail.com.
Bacurituba/MA, 13 de setembro de 2022.
LEÔNIDAS DE JESUS BARROS COSTA.
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura.

Publicado por: LINALDO COSTA
Código identificador: da1b7970d777307d671a98b663e3b73a

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

RATIFICAÇÃO DISPENSA N°36/2022

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.
ESPÉCIE: Dispensa de Licitação. Nº 36/2022. **OBJETO:** Locação de imóvel, para instalações do **Setor de Imunização, localizado na Rua Antônio Jacobina, nº 1.319, Centro –Balsas/MA, de propriedade da senhora Eurídice Carmen de Albuquerque Lima, inscrita no CPF nº 049.360.512-68 e portadora do RG nº 034416092007-6 SESP/MA**. **LOCATÁRIO:** Secretaria Municipal de Saúde. **LOCADORA: EURÍDICE CARMEN DE ALBUQUERQUE LIMA,** inscrita no CPF nº 049.360.512-68 e portadora do RG nº 034416092007-6 SESP/MA. **PRAZO DE VIGENCIA**: O contrato a ser firmado com o contrato terá sua vigência pelo prazo de 28 (vinte e oito) meses, iniciando-se dia 01/09/2022 a 31/12/2024, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por meio de Termos

Aditivo. **VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO:** R$ 13.000,00 (treze mil reais); **VALOR GLOBAL DA LOCAÇÃO:** R$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais). Raylson Félix Barros, Secretário Municipal de Saúde.

Balsas - MA, 31 de Agosto de 2022.

_____

Raylson Félix Barros
Secretário Municipal Saúde

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: a55dec54a62a45b10c744e76aabf5e0a

RESENHA DO CONTRATO Nº 595/2022

RESENHA DO CONTRATO Nº 595/2022 -SESAU. Referente Pregão Eletrônico **N° 60/2021**. **PARTES:** Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **SALUT HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.210.848/0001-76. **OBJETO**: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de MEDICAMENTOS, CORRELATOS, INSUMOS PARA LABORATÓRIO E APARELHOS MÉDICO-HOSPITALARES, visando suprir as necessidades das unidades de saúde: HOSPITAL DR. ROOSEVELT MOREIRA CURY - HBU, UPA-24HS, SAMU, FARMÁCIA BÁSICA, PSF, CAPS, DST/AIDS, HIPERDIA, IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA DA MULHER AME, para atender pacientes usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, no Município de Balsas/MA. **VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de Dezembro de 2022. **PREÇO:** O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 580.874,86 (quinhentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). DOTAÇÃO:** 10.301.1013.2-056.3.3.90.30.00.00.10.301.0072.2-043.3.3.90.30.00.00.10.301.1009.2-054.3.3.90.30.00.00.10.301.0072.2-040.3.3.90.30.00.00.10.305.1010.2-057.3.3.90.30.00.00.10.301.0072.2-047.3.3.90.30.00.00.10.301.0209.2-053.3.3.90.30.00.00**. DO FORO:** Comarca de Balsas. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de setembro de 2022. **ASSINATURAS:** Raylson Felix Barros (Contratante) e Joina de Cassia Mendes Soares (Contratada).

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: d7eec886cc9647c17221ac0a4029f5b8

RESENHA DO CONTRATO Nº 596/2022

RESENHA DO CONTRATO Nº 596/2022 -SESAU. Referente Pregão Eletrônico **N° 60/2021**. **PARTES:** Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **SANTE HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.467.850/0001-04. **OBJETO**: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de MEDICAMENTOS, CORRELATOS, INSUMOS PARA LABORATÓRIO E APARELHOS MÉDICO-HOSPITALARES, visando suprir as necessidades das unidades de saúde: HOSPITAL DR. ROOSEVELT MOREIRA CURY - HBU, UPA-24HS, SAMU, FARMÁCIA BÁSICA, PSF, CAPS, DST/AIDS, HIPERDIA, IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA DA MULHER AME, para atender pacientes usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, no Município de Balsas/MA. **VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de Dezembro de 2022. **PREÇO:** O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 491.935,40 (quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos). DOTAÇÃO:** 10.301.1013.2-056.3.3.90.30.00.00.10.301.0072.2-043.3.3.90.30.00.00.10.301.1009.2-054.3.3.90.30.00.00.10.301.0072.2-040.3.3.90.30.00.00.10.305.1010.2-057.3.3.90.30.00.00.10.301.0072.2-047.3.3.90.30.00.00.10.301.0209.2-053.3.3.90.30.00.00**. DO FORO:** Comarca de Balsas. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de setembro de 2022. **ASSINATURAS:** Raylson Felix Barros (Contratante) e Parmênides do Nascimento Sousa da Silva (Contratada).

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: 8129e4a29a8241f69024daea8836e889

RESENHA DO CONTRATO Nº 599/2022

RESENHA DO CONTRATO Nº 599/2022 -SESAU. Referente Pregão Eletrônico **N° 26/2022**. **PARTES:** Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **AGNUS BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE ARTIGOS LABORATORIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.700.478/0001-46. **OBJETO**: contratação de empresa para aquisição de analisadores bioquímico, hematológico e bioquímico semi-automático, para laboratório do Hospital e Pronto Socorro Dr. Roosevelt Moreira Cury, no município de Balsas/MA. **VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de Dezembro de 2022. **PREÇO:** O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 17.400,00 (Dezessete mil, quatrocentos reais). DOTAÇÃO:** 10.301.1013.2-056.4.4.90.52.00.00**. DO FORO:** Comarca de Balsas. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de setembro de 2022. **ASSINATURAS:** Raylson Felix Barros (Contratante) e Natalia Bernichi Gandini Bianco (Contratada).

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: 33a33bad17497dd87be41d6f7168408b

RESENHA DO CONTRATO Nº 598/2022

RESENHA DO CONTRATO Nº 598/2022 -SESAU. Referente Pregão Eletrônico **N° 26/2022**. **PARTES:** Secretaria Municipal de Saúde e a empresa **AMAMEDICAL SOLUCOES EM SAUDE EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.162.496/0001-96. **OBJETO**: contratação de empresa para aquisição de analisadores bioquímico, hematológico e bioquímico semi-automático, para laboratório do Hospital e Pronto Socorro Dr. Roosevelt Moreira Cury, no município de Balsas/MA. **VIGÊNCIA:** O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de Dezembro de 2022. **PREÇO:** O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 115.990,00 (cento e quinze mil, novecentos e noventa reais). DOTAÇÃO:** 10.301.1013.2-056.4.4.90.52.00.00**. DO FORO:** Comarca de Balsas. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de setembro de 2022. **ASSINATURAS:** Raylson Felix Barros (Contratante) e Cristiano Freire Amaral (Contratada).

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: a45a8b0e375a80fc2db8565b57246cc4

PORTARIA N° 513/2022

PORTARIA N° 513/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BALSAS - MA, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALSAS - MA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **FERNANDA MIRANDA DOS SANTOS,** Matrícula 4740-3**,** como Fiscal da Secretaria Municipal de Saúde – contratação de empresa para aquisição de analisadores bioquímico, hematológico e bioquímico semi-automático, para laboratório do Hospital e Pronto Socorro Dr. Roosevelt Moreira Cury, no município de Balsas-MA, mediante termo de **contrato nº 598/2022**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO 26/2022**, com a contratada **AMAMEDICAL SOLUCOES EM SAUDE EIRELI**, durante a vigência do mesmo, de acordo com o que preceitua o art. 67 da Lei nº 8.666/93, devendo ser considerado assim a partir de 13 de setembro de 2022.

Art. 2º - Ficam revogadas Portarias com disposições contrárias.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAYLSON FELIX BARROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: 845e56c4f66064ce52f41dfdbf63ec98

PORTARIA N° 512/2022

PORTARIA N° 512/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BALSAS - MA, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BALSAS - MA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **FERNANDA MIRANDA DOS SANTOS,** Matrícula 4740-3**,** como Fiscal da Secretaria Municipal de Saúde – contratação de empresa para aquisição de analisadores bioquímico, hematológico e bioquímico semi-automático, para laboratório do Hospital e Pronto Socorro Dr. Roosevelt Moreira Cury, no município de Balsas-MA, mediante termo de **contrato nº 599/2022**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO 26/2022**, com a contratada **AGNUS BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE ARTIGOS LABORATORIAIS EIRELI**, durante a vigência do mesmo, de acordo com o que preceitua o art. 67 da Lei nº 8.666/93, devendo ser considerado assim a partir de 13 de setembro de 2022.

Art. 2º - Ficam revogadas Portarias com disposições contrárias.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAYLSON FELIX BARROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: 1e12810d7faba61165527f706d3721f8

PORTARIA N° 510/2022

PORTARIA N° 510/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BALSAS - MA, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DE BALSAS - MA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **FERNANDA MIRANDA DOS SANTOS,** Matrícula 4740-3**,** como Fiscal da Secretaria Municipal de Saúde – aquisição de MEDICAMENTOS, CORRELATOS, INSUMOS PARA LABORATÓRIO E APARELHOS MÉDICO-HOSPITALARES, visando suprir as necessidades das unidades de saúde: HOSPITAL DR. ROOSEVELT MOREIRA CURY - HBU, UPA-24HS, SAMU, FARMÁCIA BÁSICA, PSF, CAPS, DST/AIDS, HIPERDIA, IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA DA MULHER AME, para atender pacientes usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, no Município de Balsas/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital, mediante termo de **contrato nº 595/2022**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO 60/2021**, com a contratada **SALUT HOSPITALAR LTDA**, durante a vigência do mesmo, de acordo com o que preceitua o art. 67 da Lei nº 8.666/93, devendo ser considerado assim a partir de 13 de setembro de 2022.

Art. 2º - Ficam revogadas Portarias com disposições contrárias.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAYLSON FELIX BARROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: 5a7775471686cf681b532aba879555f4

PORTARIA N° 511/2022

PORTARIA N° 511/2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BALSAS - MA, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE DE BALSAS - MA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **FERNANDA MIRANDA DOS SANTOS,** Matrícula 4740-3**,** como Fiscal da Secretaria Municipal de Saúde – aquisição de MEDICAMENTOS, CORRELATOS, INSUMOS PARA LABORATÓRIO E APARELHOS MÉDICO-HOSPITALARES, visando suprir as necessidades das unidades de saúde: HOSPITAL DR. ROOSEVELT MOREIRA CURY - HBU, UPA-24HS, SAMU, FARMÁCIA BÁSICA, PSF, CAPS, DST/AIDS, HIPERDIA, IMUNIZAÇÃO E PROGRAMA DA MULHER AME, para atender pacientes usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, no Município de Balsas/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital, mediante termo de **contrato nº 596/2022**, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO 60/2021**, com a contratada **SANTE HOSPITALAR EIRELI**, durante a vigência do mesmo, de acordo com o que preceitua o art. 67 da Lei nº 8.666/93, devendo ser considerado assim a partir de 13 de setembro de 2022.

Art. 2º - Ficam revogadas Portarias com disposições contrárias.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAYLSON FELIX BARROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: c9556602f6087ed1f2b4fd8fa7a38cd5

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

LEI N° 709/2022 - DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR ESCOLAR, QUE REGULAMENTA O NOVO FUNDEB.

Lei n° 709/2022.

Dispõe sobre a Lei Municipal n° 709/2022 referente ao processo de escolha do diretor escolar, em atendimento ao Art. 14 da Lei 14.113/2020 que regulamenta o novo Fundeb.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI**, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e **EU SANCIONO** a seguinte Lei:
Art. 1° - O provimento da função de diretor escolar dar-se-á por processo seletivo com base em critérios técnicos de mérito e desempenho. Em seguida os candidatos aprovados deverão ser submetidos a escolha da comunidade escolar, mediante apresentação do plano de gestão para o exercício do cargo;
§ 1° - O exercício do cargo de diretor escolar terá duração de 2 anos, podendo ser renovado nas votações posteriores.
§ 2° - dos critérios técnicos de mérito e desempenho:
I – Ser profissional do magistério efetivo da rede municipal de ensino a mais de três anos;
II – Ser portador do diploma de Pedagogia ou outra Licenciatura Plena acrescida de especialização em gestão escolar;
III – Ser aprovado na avaliação de desempenho, para esse fim, com nota superior a 7 (sete);
IV – Não ter sofrido punição disciplinar em decorrência de Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 3 (três) anos;
V – Não estar devendo nenhuma prestação de contas de recursos públicos ou ter tais contas reprovadas pelos órgãos competentes;
VI – Participar e ter frequência integral no Curso de Formação de Diretores Escolares a ser ofertado pela Secretaria Municipal de Educação para o fim estabelecido no caput deste artigo;
VII – Ter nota 7 (sete) ou superior na prova para seleção de diretores escolares;
§ 3° Aos candidatos que cumprirem os elementos do parágrafo anterior devem ser submetidos à consulta da comunidade escolar a que se candidatou.
§ 4° O processo seletivo para a função de diretor escolar será regulamentado por meio de Decreto do Prefeito Municipal;
§ 5° O processo de escolha pela comunidade escolar será regulamentado por portaria emitida pela Secretária Municipal de Educação;
§ 6° A avaliação de desempenho para efeitos de mérito para a escolha de diretor escolar é o instrumento legal para essa finalidade.

Buriti/MA, 01 de setembro de 2022.

José Arnaldo Araújo Cardoso
Prefeito Municipal de Buriti-MA

Publicado por: FRANCISCO JáDSON NASCIMENTO DA SILVA
Código identificador: bc979697daa7fecb4af67993354a182e

TERMO DE SANÇÃO DE LEI MUNICIPAL Nº 709/2022.

TERMO DE SANÇÃO DE LEI MUNICIPAL Nº 709/2022.

O MUNICÍPIO DE BURITI/MA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, O Senhor Jose Arnaldo Araujo Cardoso, no uso de suas atribuições legais, notadamente conferida por Lei Municipal, sanciona expressamente o **projeto de Lei nº. 007/2022**, que será promulgado como **Lei Municipal nº 709/2022**, na forma prevista no artigo 55, da lei Orgânica Municipal, aprovada pela Nobre Casa Legislativa em sessão plenária, não ocorrendo veto pelo Executivo.

Outrossim, determino que o Chefe de Gabinete diligencie no sentido de publicar imediatamente a **Lei nº 709/2022** (em apenso), que **dispõe sobre a Lei Municipal n° 709/2022 referente ao processo de escolha do diretor escolar, em atendimento ao Art. 14 da Lei 14.113/2020 que regulamenta o novo Fundeb.**

Cumpra-se na forma da Lei.

Prefeitura Municipal de Buriti-MA, 01 de setembro de 2022.

José Arnaldo Araujo Cardoso
Prefeito Municipal

Publicado por: FRANCISCO JáDSON NASCIMENTO DA SILVA
Código identificador: 64c9fc9a153c76d4496fb06d47cd2afb

PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO MARANHãO

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021.

ERRATA DO EXTRATO DE EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 043/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2022. - OBJETO: "O ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO". **ONDE SE LÊ: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021 – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2021. LEIA-SE: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2021 – TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021. ONDE SE LÊ**: ARTIGO 24, INCISO IV E ART. 65, INCISO II, §§ 1º E 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993. **LEIA-SE: I**NCISO IV E ART. 65, INCISO II, §§ 1º E 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993. PUBLICADO: DIÁRIO DA FAMEM – TERÇA FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2022, EDIÇÃO 2936, PÁGINA 56/112. **J LEILSON DE ALMEIDA DOS SANTOS**,- PREFEITO MUNICIPAL. CENTRO NOVO DO MARANHÃO/MA, 13 DE JUNHO DE 2022.

Publicado por: ANDRé LUíS BARROSO BEZERRA

Código identificador: 21dd4c35982bf47052ecb274e21bf71e

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2021-SEMAD - PROCESSO ADM. Nº 067/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2022, TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E DES. URBANO e a empresa **ROBERIO JEMENSON DE OLIVEIRA LIMA-ME**, inscrita no CNPJ Nº **30.929.577/0001-43**, localizada na Rua Castelo do Piauí, n° 3436, Quadra 0, Lote 18/A, Bairro Buenos Aires, Teresina/PI, CEP nº 64.008-540. **BASE LEGAL:** Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993. **OBJETO:** Termo Aditivo tem por objetivo o prorrogado a vigência do Contrato Administrativo nº 043/2021, referente à contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área de licitação e contratos, para atender as necessidades do município de Centro Novo do Maranhão. **VALOR DO CONTRATO:** R$ **367.501,20 (TREZENTOS E SESSENTA E SETE MIL QUINHENTOS E UM REAIS E VINTE CENTAVOS)**, com o valor mensal de **R$ 30.625,10 (TRINTA MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS**). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO** - 02 PODER EXECUTIVO - 02 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E DES. URBANO - 02 03 00 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E DES. URBANO – 04 ADMINISTRAÇÃO – 04 122 – AQDMINISTRAÇÃO GERAL – 04 122 0007 GESTÃO ADMINISTRATIVA – 04 122 0007 2005 0000 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINÇAS. 3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA – **FONTE DE RECURSO:** 1.500.00-001.001**. SIGNATÁRIOS: LEILSON DE ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do CPF sob n° 007.782.633-71, pela Contratante, e **ROBERIO JEMENSON DE OLIVEIRA LIMA**, portador da CNH nº 04052098169, pela Contratada. Centro Novo do Maranhão/MA, 1º de setembro de 2022.

Publicado por: ANDRé LUíS BARROSO BEZERRA
Código identificador: 61208eb09142a699edf9df0d34cb78a8

EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 124/2022-SINFRA - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - PROCESSO ADM. Nº 082/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2022. TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022. CONTRATO ADMINISTATIVO N° 124/2022. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRURA E TRANSPORTE e a empresa **CONSTRULOC CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **23.679.061/0001-22**, com sede na Avenida Floriano Peixoto, S/N, Centro, Centro Novo do Maranhão/MA, CEP: 65299-000. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO POVOADO CIPOEIRO, NO MUNICÍPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE. VALOR GLOBAL**: **2.029.661,74** (DOIS MILHÕES VINTE E NOVE REAIS SEISCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS). **VIGÊNCIA DO CONTRATO: 300 (TREZENTOS) DIAS. PRAZO DE EXCUÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1. PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO – 02 PODER EXECUTIVO – 02.14 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE – 02.14.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE – 15 URBANISMO – 15.451 – INFRAESTRUTURA URBANA – 15.451.0323 PLANEJAMENTO URBANO – 15.451.0323.2075.000 CONSTR. PAVIM. MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS – 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES FONTE DE RECURSO 1.700.00-110 000. SIGNATÁRIOS: JOÃO BATISTA COSTA**, Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte, portadora do CPF nº 248.376.873-34, pela CONTRATANTE, e a Sra. **WILLIAM PEREIRA EVANGELISTA**, CPF n° **803.941.833-04**, e do RG n° **29719394-5**, pela CONTRATADA. Centro Novo do Maranhão/MA, 05 de setembro de 2022.

Publicado por: ANDRé LUíS BARROSO BEZERRA
Código identificador: b2f939544601cd5dae8da0a2e77eb41d

EXTRATO DO CONTRATO ADM. Nº 125/2022-SINFRA. TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022. PROCESSO ADM. Nº 082/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2022. TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022. CONTRATO ADMINISTATIVO N° 125/2022. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRURA E TRANSPORTE e a empresa **CONSTRULOC CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **23.679.061/0001-22**, com sede na Avenida Floriano Peixoto, S/N, Centro, Centro Novo do Maranhão/MA, CEP: 65299-000. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADO E CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO POVOADO CIPOEIRO, NO MUNICÍPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE. VALOR GLOBAL**: **R$ 100.548,51** (CEM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS). **VIGÊNCIA DO CONTRATO: 300 (TREZENTOS) DIAS. PRAZO DE EXCUÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 1. PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO – 02 PODER EXECUTIVO – 02.14 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE – 02.14.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE – 15 URBANISMO – 15.451 – INFRAESTRUTURA URBANA – 15.451.0323 PLANEJAMENTO URBANO – 15.451.0323.2075.000 CONSTR. PAVIM. MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS – 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES FONTE DE RECURSO 1.700.00-110 000. **SIGNATÁRIOS: JOÃO BATISTA COSTA**, Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte, portadora do CPF nº 248.376.873-34, pela CONTRATANTE, e a Sra. **WILLIAM PEREIRA EVANGELISTA**, CPF n° **803.941.833-04**, e do RG n° **29719394-5**, pela CONTRATADA. Centro Novo do Maranhão/MA, 05 de setembro de 2022.

Publicado por: ANDRé LUíS BARROSO BEZERRA
Código identificador: 8788235fab1d263eb340458ecf030eed

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO

PORTARIA Nº 152/SEMAFIN - 02 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA Nº 152/SEMAFIN - 02 DE SETEMBRO DE 2022.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE DOM PEDRO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 79º, incisos III e competências delegadas pelo Chefe do Executivo, e, ainda, de acordo com os artigos 58, inciso III, 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, e
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designado o servidor **VINICIUS KAIQUE MOURA MATOS,** Matrícula nº 3384-1, para fiscalizar, acompanhar e atestar as despesas decorrentes do **1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21.22.0208.001/2021,** que tem como objeto a Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Dom Pedro-MA, celebrado com a **SEMAFIN e o Locatário CARLOS KLEBER DA SILVA BATISTA,** com o período de vigência de: **31/08/2022 a 31/08/2023.**
Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor nesta data.
Dê-se ciência.
Publique-se e Cumpra-se.

Ailton Mota dos Santos
Prefeito Municipal.

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: efcaa5533048d690ed1b354451f23fe2

PORTARIA Nº 153/SEMAFIN - 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA Nº 153/SEMAFIN - 12 DE SETEMBRO DE 2022.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE DOM PEDRO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 79º, incisos III e competências delegadas pelo Chefe do Executivo, e, ainda, de acordo com os artigos 58, inciso III, 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, e
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designado o servidor **JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO,** Matrícula nº 3441-1, para fiscalizar, acompanhar e atestar as despesas decorrentes do **1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11.01.0203.001/2021,** referente à Prestação de serviços de Consultoria e Assessoria técnica em licitações para atender a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e suas vinculadas, do Município de Dom Pedro-MA, celebrado com a **SEMAFIN e a Empresa SOLICITA SERVIÇOS LTDA,** com o período de vigência de: **06/08/2022 a 06/08/2023.**
Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor nesta data.
Dê-se ciência.
Publique-se e Cumpra-se.

Ailton Mota dos Santos
Prefeito Municipal

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: dbf603026e42e5f8ae93f4b62d7c191e

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0019/2022. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 158.2022. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Duque Bacelar, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Decreto Municipal n.º 010/2021 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço, no regime de execução indireta, empreitada por preço global, disputado por Lote, para Contratação de Empresa para Prestar os Serviços de Reforma do Centro de Atendimento e diagnostico Dona Isabel R. de Carvalho e Implantação de Sistema e Drenagem do Centro de Saúde, São José, no Município de Duque Bacelar/MA, que se realizará no dia 26 de Setembro de 2022, ás 08:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site https://licitar.digital/, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Avenida Coronel Rosalino, s/n – Centro, Duque Bacelar – MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web da Licitar Digital – Endereço: https://licitar.digital/. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico e/ou pelo telefone (98) 3472-0019. Duque Bacelar – MA, 13 de Setembro de 2022. Domingos Alves dos Reis Neto – Pregoeiro Municipal.

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código identificador: c1522f59085796905d72712272662733

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA. RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE SRP-015/2022-CPL/PMDB. OBJETO: Registro de Preços, do tipo menor preço, visando a Futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de moveis e eletrodomésticos destinados às Secretarias de Duque Bacelar, Conforme valor registrado abaixo. PARTES: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura e a empresa J.R. D. BRANDÃO EIRELI CNPJ: 23.511.454/0001-22. BASE LEGAL: O presente registro tem como amparo legal o Edital da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº PE- 015/2022 e nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/20219, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 001/2021; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas. VALIDADE DA ATA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 12/09/2022. FORO: Comarca de Coelho Neto/MA. ASSINATURAS: Órgão Gerenciador - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura, representa pelo Sr° Robert Otoni Furtado Oliveira, Órgãos Participantes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer representante, Jales Moura de Freitas Carvalho, Secretaria Municipal de Saúde, representante, Ana Leonor Batista Burlamaqui, Secretaria Municipal de Assistência Social, representa por Gilmara Kilma da Silva Miranda, e o representante da empresa Sr. JOSE RAIMUNDO DANTAS CPF: 09628690310.

EMPRESA	J.R. D. BRANDÃO EIRELI CNPJ: 23.511.454/0001-22
REPRESENTANTE	JOSE RAIMUNDO DANTAS CPF: 09628690310

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QUANT TOTAL	V. UNT	V. TOTAL
10	Armário de Aço de cozinha para parede 1,20x0,55x0,29	MODELO MOVÉIS	UND	24	R$ 610,00	R$ 14.640,00
11	Armário de aço tam 1,60x0,90x0,40, Vitrine	MODELO MOVÉIS	UND	50	R$ 730,00	R$ 36.500,00
12	Armário de aço tam. 1,98 x 0,90 x 0,40, com Fechadura	MODELO MOVÉIS	UND	60	R$ 1.100,00	R$ 66.000,00
13	Arquivo de aço com 04 gavetas, para pasta suspensa, medindo aproximadamente 1,33x0,47x0,67m.	MODELO MOVÉIS	UND	48	R$ 800,00	R$ 38.400,00
17	Bebedouro Industrial, 3 Torneiras 220Voltes, Inox.	MODELO MOVÉIS	UND	10	R$ 3.080,00	R$ 30.800,00
25	Cadeira de Plástico sem braço, com capacidade em resistencia de 120kg Garantia de qualidade do material Produto aditivado com anti-UV: Resistente aos raios solares com certificação do Inmetro,..... Conforme Termo de Referencia	TOPPLAST	UND	430	R$ 72,00	R$ 30.960,00
33	Estante de aço/ 6 plateleira/ tamanho 1,98x0,92x0,25	MODELO MOVÉIS	UND	80	R$ 350,00	R$ 28.000,00
VALOR TOTAL						R$ 245.300,00

Duque Bacelar-MA, 12 de setembro de 2022. Sr. Robert Otoni Furtado Oliveira, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura.

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código identificador: 4bd73829bee47dd08dc86f96158ae3ed

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA. RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE SRP-015/2022-CPL/PMDB. OBJETO: Registro de Preços, do tipo menor preço, visando a Futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de moveis e eletrodomésticos destinados às Secretarias de Duque Bacelar, Conforme valor registrado abaixo. PARTES: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura e a empresa PRIME DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E INS, HOSPITALARES LTDA CNPJ: 42.247.960/0001-09. BASE LEGAL: O presente registro tem como amparo legal o Edital da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº PE- 015/2022 e nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/20219, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 001/2021; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas. VALIDADE DA ATA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 12/09/2022. FORO: Comarca de Coelho Neto/MA. ASSINATURAS: Órgão Gerenciador - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura, representa pelo Sr° Robert Otoni Furtado Oliveira, Órgãos Participantes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer representante, Jales Moura de Freitas Carvalho, Secretaria Municipal de Saúde, representante, Ana Leonor Batista Burlamaqui, Secretaria Municipal de Assistência Social, representa por Gilmara Kilma da Silva Miranda, e o representante da empresa Sr. LUCIANO TEXEIRA SOARES CPF: 39507955372.

EMPRESA	PRIME DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E INS, HOSPITALARES LTDA CNPJ: 42.247.960/0001-09					
RESPONSÁVEL	LUCIANO TEXEIRA SOARES CPF: 39507955372					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QUANT TOTAL	V. UNT	V. TOTAL
1	AR CONDICIONADO 24 MIL BTUS Aparelho de Ar Condicionador Split-Hing - Wall /Frio, com capacidade de 24.000 BTUS cor branca, Ence A, Filtro de Ar-bactéria, vazão de ar no mínimo 1000 m³/h, controle remoto, Termostato digital, voltagem: 220 V.	ISENTO RDC 260/02	UND	2	R$ 4.995,00	R$ 9.990,00
4	Balança digital 150kg com plataforma Bi Volt com bateria.	ISENTO RDC 260/02	UND	26	R$ 1.545,00	R$ 40.170,00
5	Caixa plástica 43,5x29,6x7,5 cm 7,5 l branca. Capacidade: 7,5 l Comprimento: 43,5 cm Largura: 29,6 cm Altura: 7,5 cm	ISENTO RDC 260/02	UND	5	R$ 65,00	R$ 325,00
7	Aparelho de Ar Condicionador Split-Hihg - Wall /Frio, com capacidade de 9.000 BTUS	ISENTO RDC 260/02	UND	25	R$ 2.395,00	R$ 59.875,00
9	Armário de Aço com 2 portas e 04 prateleiras - Armário de aço, com duas portas, reforços internos tipo ômega, puxador na própria porta no sentido vertical,com acabamento em PVC, na cor grafite, 04 prateleiras fixas, com 10 vãos ... Conforme termo de referencia.	ISENTO RDC 260/02	UND	62	R$ 1.360,00	R$ 84.320,00
18	Bebedouro/Purificador refrigerado - CARACTERÍSTICA FÍSICA: TIPO. ESPECIFICAÇÃO: PRESSÃO COLUNA SIMPLES.	ISENTO RDC 260/02	UND	6	R$ 1.395,00	R$ 8.370,00
19	Forno Microondas - CARACTERÍSTICA FÍSICA: CAPACIDADE DE 26 A 30 LITROS.	ISENTO RDC 260/02	UND	9	R$ 1.095,00	R$ 9.855,00
22	Cadeira Odontológica	ISENTO RDC 260/02	UND	4	R$ 19.995,00	R$ 79.980,00
30	Climatizador de Ar/ 3 volocidades - Briza/ Purificador/ Umificador/Ventilador	ISENTO RDC 260/02	UND	70	R$ 795,00	R$ 55.650,00
35	Freezer Horizontal 246 Litros, 220Voltes	ISENTO RDC 260/02	UND	14	R$ 4.445,00	R$ 62.230,00
40	Liquidificador Industrial 4Litros. Inox	ISENTO RDC 260/02	UND	10	R$ 1.150,00	R$ 11.500,00
41	Liquidificador. Características do produto: Potência:550W; Velocidade: 3 Velocidades; Voltagem: 220V.	ISENTO RDC 260/02	UND	3	R$ 220,00	R$ 660,00
52	Quadro de aviso (mural) - em cortiça, com bordas em alumínio para fixação de avisos. Tamanho 200 x 120 cm.	ISENTO RDC 260/02	UND	28	R$ 420,00	R$ 11.760,00
56	Ventilador de Parede 60 cm, com 3 velocidades, protetor térmico, bivolt, 170 w de potência, cor preto, desmontavel , rotação: 440 RPM, cabo elétrico flexível. Diâmetro da hélice: 60 CM. 3 hélices, ajuste de inclinação. Ajuste de ... Conforme termo de referencia.	ISENTO RDC 260/02	UND	75	R$ 336,00	R$ 25.200,00
57	Ventilador de Pé, com três velocidades, coluna com regulagem de altura, com 6 pás, hélice com design diferenciado que proporcine maior vazão de ar, oscilante, inclinação regulável , grade removivél,com inclinação vertical ajustável, Especificações: ... Conforme termo de referencia.	ISENTO RDC 260/02	UND	23	R$ 424,00	R$ 9.752,00
						R$ 469.637,00

Duque Bacelar-MA, 12 de setembro de 2022. Sr. Robert Otoni Furtado Oliveira, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura.

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código identificador: 9fa5cb378c3fa5284fbb1ed227d4125f

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA. RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE SRP-015/2022-CPL/PMDB. OBJETO: Registro de Preços, do tipo menor preço, visando a Futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de moveis e eletrodomésticos destinados às Secretarias de Duque Bacelar, Conforme valor registrado abaixo. PARTES: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura e a empresa R FRANCKLIN DO REGO LIMA EIRELI, CNPJ N° 27.179.006/000.-24. BASE LEGAL: O presente registro tem como amparo legal o Edital da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº PE- 015/2022 e nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/20219, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 001/2021; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas. VALIDADE DA ATA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 12/09/2022. FORO: Comarca de Coelho Neto/MA. ASSINATURAS: Órgão Gerenciador - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura, representa pelo Sr° Robert Otoni Furtado Oliveira, Órgãos Participantes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura , Esporte e Lazer representante, Jales Moura de Freitas Carvalho, Secretaria Municipal de Saúde, representante, Ana Leonor Batista Burlamaqui, Secretaria Municipal de Assistência Social, representa por Gilmara Kilma da Silva Miranda, e o representante da empresa Sr. ROMULO FRANCKLIN DO REGO LIMA, CPF: 661.593.263-68.

R FRANCKLIN DO REGO LIMA EIRELI – CNPJ: 27.179.006/0001-24						
REPRESENTANTE: ROMULO FRANCKLIN O REGO LIMA – CPF: 661.59.263-68						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QUANT TOTAL	V. UNT	V. TOTAL
8	Armário de Aço c/3 portas de vidro 2/portas em Aço 4/gavetas tam. Altura 1,82 metros; largura 1,05 metros; profundidade 41,00 centímetros.	MODELO MOVEIS	UND	30	R$ 1.599,99	R$ 47.999,70
14	Balcão de aço com 02 portas e 02 gavetas 0,84x0,50x0,29	ITATIAIA	UND	10	R$ 870,00	R$ 8.700,00
15	Banco Longarina com 3 Lugares - assento e encosto tipo executivo com 60 mm de espessura, assento e encontos acolpado com mola de aço fixa, revestido em tecido 100% poliéster na cor a defenir, Estrutura: estrutura com ... Conforme termo de referencia.	MODELO MOVEIS	UND	120	R$ 1.899,99	R$ 227.998,80

16	Bebedouro Eletrico de coluna para garrafão de 20 litros. Caracteristicas do produto: Sistema Easy Open removível, abertura automática do garrafão e facilidade de limpeza interna do produto, alto desempenho, termostato frontal com 7 níveis de .....Conforme Termo de Referencia....	KARINA BEBEDOUROS	UND	30	R$ 999,99	R$ 29.999,70
20	Botijão de Gás cap 13kg	LIQUIGAS	UND	48	R$ 279,99	R$ 13.439,52
21	Caixa de Som Ativa e Passiva 3000w, 220v	GOLDENTEC		12	R$ 1.700,00	R$ 20.400,00
29	Coifa Tipo: Parede Quantidade de Bocas: 05 Função Depurador Função Exaustor Vazão de Exaustão: 03 Painel: Eletrônico Painel: Touch ... Conforme termo de referencia.	PHILCO	UND	1	R$ 2.349,99	R$ 2.349,99
31	Climatizador de ar Evaporativo Portátil 100 Litros Vazão 9000m³/h, ÁREA CLIMATIZADA de 50 à 70 m² – Residência – Comércio ou Industria	AMVOX	UND	6	R$ 2.900,00	R$ 17.400,00
32	Exaustor Industrial Linha Pesada 40 cm 220V	VENTISOL	UND	2	R$ 490,00	R$ 980,00
34	Fogão de 4 Bocas com forno (tipo doméstico)	ESMALTEC	UND	6	R$ 999,99	R$ 5.999,94
36	Freezer Vertical 414 Litros, 220Voltes	CONSUL	UND	7	R$ 5.199,99	R$ 36.399,93
37	Frigibar Vertical 76 Litros, 220Voltes	CONSUL	UND	2	R$ 1.799,99	R$ 3.599,98
38	Geladeira vertical 300 litros	ESMALTEC	UND	15	R$ 3.600,00	R$ 54.000,00
45	Mesa Plástica quadrada/ tam. 0,70 x 0,70	TRAMONTINA	UND	70	R$ 180,00	R$ 12.600,00
46	Mesa Plástica redonda/901cm de diâmetro	TRAMONTINA	UND	50	R$ 180,00	R$ 9.000,00
49	Micro-Ondas 31 Litros, 220Voltes	CONSUL	UND	19	R$ 949,99	R$ 18.049,81
50	Purificador de água refrigerado - com selo do INMETRO, comprabatórios de conformidade com a legislação vigente. Capacidade de armazenamento de água gelada: de 2,5 a 2,8 litros. Atendimento: Mínimo de 30 pessoas, constituidos de sistema de ... Conforme termo de referencia.	CONSUL	UND	20	R$ 1.599,99	R$ 31.999,80
51	Projetor Multimidia de alta resolução Full HD Projetor Smart Multimídia com até 7,3 m de distância e possui ajuste multidirecional, o que possibilita o ajuste da sua projeção em diversos os ângulos.	GOLDENTEC	UND	17	R$ 5.100,00	R$ 86.700,00
55	Tenda Dobrável - Tamanho 5M x 5M - Lona de poliéster, armação de aluminio, cor branco, resistente ao vento. Proteção contra os raios nocivos do sol. Dimensões: 250 x 300 x 300 cm (AXLXP) Peso Liquido aproximado: 11,8 kg, Garantia do fornecedor contra defeitos de fabricação	SOBRETOLDOS	UND	55	R$ 5.800,00	R$ 319.000,00
VALOR TOTAL						**R$ 946.617,17**

Duque Bacelar-MA, 12 de setembro de 2022. Sr. Robert Otoni Furtado Oliveira, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Infraestrutura

Publicado por: NAYARA CRISTINA ALENCAR GOMES
Código identificador: bfed798c218bbd77f6a57af48d0876de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2022

1° TERMO ADITIVO. REF. AO CONTRATO DE N°. **030/2022**. OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO O ACRÉSCIMO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) NOS ITENS DESCRITOS NO CONTRATO**,** NOS TERMOS DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO, ESTADO DO MARANHÃO, NESTE ATO REPRESENTADA PELOS SECRETÁRIOS: **PAULO ROBERTO DE LIRA DANDA**, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO, **FRANCISCA LIMA BARROS**, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, **AMANDA JULLIANA CAMPOS CUNHA**, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, **GEAN CARLOS DE LIMA JUNIOR,** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: **M RODRIGUES DOS SANTOS CASTRO**, CNPJ/MF N.º **32.123.255/0001-38**, ESTABELECIDA NA RUA VIRGÍLIO FRANCO, Nº 682, BAIRRO CENTRO, CEP 65975-000, NO MUNICÍPIO DE **ESTREITO - MA**, NESTE ATO, REPRESENTADA PELA SRA. **MARLETE RODRIGUES DOS SANTOS CASTRO**.

Publicado por: THYAGO PAZ DA SILVA
Código identificador: 0aa9605dd110429198dc17d299c1394a

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 016/2022

PREFEITURA DE MUNICIPAL DE ESTREITO – MA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O PREGOEIRO do **MUNICÍPIO DE ESTREITO/MA** comunica aos interessados e participantes do **PREGÃO ELETRÔNICO 016/2022 referente à *FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DESTE MUNICIPIO, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESTREITO/MA*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IX do Art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, o objeto do certame a(s) empresa(s):**

Fornecedor: **PNEU ZERO EIRELI - 18.335.071/0001-00 - VALOR GLOBAL: R$ 171.168,80 (Cento e setenta e um mil e cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos);**

Fornecedor: **AUTOCAP PECAS E SERVICOS EIRELI - 27.636.892/0001-78 - VALOR GLOBAL: R$ 1.010.848,00 (Um milhão, dez mil e oitocentos e quarenta e oito reais);**

Fornecedor: **FERRAZ AUTO CENTER LTDA - 38.139.407/0001-77 - VALOR GLOBAL: R$ 761.388,00 (Setecentos e sessenta e um mil e trezentos e trinta e oito reais);**

Estreito - Maranhão, 12 de setembro de 2022.

RONILSON SILVA SOARES
PREGOEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO, **HOMOLOGA** nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DESTE MUNICIPIO, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESTREITO/MA.*

Fornecedor: **PNEU ZERO EIRELI - 18.335.071/0001-00 - VALOR GLOBAL: R$ 171.168,80 (Cento e setenta e um mil e cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos);**

Fornecedor: **AUTOCAP PECAS E SERVICOS EIRELI - 27.636.892/0001-78 - VALOR GLOBAL: R$ 1.010.848,00 (Um milhão, dez mil e oitocentos e quarenta e oito reais);**

Fornecedor: **FERRAZ AUTO CENTER LTDA - 38.139.407/0001-77 - VALOR GLOBAL: R$ 761.388,00 (Setecentos e sessenta e um mil e trezentos e trinta e oito reais);**

Nos termos do Parecer Jurídico, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Estreito-MA, 12 de setembro de 2022.

PAULO ROBERTO DE LIRA DANDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO

Publicado por: THYAGO PAZ DA SILVA

Código identificador: d8d7c5bfe493875d7ea4f91d800a3fc9

PORTARIA Nº 240/2022

PORTARIA Nº. 240/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPOE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEOARREN TULIO DE SOUSA CUNHA, Prefeito Municipal de Estreito-MA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere os artigos 66, VI e 90, II, b da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. -1º **- EXONERAR, a pedido o senhor**, **ROBERTO ARAUJO DE OLIVEIRA**, portador do CPF nº 839.006.083-34, Do cargo em comissão de Procurador Geral do Município de Estreito - MA.
Art. 2º - Revoguem-se todas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 540/2021 de 04 de novembro de 2021, conforme art. 128, I, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 3º - Ao setor de Departamento de Pessoal que tome as providências necessárias para cumprimento do presente ato.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no mural da Prefeitura Municipal de Estreito, Estado do Maranhão, nos termos do art. 87 da Lei orgânica do município e/ou no Diário Oficial do Estado do Maranhão, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESTREITO-MA, AOS TREZE (13) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022).

LEOARREN TULIO DE SOUSA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por: THYAGO PAZ DA SILVA
Código identificador: ef1b7413bafee103f7b315d228edd3d3

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHãO

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022. O Município de Feira Nova do Maranhão - MA, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Central, Centro, Feira Nova do Maranhão – MA, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de Nº. 004/2022, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, às **08hr30min (oito horas e trinta minutos) do dia 04 de outubro de 2022**, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA INSTALAÇÃO DE FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 910686/2021 - PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL,** que será regida nos termos Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos dias de expediente das 08h00min às 12h00min, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada na sede da Prefeitura Municipal, à Praça Central, Centro, Feira Nova do Maranhão - MA, bem como no site da Prefeitura Municipal: https://feiranovadomaranhao.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. Informações adicionais no endereço acima ou e-mail: cpl.feiranovama@gmail.com. Feira Nova do Maranhão - MA, 12 de setembro de 2022. Jackson Macedo Rocha. Presidente da CPL.

Publicado por: JACKSON MACEDO ROCHA
Código identificador: c6ff708c8941cbac0107eddfa0e75eb2

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.055/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2022.
Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.
OBJETO: Contratação de empresas de agências de viagens com serviços de emissão, remarcação, e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres para atender as necessidades do município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.
I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 – Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:
VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.
Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.
Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:
1º FORNECEDOR REGISTRADO
FORNECEDOR: M. K. TRANSPORTES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 15.436.809/0001-38,** localizada na Rua José Joci Barbosa, nº 4000, Potosí, CEP 65.800-000, Balsas/MA.

ITEM	DESTINOS	QTD	MÉDIA	V. TOTAL	COTA
3	Balsas - MA./Imperatriz - MA.	400	R$ 141,00	R$ 56.400,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
11	São Luís - MA./Balsas - MA. (Leito)	87	R$ 296,00	R$ 25.752,00	(COTA RESERVADA ME, EPP, MEI)
20	Balsas - MA./Teresina - PI. (Executivo)	350	R$ 166,00	R$ 58.100,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
23	Teresina - PI./Balsas -MA.(Executivo)	400	R$ 170,00	R$ 68.000,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
	VALOR TOTAL			**R$ 208.252,00**	

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE**

SEGUEM:

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 15.436.809/0001-38	**RAZÃO SOCIAL:** M. K. TRANSPORTES LTDA
CIDADE: Balsas/MA	**CEP:** 65.800-000
TELEFONE: (99) 3541-4000	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: raiane.jr4000@gmail.com	**REPRESENTANTE**: Kécilla Ahuad Miranda Cardoso
RG Nº 0626691120174 SSP/MA	**CPF Nº** 030.102.511-81
TELEFONE:	**CELULAR:** (99) 9 9646-7308
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 019/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 019/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**-Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

M. K. TRANSPORTES LTDA-CNPJ nº 15.436.809/0001-38-Empresa Contratada-**Kécilla Ahuad Miranda Cardoso-CPF nº 030.102.511-81**-Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: db28d278585aa51502fc79d9f08bdbe0

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.055/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 064/2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Contratação de empresas de agências de viagens com serviços de emissão, remarcação, e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres para atender as necessidades do município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.

I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 – Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:

1º FORNECEDOR REGISTRADO

FORNECEDOR: M DE LOURDES RODRIGUES AMORIM-ME, inscrita no **CNPJ nº 08.733.853/0001-44,** Av. Governador Luiz Rocha, nº 17, sala "H", Potosí, CEP 65.800-000, Balsas/MA.

ITEM	DESTINOS	QTD	MÉDIA	V. TOTAL	COTA
5	Balsas - MA./São Luis - MA.(Executivo)	338	R$ 213,00	R$ 71.994,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
6	Balsas - MA./São Luis - MA.(Executivo)	112	R$ 213,00	R$ 23.856,00	(COTA RESERVADA ME, EPP, MEI)
7	Balsas - MA./São Luis - MA. (Leito)	338	R$ 300,00	R$ 101.400,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
8	Balsas - MA./São Luis - MA. (Leito) .(Executivo)	112	R$ 300,00	R$ 33.600,00	(COTA RESERVADA ME, EPP, MEI)
9	São Luis -MA./Balsas - MA.(Executivo)	350	R$ 213,00	R$ 74.550,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
10	São Luis - MA./Balsas - MA. (Leito)	263	R$ 304,00	R$ 79.952,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
21	Balsas -MA./Teresina - PI (Leito)	263	R$ 460,00	R$ 120.980,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
22	Balsas -MA./Teresina - PI (Leito)	87	R$ 460,00	R$ 40.020,00	(COTA RESERVADA ME, EPP, MEI)
24	Teresina - PI./Balsas -MA. (Leito)	300	R$ 460,00	R$ 138.000,00	AMPLA PARTICIPAÇÃO
25	Teresina - PI./Balsas -MA. (Leito)	100	R$ 460,00	R$ 46.000,00	(COTA RESERVADA ME, EPP, MEI)
26	Balsas - MA./Araguaina – TO	500	R$ 111,00	R$ 55.500,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
27	Araguaina - TO/Balsas - MA.	500	R$ 111,00	R$ 55.500,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
	VALOR TOTAL			**R$ 841.352,00**	

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE SEGUEM:**

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 08.733.853/0001-44	**RAZÃO SOCIAL:** M DE LOURDES RODRIGUES AMORIM-ME
CIDADE: Balsas/MA	**CEP:** 65.800-000
TELEFONE:	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: rosalourdessubagenciabalsas@gmail.com	**REPRESENTANTE**: Maria de Lourdes Rodruigues Amorim
RG Nº 304027	**CPF Nº** 629.444.793-34
TELEFONE:	**CELULAR:** (99) 9 8845-2169
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 019/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 019/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL-**Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

M DE LOURDES RODRIGUES AMORIM-ME- CNPJ nº 08.733.853/0001-44- Empresa Contratada-**Maria de Lourdes Rodrigues Amorim-CPF nº 629.444.793-34-**Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: c5d59fc2f84bd6a8de5a7fce8c0659e8

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.055/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Contratação de empresas de agências de viagens com serviços de emissão, remarcação, e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres para atender as necessidades do município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.

I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 – Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:

1º FORNECEDOR REGISTRADO

FORNECEDOR: OTAVIO DE SOUSA DIAS EIRELI, inscrita no **CNPJ nº 13.338.778/0001-57,** localizada na Rua Bernardo Arruda, nº 259 A, Centro, CEP 65.830-000, Simbaíba/MA.

ITEM	**DESTINOS**	**QTD**	**MÉDIA**	**V. TOTAL**	**COTA**
1	Fortaleza dos Nogueiras - MA./Balsas - MA.	500	R$ 68,50	R$ 34.250,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
2	Balsas - MA./Fortaleza dos Nogueiras - MA.	500	R$ 68,50	R$ 34.250,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
12	Balsas -MA./Goiânia - GO. (Executivo)	25	R$ 350,00	R$ 8.750,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
13	Balsas -MA./Goiânia - GO. (Leito)	25	R$ 457,00	R$ 11.425,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
14	Goiânia - GO./Balsas -MA. (Executivo)	25	R$ 374,00	R$ 9.350,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
15	Goiânia - GO./Balsas -MA.(Leito)	25	R$ 457,00	R$ 11.425,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
16	Balsas -MA./Brasilia - DF. (Executivo)	25	R$ 400,00	R$ 10.000,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
17	Balsas -MA - MA./Brasilia - DF. (Leito)	25	R$ 489,00	R$ 12.225,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
18	Brasilia - DF./Balsas -MA. (Executivo)	25	R$ 400,00	R$ 10.000,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
19	Brasilia - DF./Balsas -MA.(Leito)	25	R$ 487,00	R$ 12.175,00	(EXCLUSIVA ME, EPP, MEI)
	VALOR TOTAL			**R$ 153.850,00**	

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE SEGUEM:**

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 13.338.778/0001-57	**RAZÃO SOCIAL:** OTAVIO DE SOUSA DIAS EIRELI
CIDADE: Sambaíba/MA	**CEP:** 65.830-000
TELEFONE:	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: transdiasbr@gmail.com	**REPRESENTANTE**: Otavio de Sousa Dias
RG Nº 0184019220015 SSP/MA	**CPF Nº** 019.342.813-01
TELEFONE:	**CELULAR:** (99) 9 8103-7923
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 019/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 019/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**-Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

OTAVIO DE SOUSA DIAS EIRELI-CNPJ nº 13.338.778/0001-57-Empresa Contratada-**Otavio de Sousa Dias-CPF nº 019.342.813-01**-Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 9357960ed125eda98099da3f5a3590bd

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.056/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para doação à ASSOCIAÇÃO PRECAVI – PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A VIDA, situada no município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.

I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 – Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:

1º FORNECEDOR REGISTRADO

FORNECEDOR: IRINEU GIL ARRUDA COELHO EPP, inscrita no **CNPJ nº 02.483.886/0001-05**, localizada na rua Rui Barbosa, nº 67, bairro Centro, CEP: 65805-000, Fortaleza dos Nogueiras/MA.

ITEM		ESPECIFICAÇÕES QUANTITATIVOS DE GÊNERO ALIMENTICIOS				
	DESCRIÇÃO	Observações / Medida	QNTD	UND	V UNIT	V TOTAL
4	Sardinha	caixa com 50 unid/ com 125g	30	CX	R$ 148,40	R$ 4.452,00
10	Feijão	fardo com 30 und/com pct de 1 kg	50	FD	R$ 157,90	R$ 7.895,00
11	Flocao de arroz	fardo com 20unid/ com o pct com 500g	20	FD	R$ 37,70	R$ 754,00
33	Sabão em pó	caixa com 24 unidades de 500g	30	CX	R$ 72,80	R$ 2.184,00
34	Papel higiênico	fardo com 16 pacotes com 04 rolos	50	FD	R$ 35,90	R$ 1.795,00
44	Escova de roupa	caixa com 12 unidades	8	CX	R$ 17,70	R$ 141,60
48	Saco de lixo	fardo com 25 pacotes de 15 lts	20	FD	R$ 37,40	R$ 748,00
52	Papel toalha	fardo com 12 pacote de 2 und	10	FD	R$ 35,90	R$ 359,00
53	Copo descartável	caixa c/ 25 pacote de 180ml	5	CX	R$ 76,40	R$ 382,00
		TOTAL R$				R$ 18.710,60

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE SEGUEM:**

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 02.483.886/0001-05	**RAZÃO SOCIAL:** IRINEU GIL ARRUDA COELHO EPP

CIDADE: Fortaleza dos Nogueiras/MA	**CEP:** 65805-000
TELEFONE:	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: irineugilac@bol.com.br	**REPRESENTANTE:** Irineu Gil Arruda Coelho
RG Nº 848.974 SSP/MA	**CPF Nº** 257.467.233-04
TELEFONE:	**CELULAR:** (99) 9 8458-4499
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**-Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

IRINEU GIL ARRUDA COELHO EPP-CNPJ nº 02.483.886/0001-05-Empresa Contratada-**Irineu Gil Arruda Coelho-CPF nº 257.467.233-04** -Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 8c94f24f46a131ccddb88fea7fb40c98

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.056/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 066/2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para doação à ASSOCIAÇÃO PRECAVI – PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A VIDA, situada no município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.

I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 – Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:

1º FORNECEDOR REGISTRADO

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI-ME, inscrito (a) no **CNPJ sob o nº 14.496.361/0001-85**, sediado (a) na rua Santo Antônio, nº 610, Centro, CEP 65.800-000, em Balsas/MA.

ITEM		ESPECIFICAÇÕES QUANTITATIVOS DE GÊNERO ALIMENTICIOS				
	DESCRIÇÃO	Observações / Medida	QNTD	UND	V UNIT	V TOTAL
7	Proteína de soja	fardo com 20 unidades	20	FD	R$ 109,70	R$ 2.194,00
13	Sal	fardo com 30 und/com pct de 1 kg	5	FD	R$ 28,60	R$ 143,00
21	Trigo sem fermento	fardo com 10 unid/ com 1 kg	12	FD	R$ 46,90	R$ 562,80
22	Fermento	caixa com 12 unid/ com 100 g	10	CX	R$ 38,90	R$ 389,00
23	Femix fermento	caixa com 68 unid/com 10 g	10	CX	R$ 49,40	R$ 494,00
24	Margarina	caixa com 12 unid/com 500g	10	CX	R$ 45,10	R$ 451,00
26	Milho de pipoca	fardo com 20 unid/com pct 500 g	10	FD	R$ 45,60	R$ 456,00
27	Milho de canjica	fardo com 20 unid/ com pct 500g	10	FD	R$ 39,00	R$ 390,00
28	Água sanitária	caixa com 12 unidades 01 litro	20	CX	R$ 22,20	R$ 444,00
30	Brilho alumínio	caixa com 24 unidades de 500 ml	20	CX	R$ 39,00	R$ 780,00
31	Bucha	caixa com 60 unidades	20	CX	R$ 20,80	R$ 416,00
32	Sabão liquido	caixa com 24 unidades de 500g	50	CX	R$ 30,50	R$ 1.525,00
34	Papel higiênico	fardo com 16 pacotes com 04 rolos	50	FD	R$ 35,80	R$ 1.790,00
35	Sabonete	fardo com 12 unidades de 85g	20	FD	R$ 20,90	R$ 418,00
36	Flanela	pacote com 12 unidades 28x48	20	PC	R$ 20,90	R$ 418,00
39	Vassoura	caixa com 12 unidades	20	CX	R$ 98,00	R$ 1.960,00
40	Pasta alumínio	caixa com 12 unidades de 500g	30	CX	R$ 39,90	R$ 1.197,00
42	Balde	balde de 12 litros	20	BD	R$ 8,00	R$ 160,00
44	Escova de roupa	caixa com 12 unidades	8	CX	R$ 17,60	R$ 140,80
47	Limpa vidro refil	caixa com 12 unidades com 500 ml	10	CX	R$ 41,90	R$ 419,00
49	Saco de lixo	fardo com 25 pacotes de 30 lts	30	FD	R$ 37,70	R$ 1.131,00
50	Saco de lixo	fardo com 25 pacotes de 50 lts	30	FD	R$ 43,90	R$ 1.317,00

55	Álcool gel	caixa com 12 und de 500ml	10	CX	R$ 55,50	R$ 555,00
		TOTAL R$				**R$ 17.750,60**

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE SEGUEM:**

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 14.496.361/0001-85	**RAZÃO SOCIAL:** DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI-ME
CIDADE: Balsas/MA	**CEP:** 65.800-000
TELEFONE:	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: lojamegatoner@gmail.com	**REPRESENTANTE**: Ivanilde Barros Maia
RG Nº 010029832001-9 SESP/MA	**CPF Nº** 973.532.303-63
TELEFONE: (99) 3541-7402	**CELULAR:** (99) 9 8805-2016
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**-Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI - ME-CNPJ: 14.496.361/0001-85-Empresa Contratada-**Ivanilde Barros Maia-CPF: 973.532.303-63**-Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 21afdd76d160d5e6a8950f65252a97fd

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 067/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.056/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 067/2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para doação à ASSOCIAÇÃO PRECAVI – PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A VIDA, situada no município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.

I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 –Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:

1º FORNECEDOR REGISTRADO

FORNECEDOR: D L DA SILVA COMERCIO, inscrito (a) no **CNPJ sob o nº 12.654.859/0001-01**, sediado (a) na Avenida Recreio, nº 50, Recreio, CEP 65.805-000, em Fortaleza dos Nogueiras/MA.

ITEM		ESPECIFICAÇÕES QUANTITATIVOS DE GÊNERO ALIMENTICIOS				
	DESCRIÇÃO	Observações / Medida	QNTD	UND	V UNIT	V TOTAL
1	Frango	kg	500	KG	R$ 7,40	R$ 3.700,00
2	Óleo	caixa com 20 unid/com 900ml	50	CX	R$ 163,00	R$ 8.150,00
3	Ovos	caixa com 12 cartela	10	CX	R$ 130,00	R$ 1.300,00
5	Biscoito de sal	caixa com 20 unidades de 400gr	20	CX	R$ 66,90	R$ 1.338,00
6	Biscoito de doce	caixa com 20 unid/pct/com400g	20	CX	R$ 69,00	R$ 1.380,00
8	Açúcar	fardo com 15 unidades de 2 quilos	40	FD	R$ 89,90	R$ 3.596,00
9	Café	fardo com 20 unidades com 250 g	10	FD	R$ 121,80	R$ 1.218,00
12	Macarrão	fardo com 20 unid/ com o pct com 500g	30	FD	R$ 38,00	R$ 1.140,00
14	Flocao de milho	fardo com 20 unid/com pct 500 g	30	FD	R$ 31,90	R$ 957,00
15	Leite de pacote	fardo com 50 unid/ com 200g	50	FD	R$ 239,00	R$ 11.950,00
16	Arroz	fardo com 6 pct de 5 kilo	50	FD	R$ 94,90	R$ 4.745,00
18	Maisena	caixa com 20 unid/ com 500g	10	CX	R$ 94,90	R$ 949,00
25	Vinagre	caixa com 12 unid/ com 750 ml	10	CX	R$ 29,00	R$ 290,00

26	Milho de pipoca	fardo com 20 unid/com pct 500 g	10	FD	R$ 47,80	R$ 478,00
30	Brilho alumínio	caixa com 24 unidades de 500 ml	20	CX	R$ 48,00	R$ 960,00
32	Sabão liquido	caixa com 24 unidades de 500g	50	CX	R$ 33,00	R$ 1.650,00
38	Pano de chão	sacos de algodão com 100 de 48cm X 68cm	10	SC	R$ 324,00	R$ 3.240,00
39	Vassoura	caixa com 12 unidades	20	CX	R$ 107,22	R$ 2.144,40
42	Balde	balde de 12 litros	20	BD	R$ 9,60	R$ 192,00
43	Escova para vaso sanitário	caixa com 12 unidades	5	CX	R$ 49,50	R$ 247,50
45	Desentupidor de vaso	por unidades	20	UND	R$ 7,00	R$ 140,00
46	Óleo de peroba	caixa com 12 unidades de 100ml	10	CX	R$ 55,90	R$ 559,00
51	Saco de lixo	fardo com 25 pacotes de 100 lts	30	FD	R$ 45,90	R$ 1.377,00
54	Copo descartável	caixa c/ 25 pacote de 100ml	5	CX	R$ 56,00	R$ 280,00
		TOTAL R$				**R$ 51.980,90**

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE SEGUEM:**

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 12.654.859/0001-01	**RAZÃO SOCIAL:** D L DA SILVA COMERCIO
CIDADE: Fortaleza dos Nogueiras/MA	**CEP:** 65.805-000
TELEFONE:	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: mixbarbosa.ma@gmail.com	**REPRESENTANTE**: Domingos Lucena da Silva
RG Nº 75706797-2 SSP/MA	**CPF Nº** 629.150.373-53
TELEFONE:	**CELULAR:** (99) 9 8122-2306
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**-Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

D L DA SILVA COMERCIO-CNPJ sob o nº 12.654.859/0001-01-Empresa Contratada-**Domingos Lucena da Silva-CPF: 629.150.373-53**-Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 2e7ef6bbba7c5d9e5173d459b6d20684

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00.056/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, autorizado pelo processo de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022– REGISTRO DE PREÇOS** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, na Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002, no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

OBJETO: Contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza para doação à ASSOCIAÇÃO PRECAVI – PREPARAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA A VIDA, situada no município de Fortaleza dos Nogueiras – MA.

I – Consideram-se registrados os preços do Gerenciador da Ata: Comissão Permanente de Licitação - CPL, com sede na sede da Prefeitura situada à Rua Ovídia Nogueira, nº 22 – Girassol – Fortaleza dos Nogueiras/MA, a saber:

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura.

Integram esta Ata, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como as propostas das empresas vencedoras do certame.

Esta Ata de Registro de Preços e as futuras contratações obedecerão ao disposto no Decreto Federal nº. 7892/2013 e no Decreto Municipal nº 100/2017 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito municipal.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E FORNECEDORES.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem abaixo:

1º FORNECEDOR REGISTRADO

FORNECEDOR: SANTOS COELHO COMÉRCIO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 27.800.493/0001-09**, localizada na Travessa Portugal, nº 34-A, Centro, CEP 65.800-000, Balsas/MA.

ITEM		ESPECIFICAÇÕES QUANTITATIVOS DE GÊNERO ALIMENTICIOS				
	DESCRIÇÃO	Observações / Medida	QNTD	UND	V UNIT	V TOTAL
19	Achocolatado	caixa com 24 unid/com 400g	40	CX	R$ 117,80	R$ 4.712,00
27	Milho de canjica	fardo com 20 unid/ com pct 500g	10	FD	R$ 59,70	R$ 597,00

28	Água sanitária	caixa com 12 unidades 01 litro	20	CX	R$ 23,50	R$ 470,00
41	Desinfetante	caixa com 06 unidades de 02 litros	30	CX	R$ 29,30	R$ 879,00
49	Saco de lixo	fardo com 25 pacotes de 30 lts	30	FD	R$ 38,80	R$ 1.164,00
55	Álcool gel	caixa com 12 und de 500ml	10	CX	R$ 56,60	R$ 566,00
56	Shampoo 2x1 para bebê	caixa com 12 und	5	CX	R$ 79,60	R$ 398,00
		TOTAL R$				**R$ 8.786,00**

2º **DADOS DO FORNECEDOR CLASSIFICADO SÃO OS QUE SEGUEM:**

EMPRESA VENCEDORA:

CNPJ Nº 27.800.493/0001-09	**RAZÃO SOCIAL:** SANTOS COELHO COMÉRCIO LTDA
CIDADE: Balsas/MA	**CEP:** 65.800-000
TELEFONE:	**FAX:**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: ortopop1@hotmail.com	**REPRESENTANTE:** Kleiton Silva dos Santos
RG Nº 142667420009 SESP/MA	**CPF Nº** 646.842.023-72
TELEFONE: (99) 3541-5857	**CELULAR:** (99) 9 8420-3601
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	

DA EXPECTIVATIVA DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo interessado mediante assinatura de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do **Pregão Eletrônico Nº 020/2022.**

A presente Ata implica em compromisso de fornecimento após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

Os serviços serão imediatos de acordo com o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelos Órgãos Participantes e/ou não participantes.

DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia
consulta à Comissão Permanente de Licitação - CPL, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

A possibilidade de participantes extraordinários obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 7892/2013 e Decreto Municipal nº 100/2017.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o resumo da presente Ata no Diário Oficial do Estado do Maranhão, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 13 de setembro de 2022.

Domingos Augusto de Oliveira Junior-**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**-Presidente da CPL – Órgão Gerenciador

SANTOS COELHO COMÉRCIO LTDA- CNPJ nº 27.800.493/0001-09-Empresa Contratada-**Kleiton Silva dos Santos-CPF nº 646.842.023-72**-Representante Legal da Empresa

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 571b1263f2ab248adc9ab6f3a98f989f

PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 118/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 118/2022. QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA FEDERAL TRANSPORTES EMPREENDIMENTOS LTDA.

Por este instrumento, **O MUNICIPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS,** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sr.ª. Maria José Costa de Sousa, portadora do CPF nº 262.280.842-91, inscrita na cédula de identidade nº 1445127 SSP-MA, residente e domiciliada na Rua Antônio Alves Cavalcante, s/n, Nova Fortaleza, CEP: 65.805-000 – Fortaleza dos Nogueiras – MA, a seguir denominada **contratante** e a empresa, **FEDERAL TRANSPORTES EMPREENDIMENTOS LTDA** inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº 14.239.549/0001-48 ,** sediado(a) na rua Nossa Senhora de Fátima, nº 25, Primavera, CEP 65.840-000 , em São Raimundo da Mangabeiras/MA doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Thiago Pires de Santana**, portador(a) da **Carteira de Identidade nº 018416602001-2 SSP/MA** e **CPF nº 003.134.613-84,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, **ADITAM** o contrato de **nº 118/2022,** referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022,** o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

1. Em razão do aumento registrado no preço do transporte escolar, o que causou um desequilíbrio na relação contratual inicialmente pactuada, as partes acordam pelo acréscimo no custo dos itens descritos no anexo I.
2. O valor do contrato foi acrescido em 17%, tendo como resultado desse acréscimo o valor de R$ 55.926,97 (Cinquenta e cinco novecentos e vinte e seis reais, e noventa e sete centavos)
3. O valor do **SALDO** do contrato após reequilíbrio dos preços corresponderá a R$ 384.909,19 (Trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e nove reais e dezenove centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 O presente termo aditivo é fundamentado no artigo 65, inciso II “D” da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

12.361.0407.2-032 Manutenção do Programa de Transporte Escolar;
12.361.0407.2--037 Manutenção do Transporte Escolar;
33.90.39 .00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica.
Fonte de Recursos: 0.1.15; 0.1.01; 0.1.05; 0.1.19
CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas do contrato original ficam **inalteradas** e ratificadas pelo presente Termo Aditivo.
CLÁUSULA QUINTA - DO FORO
6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Balsas, Estado do Maranhão, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, com expressa renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, e idêntico valor jurídico, para que produza os efeitos de direito.
Fortaleza dos Nogueiras/MA, 19 de agosto de 2022.
Maria José Costa de Sousa-**Decreto nº 002/2021-Secretária Municipal de Educação**
Silvio Barros de Macedo-**Fiscal de Contrato-Portaria nº 122/2021**
FEDERAL TRANSPORTES EMPREENDIMENTOS LTDA-CNPJ/MF sob o nº 14.239.549/0001-48- Empresa Contratada-**Thiago Pires de Santana-CPF nº 003.134.613-84**-Representante Legal da Empresa
ANEXO I

Item	Descrição	Total km p/ dia	Total Km 200 dias	Valor Médio KM Rodado	Porcentagem de acréscimo	Valor Atualizado	Valor Total Km Rodado P/ Dia ATUALIZADO
2	Veículo Tipo Micro-ônibus, 21 a 28 Lugares.	515	103000	R$ 5,73	17%	R$ 6,70	R$ 3.450,50

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA
Código identificador: 1088b3411e2ff90991ca5750d6f667c2

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DO MARANHÃO – GABINETE DO PREFEITO.
Portaria Nº 25/2022, de 30 de junho de 2022.
Dispõe sobre a EXONERAÇÃO de servidor municipal e dá outras providências.
SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA NETO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTUNA DO MARANHÃO, estado do MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o pedido de exoneração voluntário requerido pela servidora municipal TEREZINHA DE JESUS SANTOS DE SOUSA, CPF 255.963.133-91, matricula nº 300-1 do cargo efetivo de PROFESSORA NÍVEL 3, da rede municipal de ensino.
RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor MUNICIPAL Sr. TEREZINHA DE JESUS SANTOS DE SOUSA, CPF 255.963.133-91, matricula nº 300-1 do cargo efetivo de PROFESSORA NÍVEL 3, da rede municipal de ensino.
Art. 2º Esta portaria tem seus efeitos a partir da data de 30 de junho de 2022.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Notifique-se. Cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO DE FORTUNA – ESTADO DO MARANHÃO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: 7dd5cbb098ec41a6fb46cd97caaa8773

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA, A PEDIDO.

PORTARIA Nº27/2022, de 13 de setembro de 2022.
Concessão de licença para tratamento de saúde da pessoa da família, a pedido.

O **PREFEITO MUNIPAL DE FORTUNA - ESTADO DO MARANHÃO,** no uso da competência que lhe conferem pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista os inerentes dispositivos do Artigo 103 da Lei 24/2013, Estatuto dos Servidores do Município de Fortuna do Maranhão,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde de pessoa da família, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 13 de setembro de 2022 a 13 de outubro de 2022 a servidora, **CLAUDENORA PEREIRA DA SILVA**, brasileira, casada, professora efetiva municipal, matrícula no 37-1, RG sob o n° 048689402013-5, CPF.: 345.216.073.49 residente e domiciliada na Rua da Glória, s/n, bairro Piauí,
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Notifique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Fortuna – Estado do Maranhão, 13 de setembro 2022.

SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: 23fd49e23f2cf852bdb90f760d513407

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA, A PEDIDO.

PORTARIA Nº28/2022, de 13 de setembro de 2022.
Concessão de licença para tratamento de saúde da pessoa da família, a pedido.

O **PREFEITO MUNIPAL DE FORTUNA - ESTADO DO MARANHÃO,** no uso da competência que lhe conferem pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista os inerentes dispositivos do Artigo 103 da Lei 24/2013, Estatuto dos Servidores do Município de Fortuna do Maranhão,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde de pessoa da família, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 13 de setembro de 2022 a 13 de outubro de 2022 a servidora, **MARIA EUNICE LIMA SOBRAL**, brasileira, CPF nº: 023.507.378-45, professora efetiva municipal, matrícula no 213.,
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Notifique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Fortuna – Estado do Maranhão, 13 de setembro 2022.

SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: 467cdc6273006ba78727b473f6e8e817

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA PESSOA DA FAMÍLIA, A PEDIDO.

PORTARIA Nº29/2022, de 13 de setembro de 2022.
Concessão de licença para tratamento de saúde da pessoa da família, a pedido.

O **PREFEITO MUNIPAL DE FORTUNA - ESTADO DO MARANHÃO,** no uso da competência que lhe conferem pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista os inerentes dispositivos do Artigo 103 da Lei 24/2013, Estatuto dos Servidores do Município de Fortuna do Maranhão,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde de pessoa da família, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no período de 13 de setembro de 2022 a 28 de setembro de 2022 ao servidor, **PEDRO DA SILVA LIMA**, brasileiro, CPF nº046.327.483.07, conselheiro tutelar, matrícula nº 1815-1.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Notifique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito de Fortuna – Estado do Maranhão, 13 de setembro 2022.

SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: 935ec28150bd3549240432512eef64f1

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE FORTUNA- MA.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ENDEREÇO: PRAÇA DA LIBERDADE

DECRETO Nº 11, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022.

Define a escolha de Diretores Escolares mediante a avaliação dos critérios técnicos de Mérito, Desempenho e Processo de Consulta Pública pela Comunidade Escolar baseados nos preceitos da Gestão Democrática, para designação de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica de Fortuna- MA.
.

Eu, **SEBASTIÃO PEREIRA DA COSTA NETO**, **Prefeito Municipal de Fortuna**, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o **art. 206 da Constituição Federal** que dispõe que: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei";

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), que define em seu **art. 3º** que: "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" e também que em seu art. 14 se encontra definido que: "os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes";

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), que define em seu **art. 61º** que: "Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [...] II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia,

com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;"

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), que define em seu **art. 64º** que: "A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional."

Considerando a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96)**, que define em seu **art. 67º** que: "Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] § 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. § 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico."

Considerando o que estabelece o **PNE - Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)** em sua meta 19 da Gestão Democrática: "Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto."

Considerando o que estabelece o **PME - Plano Municipal de Educação (Lei nº 062/2015)**, em seu art. 2º: "As metas e estratégias constantes no anexo desta Lei, referem-se ás áreas de competência da rede de ensino municipal, estadual e privado do município de Fortuna do Maranhão [...] **META 01**- Garantir mediante lei especifica aprovada no âmbito do município a nomeação de gestores escolares vinculados a critérios técnicos de mérito e avaliação de desempenho e participação na comunidade escolar, por meio de eleição direta para um período de 02(dois) anos, podendo ser reeleito por igual período consecutivo.[...]
Estrategia 1.1- Eleger por voto direto e secreto pela comunidade escolar (professores, pais ou responsáveis, e alunos do 8º e 9º ano do ensino fundamental regular e das modalidades: EJA e Educação do Campo); em 2017 os Gestores Gerais das Instituições de ensino e os Adjuntos que após analise curricular feita pelo Conselho Escolar e/ou Comissão Estratégica Local com

os critérios técnicos a serem considerados, estejam aptos a concorrer o cargo: I-Ser profissional nomeado para o cargo efetivo do quadro do Magistério da rede municipal de educação; II-Ter sido aprovado no estagio probatório; III -Não estar respondendo a processo administrativo em órgãos públicos; IV-Ter disponibilidade de 40 e ou 60 horas semanais; V- Ter formação em Pedagogia ou outra Licenciatura com Especialização em Administração ou Gestão Escolar; VI- Ter experiência comprovada em exercício escolar por um período

mínimo de 02 anos; VII- Ser membro efetivo do serviço público Municipal de Educação; VIII - Apresentar um Plano Educacional (PE) a ser executado durante o exercício do mandato com resultados qualitativos referentes ao processo de ensino e aprendizagem e de gestão.
1.1- Escolas com até 80 alunos, não haverá eleição e a administração dos estabelecimentos de ensino ficarão a cargo de um Diretor Geral e Adjunto que compõem o quadro de outra instituição de ensino adjacente juntamente com o auxilio de agentes administrativos para essas escolas de pequeno porte.
1.2- Em caso de escolas municipais que possuam estatutos próprios diferenciados das outras escolas do município e que tenham convênios com a Prefeitura e Secretaria de Educação, a eleição será realizada obedecendo aos critérios técnicos exigidos, garantindo a particularidade filosófica de criação desta instituição.

Considerando o que estabelece o **Sistema Municipal de Ensino (Lei nº140/2021),** o qual prevê que no art. 3º inciso IV- Assegurar a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal será definida em legislação própria com observância dos seguintes princípios:[...].
Considerando o que estabelece a **Resolução 1/2022 de 27 de julho de 2022, da Comissão Intergovernamental do Fundeb**, que "aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação Valor Aluno Ano por Resultados - VAAR, a Lei 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundeb, define (art. 14, § 1º, incisos I a V) cinco condicionalidades que os entes federados devem cumprir, são elas: I - provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho; [...] para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências".

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 1º Fica instituída a Gestão Democrática do ensino público da Rede Municipal de Ensino de **Fortuna**, Estado do Maranhão. A designação de nomeação e exoneração dos Diretores da Rede Municipal de Educação Básica de **Fortuna-MA** é

competência do **Chefe do Poder Executivo**, a qual fica delegada, nos termos deste Decreto, a Escolha de Diretores mediante a avaliação dos critérios técnicos de Mérito, Desempenho e Processo de Consulta Pública pela Comunidade Escolar.

Parágrafo único. O presente Decreto poderá ser consolidado em lei, após comprovada a eficácia do processo de gestão democrática instituída pelo mesmo, bem como promover ajustes e paridade em demais leis ou decreto que tratem do mesmo assunto.

Art. 2º. O cargo comissionado de Diretor de Escola, passará a ser de caráter técnico e somente será provido por **servidor público municipal**, que estiver cursando ou seja detentor de especialização em nível de **Pós-Graduação Lato Sensu** concluída em **Gestão Escolar,** com carga horária de no **mínimo 360 horas,** em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação-**MEC** ou detentor de Graduação em Pedagogia em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação-MEC, que:
a) encontrem-se investidos e desempenhando as funções, em caráter permanente ou temporário, perante a Rede Pública Municipal de Ensino **de Fortuna-MA**, desde o início das atividades letivas do ano de abertura do processo de qualificação; e
b) cumulativamente, preencham os requisitos estabelecidos no Edital.
Art. 3º Para os fins do presente Decreto entende-se por Comunidade Escolar os Profissionais da Educação, Professores da Educação Infantil, Professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, Professores do EJAI, Pais e/ou Responsável Legal e os Alunos com 17 (dezessete) anos de idade ou mais do Estabelecimento de Ensino onde se dará a designação dos diretores.

Art. 4º. O Diretor de Escola de cada Unidade de Ensino Pública Municipal, independentemente **Plano Municipal de Educação (Lei nº 062/2015), Meta e Estratégia 1** do plano não será obdecido o quantitativo apresentado, e sim, número de alunos matriculados atualmente, será investido pelo Chefe do Poder Executivo, após aprovação em Processo de Qualificação a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação.
§1º - O presente certame terá validade de 02 (dois) anos, prorrogável por mais um único período.
§2º - A designação do Diretor de Escola se dará para o período de 02 anos, podendo haver recondução pelo mesmo período pelo Chefe do Poder Executivo.
§3º - Nenhuma designação de Diretor de Escola ultrapassará o **dia 31/12 do último ano do mandado do Prefeito** sob o qual ocorreu a nomeação, situação na qual o mandato de que trata o parágrafo anterior será imediatamente interrompido.

§4º - Para fins de continuidade do serviço, o Chefe do Poder Executivo que suceder, poderá promover a nova nomeação dos mesmos classificados no processo de qualificação anterior, por mais um período de 06 (seis) meses, a fim de que se conclua novo certame, independentemente de que a soma dos períodos ultrapasse o máximo de 04 (quatro) anos da primeira nomeação.

§5º - A nomeação do Diretor de Escola não retira o caráter comissionado do cargo que, entretanto, poderá ser exonerado, a qualquer momento pelo Chefe do Poder Executivo.
Art. 5º. Caso não haja inscrição de candidato para a função de diretor para determinada unidade escolar da Rede Municipal de Ensino, ou não seja aprovado nenhum candidato, ou haja vacância do cargo, caberá ao Executivo Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação-SEMED e Conselho Municipal de Educação - CME, designar servidor efetivo vinculado à Rede Municipal de Ensino, para exercer a referida função.
Parágrafo único. Após nomeação o gestor designado terá o prazo de até 40 (quarenta) dias para apresentação do **Plano de Gestão Escolar-PGE** e comprovar inscrição em curso de gestão escolar, conforme consta no decreto.

Art. 6º. O Diretor de Escola e sua Gestão, serão monitorados e avaliados, anualmente, por uma Comissão, nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, conforme dispor o edital do Processo de Qualificação.

Art. 7º. A Gestão Democrática do Ensino Público tem por finalidade priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógico e administrativo, eficácia no uso dos recursos, garantia de qualidade social, democratização das relações pedagógicas e de trabalho.

Art. 8º. A Gestão Democrática do Ensino Público, em conformidade com o Parecer CNE/CP n. 4/2021 abrangerá a Dimensão Político-institucional, Dimensão Pedagógica, Dimensão Administrativo-financeira e Dimensão Pessoal e

relacional, bem como as atribuições das competências específicas previstas ao diretor escolar em cada uma das dimensões.

CAPÍTULO II
DA AVALIAÇÃO DOS CRITERIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO

Art. 9º. Avaliações dos critérios técnicos de Mérito e Desempenho constituir-se-ão de:

I. Avaliação dos critérios técnicos de mérito realizada pela Comissão Institucional mediante comprovação da titulação mínima exigida, conforme anexo I, de caráter desclassificatório.

II. Avaliação dos critérios técnicos de desempenho realizada pela Comissão Institucional, onde será avaliado o desempenho profissional do interessado, conforme anexo II, com alcance de nota mínima 7,0.
III. A participação no Curso Preparatório para Gestores na Educação, de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, sendo que o interessado deve comprovar frequência de 80% (cem por cento) da carga horária total ofertada;

Art. 10º. Os Interessados que obtiverem frequência menor de 80% (cem por cento) no Curso Preparatório para Gestores na Educação e não atingirem a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) na prova escrita, considerar-se-ão reprovados e não serão habilitados para etapa posterior, mediante divulgação do resultado.

Art. 11º São requisitos para participar da Avaliação de Mérito e Desempenho:
I – pertencer ao Quadro Efetivo ou Comissionado do Próprio Magistério Municipal.
II – se o interessado for detentor de dois vínculos de 20h deverá ter concluído em pelo menos um deles o período do estágio probatório até a data da consulta pública.
III – se o interessado for detentor de um vínculo de 20h este deverá ter concluído o período do estágio probatório, até a data da consulta pela comunidade.
IV - possuir formação em nível superior, em curso de Pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação em Gestão Escolar.
V – professor com no mínimo 02 (dois) anos de experiência em sala de aula;
VI – ter no mínimo, 90 (noventa) dias ininterruptos de exercício na Instituição Educacional que pretende dirigir, até a data do registro do interesse no ano do Processo de Escolha pela Comunidade Escolar.
VII – ter disponibilidade legal para assumir a função com demanda de 40 (quarenta) horas de direção quando o funcionamento da Instituição Educacional exigir;
VIII – não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 2 (dois) anos;

IX – não ter sido condenado, nos últimos 3 (três) anos, ao cumprimento de penalidade administrativa de suspenção de 45 (quarenta e cinco) dias ou mais, multa, destituição da função, demissão e cassação de aposentadoria.
X – não ter prestações de contas de anos anteriores reprovadas no SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas (Contas Online) , do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola e suas Ações Agregadas.

CAPÍTULO III
DO CURSO PREPARATÓRIO PARA GESTORES

Art. 12º. O interessado na função deverá participar do curso preparatório para gestores, com no mínimo 40 (quarenta) horas e com no mínimo 80%(oitenta por cento) de frequência.
Art. 13º. Os conteúdos que serão ministrados no curso preparatório para gestores, serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, de Fortuna Maranhão ou de Empresa Contratada para essa função.
Art. 14º. Caso o interessado não comprovar frequência de no mínimo 80% (oitenta por cento), não poderá participar do processo de escolha pela comunidade escolar.

CAPÍTULO IV
DAS ETAPAS

Art. 15° São as etapas de escolha dos Diretores:

I. Constituição das Comissões;
II. Inscrição
III. Avaliação dos critérios técnicos de Mérito e Desempenho;
IV. Curso Preparatório para Gestores na Educação, de caráter eliminatório;
V. Apresentação do Plano de Gestão pelo interessado;
VI. Consulta pela Comunidade Escolar: efetiva escolha realizada com a participação da Comunidade Escolar dentre os interessados aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho, curso preparatório e prova escrita.

CAPÍTULO V

DAS COMISSÕES

Art. 16º A Comissão Central será formada:
I- Dirigente Municipal de Educação;
II- 2 (dois) Representantes da Secretaria Municipal de Educação-SEMED;
III- 1 (um) Representante do CME - Conselho Municipal de Educação;
IV- 1 (um) Representante do CACS –FUNDEB.
V – 1 (um) Representante do CAE – Conselho de Alimentação.

Art. 17° Cabe à Comissão Central:
I - organizar e implantar a Consulta pela Comunidade Escolar;
II - divulgar a instalação da Consulta pela Comunidade Escolar mediante o Edital de Divulgação em Diário Oficial do Município;
III - preparar e repassar às Comissões Institucionais, todas as informações necessárias, bem como todo o material necessário à realização da Consulta pela Comunidade Escolar;
IV - assessorar as Comissões Institucionais, quando necessário;
V - coordenar e supervisionar as ações das Comissões Institucionais das Instituições Educacionais e de seus Diretores;
VI - orientar a direção da Instituição Educacional sobre as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento desta Lei;
VII - receber da direção da Instituição Educacional a relação dos membros da Comissão Institucional, respeitando os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
VIII - elaborar e aplicar o Curso preparatório de Gestores na Educação e a Avaliação Escrita de Conhecimentos Específicos.
IX - apreciar e esclarecer dúvidas ocorridas durante o processo de consulta e não resolvidas pela Comissão Institucional;
X - analisar em segunda instância, os recursos interpostos e encaminhar ao Dirigente da Educação Municipal;
XI - analisar e dar os devidos encaminhamentos aos casos omissos, bem como julgar os recursos interpostos recebidos das Comissões Institucionais;
XII - receber das Comissões Institucionais, depois de concluída a Consulta pela Comunidade Escolar, a listagem dos diretores escolhidos;
XIII - receber e manter sob guarda, pelo prazo de 8 (oito) anos, as Atas da votação, escrutinação e Ata do resultado final da

votação, acompanhada das cédulas, devidamente lacradas, e encaminhá-las ao setor competente para fins de designação da função de direção para um período de 2 (dois) anos.

Art. 18º Haverá em cada Estabelecimento de Ensino uma Comissão Institucional que será constituída por:
I - 2 (dois) professores efetivos da Instituição do Ensino;
II - 2 (dois) funcionário efetivo e/ou contratado (Administrativo);
III - 2 (dois) pais e/ou responsável legal de alunos não votantes.

§ 1º Dentre estes deverá ser escolhido o presidente que será escolhido por votação da própria comissão.
§ 2º Não poderão compor a Comissão Institucional o diretor, o interessado, bem como os cônjuges e parentes dos interessados até 2º grau, inclusive, nos termos da Lei Civil.
Art. 19º Compete à Comissão Institucional responsável pelo Processo de Consulta pela Comunidade Escolar para designação de Diretores as seguintes atribuições;
I – registrar as inscrições dos interessados à Direção de acordo com o Edital Publicado do Processo de Escolha pela Comunidade Escolar e encaminhar para a Comissão Central;
II – realizar a Avaliação dos critérios técnicos de Mérito, através do instrumento de avaliação (Anexo I desta Lei);
III - realizar a Avaliação dos critérios técnicos de Desempenho, através do instrumento de avaliação (Anexo II desta Lei);
IV – encaminhar a documentação com o resultado dos interessados a participar do Processo de Escolha pela Comunidade Escolar para a Comissão Central;
V - planejar, organizar e executar o Processo de Consulta pela Comunidade Escolar na Instituição Educacional;
VI - responsabilizar-se pela condução do Processo de Consulta pela Comunidade Escolar;
VII - divulgar amplamente na Instituição Educacional a data em que ocorrerá a consulta;
VIII - lavrar em Ata todas as decisões tomadas em reuniões;
IX - carimbar as cédulas com o nome da Instituição Educacional;
X - elaborar a lista dos aptos a votar, que será utilizada no dia da consulta;
XI - fiscalizar o processo de consulta, principalmente no dia da votação;
XII - designar, credenciar e instruir os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras, com a devida antecedência, utilizando formulários próprios;
XIII - providenciar as urnas para as mesas receptoras;
XIV - receber e decidir acerca dos pedidos de impugnação contra atos de votação ou escrutinação não resolvidos pelas respectivas mesas;

XV - colher os votos, proceder a apuração e a proclamação do resultado da consulta, lavrando-se em Ata respectiva;
XVI - encaminhar à Comissão Central, os recursos contra decisões relacionadas aos pedidos de impugnação dos atos de votação ou escrutinação;
XVII - encaminhar à Comissão Central devidamente lacradas, as urnas, as Atas de votação, de escrutinação e o resultado final, após o encerramento do processo de votação e escrutinação;
XVIII - divulgar o resultado final do Processo de Consulta pela Comunidade Escolar por seu presidente.

Art. 20º A Comissão Institucional poderá ser responsabilizada através de processo Administrativo, previsto no art. 212 e seguintes da Lei 617/2007, no caso de atos praticados por qualquer um dos seus membros em desacordo com as normas desta lei.

CAPÍTULO VI
DA AUTONOMIA ESCOLAR

Art. 21º. A autonomia pedagógica escolar será assegurada pela formulação e implementação do Projeto Pedagógico (PP) e do Plano de Gestão Escolar (PGE) da unidade escolar, tendo como referência: as Diretrizes Curriculares Nacionais; as Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino; os indicadores educacionais publicados pelo INEP/MEC e demais indicadores apurados pela própria Rede de Ensino; diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação- SEMED.

Art. 22º. A autonomia da gestão administrativa das Unidades escolares será assegurada:

I. Pelo provimento da função de diretor escolar, por meio do processo de escolha previsto no presente decreto;
II. Por práticas pedagógicas que fortaleçam a construção de um espaço democrático, de modo a fortalecer a participação da comunidade escolar;
III. Pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar por meio de colegiados e, de modo especial, o Conselho Escolar;
IV. Pela avaliação de desempenho anual dos diretores, a ser definida em normativa da Secretaria Municipal de Educação- SEMED, e avaliado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 23º. A autonomia financeira das unidades escolares é assegurada através da destinação de recursos de programas federais, bem como de recursos municipais, visando seu regular funcionamento, agilidade e rapidez na resolução de pequenas emergências, bem como na melhoria do padrão de qualidade do ensino e ainda, a Unidade Executora vinculado diretamente aos Conselhos de Pais e Professores.

CAPÍTULO VII
ATRIBUIÇOES DO DIRETOR

Art.24º. São atribuições do Diretor de Escola, dentre outras previstas neste Decreto e na legislação, as que seguem:

I - Da Gestão Pedagógica:
a) Coordenar Ações Pedagógicas que contribuam para a Inclusão, Equidade e Aprendizagem dos Estudantes;
b) realizar Intervenções Pedagógicas que minimizem as Taxas de Infrequência, Abandono, Distorção Idade Série/Ano, Evasão e Reprovação dos Estudantes;
c) acompanhar diariamente a Frequência de alunos, seguindo as Orientações do Serviço Social;
d) Planejar ações de Apoio para os Estudantes com Dificuldades de Aprendizagem;
e) Garantir que seja realizada a Adaptação Curricular a todos os Alunos com Deficiência e com Dificuldades de Aprendizagem;
f) Zelar pelo cumprimento e implementação das Diretrizes Curriculares do Município;
g) Acompanhar o Planejamento dos Professores, garantindo que o Currículo seja efetivado;
h) Planejar, a partir dos Indicadores das Avaliações de Larga Escala, ações para alcançar e superar as Metas Projetas pela Unidade de Ensino;
i) Coordenar a Elaboração, a Execução e a Avaliação do Projeto Pedagógico (PP) e do Regimento Escolar;
j) Orientar os Professores quanto à Resolução da Avaliação da Rede Municipal;
k) Promover Ações Pedagógicas que viabilizem que as Famílias sejam parceiras do Processo de Ensino Aprendizagem;
l) Responsabilizar-se pela Documentação Pedagógica (Atas de Orientação, de Conselho de Classe, Relatórios, etc), de acordo com o solicitado pela Secretaria de Educação;

m) Aderir e implementar os Projetos e Programas Elaborados e/ou Divulgados pela Secretaria Municipal de Educação;

n) Acompanhar o Cumprimento e a Execução do Calendário Escolar, garantindo os 200 Dias Letivos e as 800 horas, conforme preconiza a LDB 9.394/96.

II – Da Gestão Democrática:

a) Elaborar, e revisar anualmente, o Projeto Pedagógico (PP) e o Regimento Interno, com a Efetiva Participação da Comunidade Escolar;
b) Elaborar o Plano de Gestão, considerando as reais necessidades da Unidade de Ensino;
c) Divulgar o Plano de Gestão, o Projeto Pedagógico e o Regimento Interno à Comunidade Escolar;
d) Oportunizar a Atuação Efetiva das Instâncias Colegiadas (Conselho Deliberativo Escolar, Associação de Pais e Professores e Grêmio Estudantil, quando houver) nas Discussões e Deliberações sobre as questões Administrativas, Financeiras, Físicas e Pedagógicas;
e) Realizar Conselho de Classe Participativo, envolvendo os Segmentos da Comunidade Escolar na reflexão sobre a Aprendizagem Efetiva dos Estudantes e as práticas dos Professores, indicando alternativas que promovam a melhoria do Processo de Ensino Aprendizagem;
f) Estimular a Participação dos Pais, da Comunidade e Parceiros que contribuam para a melhoria do Ambiente Escolar, do atendimento aos Estudantes e da Qualidade de Ensino;
g) Divulgar à Comunidade Escolar os resultados da Unidade de Ensino frequentemente;
h) Divulgar a Movimentação Financeira (Federal e Municipal) da Escola para a Comunidade Escolar;
i) Propiciar um Ambiente Favorável ao bom Relacionamento Interpessoal entre todos os membros da Comunidade Escolar;
j) Garantir que todas as Ações realizadas no âmbito da Unidade de Ensino sejam pautadas na Gestão Democrática.

III - Da Gestão Administrativa:

a. Representar a Escola, responsabilizando-se pelo seu adequado Funcionamento;

b) Responder, nos Termos da Legislação Vigente, por todos os Atos e Omissões no Exercício da Função;
c) Gerenciar Recursos Humanos, Financeiros, Bens Móveis e Imóveis e Valores pelos quais a Unidade de Ensino responda;
d) Providenciar a Manutenção, Conservação e Higiene da Unidade de Ensino;
e) Manter atualizado o Inventário dos Bens Públicos, em conjunto com todos os Segmentos da Comunidade Escolar;
f) Elaborar toda a Documentação (Atas, Prestação de Contas, Documentos de Secretaria, entre outros), de acordo com as exigências necessárias solicitadas;
g) Manter arquivados, em dia e à disposição da Comunidade Escolar e da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, o Plano de Gestão, o Projeto Pedagógico, o Regimento Escolar, o Regimento/Estatuto do Colegiado Escolar e as Atas de Registros;
h) Organizar e gerenciar o Cumprimento da Hora-Atividade dos Professores;
i) Certificar e validar o Ponto dos Servidores da Unidade de Ensino, orientando para que todos sejam assíduos;
j) Adotar as Medidas Administrativas cabíveis em tempo hábil, referentes aos Professores e demais Servidores, via Procedimento Administrativo Disciplinar, visando manter o bom funcionamento da Escola, a Ética, a Moralidade e a Impessoalidade;
k) Garantir o correto preenchimento dos dados nos Sistemas Informatizados, observando os prazos estabelecidos, incluindo as especificidades;
l) Tratar a Comunidade Escolar com respeito e dignidade, sendo proibida a utilização de linguagem indecorosa que humilhe e exponha a qualquer tipo de situação vexatória.

IV - Da Gestão Financeira:

a) Garantir o pleno funcionamento da Unidade Escolar, visando a melhoria contínua do padrão de Qualidade de Ensino, Aplicando e Utilizando os Recursos disponíveis com adequação e racionalidade;
b) Utilizar e valorizar os materiais/objetos ofertados pelo Governo Municipal, compreendendo que se trata de investimento do Dinheiro Público (Uniforme Escolar, Materiais Didáticos, Acervos, Computadores, entre outros);
c) Realizar Ações Participativas de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da Aplicação dos Recursos Financeiros da Unidade de Ensino, levando em conta as necessidades do PP e os princípios da Gestão Pública;
d) Prestar contas à Comunidade Escolar e à Secretaria Municipal de Educação- SEMED de todos os recursos financeiros vinculados à Instituição de Ensino disponibilizado anualmente, de forma Transparente;

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º. A gestão do Diretor será de 2 (dois) anos, com início no primeiro dia útil do ano civil subsequente, sendo admitida apenas uma recondução consecutiva.

Art. 26º. Os atuais Diretores permanecerão em exercício com todas as responsabilidades que lhe são cabíveis, até a transmissão do cargo ao novo nomeado, oportunidade em que farão a entrega de balanço financeiro, acervo documental e inventário de material e patrimônio da instituição documentado.

Art. 27º. A função de Diretor de Escola do Ensino Fundamental e de Escola da Educação Infantil, se dará por regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, e será concedida ao Diretor eleito após a nomeação mediante Portaria será concedida gratificações a que faz jus o contido no Plano de Cargos Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Fortuna - MA.

Parágrafo único. Nas Instituições Educacionais cujo funcionamento ocorre em apenas um turno, será concedida ao Diretor após nomeação mediante Portaria.

Art. 28º. É vedado candidatar-se o professor que estiver gozando de licença, afastamento ou à disposição para outro órgão, no período destinado à Consulta pela Comunidade Escolar.

Art. 29º. O Diretor designado não poderá exercer outra função ou cargo em outra Instituição Escolar no período de funcionamento da Instituição que dirige, seja em âmbito público ou privado.

Parágrafo único. Além da carga horária diretiva, ou seja período de funcionamento escolar das instituições de ensino o Diretor deverá obrigatoriamente participar das atividades relacionadas a sua função em horários diferenciados quando necessário e solicitado.
Art. 30º. No caso de afastamento do Diretor por até 30 dias, a substituição será feita interinamente por um servidor pertencente ao quadro da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Quando houver vacância, renúncia ou afastamentos do Diretor e for superior a 30 dias, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação- SEMED, juntamente com Conselho Escolar designar 1 (um) responsável, que faça parte do quadro próprio do magistério, para substituí-lo no período que se fizer necessário.

Parágrafo único. Quando houver vacância, renúncia ou afastamentos do Diretor, faltando mais de 06 (seis) meses para o término do mandato, a designação de Diretor será sempre precedida por indicação do prefeito.

Art. 31º. O diretor poderá ser destituído da função a pedido ou por ato motivado, pelo Chefe do Poder Executivo ou Dirigente da Educação Municipal, garantindo-se o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 32º. O diretor poderá ainda ser destituído da função antes do término do seu mandato, a critério da Administração pública mediante processo administrativo pela Instituição.
Art. 33º. O servidor escolhido para a função de Diretor, além do cumprimento do proposto no **Plano de Gestão Escolar-PGE** apresentado, estará aceitando, entre outras, as seguintes atribuições:
I - zelar pelo patrimônio público, conservação e preservação aplicando adequadamente e integralmente as verbas destinadas para este fim, no que diz respeito à manutenção e reparos, sendo de sua responsabilidade as providências para que o ambiente físico seja adequado à tarefa de ensino e aprendizagem;
II - manter a ordem e a disciplina na unidade escolar;
III - respeitar a hierarquia existente na Secretaria Municipal da Educação, utilizando roteiros, formulários e documentos padronizados, bem como seguir orientações pedagógicas e administrativas apresentadas pela mesma;
IV - assinar a frequência final de todos os servidores lotados na instituição educacional;
V - zelar pela harmonia, respeito, colaboração, responsabilidade no dia-a-dia das relações que envolvem educandos, professores e demais funcionários;
VI - zelar pelo controle de desperdício de água, energia elétrica respondendo pelos atos que causem gastos excessivos;
VII - priorizar a igualdade de direitos e condições a todos os educandos, professores e demais funcionários;
VIII - esclarecer e acompanhar, em conjunto com o Conselho Escolar as contas de recursos oriundos das esferas federal e municipal, zelando pela alocação de recursos nas áreas de destinação, sob pena de responsabilização;

IX - zelar pela apresentação das prestações de contas nos prazos legais estabelecidos em lei e regulamentos, notificando a diretoria da entidade quando do seu descumprimento sob pena de responsabilidade;
X - providenciar e/ou dar andamento com responsabilidade, transparência, presteza e organização quaisquer documentos que lhes forem solicitados, cumprindo o prazo estabelecido;
XI - agir e transmitir recados com objetividade, pautados sempre em livros de recados com assinatura e ciência dos funcionários;
XII - acompanhar as questões educacionais e tomar decisões administrativas pautadas em princípios éticos, baseadas na democracia e na igualdade de condições humanas existentes;
XIII - ter ética, respeito, agindo sempre através do diálogo como princípio norteador dos processos que envolvem as relações tanto na área pedagógica, quanto na área administrativa, comunicando imediatamente qualquer fato ou situação estranha que ocorrer na instituição educacional à Secretaria Municipal da Educação;
XIV - registrar as situações conflitantes ou problemas ocorridos, a fim de produzir documentos comprobatórios para qualquer situação nova que vier a existir, no âmbito das relações que envolvam os mesmos com os funcionários da instituição educacional, bem como com os membros da instituição educacional;
XV - comparecer às reuniões quando convocado, repassando fidedignamente aos servidores da instituição educacional os assuntos pautados;
XVI - não ausentar-se do trabalho sem o prévio conhecimento e autorização formal da chefia imediata na Secretaria Municipal da Educação;
XVII - não tomar decisões precipitadas quando em situações que envolvam o Município de Fortuna - MA, por conseguinte, a Secretaria Municipal de Educação;
XVIII - responder por quaisquer atos e situações que envolvam a instituição educacional com objetivo de esclarecê-los;
XIX - fazer cumprir os horários de atendimento e funcionamento da instituição educacional;
XX - respeitar, zelar e assegurar o cumprimento do calendário escolar no que diz respeito ao cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos e, quando houver sugestão para sua alteração, aguardar o deferimento da Secretaria Municipal de Educação, sendo vedada a dispensa de aulas sem prévia autorização da SEMED;
XXI - Participar das formações, cursos e seminários determinados pela Secretaria Municipal de Educação;
XXII - dar entrada documentalmente no acervo da unidade educacional de todo material comprado, doado e/ou recebido do Município ou de qualquer outro órgão público ou privado, informando quando necessário à Divisão de Patrimônio do Município;

XXIII - elaborar e executar sua proposta de trabalho;
XXIV - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
XXV - acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica, a elaboração e primar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
XXVI - acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica o processo de ensino e aprendizagem da instituição proporcionando subsídios para a recuperação dos alunos de baixo rendimento escolar;
XXVII - acompanhar o desenvolvimento de todo o trabalho realizado pela Equipe Pedagógica;
XXVIII - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a instituição escolar;
XXX - assegurar o direito à participação em formações, cursos e seminários a todos os docentes, conforme área de atuação;
XXXI - assegurar o direito à escolarização e permanência a todos os discentes;
XXXII - garantir o processo de inclusão escolar de acordo com a legislação vigente;
XXXIII – cumprir o contido no Regimento Escolar, no Projeto Pedagógico e no Plano de Cargos Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Fortuna – MA.
Art. 34º. O Diretor que não atender às atribuições apontadas nesta lei terá sua conduta preliminarmente analisada por Comissão Central, que deliberará sobre as medidas cabíveis, inclusive a representação ao regime disciplinar previsto em Lei, podendo, ainda, determinar o afastamento preventivo da função.
Art. 35º. Após publicação do presente Decreto, o município terá o prazo necessário para poder implementar o Art. 1º, deste decreto, sendo estabelecido como limite máximo **o mês de julho ano de 2023**, para divulgação do Edital e/ou convocação, deste mesmo decreto.
Art. 36º. Demais instruções e os casos omissos deste Decreto, serão avaliados pela Secretaria Municipal de Educação- SEMED e, conjuntamente, com o Conselho Municipal de Educação.
Art. 37º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Fortuna, 08 de Setembro de 2022

_____
Sebastião Pereira da costa Neto
PREFEITO MUNICIPAL

End.: Praça da Liberdade S/N - Centro, CEP: 65.695-000 -

Fortuna - MA www.fortuna.ma.gov.br - CNPJ 06.140.404/0001-67

ANEXO I AVALIAÇÃO DE MÉRITO AO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR
PERÍODO: ____/___/_____ a _____/_____/_____.
PROFESSOR(A):
DATA: / /

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
I- FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PÓS GRADUAÇÃO		
1- Possui curso de Mestrado em Educação	50	
2- Possui 2 cursos de Especialização em Educação	25	
3- Possui 1 curso de Especialização em Educação	10	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
II- FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA DIREÇÃO		
1- Possui curso de Pedagogia	30	
2- Possui outra licenciatura e curso de Especialização em Gestão Escolar	30	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
III-PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO		
1- Tem mais de 200 horas de capacitação nos dois últimos anos	20	
2- Tem mais de 100 horas de capacitação nos dois últimos anos	10	
3- Tem mais de 60 horas de capacitação nos dois últimos anos	6	
4- Tem mais de 40 horas de capacitação nos dois últimos anos	4	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
IV-PENALIDADES SOFRIDAS		
1- Nunca sofreu qualquer penalidade	10	
2- Já sofreu penalidade de advertência	10	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

ANEXO II AVALIAÇÃO DESEMPENHO

PROFESSOR(A):
DATA: / /

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
I – ASSIDUIDADE		
Nunca teve falta injustificada no período	10	
Teve uma falta injustificada no período	5	
Teve duas falta injustificada no período	5	
Teve três falta injustificada no período	3	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
II- AUSÊNCIA		
Não se afastou por licença sem vencimentos nos últimos 2 (dois) anos.	10	
Afastou-se por licença sem vencimento nos últimos 2(dois) anos	0	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
III- PONTUALIDADE		
Nunca chegou atrasado(a)	5	
Nunca saiu antes do término das aulas	5	
Algumas vezes chegou atrasado	3	
Algumas vezes saiu antes do término das aulas	3	
É comum chegar atrasado(a) ou sair mais cedo	0	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
IV-PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS		
Frequenta todas e participa	10	
Frequenta todas mais não participa	05	
Tem algumas ausências	05	
Raramente frequenta as reuniões	04	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
V-COLABORA COM A DIREÇÃO		
Está sempre pronto(a) a ajudar a administração	10	
Colabora raramente com a administração	05	
Nunca colabora com a administração	05	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
VI-PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTRA-CLASSE		
Participa ativamente de todas as atividades extraclasses	10	
Participa das atividades extraclasses	10	
Participa sem entusiasmo das atividades extraclasses	6	
Participa raramente das atividades extraclasses	4	
Nunca participa das atividades extraclasses	0	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
VII-INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS PROFESSORES		
Tem bom relacionamento com os colegas de trabalho	10	
Não tem bom relacionamento com alguns colegas de trabalho	5	
É comum ter atritos com colegas de trabalho	5	
Relaciona-se apenas com alguns colegas de trabalho	3	
Não se relaciona com os colegas de trabalho	0	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
VIII-INTEGRAÇÃO COM OS SERVIDORES		
Tem bom relacionamento com os servidores da escola	10	
Não tem bom relacionamento com alguns servidores	5	
É comum ter atritos com servidores	5	
É exigente e grosseira com os servidores	3	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
IX-RELACIONAMENTO COM OS ALUNOS E PAIS		
Nunca teve problemas de relacionamento com alunos ou pais	10	
Teve problemas de relacionamento com alunos ou pais	8	
Teve alguns problemas de relacionamento com alunos	6	
Os alunos não gostam de tê-lo (a) com docente	4	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	PONTOS OBTIDOS
X- ADAPTABILIDADE E FLEXIBILIDADE		
1 – Responde positivamente às mudanças, adotando e usando novas práticas para resolver problemas.	10	
2 – Aceita mudanças, porém com certa resistência.	8	
3- Não aceita mudanças.	6	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

RESUMO DA PONTUAÇÃO
PROFESSOR:

	AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	PONTOS
I	Assiduidade	
II	Ausência	
III	Pontualidade	
IV	Participação em reuniões administrativas/ pedagógicas	
V	Colaboração com a direção	
VI	Participação em atividades extraclasses	
VII	Integração com os demais professores	
VIII	Integração com os servidores	
IX	Relacionamento com os alunos e pais	
X	Adaptação e flexibilidade	
	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	

	AVALIAÇÃO PROFISSIONAL	PONTOS
I	Formação Profissional – pós-graduação	
II	Formação Especifica para direção	
III	Participação em cursos de capacitação	
V	Penalidades sofridas	
	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	

Avaliação realizada em / /
Membros da Comissão:

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: 247a8c6971099fc8c26438882143f9d2

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022 - CONTRATO Nº 002.05012022.13.029/2021 - PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 002.05012022.13.029/2021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PREGÃO ELETRONICO Nº 029/2021. **CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Fortuna/MA, **CONTRATADA:** L. F SOARES EIRELI - ME (LISERV), Rua Marechal Castelo Branco, N 01, Sala 01, Bairro Centro, Presidente Dutra - MA, CNPJ: 28.300.102/0001-41. **REPRESENTANTE**: Francisco Bruno Calado de Melo CPF: 096.816.194-47. **OBJETO DE ADITIVO:** acréscimo de 25%, equivalente a R$ 157.876,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos e setenta e seis reais). Fundamentação legal: Art 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Fortuna/MA, 29 de julho de 2022. Jalycya Rodrigues de Almeida - Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: b8d65ac2ea7d4443b2a8dc8660af75ba

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022 - CONTRATO Nº 003.06042022.13.0112022 - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003.06042022.13.0112022 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022. **CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Educação de Fortuna/MA, **CONTRATADA:** FJR COMERCIO E SERVICOS EIRELI (DISTRIBUIDORA FJR), localizada na Praça Guilhermino Brito, Nº 2890. Bairro Centro Paraibano/MA, CEP: 65.670-000, CNPJ: 30.381.078/0001-64. **REPRESENTANTE**: Firmino Marques da Silva Neto CPF: 001.682.523-33. **OBJETO DE ADITIVO:** acréscimo de 25%, equivalente a R$ 24.593,76 (vinte e quatro mil e quinhentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos). Fundamentação legal: Art 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Fortuna/MA, 29 de julho de 2022. Antônio Marcos De Sousa Rocha - Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: 190b47983cafb027e4037e3c6af190f2

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022. CONTRATO Nº 004.06042022.13.0112022 - PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2022. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 004.06042022.13.0112022 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2022. **CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Educação de Fortuna/MA, **CONTRATADA:** FJR COMERCIO E SERVICOS EIRELI (DISTRIBUIDORA FJR), localizada na Praça Guilhermino Brito, Nº 2890. Bairro Centro Paraibano/MA, CEP: 65.670-000, CNPJ: 30.381.078/0001-64. **REPRESENTANTE**: Firmino Marques da Silva Neto CPF: 001.682.523-33. **OBJETO DE ADITIVO:** acréscimo de 25%, equivalente a R$ 9.890,14 (nove mil e oitocentos e noventa reais e quatorze centavos). Fundamentação legal: Art 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Fortuna/MA, 29 de julho de 2022. Antônio Marcos De Sousa Rocha - Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA
Código identificador: d7caa4eecf74eed2a9be7c93d25edb1a

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGêNIO BARROS

EXTRATO DE CONTRATO 094/2022

EXTRATO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022-RE**.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRÚTI, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA.
FUNDAMENTO: LEI Nº 10.520/2002 E DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.
EMPRESA VENCEDORA: FRANCISCA EDINE ALVES DE SOUSA SANTANA - ME (CENTRO DAS VERDURAS).
CNPJ: 17.393.006/0001-79
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU O CERTAME: PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO.
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO: CONTRATO Nº 094/2022
VALOR DO CONTRATO: R$ 37.081,00 (trinta e sete mil oitenta e um reais)**.**
DATA DE ASSINATURA: 05/09/2022.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Publicado por: MÁRCIO IRLA DE SOUSA CORTEZ
Código identificador: b45e74b87009d9fa7bed03514833952d

EXTRATO DE CONTRATO 095/2022

EXTRATO DE CONTRATO

PROCEDIMENTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022-RE**.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRÚTI, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA.
FUNDAMENTO: LEI Nº 10.520/2002 E DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.
EMPRESA VENCEDORA: FRANCISCA EDINE ALVES DE SOUSA SANTANA - ME (CENTRO DAS VERDURAS).
CNPJ: 17.393.006/0001-79
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.
AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU O CERTAME: PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO.
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO: CONTRATO Nº 095/2022
VALOR DO CONTRATO: R$ 24.017,00 (vinte e quatro mil e dezessete reais)**.**
DATA DE ASSINATURA: 05/09/2022.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Publicado por: MÁRCIO IRLA DE SOUSA CORTEZ
Código identificador: f64776f31945cee4e926cb8870438d14

EDITAL Nº 02/2022

EDITAL Nº 02/2022
CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO MERITOCRÁTICA PARA O DESEMPENHO DO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS/MA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS/MA, torna público aos

interessados que estarão abertas as inscrições para a seleção meritocrática para o desempenho do cargo de Diretor Escolar, nos termos da Lei Municipal nº 165/2022, e Lei Federal nº 14.113/2020.

1 – DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

1.1. Os interessados em assumir cargo e/ou função de direção escolar deverão ser qualificados por critérios de mérito e desempenho, conforme estabelecido neste edital, habilitando-os para a nomeação.

1.2. Para a qualificação ao cargo, o interessado deverá ter nota mínima de 7,0 (sete) pontos, em análise de currículo a ser realizada por comissão designada pela Secretaria de Educação, conforme pontuação do anexo I deste edital.

1.3. Os interessados deverão apresentar requerimento de inscrição (conforme Anexo III), juntamente com a documentação comprobatória do currículo, na sede da Secretaria Municipal de Educação, no dia 14 de setembro de 2022, das 8:00 às 16:00 horas, acompanhada dos documentos originais, indicando a escola para a qual pretende exercer as atividades.

1.4. Após a análise, com data prevista para o dia 16 de setembro de 2022, a Secretaria de Educação divulgará a lista prévia de qualificados, por ordem alfabética.

1.5. Os interessados terão 01 (um) dia útil, que se findará no dia 19 de setembro de 2022, das 9:00 às 15:00 horas, para o recurso sobre a lista prévia.

1.6. Em ato posterior, será publicada a lista definitiva no dia 23 de setembro de 2022, e será encaminhada ao chefe do Poder Executivo, para a designação dos diretores das unidades escolares.

2 – DA NOMEAÇÃO

2.1. O chefe do Poder Executivo nomeará, dentre os qualificados, os diretores das unidades escolares municipais.

2.2. A qualificação do interessado não desnatura a essência do cargo e/ou função, a qual continuará a ser de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo.

2.3. Em caso de exoneração do diretor escolar durante o período letivo, a nova nomeação deverá ser dentre aqueles já qualificados nesta chamada pública.

2.4. A nomeação valerá até realização de nova chamada pública, a qual ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

2.5. A jornada de trabalho, remuneração e/ou gratificação serão de acordo com a legislação municipal.

3 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Para a permanência no cargo os gestores escolares, os diretores selecionados precisam melhorar os indicadores de Qualidade de Educação na Escola:

- Níveis de aprovação na escola;
- Permanência dos alunos;
- Distorção idade serie;
- Resultados obtidos nas avaliações externas e internas, que mostram o nível do ensino oferecido;
- Proficiência em Escrita e Leitura;

3.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação

Governador Eugênio Barros/MA, 13 de setembro de 2022.

Maria Sônia Alves Madeira
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
PONTUAÇÃO DA ANÁLISE DE CURRÍCULO

1 – Formação profissional em área educacional (nível superior completo)	3		
2 – Pós-graduaçãoI	Em educação	Em gestão escolar	
	2	4	
3 – Experiência Profissional nos últimos 2 anos (máximo de 4 pontos)	Em educação	Em gestão escolar	
	1 ponto por ano	2 pontos por ano	
4 – Cursos de capacitação em gestão escolarII (máximo de 2 pontos)	1 ponto por curso de, no mínimo, 80 horas		
I – Diploma/certificado de conclusão de curso de Especialização/Pós Graduação. II – Certificado/declaração de conclusão de curso, informando a carga horária.			

ANEXO II
QUADRO DE VAGAS

ESCOLAS LOCALIDADES
UE STA ISABEL POV. SÃO BENTO
UE SÃO SEBASTIAO POV. SANTA MARIA
UE LAVRADOR LUIS VIANA POV. CENTRO DO COCO
UE PRES. JUSCELINO POV. SANTA CRUZ
UE JOAQUIM GOMES POV. CACIMBÃO
UE BOM JESUS POV. MONTEVIDEU
UE DR. VIEIRA POV. PATRIMÔNIO
UE AURELIANO CHAVES POV. BULANDEIRA
UE SANTOS DUMONT I POV. AGRICOLÂNDIA
UI PROF. MARIA CIDINHA POV. SOCORRO
GE PRESIDENTE GEISEL POV. CANAÃ
UE IVANILDE NUNES FERREIRA POV. LAGOA DO OURO
EM FLORIANO PEIXOTO POV. DESCONSOLO
UE MACARIO OLIVEIRA II POV. SANTA ROSA
CRECHE MACARIO OLIVEIRA I POV. SANTA ROSA
CRECHE TIA DALUZ POV. CACIMBÃO
CRECHE REINO INFANTIL POV. SOCORRO
CRECHE TIA LILA SEDE
UE AGNELO VIEIRA CHAVES SEDE
PROF. RAIMUNDA FELIX SEDE
EM DIAS CARNEIRO SEDE

ANEXO III
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
EDITAL Nº 02/2022
FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____
PREFERÊNCIA DE LOTAÇÃO: _____

DADOS PESSOAIS:
NOME:
_____
R.G.:_____ ÓRGÃO EXPEDIDOR:_____ CPF: _____
ENDEREÇO (Rua, nº, bairro):
_____
_____
CEP: _____-____ CIDADE_____ ESTADO: _____
TELEFONE FIXO: ( ) _____ CELULAR: ( )_____
E-MAIL:_____
CURRÍCULO COM: _____ PÁGINAS
Governador Eugênio Barros/MA, 14 de setembro 2022

_____
Assinatura do interessado

_____
Assinatura do responsável pela inscrição

EDITAL Nº 02/2022

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO N° _____
PREFERÊNCIA DE LOTAÇÃO: _____
Recebi o Currículo (incluindo documentação comprobatória) com _____ Páginas

Governador Eugênio Barros/MA, 14 de setembro 2022

Assinatura do responsável pela inscrição

Publicado por: FRANCISCO CARNEIRO RIBEIRO JUNIOR
Código identificador: b8a21f37edd29b8d72a54021a61259a6

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 016/2022

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PARCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2022
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2022RE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRÚTI, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA.

PREGOEIRO: MÁRCIO IRLA DE SOUSA CORTEZ
DATA DA SESSÃO: 01/09/2022
DATA DA ADJUDICAÇÃO: 05/09/2022
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/09/2022
ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 05/09/2022
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

EMPRESA: Francisca Edine Alves de Sousa Santana - ME (Centro das Verduras)
CNPJ: 17.393.006.0001 - 79
ENDEREÇO: Av. 11 de Março, Bairro: Centro, CEP: 65.780-000 Cidade: Governador Eugenio Barros-MA
REPRESENTANTE: Francisca Edine Alves de Sousa Santana
E-MAIL: ********** **TEL.:** (98) 98139-3503

LOTE I – SECRETARIA DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DO ALIMENTO	QNT	UNID	V. UNIT	V. TOTAL
1	BATATA INGLESA: ESSE VEGETAL É UM ALIMENTO EXTREMAMENTE NUTRITIVO, FONTE DE DIVERSAS VITAMINAS E MINERAIS; ALÉM DE SER REPLETO DE BENEFÍCIOS À SAÚDE DE QUEM O CONSOME DA MANEIRA CORRETA.	400	KG	R$ 9,25	R$ 3.700,00
2	BETERRABA: É UMA PLANTA DE CAULE CURTO, COM FOLHAS GRANDES E DE COR VERDE CLARA OU AVERMELHADA. AS SUAS RAÍZES FORMAM UM TUBÉRCULO ALONGADO COMO UM CONE, DE FORMA ARREDONDADO OU BEM REDONDO (A VERMELHA) E MAIS COMPRIDAS E CÔNICAS AS AMARELAS E AS BRANCAS.	400	KG	R$ 8,14	R$ 3.256,00
3	CEBOLA: IN NATURA AMARELA, APLICAÇÃO CULINÁRIA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVEM SER DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, AROMA E SABOR PRÓPRIOS, SEM QUALQUER LESÃO EXTERNA QUE AFETE SUA APARÊNCIA	400	KG	R$ 7,65	R$ 3.060,00
4	REPOLHO: É UMA HORTALIÇA DA FAMÍLIA BRASSICACEAE BASTANTE CONSUMIDA EM SALADAS. A PLANTA É ORIGINÁRIA DA REGIÃO DO MEDITERRÂNEO. O REPOLHO EM SUA FORMA CRUA APRESENTA BOAS QUANTIDADES DE VITAMINA A E C. ALÉM DE SER UM ALIMENTO DE BAIXO TEOR CALÓRICO, O REPOLHO-ROXO POSSUI HORMÔNIOS QUE AUXILIAM NA QUEIMA DE GORDURAS.	350	KG	R$ 7,30	R$ 2.555,00
5	CHEIRO VERDE: FRESCOS, DE ÓTIMA QUALIDADE. SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA ÍNTEGRA. COM COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS DA ESPÉCIE.	700	KG	R$ 3,45	R$ 2.415,00
6	MAÇÃ: IN NATURA, NACIONAL, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA.	700	KG	R$ 12,10	R$ 8.470,00
7	PEPINO: FRESCOS, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME DE COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR E SABOR TÍPICO DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA. ISENTO DE: SUJIDADE, INSETOS PARASITAS, LARVAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. PESO E TAMANHO PADRÃO	250	KG	R$ 5,20	R$ 1.300,00
8	ALFACE: COLORAÇÃO VERDE, GRAU DE CROCANCIA MEDIA, E COM FORMAÇÃO DE CABECA, DEVENDO O LOTE APRESENTAR HOMOGENEIDADE VISUAL DE TAMANHO E COLORAÇÃO, NÃO APRESENTAR OS DEFEITOS PASSADA, MURCHA, MANCHA NA FOLHA INTERNA OU COM VIROSE.	650	UND	R$ 5,00	R$ 3.250,00
9	MELANCIA: IN NATURA APRESENTAR POUPA COM COLORAÇÃO VERMELHA INTENSA E FORMATO ARREDONDADO UNIFORME AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA	650	KG	R$ 2,65	R$ 1.722,50
10	PIMENTÃO: É UM VEGETAL ENCONTRADO EM TRÊS TIPOS MAIS COMUNS, VERDE, AMARELO E VERMELHO. INTERNAMENTE ELE É OCO, POSSUINDO SEMENTES PEQUENAS, BRANCAS E ACHATADAS. APRESENTA UM BOM VALOR NUTRICIONAL, RICO EM SAIS MINERAIS E VITAMINAS. POSSUI BOAS QUANTIDADES DE VITAMINAS A, C E DO COMPLEXO B. É RICO TAMBÉM EM SAIS MINERAIS (POTÁSSIO, FÓSFORO, CÁLCIO E SÓDIO).	650	KG	R$ 5,65	R$ 3.672,50
11	TOMATES: SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA ÍNTEGRA. COM COR, SABOR E AROMA CARACTERÍSTICOS DA ESPÉCIE.	400	KG	R$ 9,20	R$ 3.680,00
TOTAL LOTE I				R$ 37.081,00	

LOTE II – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO ALIMENTO	QNT	UNID	V. UNIT	V. TOTAL
1	LARANJA: IN NATURA ESPECIA PÊRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA.	300	DÚZIA	R$ 11,50	R$ 3.450,00
2	ABACAXI: IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA.	300	UND	R$ 6,80	R$ 2.040,00
3	ABACATE: IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA.	200	KG	R$ 9,50	R$ 1.900,00
4	MAÇA: IN NATURA, NACIONAL, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA.	200	KG	R$ 1,85	R$ 370,00
5	BATATA INGLESA, IN NATURA, ESPÉCIE LISA, APLICAÇÃO CULINÁRIA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVEM SER DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, AROMA E SABOR PRÓPRIOS, SEM QUALQUER LESÃO EXTERNA QUE AFETE SUA APARÊNCIA	400	KG	R$ 8,70	R$ 3.480,00
6	CEBOLA: IN NATURA AMARELA, APLICAÇÃO CULINÁRIA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVEM SER DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, AROMA E SABOR PRÓPRIOS, SEM QUALQUER LESÃO EXTERNA QUE AFETE SUA APARÊNCIA	200	KG	R$ 7,79	R$ 1.558,00
7	MAMÃO: IN NATURA, ESPÉCIE COMUM DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA.	200	KG	R$ 4,69	R$ 938,00
8	BANANA: IN NATURA ESPÉCIE PRATA, DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA	300	DÚZIA	R$ 11,80	R$ 3.540,00
9	MELÃO: IN NATURA ESPÉCIE AMARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA	300	KG	R$ 6,89	R$ 2.067,00
10	MELANCIA: IN NATURA APRESENTAR POUPA COM COLORAÇÃO VERMELHA INTENSA E FORMATO ARREDONDADO UNIFORME AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO COR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES. DEVEM ESTAR FRESCAS, ESTADO DE MATURÇÃO PRARA CONSUMO, SEM MATÁRIAS TERROSAS, SUJIDADES, OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA	300	KG	R$ 2,79	R$ 837,00
11	UVA: IN NATURA, DE 1º QUALIDADE, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES, NÃO ESTÁ DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A SUA APARÊNCIA	300	KG	R$ 12,79	R$ 3.837,00
TOTAL LOTE II				R$ 24.017,00	
TOTAL DOS LOTES				**R$ 61.098,00**	

Governador Eugênio Barros - MA, 05 de setembro de 2022.

Publicado por: MÁRCIO IRLA DE SOUSA CORTEZ
Código identificador: 09eac744540a301dbcdfa47a45077a9b

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 005/2022

Procedimento: Carta convite nº 005/2022.
Vencedora: L. C. MENDES E SILVA EIRELI, CNPJ N° 27.899.767/0001-50
Assunto: Homologação e Adjudicação da Carta Convite nº 005/2021.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de recuperação de estrada vicinal no trecho 01 - Socorro a br-226 e trecho 02 - bairro Formigueiro a br-226 no município de Governador Eugênio Barros - MA.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 005/2022

O Município de Governador Eugênio Barros - MA, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade do objeto a ser contratado;

Considerando que o referido procedimento licitatório observou o princípio constitucional da legalidade, da ampla defesa e julgamento objetivo das propostas, proporcionando a todos os interessados ciência dos atos realizados e a exortação para o exercício das faculdades recursais;

Resolve **HOMOLOGAR E ADJUDICAR** o resultado do processo licitatório em epígrafe em favor da empresa **L. C. MENDES E**

SILVA EIRELI, CNPJ N° 27.899.767/0001-50, a qual foi declarada vencedora do certame com o valor global de R$ 311.863,02 (trezentos e onze mil, oitocentos e sessenta e três reais e dois centavos).

Governador Eugênio Barros - MA, 01 de setembro de 2022.

Priscilla de Castro Ribeiro
Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Publicado por: MÁRCIO IRLA DE SOUSA CORTEZ
Código identificador: 2dd821cdd98529711d8495264291316f

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAçA ARANHA

DECRETO Nº022/2022

DECRETO Nº022/2022

Regulamenta a Lei nº 0384/2011, que instituiu o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAÇA ARANHA, no uso das atribuições que lhe confere e no disposto da Lei Federal Nº 8.842, de 04/01/1994, em vista o disposto na Lei nº 0384/2011, que criou o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, na forma do presente Decreto.

Art. 2º – O Fundo Municipal dos Direito da Pessoa Idosa não manterá pessoal técnico administrativo próprio que, na medida da necessidade, será designado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º – A contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será organizada e processada pela Diretoria Contábil-Financeira da Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão Municipal competente, de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente.

Parágrafo único – A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art.4º – O Fundo será regido administrativamente pela, Secretaria Municipal à qual está vinculado o Conselho), inclusive no que diz respeito ao controle de contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não governamentais, execução orçamentária, registros contábeis, análise e avaliação da situação econômica-financeira, aquisição de bens, equipamentos, serviços e disponibilização de pessoal necessário à administração do Fundo, sob orientação e controle do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§ 1º - A Secretaria ou órgão municipal gestor prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

§ 2º– O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso deverá constituir Comissão Permanente, integrada por Conselheiros governamentais e Conselheiros representantes da sociedade civil, composta paritariamente, com a finalidade de acompanhar as ações relacionadas com o Fundo.

Art. 5º – Os recursos do Fundo serão aplicados nas seguintes atividades que digam respeito ao atendimento direto à pessoa idosa:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços voltados à pessoa idosa desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência social, ou por órgãos conveniados;

II – pagamento pela prestação de serviços às entidades conveniadas de direito público ou privado, para execução de programas e projetos dirigidos à pessoa idosa;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços voltados a desenvolvimento de atividades com pessoas idosas, condicionadas à observância da acessibilidade plena;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações voltadas à pessoa idosa;

VI – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços a pessoas idosas.

Art. 6º – O ordenamento das despesas decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo será da competência do representante legal da Secretaria à qual está vinculado o Conselho.

Art. 7º – O repasse de recursos às entidades conveniadas será efetivado por intermédio do Fundo, de acordo com critérios estabelecidos em Resolução aprovada em plenária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§ 1º – As transferências de recursos para organizações que atuam com a pessoa idosa se procederão mediante convênio, contrato, acordos, ajustes ou similares, obedecendo à legislação vigente, em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 2º - Somente poderão ser beneficiadas entidades referidas no parágrafo anterior que cumprirem todas as exigências legais e, em se tratando de Entidades de Atendimento ao Idoso, que tenham seus programas inscritos junto ao Conselho na forma do artigo 48 e seguintes do Estatuto do Idoso.

Art. 8º – Nenhuma despesa será realizada sem prévia autorização orçamentária.

Parágrafo único – Para os casos de insuficiência orçamentária poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei.

Art. 9º – O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 10º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Graça Aranha – MA, 22 de agosto de 2022.

UBIRAJARA RAYOL SOARES

Prefeito Municipal

Publicado por: RUBERLAN DO NASCIMENTO BORGES
Código identificador: f5aed7274ed36cca13f881ac91f474b8

LEI Nº 0386/2011

LEI Nº 0386/2011

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE GRAÇA ARANHA, MA, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Graça Aranha, no uso das atribuições que lhe confere tendo em vista o disposto na Lei Federal Nº 8.842, de 04/01/1994, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Graça Aranha.

Art. 2°. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerenciado pela Secretaria Municipal a que se vincula o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa.

Art. 3°. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - As transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;

II – As transferências e repasses do Município;

III - os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV- Produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - Os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI – As doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 2.213/2010;

VII - outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

VIII – as receitas estipuladas em lei.

§ 1° Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em conta especial sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”, e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

§ 2° Os recursos de responsabilidade do Município de Graça Aranha, destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.

Art. 4° A Secretaria ou órgão municipal gestor prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

Art. 5°. O Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante decreto, no prazo de 08 dias da publicação desta Lei, estabelecerá as normas referentes à organização e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6°. Para o primeiro ano do exercício financeiro, O Prefeito Municipal remeterá à Câmara Municipal projeto de lei específica do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo único – A partir do exercício do primeiro ano financeiro, o Poder Executivo providenciará a inclusão das receitas e das despesas autorizadas por esta Lei, no Orçamento do Município.

Art. 7°. Fica incluído na Lei nº 385/2011 (que criou o Conselho), Municipal dos Direitos do idoso com a seguinte redação:

– Deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal Direitos da Pessoa Idosa”.

Art. 8°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Edivanio Nunes Pessoa
Prefeito Municipal

Publicado por: RUBERLAN DO NASCIMENTO BORGES
Código identificador: 7e009bbdd5d0b6a3ca1212078dc23d78

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAú

AVISO DE LICITAÇÃO PE 065/2022 SERVIÇOS GRÁFICOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2022 - CPL/PMG. A Prefeitura Municipal de Grajaú – MA, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que a sessão pública se realizará no dia 28 de setembro de 2022 às 09:00, na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL, na Rua Patrocínio Jorge, nº 05, Bairro Centro, nesta Cidade, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item,,, cujo objeto é a **Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica, com a finalidade de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Grajaú/MA,** na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente”, sendo também consultado no portal de transparência http://transparencia.grajau.ma.gov.br/, no mural de licitações ou maiores informações, bem como pedidos de esclarecimento e impugnação poderão ser feitos através do e-mail: cpl-grajau@hotmail.com e pelo telefone (99) 98201-9175. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser

protocolados na CPL, no endereço acima. Grajaú (MA), 13 de setembro de 2022. Thomas Edson de Araújo e Silva Júnior Pregoeiro Oficial

Publicado por: MARIA DO SOCORRO VIEIRA DO NASCIMENTO
Código identificador: 6e18e3f94c3274be6064aee4cb25a1d1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHãO

ATA DE REUNIÃO

ATA DE JULGAMENTO DA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE 20 PARA 40H

No dia treze de setembro de dois mil e vinte e dois, as onze horas, realizou-se presencialmente na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, localizada na avenida Rejane de Carvalho Santos, 300, Bairro Coqueiral, em Itinga do Maranhão/MA, a Terceira Reunião da Comissão de Gestão de Carreira Municipal Permanente, com a presença de: Gildaci Costa Santos, Jonas Monteiro de Sousa e Dr. Luís James Silva da Silva Fonseca representantes da Secretaria Municipal de Educação, Nilson Gomes Freires representante da Secretaria Municipal de Administração, Dr. Jonilson Almeida Viana representante da Procuradoria Geral do Município, Francisco das Chagas Nascimento representante da Câmara dos Vereadores e Pedro Wilson Fonseca Paixão e *Adailton Marroques* de Oliveira representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação. A pauta da reunião abordou o seguinte assunto: 1- Julgamento dos Candidatos e Candidatas a Ampliação de Carga Horária. O Secretário Adjunto Jonas Monteiro de Sousa iniciou a reunião reforçando que o Ofício de Convocação para Ampliação da Carga Horária de 20 para 40 horas foi publicado no dia 01 de setembro de 2022 e que nele constavam os nomes dos candidatos e candidatas por ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2007 e os critérios de avaliação, conforme o art. 67 da Lei Municipal nº 411/2021. Em continuidade, a Comissão analisou a documentação e julgou os candidatos e candidatas habilitados e inabilitados, conforme a descrição a seguir: 1- A Comissão julgou inabilitado o candidato Francisco Francimar da Silva, por descumprir o item III dos requisitos para Ampliação da Carga Horária, conforme declaração firmada pelo requerente, onde o mesmo atesta que possui vinculo direto com a rede Estadual do Maranhão, em um turno matutino; 2- A Comissão julgou inabilitada a candidata Eunice Nunes de Sousa, por descumprir os itens II e III dos requisitos para Ampliação da Carga Horária, conforme declaração firmada pela requerente, onde a mesma atesta que possui vinculo direto com a rede Municipal do Pará, na cidade de Dom Eliseu, em um turno/horas; 3- A Comissão julgou habilitada a candidata Talita Ribeiro de Brito, por cumprir todos os itens dos requisitos para Ampliação da Carga Horária, conforme declarações firmadas pela requerente nos termos do Art. 67 da Lei Municipal nº 411/2021; 4- A Comissão julgou inabilitada a candidata Joelma Bandeira da Silva, por não apresentar a documentação no prazo determinado (05 dias) pela Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 001/2007; 5- A Comissão julgou inabilitada a candidata Venusia Manoela Carvalho Alves, por não apresentar a documentação no prazo determinado (05 dias) pela Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 001/2007; 6- A Comissão julgou inabilitada a candidata Maria da Conceição N. Cardoso, por não apresentar a documentação no prazo determinado (05 dias) pela Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 001/2007; 7- A Comissão julgou inabilitado o candidato Antônio Francisco Costa de Sousa, por não apresentar a documentação no prazo determinado (05 dias) pela Convocação dos Aprovados no Concurso Público nº 001/2007; 8- A Comissão julgou habilitada a candidata Francisca das Chagas S. Ferreira, por cumprir todos os itens dos requisitos para Ampliação da Carga Horária, conforme declarações firmadas pela requerente nos termos do Art. 67 da Lei Municipal nº 411/2021; 9- A Comissão julgou habilitada a candidata Ione Bandeira Carvalho, por cumprir todos os itens dos requisitos para Ampliação da Carga Horária, conforme declarações firmadas pela requerente nos termos do Art. 67 da Lei Municipal nº 411/2021; 10- A Comissão julgou habilitada a candidata Luana Dias da Silva, por cumprir todos os itens dos requisitos para Ampliação da Carga Horária, conforme declarações firmadas pela requerente nos termos do Art. 67 da Lei Municipal nº 411/2021. Em seguida, ficou estabelecido após deliberação e votação dos membros, que a próxima convocação será de mais 10 (dez) candidatos, com os mesmos critérios da primeira convocação. Foi determinada pela Presidente da Comissão a publicação da presente ata no Diário Oficial do município para que os candidatos, em querendo, possam exerce o direito constitucional de ampla defesa. Nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a reunião. E para constar, eu, Stéfani de Lima Sousa, redigi a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e por todos os presentes.

_____ _____
Gildaci Costa Santos Jonas Monteiro de Sousa

_____ _____
Dr. Luís James Silva da Silva Fonseca Dr. Jonilson Almeida Viana

_____ _____
Francisco das Chagas Nascimento Pedro Wilson Fonseca Paixão

_____ _____
Adailton Marroques de Oliveira Nilson Gomes Freires

_____
Stéfani de Lima Sousa

Publicado por: LAIS DA SILVA NETA OLIVEIRA
Código identificador: e9aed76ac6480e942c13d17bcfc46c3f

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBá

LEI Nº 247/2022

LEI Nº 247/2022.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jatobá, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pelos artigos 33, inciso II e 52, inciso III da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Art. 1º Fica instituído no município de Jatobá Maranhão o Dia Municipal pelo Fim da Violência Contra a Mulher, a ser comemorado anualmente no dia 31 de agosto.

Art. 2º As comemorações alusivas ao Dia Municipal pelo Fim da Violência Contra a Mulher tem como objetivo:
I - Refletir, debater e mobilizar a sociedade para o enfrentamento a violência contra a mulher.

II - Alertar sobre o problema, reprimir a violência e lutar pelo direito à vida, à dignidade e à cidadania das mulheres

Art. 3º As ações descritas no artigo 2º poderão ser realizadas pelo Poder Público, por Instituições de Ensino, Entidades Representativas de Classe e pelas Organizações da sociedade civil isoladamente ou em parceria e fundamentalmente pela a secretaria da mulher.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

- Gabinete da Prefeitura Municipal de Jatobá

- Jatobá-MA, 30 de agosto de 2022.

Carlos Roberto Ramos da Silva
Prefeito Municipal

Publicado por: MARCIO PEREIRA DOS SANTOS DE CASTRO
Código identificador: 728a7615fef33d046f9c07ffbe4cfd62

LEI Nº 248/2022 - GAB

Lei Nº 248/2022 - GAB

Dispõe sobre instituição do "Festival da Melancia", no âmbito do Povoado Axixá, Jatobá/MA.

Art.1º - Fica instituído o "Festival da Melancia", a ser comemorado anualmente no terceiro sábado do mês de Janeiro.
Art.2º - A data comemorativa instituída por esta Lei, passará a compor o Calendário Oficial do Município, e deverá ser celebrada em evento comemorativo oficial, com participação de ambos os Poderes.
Art.3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

- Gabinete da Prefeitura Municipal de Jatobá

- Jatobá-MA, 30 de agosto de 2022.

Carlos Roberto Ramos da Silva
Prefeito Municipal de Jatobá

Publicado por: MARCIO PEREIRA DOS SANTOS DE CASTRO
Código identificador: 008f0b5cfc97d257f0b2f38cad4f8ca5

LEI NO 249/2022

LEI NO 249/2022.

Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no âmbito do Município de Jatobá/MA, em conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar (federal)nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO, A SEGUINTE L E I :
CAPITULO I
Das disposições preliminares
Art.1°- Esta lei regulamentará o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado às Microempresas – ME, às Empresas de Pequeno Porte - EPP, e aos Microempreendedores Individuais - MEI, doravante denominados MPE, em conformidade com o que dispõe os artigos 146. III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei complementar Federal N° 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar 128/2008, e suas atualizações, especialmente sobre:

I. definição de microempresa - ME, microempreendedor individual - MEI e empresa de pequeno porte - EPP;
II. simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas;
III. preferência nas aquisições de bens e serviços do Poder Público;
IV. recepção na legislação tributária do Município do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –Simples Nacional;
V. processo de registro do Micro empreendedor Individual – MEI;
VI. definição e atribuições do Agente de Desenvolvimento Municipal.

Parágrafo único. Todo benefício previsto nesta Lei aplicável às MPE estende-se ao MEI,uma vezqueoMEIémodalidadedemicroempresa,conforme §2°e §3°do Art.18-E da LC 123/2006.
Art.2°- Cabe ao poder público municipal designar a figura do Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta Lei Complementar, observadas as especificidades legais.
§1°- A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas na Lei Complementar N° 123/2006 e nesta Lei, sob supervisão do Órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento do município.
§2°- O Agente de Desenvolvimento deverá possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida e preencher os demais requisitos previstos no §2°do artigo 85-A, da Lei complementar N° 123/2006 e suas futuras alterações.
Art.3°- A administração pública municipal poderá criar o Comitê Municipal de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, composto:

- por representantes da administração pública municipal; e
- por representantes indicados por entidades de âmbito municipal de representação empresarial com notória atuação local.

§1°- O Comitê Municipal de Apoio à Microempresa e Empresas de Pequeno Porte terá como função principal assessorar e auxiliar a administração municipal na implantação de políticas públicas aos pequenos Negócios.
§2°- O Agente de Desenvolvimento será Membro do Comitê Municipal de Apoio à microempresa e empresa de pequeno porte.
§3°- Este Comitê terá autonomia para definir sua forma de trabalho, devendo realizar reuniões ordinárias para tratar da promoção do desenvolvimento econômico local com foco no fortalecimento dos pequenos negócios rurais e urbanos.
§4°A composição e funcionamento do Comitê Gestor Municipal da Micro e Pequena Empresa deverá ser regulamentado por meio deDecreto.

Capitulo II

Das inscrições e baixa

Art.4°- A administração pública municipal deverá criar e colocar em funcionamento a Sala do Empreendedor, com a finalidade de:

- concentrar o atendimento ao público no que se refere a todas ações burocráticas e necessárias à abertura, regularização e baixa no município de empresas, inclusive as ações que envolvam órgãos de outras esferas públicas, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade e agilidade do processo na perspectiva dousuário;
- disponibilizar todas as informações prévias necessárias ao empresário para que ele se certifique, antes de iniciar o processo de abertura da empresa, de que não haverá restrições relativas à sua escolha quanto ao tipo de negócio, local de funcionamento e razão social, bem das exigências legais a serem cumpridas nas esferas municipal, Estadual e Federal, tanto para abertura, quanto para o funcionamento e baixa daempresa;
- disponibilizar referências ou prestar atendimento consultivo para empresários e demais interessados em informações de natureza administrativa emercadológica;
- Disponibilizar acervos físicos e eletrônicos sobre os principais ramos de negócios instalados no município;
- disponibilizar informações atualizadas sobre acesso ao crédito para asMPE:
- disponibilizar as INFORMAÇÕES e meios necessários para facilitar o acesso das MPE locais aos processos licitatórios de compras públicas no âmbito municipal, estadual e federal.

Parágrafo Único. Para o disposto neste artigo, a administração pública municipal poderá se valer de convênios com outros órgãos públicos e instituições de representação e apoio às MPE.

Art.5°- Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental, prevenção contra incêndios, derelações de consumo e de uso e ocupação do solo, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Art.6°- Será admitida a inscrição da empresa que em função das características de suas atividades não necessita de estrutura imobiliária para seu funcionamento, havendo apenas a necessidade de indicação de endereço para efeito de referência fiscal.

Art.7°- A administração pública emitirá Alvará de funcionamento provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

Art.8°-O Município poderá conceder o Alvará de Funcionamento Provisório para MEI e MPE instalados:

I. em áreas desprovidas de regulação fundiária ou regulamentação precária; ou
II. em residência do MEI, do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, quando a atividade empresarial não gerar grande circulação depessoas.

Art.9°- A administração pública municipal adotará Resolução do Comité Gestor da REDESIMPLES — CGSIM, para efeito de definição das atividades empresariais de acordo com o grau de risco no município.

Art.10°- O Alvará Provisório será declarado nulo se:

I. expedido com inobservância de preceitos legais eregulamentares;
II. ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado.

Art.11°-O processo de registro de MPE e MEI deverá ter tramite especial para o empreendedor, na forma a ser disciplinada pelo Comité Gestor da REDESIMPLES (Rede Nacional para a simplificação do registro e da Legalização de Empresas e Negócios).

Art.12°- A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações.

§1°- A baixa referida no caput deste artigo não impede que, posteriormente sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrente da simples falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores.

§2°- A solicitação de baixa na hipótese prevista no caput deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art.13°- Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa daempresa.

Capítulo III

Dos tributos e das contribuições

Art.14°-Fica o Poder Executivo municipal autorizado a promover a recepção do que prevê a legislação do Simples Nacional, como se estivesse transcrito no Código Tributário Municipal, conforme as regulamentações instituídas pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas MPE e pelo MEI, que versa a Lei Complementar Federal 123/2006.

Parágrafo Único. ? recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) das empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos ? Contribuições devidos pelas Microempresas ? Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional – passa a ser feito como dispõe a Lei Complementar N° 123 de 14 de dezembro de 2006, no seu capitulo IV.

Art.15°-? MEI poderá optar em recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma regulamentada pelo comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Art.16°- Ressalvado o disposto nesta Lei Complementar, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao **alvará**, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas, de acordo com a LC federal 147/2014.

Art.17°- Os valores cobrados a título de imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU nas residências serão mantidos quando nestas se instalem, ou seja, sede de atividade empresarial de microempreendedores individuais-MEI, para as microempresas e empresas de pequeno porte que utilizam um endereço residencial apenas para indicar domicílio fiscal, será mantido o valor do IPTU residencial.

Art.18°-A tributação municipal do IPTU deverá assegurar

tratamento mais favorecido ao MEI, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente.

Art.19°-As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias para com os órgãos e entidades municipais, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos mais favoráveis para MEI, microempresas ou empresa de pequeno porte, terão redução de:

- 90% (noventa por cento) paraMEI;
- 0% (cinquenta por cento) para as MEPE.

Parágrafo Único. As reduções de que tratam os incisos I e II do caput não se aplicam na ocorrência de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização ou não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

Capítulo IV

Da fiscalização orientadora

Art.20°- A fiscalização no que se refere aos aspectos metrológicos, sanitários, ambientais de segurança, derelações de consumo e de uso e ocupação do solo dos MEI e das MPE, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§1°- Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§2°- Nas ações de fiscalização poderão ser lavrados, se necessários, termos de ajustamento de conduta.

§3°- O disposto neste artigo não se aplica ao processo administrativo fiscal relativo a tributos.

§4°- Toda nova obrigação que atinja os MEI e as MPE deverá apresentar, no instrumento quea instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado o favorecido para segmento.

§5°- Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o §4° deverá constar prazo máximo, quando for em necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realizaçãode vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a novaobrigação.

§6°- Caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização.

§7°- A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, ou da determinação de prazos máximos, de acordo com o §4° e §5° tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Capitulo V

Do acesso aos mercados

Art.21°- Nas contratações públicas de serviços e obras, deverá ser concedido tratamento para as MPE, agricultor familiar, produtor rural pessoa física. MEI e cooperativas como o bjetivo de:

I- promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local eregional;

- ampliar a eficiência das políticas públicase;
- incentivar a inovaçãotecnológica;

§1°- subordinam-se ao dispositivo nesta lei os órgãos da administração pública.

§2°- Para fins desta do dispôs nesta Lei, serão beneficiados pelo tratamento favorecido o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que em situação regular junto a Previdência Social e que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 30 da Lei nº 123, de 2006.

§3°- No que diz respeito compras a federal quando esta for mais favorável à microempresa e empresa de do que a legislação municipal.

Art.22°-Para aampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o município deverá:

- Instituir cadastro próprio de acesso livre, ou adequar os eventuais cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, juntamente com suas linhas de fornecimento de modo a possibilitar a notificação das ações e a formação de parcerias e as subcontratações.
- Padronizar e divulgar as especificações dos bens, serviços e obras Contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;
- na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente;
- Considerar, na construção de itens, grupos ou lotes da licitação, a oferta local ou regional dos bens e serviços a serem contratados;e
- Disponibilizar informações no sitio eletrônico oficial do município sobre as regras e condições para participação naslicitações.

Art.23°- A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

§1°-Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o caput será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da restrição, por meio do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito denegativa.

§2°- Para aplicação do disposto no §1°, o prazo para regularização e trabalhista será contado a partir:

- da divulgação do resultado da de habilitação, na licitação na modalidade pregão e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas Sem inversão de fases:Ou
- da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas com a inversão defases.

§3°- A prorrogação do prazo previsto no §10 poderá ser concedida a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§4°- A não regularização da documentação no prazo previsto no §1° implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Art.24°-Nas licitações, será assegurada, critério de desempate, preferência de contratação para as MPE.

§1°- Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento superior ao menor preço, ressalvado o disposto no §2°.

§2°- Na modalidade de pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superior ao menor preço.

§3°- Disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor

oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
§4°- A preferência de que trata o caput será concedida da seguinte forma:
I – ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seufavor.
II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso l, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;e
III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhoroferta.
§5°- No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.
Art.25°- O município deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente a MPE nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Art.26°- Nas licitações para contratação de serviços e obras, o município poderá estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte.
§1°- A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante vencedor do certame for microempresa ou empresa de pequeno porte.
§2°- Não se admite a de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços assessórios.
§3°- Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte.
§4°-São vedadas:

- a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;
- a Subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e
- a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

Art.27°- Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, o município deverá reservar cota de vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
§1°- O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.
§2°- Os instrumentos convocatórios deverão prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da Cota principal.
§3°- Se a empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
§4°- Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R$ 80.000, 00(oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art.25.
Art.28° - Para aplicação dos benefícios previstos nos artigos 25 e 27 poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.
Art. 29 - Não se aplica o disposto nos artigos. 25 a 27 quando:

- não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumentoconvocatório;
- o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
- a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 23 e 24 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art.23, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequenoporte.
- resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
- a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 30. Para fins do disposto nesta lei, o enquadramento dos beneficiados se dará da forma a seguir:

I. Microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 29, caput, incisos I e II, e §4° da Lei Complementar n° 123, de2006;
II. Agricultor familiar se dará nos termos da Lei n° 11.326, de 24 de julho de2006;
III. produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de1991.
IV. Microempreendedor individual se dará nos termos do §1° do art.18-A da Lei Complementar n° 123, de 2006; e
V. Sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 40 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de1971.
VI. Sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 40 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de1971.

§1°- O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido na Lei Complementar n°123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidóneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos nestalei.
§2°- Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n° 123, de 2006.
Art.31°- A aquisição de géneros alimentícios, salvo razoes preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada considerando a capacidade dos fornecedores locais para disponibilizar produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.
Parágrafo Único. Preferencialmente, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da administração terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com géneros usuais do município ou da regido.
Capítulo VI
Do estímulo ao associativismo

Art. 32°- O Poder Executivo municipal poderá adotar mecanismos de incentivo à formação e funcionamento de cooperativas e associações no município, por meio do:

- Estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;
- estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho erenda;
- criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à produção e comercialização para o mercado interno e paraexportação.

Capítulo VII

Do estímulo ao crédito e à capitalização

Art. 33°- A administração pública municipal, para estimular o acesso ao crédito e à capitalização dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte, incentivará a instalação e funcionamento de bancos e cooperativas de crédito, públicas e privadas, em seu território.

Art. 34°- Fica o Executivo municipal autorizado a celebrar parcerias com o Governo do Estado e com o Governo Federal destinadas à concessão de crédito à MPE e ao MEI, por meio de convênios com instituições financeiras.

Capítulo VIII

Do estímulo à inovação

Art. 35°- A administração pública municipal fica autorizada a incentivar, apoiar e criar, de forma isolada ou em parceria com outras instituições públicas ou privadas, ações de apoio à inovação tecnológica.

Art. 36°- Os órgãos e entidades públicas municipais, que atuam com foco em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, terão por meta efetuar a aplicação de, no mínimo, 20% (vintepor cento) de seus investimentos em projetos de inovação tecnológica das MPE domunicípio.

Capítulo IX

Da educação empreendedora

Art. 37°- Fica instituída a promoção da Educação Empreendedora em todas as instituições de ensino que integram a rede municipal de ensino.

Art. 38°- As instituições da rede municipal de ensino incluirão em seus currículos conteúdos e atividades relativas ao tema de empreendedorismo no projeto pedagógico e no plano escolar, para a realização de práticas empreendedores no processo de ensino aprendizagem.

§1°- Entende-se por prática empreender ou projeto empreendedor iniciativas educacionais que acontecem dentro e fora da sala de aula e que tem como objetivo proporcionar novas oportunidades para os estudantes se envolverem com o empreendedorismo; capacitá-los a resolver problemas e criar valor, causar impacto em suas vidas, na instituição de ensino a qual pertencem e na comunidade em que esta instituição está inserida.

§2°- O disposto neste artigo compreende ações de caráter curricular ou extracurricularvoltadas aos alunos das escolas públicas domunicípio.

Art.39°- Compete à Secretaria Municipal da Educação oferecer as orientações necessárias aos professores para o desenvolvimento do tema em sala de aula, bem como monitorar, acompanhar e disseminar as atividades realizadas na rede de ensino,objetivando:

§1°- Promover e disseminar a Cultura Empreendedora nas instituições da rede de ensino municipal;

§2°- Proporcionar condições necessária para a realização das atividades e ações de desenvolvimento a cultura empreendedora;

§3°- Capacitar professores em técnicas pedagógicas que possibilitam ao aluno desenvolver competências empreendedoras.

Art.40°- Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil organizada, visando a difundir a cultura empreendedora na rede de ensino municipal.

Parágrafo único – Os projetos de convênios e parcerias referentes a este Artigo poderão assumir a forma de fornecimento de capacitação de alunos e professores, concessão de bolsas de estudo, publicações de materiais e outras ações que o poder público municipal entender cabíveis para estimular a educaçãoempreendedora.

Art.41°- Fica o poder público municipal autorizado a realizar ações de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do município às novas tecnologias da informação e comunicação e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outraforma.

Capítulo X

Dos pequenos empreendimentosrurais

Art. 42°- A administração pública municipal fica autorizada a firmar parcerias e formalizar convênios com entidades de pesquisa e assistência técnica rural e instituições afins, com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade produtiva dos pequenos empreendimentos rurais, mediante disseminação e aplicação de conhecimentotécnico.

§1°- Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos,locação de máquinas, equipamentos e outras atividades rurais de interessecomum.

§2°- Estão compreendidas no âmbito deste artigo atividades para conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizam o uso de recursos naturais com o bjetivo de promover a auto sustentação, a minimização da dependência de energias não renováveis, a eliminação do emprego de agrotóxicos, e de outros insumos artificiais tóxicos e de radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção e armazenamento dos géneros alimentícios.

Capítulo XI

Do fomento às incubadoras e aos distritos empresariais de microempresas e empresas de pequeno porte

Art.43°-O poder público municipal poderá instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento de microempresas, de empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais de diversos ramos de atividade.

§1°- As incubadoras serão instaladas em local especificamente destinado para tal fim, ficandoa critério da administração pública incorrer nas despesas com aluguel, manutenção do prédio, fenecimento de água e demais despesas para viabilizar a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

§2°- O prazo máximo de permanência das empresas na incubadora será de 2 (dois) anos, para que atinjam suficiente capacitação técnica e independência econômica e comercial.

Art. 44°- O poder público municipal poderá criar distritos empresariais específicos para instalação de micro e pequenas empresas, a ser regulamentado por lei municipalespecífica.

Art.45°- O poder público municipal poderá criar distritos empresariais específicos para instalação de micro e pequenas empresas, a ser regulamentado por lei municipalespecífica.

Capítulo XII

Das disposições finais e transitórias

Art.46°-O Poder Público Municipal deverá prever nos

instrumentos de planejamento plurianual de ações governamentais, os programas, ações, recursos económicos, financeiros, materiais e humanos com a finalidade de subsidiar a realização destas ações.
Ar.47°- Todos os órgãos vinculados a administração pública municipal, incluindo as empresas, as autarquias e fundações, deverão incorporar em seus procedimentos, nos instrumentos de ajuste públicos, convénios, contratos e afins e, no que couber, o tratamento diferenciado e facilitador às microempresas e empresas de pequeno porte.
Art.48°- As disposições estabelecidas nesta Lei prevalecerão sobre as demais legislações e regulamentos vigentes no Município, como se neles estivessem transcritas, para fins de aplicação exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
Parágrafo Único. O poder Executivo deverá dar ampla divulgação do teor desta lei para a sociedade, com vistas à sua plena aplicação.
Ar.49°- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Jatobá – MA, 13 de setembro de 2022.

Carlos Roberto Ramos da Silvaá
Prefeito Municipal

Publicado por: MARCIO PEREIRA DOS SANTOS DE CASTRO
Código identificador: 9b19eeb36bf140817e86a8d939afa311

LEI Nº 250/2022

LEI Nº 250/2022.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO DE DIRETOR E DIRETOR ADJUNTO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JATOBÁ, ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jatobá, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pelos artigos 33, inciso II e 52, inciso III da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Art. 1º O provimento do cargo em comissão de Diretor e Diretor Adjunto das Escolas Públicas Municipais de Jatobá/MA dar-se-á critérios técnicos de mérito e desempenho ou escolha pela comunidade escolar, a critério da Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º - No caso do processo de provimento for por critérios técnicos de mérito e desempenho, serão observado os seguintes critérios:
I – ser servidor público efetivo concursado do quadro de profissionais de educação;
II – ter, no mínimo, 3(três) anos de exercício na Rede Pública Municipal de ensino de Jatobá;
III – possuir curso superior completo, a saber: graduação em pedagogia, licenciatura plena em curso superior na área da educação;
IV – possuir disponibilidade para cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no caso de Diretor e 30 (trinta) horas semanais no caso de Diretor Adjunto, distribuídas em 5 (cinco) dias e;
V – não está respondendo a processo administrativo disciplinar, nem ter tido participação comprovada em atos de impropriedade administrativa.
§ 2º - Em relação ao processo de escolha pela comunidade escolar, o processo será realizado em três etapas:
I – primeira etapa: apresentação de títulos para análise de caráter eliminatório e classificatório;
II – segunda etapa: entrevista com os candidatos selecionados na primeira etapa e avaliação do plano de trabalho, de caráter eliminatório e classificatório.
III – Terceira etapa: escolha direta pela comunidade escolar dentre os cinco primeiros candidatos, obedecendo aos seguintes critérios:
a) - votação direta do corpo docente e demais servidores da escola;
b) - votação direta dos pais e/ou responsáveis de alunos devidamente matriculados na escola;
c) - votação direta dos alunos devidamente matriculados na escola com idade igual ou superior a 13 (treze) anos.
Art. 2º Poderão participar do processo seletivo para provimento da função gratificada de Diretor e Diretor Adjunto, os profissionais da educação que integram o quadro de carreira do magistério público municipal e que comprovem os critérios estabelecidos nos incisos, I, II, III, IV e V do § 1º do art.1º.
Parágrafo único. Na ausência de professores com vínculo efetivo para exercer a função de Diretor e Diretor Adjunto de escolas municipais situadas na zona rural de Jatobá, as vagas para as referidas funções poderão ser ocupadas por professores contratados, portadores de diploma de Licenciatura Plena em qualquer área da Educação que comprovem experiência mínima de 03 anos de docência.
Art. 3º O titular do cargo de Professor inscrever-se-á para dirigir uma das escolas da rede municipal de ensino por um período de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido à função gratificada por igual período em condições especiais.
Art. 4º Na hipótese de não existirem candidatos que preencham os requisitos mencionados no artigo 2º será designado para responder pela função gratificada de Diretor ou Diretor Adjunto um titular do cargo de Professor, conforme normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art.5º Depois de obedecer todas as exigências legais para a escolha dos candidatos às funções designadas, uma lista tríplice por escola será apresentada ao chefe do Poder Executivo, a quem caberá a nomeação dos candidatos aprovados para a função de Diretor e de Diretor Adjunto.
Art. 6º No ato da posse, o Diretor e o Diretor Adjunto deverão apresentar Declaração de Bens e assinar ao Termo de Compromisso que será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação, ao final de cada período letivo, quanto ao seu cumprimento através da análise dos resultados das escolas.
Art. 7º. Durante o período de 03 (três) anos, o titular da função de Diretor ou Diretor Adjunto poderá ser dispensado de suas funções nas seguintes situações:
I- nos casos previstos em legislação superior;
II- pelo descumprimento voluntário do Termo de Compromisso;
III- em razão da Avaliação de Desempenho realizada pela SEMED.
Art. 8º. Ao final de cada período letivo, o gestor escolar será avaliado pela SEMED com o objetivo de verificar o nível de eficácia de sua gestão.
Parágrafo único. Os critérios para a Avaliação de Desempenho deverão estar fundamentados nos seguintes aspectos:
I - resultado dos alunos;
II - relacionamento interpessoal com toda a comunidade escolar;
III - informações (rotinas) que o gestor deve encaminhar à SEMED;
IV - conduta no âmbito da escola sem discriminação de caráter religioso, político-partidário e de raça;
V- postura ética;
VI - gestão administrativa;
VII- gestão financeira;
VIII – gestão pedagógica.
Art. 9º. Na hipótese de vacância da função de Diretor, verificado após o seu provimento, responderá pela função o

Diretor Adjunto quando houver, até ulterior indicação de Diretor por parte da SEMED.
Parágrafo único. Nos casos em que não houver Diretor Adjunto a SEMED fará a indicação do Diretor substituto.
Art. 10. A jornada de trabalho do Diretor será de 40 (quarenta) horas semanais e a jornada do Diretor Adjunto será de 30 (trinta) horas semanais.
Art. 11. À SEMED competirá instituir uma comissão para implementar o processo seletivo para provimento da função gratificada de Diretor e Diretor Adjunto das escolas da rede municipal de ensino de Jatobá – MA, além de ficar a cargo da SEMED a administração de todo o andamento desse processo seletivo.
Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

- Gabinete da Prefeitura Municipal de Jatobá

- Jatobá-MA, 13 de setembro de 2022.

Carlos Roberto Ramos da Silva
Prefeito Municipal

Publicado por: MARCIO PEREIRA DOS SANTOS DE CASTRO
Código identificador: c693934a7275ad12e66f36f5312d2948

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELâNDIA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE023.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022-SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE023.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joselândia – MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. OBJETO: fornecimento de materiais permanentes diversos (Longarinas, armários, birôs, estantes, eletroeletrônicos e outros) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. DATA DA ASSINATURA: 13/09/2022 CONTRATADO: EXPANSÃO COMERCIO LTDA, Situada na Avenida AV DO ALUMINIO, 05, LOTE RESIDENCIAL CANNA, CEP:65.049-380, SÃO LUIS- MA, CNPJ: 31.504.008/0001-19. REPRESENTANTE: ANSELMO MATOS CASTRO– CPF: 619.008.263-72. VALOR DO CONTRATO: R$ 62.025,00 (Sessenta e dois mil e vinte e cinco centavos). VIGÊNCIA: 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. SRA. JAHNNAELLEN RÊGO MACÊDO– Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: dd54dfae467b222316357d54d2a54f9c

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE024.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022-SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE024.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joselândia – MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. OBJETO: fornecimento de materiais de expediente e consumo diversos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social . DATA DA ASSINATURA: 13/09/2022 CONTRATADO: RECICLE INFO E PAPELARIA LTDA, Situada na Avenida RIO BRANCO, 394, CENTRO, CEP:65.725-000, PEDREIRAS - MA, CNPJ: 17.293.339/0001-26. REPRESENTANTE: GUSTAVO LOPES DA SILVA, portador do RG n° 0207387320027 SESPMA e CPF n°671.404.913-72. VALOR DO CONTRATO: R$ 97.817,75 (Noventa e sete mil, oitocentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos) VIGÊNCIA: 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. SRA. JAHNNAELLEN RÊGO MACÊDO– Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: 32cacb36a70acb07df6e6ce825ffde5a

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE025.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022-SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº PE025.001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joselândia – MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. OBJETO: eventual fornecimento de materiais de informática diversos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. DATA DA ASSINATURA: 13/09/2022 CONTRATADO: RECICLE INFO E PAPELARIA LTDA, Situada na Avenida RIO BRANCO, 394, CENTRO, CEP:65.725-000, PEDREIRAS - MA, CNPJ: 17.293.339/0001-26. REPRESENTANTE: GUSTAVO LOPES DA SILVA, portador do RG n° 0207387320027 SESPMA e CPF n°671.404.913-72. VALOR DO CONTRATO: R$ 106.980,00 (Cento e seis mil e novecentos e oitenta reais). VIGÊNCIA: 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. SRA. JAHNNAELLEN RÊGO MACÊDO– Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: af875531062bb756c63c0f54d350cf2b

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATõES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 336/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES – MA

EXTRATO DO CONTRATO N° 336/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210.660.019/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada na confecção de fardamentos para a Secretaria de Saúde. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO. CONTRATADO: **EMPRESA MJS DE S VIEIRA ME.** Valor Global: R$ 5.520,00 DATA DA ASSINATURA: 23/08/2022. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores E LEI 10.520/2002. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0209– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0091.2051 - Manutenção e Funcionamento das Atividades de Atenção Básica em Saúde - PAB; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – Material de Consumo. SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, por seu representante ordenador de despesas o Sr. Daniel Marques Cardoso, Secretário Municipal de Saúde e, pela contratada, EMPRESA MJS DE S VIEIRA ME CNPJ Nº 10.511.859/0001-19.

Publicado por: PATRICIA DE OLIVEIRA MELO

Código identificador: 37865611d5757e22be56056e7a45c06b

EXTRATO DO CONTRATO Nº 337/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES - MA

EXTRATO DO CONTRATO N° 337/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210.660.001/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de material de limpeza e utensílios para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/ SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE E SANEAMENTO. CONTRATADO: **EMPRESA C F ARAUJO COMERCIO – ME.** Valor Global: R$ 43.338,70 DATA DA ASSINATURA: 23/08/2022. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores E LEI 10.520/2002. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0209 –FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0091.2051 – Manutenção e Funcionamento das Atividades de Atenção Básica em Saúde - PAB. NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – Material de Consumo. SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, por seu representante ordenador de despesas o Sr. Daniel Marques Cardoso, Secretário Municipal de Saúde e, pela contratada, EMPRESA CF ARAUJO COMERCIO ME CNPJ Nº 07.191.969/0001-36.

Publicado por: PATRICIA DE OLIVEIRA MELO
Código identificador: 52837c1cd3befbce773d94955c0d1e7b

EXTRATO DO CONTRATO Nº 338/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES - MA

EXTRATO DO CONTRATO N° 338/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210.660.189/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2021. OBJETO: contratação de empresa especializada para aquisição de material de expediente e consumo para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO. CONTRATADO: **EMPRESA CF ARAUJO COMERCIO ME.** Valor Global: R$ 100.203,85 DATA DA ASSINATURA: 23/08/2022. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2022. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores E LEI 10.520/2002. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0209 -Fundo Municipal de Saúde - FMS. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0091.2051- Manutenção Ativ. De Atenção Básica em Saúde – PAB/FMS; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30. Material de Consumo. SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, por seu representante ordenador de despesas o Sr. Daniel Marques Cardoso, Secretário Municipal de Saúde e Saneamento e, pela contratada, EMPRESA CF ARAUJO COMERCIO ME CNPJ Nº 07.191.969/0001-36. Matões - MA, 12 de Setembro de 2022. Publique-se. Rafael Guimarães Viana – Procurador Geral do Município de Matões.

Publicado por: PATRICIA DE OLIVEIRA MELO
Código identificador: bf76b8b75319d0d0575b86623ea16d85

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO E ADJUDICAÇÃO-P.A Nº 502/2022- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO E ADJUDICAÇÃO

De acordo com o procedimento administrativo Nº 502/2022 referente a adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2022 – HUMBERTO DE CAMPOS/MA, RATIFICO o parecer, e ADJUDICO o objeto, visando a contratação de empresa para elaboração de material bibliográfico (livros para Ensino Fundamental 1, 2 e EJA), no valor de R$ 795.982,50 (setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), à empresa **VASTY F DE MENESES EIRELI**, inscrita no **CPNJ sob o Nº 24.733.519/0001-47.**

Ao setor competente para celebração do contrato ou termo equivalente.

Mirador – MA, 13 de setembro de 2022.

_____
Erenilde Campos Everton Bezerra
Secretária Municipal de Educação

Publicado por: DEUSEVAN PEREIRA DE BRITO
Código identificador: ef5db06b664a7d0c94a53f4783259f2e

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022 - SRP

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Decreto 10.024/2019, MP 1.047/2021, Decreto Municipal nº 05/2021 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa (s) para a Aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha, atendendo as necessidades deste Município, no dia 26 de Setembro de 2022, ás 09h:00 (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site https://www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão

Permanente de Licitação, situada na Praça Rui Fernandes Costa, s/n, Centro, Nina Rodrigues/MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Portal de Compras Públicas em https://www.portaldecompraspublicas.com.br e SACOP. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço eletrônico, das 08h:00 as 12h:00.

Nina Rodrigues/MA, 13 de Setembro de 2022.

Raimundo Nonato Silva Junior
Pregoeiro

Publicado por: RODOLFO GUTTIERRE TEIXEIRA SILVA
Código identificador: c3d426f4922c62ab76d6edd7cc2d0b2f

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS

DECRETO Nº 011, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

Regulamenta e estabelece normas para o exercício da função de Gestor Escolar, nas Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Educação, com vistas ao processo de melhoria e qualificação da gestão escolar para fins de atendimento as condicionantes ao recebimento com complementação VAAR pelo município de Nova Colinas e dá outras providências, conforme previsão da Lei 14.113/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA COLINAS/MA, **JOSEI REGO RIBEIRO**, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Nova Colinas/MA,

DECRETA

Art. 1º. Este Decreto institui as normas e critérios de avaliação de mérito e desempenho para o exercício da função de Gestor Escolar no Sistema Municipal de Educação de Nova Colinas/MA.

Art. 2º. A função de Gestor Escolar é discricionária do Chefe do Poder Executivo e suas atribuições constam de regulamento da Secretaria Municipal da Educação – SEMED e do Conselho Municipal de Educação - CME.

Art. 3º. Para assumir a função de Gestor Escolar, o servidor designado, efetivo ou contratado, deve preencher os critérios de mérito e desempenho com os **seguintes requisitos cumulativos**:

1. Ser professor ou servidor no Sistema Municipal de Educação, com experiência docente ou pedagógica mínima de 01 (um) ano, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado;
2. Possuir habilitação em Curso de Magistério ou Superior de Licenciatura Plena, nas áreas da Educação;
3. Possuir disponibilidade de trabalho de no mínimo 8 (oito) horas diárias;
4. Estar no exercício pleno de atividades no Sistema Municipal de Educação mínimo de 01 (um) ano;
5. Possuir idoneidade moral, comprovada por meio de certidões negativas junto aos sistemas nacionais de justiça;
6. Apresentar Certidão de quitação com a justiça eleitoral;
7. Apresentar Certidão de regularidade com a receita federal, estadual e municipal;
8. Apresentar o Plano Simplificado de Gestão Pedagógico, Democrático, Administrativo e Financeiro de Gestão Escolar - PGE, dentro da realidade da unidade de ensino ou das unidades compartilhadas definidas pela Secretaria Municipal da Educação SEMED, sendo de total responsabilidade do candidato a confecção do referido Plano Simplificado;
9. No exercício da função pública, não possuir procedimento administrativo disciplinar (PAD) transitado em julgado com condenação, nos últimos 05(cinco) anos;
10. Não possuir mais que 05 (cinco) faltas injustificadas, no último ano;
11. Apresentar, se for o caso, atestado de ocupação pretérito ou momentâneo, do cargo de gestor ou gestor escolar adjunto no município.
12. Apresentar grau de assiduidade regular superior a 90% no último ano letivo;

Parágrafo único. Caberá à SEMED regulamentar os requisitos deste artigo, documentação necessária, prazos de entrega documental, entre outras providências.

Art. 4º. O Gestor Escolar designado pelo Chefe do Poder Executivo, posterior a processo de escolha mediante atendimento aos critérios técnicos de mérito e desempenho elencados no artigo anterior, fica obrigado a cumprir na íntegra, através de termo de compromisso, as atribuições específicas da função, o disposto neste decreto e as determinações previstas em regulamento da SEMED e do CME.

Art. 5º. O Gestor Escolar nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, tendo atendido os itens que o habilitem ao cargo, terão mandato inicial de 2 (dois) anos, ressalvado os resultados das avaliações posteriores ao ato de nomeação, podendo ser reconduzido ao cargo por período igual.

Art. 6º. A avaliação de mérito e desempenho do Gestor Escolar, terá acompanhamento da SEMED, inclusive na nomeação da comissão de avaliação mediante expedição de portaria com publicação no Diário Oficial do Município, e ocorrerá, sempre que necessário, ou, no mínimo, uma vez ao ano, in loco, na respectiva unidade de ensino, pela comissão avaliadora.

Parágrafo primeiro. A composição dos membros da comissão avaliadora do processo de escolha de Gestores Escolares, será indicada pelos órgãos descritos neste inciso, permitida a indicação do respectivo suplente, que assumirá em caso de impedimento do titular, para realizar in loco a avaliação anual do Gestor:

- 03 (três) representantes da Secretaria Municipal da Educação;
- 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Colinas/MA, sendo servidor com lotação na Secretaria Municipal da Educação;
- 02 (dois) representantes do Conselho Municipal da Educação;
- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB;

Parágrafo segundo. Compete a comissão avaliadora:

- Coordenar o processo de análise documental e atendimento aos candidatos participantes do processo de escolha de gestores escolares com base em critérios técnicos de mérito e desempenho apresentados em ato da SEMED;
- Monitorar e avaliar o Gestor, ao menos duas vezes ao ano, a partir dos indicadores apontados em quatro dimensões: Gestão Pedagógica (peso 5,0), Gestão Democrática (peso 2,0), Gestão Administrativa (peso

1,5) e Gestão Financeira (peso 1,5) conforme planilha a ser desenvolvida em ato da Secretaria Municipal da Educação;
- No monitoramento e avaliação do Gestor, pela comissão, deverá ser proporcionado amplo acesso as dependências da Unidade de Ensino, a documentação e a todas as pessoas envolvidas no processo educativo;

Art. 7º. Será designado 1(um) Gestor para atuar em uma Unidade de Ensino ou em Unidades de Ensino compartilhadas, conforme planejamento formulado pela SEMED, para o qual incidirá uma gratificação sobre o seu vencimento básico no cargo de servidor, considerando-se o número de crianças/estudantes matriculadas até o primeiro dia letivo do calendário escolar, na seguinte proporção:

- I - 01 a 100 alunos 10% (dez por cento) de gratificação;
- II - 101 a 200 alunos, 15% (quinze por cento) de gratificação;
- III - 201 a 300 alunos, 20% (vinte por cento) de gratificação;
- IV - 301 a 400 alunos 25% (vinte e cinco por cento) de gratificação.

§ 1ª. Ocorrendo afastamento superior a 30 (trinta) dias, da função de Gestor escolar, fica assegurada a gratificação prevista neste artigo.

§ 2º. Após o período contido no § 2º, fará jus a gratificação de Gestor escolar, o seu substituto, enquanto durar o afastamento do titular.

Art. 8º. Ficam revogados os normativos pretéritos a respeito do assunto.

Art. 9º. Fica a SEMED, através de sua Secretária, autorizada para expedir edital de seleção pública aos cargos de Gestor Escolar, com vistas ao atendimento em seu inteiro teor do apresentado no decreto.

Art. 10º. As demais situações relativas ao cumprimento das condicionates fixadas pela Lei 14.113/2020, serão decidias pelo Chefe do Poder Executivo do Municipio de Nova Colinas/MA.

Art. 11º. Este Decreto entra em vigor no ato de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA COLINAS/MA, 12 DE SETEMBRO DE 2022.

JOSEI REGO RIBEIRO
Prefeito de Nova Colinas/MA

Publicado por: ELIEZER LIMA BATISTA
Código identificador: 2c8fd54c9d61faad057d733ce5d5b602

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 316/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 316/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Educação. REPRESENTANTE: Claudiana Câmara Guimarães Costa. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI – ME, CNPJ n.º 14.496.361/0001-85, Rua Santo Antonio nº610, centro, Balsas/MA neste ato representado pela Sra. Ivanilde Barros Maia, portadora do CPF n.º 973.532.303-63. DOTAÇÃO: 12.361.0064.1064.1049.0000.MANUT E FUNC ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB - 12.122.0036.2015.0000 MANUT E FUNC DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 12.361.0038.1024.0000 MANUT DO QSE - 3.3.90.30.00 Material de consumo; VALOR DO CONTRATO: R$34.394,05 (trinta e quatro mil e trezentos e noventa e quatro reais e cinco centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Claudiana Câamara Guimarães Costa. Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 480ca2ce9630803fa8c4872ab9cf519f

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 317/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 317/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Administração. REPRESENTANTE: Paulo Emílio Alves Ribeiro. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI – ME, CNPJ n.º 14.496.361/0001-85, Rua Santo Antonio nº610, centro, Balsas/MA neste ato representado pela Sra. Ivanilde Barros Maia, portadora do CPF n.º 973.532.303-63. DOTAÇÃO: 04.122.0020.2005.0000- MANUT FUNC DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3.3.90.30 Material de Consumo; VALOR DO CONTRATO: R$34.394,05 (trinta e quatro mil e trezentos e noventa e quatro reais e cinco centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Paulo Emílio Alves Ribeiro. Secretário Municipal de Administração.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: e1c179a7327aa6c4a57402ea37bff505

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 318/2022.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 318/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. REPRESENTANTE: Márcia Barbalho Teixeira Rego. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI – ME, CNPJ n.º 14.496.361/0001-85, Rua Santo Antonio nº610, centro, Balsas/MA neste ato representado pela Sra. Ivanilde Barros Maia, portadora do CPF n.º 973.532.303-63. DOTAÇÃO: 08.122.0050.2047.0000 MANUT DO FMAS - 08.244.0050.GESTÃO POLITICA ASSISTENCIA SOCIAL -

08.244.0050.2053.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROTEÇÃO BÁSICA - PAIR/SCRV/EQUIPE VOLANTE - 08.244.0050.2054.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROT SOCIAL ESPECIAL - PAEFI/MSE/LA/PSC/FAM ACOLH - 08.244.0050.2055.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDSUAS - 08.244.0050.2060.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDPBF - 08.244.0050.2152.0000 MANUT E FUNC SERV DOS PROG SOCIOASSISTENCIAIS-BPC/PROG CRIANÇA FELIZ; VALOR DO CONTRATO: R$34.394,05 (trinta e quatro mil e trezentos e noventa e quatro reais e cinco centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Márcia Barbalho Teixeira Rego. Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 495c7ba40810b57119b1a685cf971440

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 319/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 319/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde. REPRESENTANTE: Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI – ME, CNPJ n.º 14.496.361/0001-85, Rua Santo Antonio nº610, centro, Balsas/MA neste ato representado pela Sra. Ivanilde Barros Maia, portadora do CPF n.º 973.532.303-63. DOTAÇÃO: 10 302 0091 2040 MANUT DAS ATIVIDADES MEDICOS HOSPITALARES - 10.301.0091.2033.0000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 3.3.90.30 Material de Consumo; VALOR DO CONTRATO: R$17.543,53 (dezessete mil e quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 58f97c920e6f7986972fe472d882cf92

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 320/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 320/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde. REPRESENTANTE: Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: DISTRIBUIDORA STELLA EIRELI – ME, CNPJ n.º 14.496.361/0001-85, Rua Santo Antonio nº610, centro, Balsas/MA neste ato representado pela Sra. Ivanilde Barros Maia, portadora do CPF n.º 973.532.303-63. DOTAÇÃO: 10 301 0090 2037 0000 MANUT E FUNC DO PSF – SAÚDE DA FAMÍLIA - 10.301.0095.2033.0000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 3.3.90.30 Material de Consumo; VALOR DO CONTRATO: R$16.850,52 (dezesseis mil e oitocentoss e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: c7d34fd69be3dd08919464861ae8d3a2

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 323/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 323/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Educação. REPRESENTANTE: Claudiana Câmara Guimarães Costa. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: A G M LUSTOSA EIRELI, CNPJ n.º 11.107.729/0001-88, Avenida Dr Osano Brandão nº428 A, centro, Colinas/MA neste ato representado pela Sra. Ana Gorete Martins Lustosa, portadora do CPF n.º 192.956.693-04. DOTAÇÃO: 12.361.0064.1064.1049.0000.MANUT E FUNC ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB - 12.122.0036.2015.0000 MANUT E FUNC DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 12.361.0038.1024.0000 MANUT DO QSE - 3.3.90.30.00 Material de consumo; VALOR DO CONTRATO: R$32.666,00 (trinta e dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Claudiana Câamara Guimarães Costa. Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 66061ac66d1752bb3c4639c26f854bf7

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 325/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 325/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Administração. REPRESENTANTE: Paulo Emílio Alves Ribeiro. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: A G M LUSTOSA EIRELI, CNPJ n.º 11.107.729/0001-88, Avenida Dr Osano Brandão nº428 A, centro, Colinas/MA neste ato representado pela Sra. Ana Gorete Martins Lustosa, portadora do CPF n.º 192.956.693-04. DOTAÇÃO: 04.122.0020.2005.0000- MANUT FUNC DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3.3.90.30 Material de Consumo; VALOR DO CONTRATO: R$32.666,00 (trinta e dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Paulo Emílio Alves Ribeiro. Secretário Municipal de Administração.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 155bcbcb6788e1790b4a95c4db4fdd19

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO

DE FORNECIMENTO Nº 324/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 324/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. REPRESENTANTE: Márcia Barbalho Teixeira Rego. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: A G M LUSTOSA EIRELI, CNPJ n.º 11.107.729/0001-88, Avenida Dr Osano Brandão nº428 A, centro, Colinas/MA neste ato representado pela Sra. Ana Gorete Martins Lustosa, portadora do CPF n.º 192.956.693-04. DOTAÇÃO: 08.122.0050.2047.0000 MANUT DO FMAS - 08.244.0050.GESTÃO POLITICA ASSISTENCIA SOCIAL - 08.244.0050.2053.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROTEÇÃO BÁSICA - PAIR/SCRV/EQUIPE VOLANTE - 08.244.0050.2054.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROT SOCIAL ESPECIAL - PAEFI/MSE/LA/PSC/FAM ACOLH - 08.244.0050.2055.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDSUAS - 08.244.0050.2060.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDPBF - 08.244.0050.2152.0000 MANUT E FUNC SERV DOS PROG SOCIOASSISTENCIAIS-BPC/PROG CRIANÇA FELIZ; VALOR DO CONTRATO: R$32.666,00 (trinta e dois mil e seiscentos e sessenta e seis reais). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Márcia Barbalho Teixeira Rego. Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 09d8070859d2099b48a3d2f62ea12f7f

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 326/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 326/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde. REPRESENTANTE: Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: A G M LUSTOSA EIRELI, CNPJ n.º 11.107.729/0001-88, Avenida Dr Osano Brandão nº428 A, centro, Colinas/MA neste ato representado pela Sra. Ana Gorete Martins Lustosa, portadora do CPF n.º 192.956.693-04. DOTAÇÃO: 10 302 0091 2040 MANUT DAS ATIVIDADES MEDICOS HOSPITALARES - 10.301.0091.2033.0000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 3.3.90.30 Material de Consumo; VALOR DO CONTRATO: R$16.551,82 (dezesseis mil e quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 3a933ce10d9f82c04e8a5f6c14586c26

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 327/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 327/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde. REPRESENTANTE: Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: A G M LUSTOSA EIRELI, CNPJ n.º 11.107.729/0001-88, Avenida Dr Osano Brandão nº428 A, centro, Colinas/MA neste ato representado pela Sra. Ana Gorete Martins Lustosa, portadora do CPF n.º 192.956.693-04. DOTAÇÃO: 10 301 0090 2037 0000 MANUT E FUNC DO PSF – SAÚDE DA FAMÍLIA - 10.301.0095.2033.0000- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 3.3.90.30 Material de Consumo; VALOR DO CONTRATO: R$16.114,18 (dezesseis mil e oitocentoss e cento e catorze reais e dezoito centavos). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Vera Lúcia Ferreira Costa Mota. Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 5edbb9a9185a6aa53d87e209c69f0a7d

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 322/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 322/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. REPRESENTANTE: Márcia Barbalho Teixeira Rego. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: A G M LUSTOSA EIRELI, CNPJ n.º 11.107.729/0001-88, Avenida Dr Osano Brandão nº428 A, centro, Colinas/MA neste ato representado pela Sra. Ana Gorete Martins Lustosa, portadora do CPF n.º 192.956.693-04. DOTAÇÃO: 08.122.0050.2047.0000 MANUT DO FMAS - 08.244.0050.GESTÃO POLITICA ASSISTENCIA SOCIAL - 08.244.0050.2053.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROTEÇÃO BÁSICA - PAIR/SCRV/EQUIPE VOLANTE - 08.244.0050.2054.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROT SOCIAL ESPECIAL - PAEFI/MSE/LA/PSC/FAM ACOLH - 08.244.0050.2055.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDSUAS - 08.244.0050.2060.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDPBF - 08.244.0050.2152.0000 MANUT E FUNC SERV DOS PROG SOCIOASSISTENCIAIS-BPC/PROG CRIANÇA FELIZ; VALOR DO CONTRATO: R$18.660,00 (dezoito mil e seiscentos e sessenta reais). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Márcia Barbalho Teixeira Rego. Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: 54f59a4b8229baabf160840c79a89179

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 321/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 321/2022. REFERENCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP. CONTRATANTE: Prefeitura

Municipal de Pastos Bons - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. REPRESENTANTE: Márcia Barbalho Teixeira Rego. OBJETO: Contrato de fornecimento de materiais tipo gêneros alimentícios, suprimentos de informática e kit bebê, para atender as necessidades das Secretarias Municipais. DATA DA ASSINATURA: 29/08/2022. CONTRATADO: VERONICA PEREIRA LIMA COMÉRCIO, CNPJ n.º 33.261.051/0001-26, Travessa Coelho Neto nº792 B, centro, Balsas/MA neste ato representado pela Sra. Veronica Pereira Lima, portadora do CPF n.º 031.949.583-30. DOTAÇÃO: 08.122.0050.2047.0000 MANUT DO FMAS - 08.244.0050.GESTÃO POLITICA ASSISTENCIA SOCIAL - 08.244.0050.2053.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROTEÇÃO BÁSICA - PAIR/SCRV/EQUIPE VOLANTE - 08.244.0050.2054.0000 MANUT E FUNC SERV DA PROT SOCIAL ESPECIAL - PAEFI/MSE/LA/PSC/FAM ACOLH - 08.244.0050.2055.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDSUAS - 08.244.0050.2060.0000 MANUT E FUNC DA GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDPBF - 08.244.0050.2152.0000 MANUT E FUNC SERV DOS PROG SOCIOASSISTENCIAIS-BPC/PROG CRIANÇA FELIZ; VALOR DO CONTRATO: R$30.173,00 (trinta mil e cento e setenta e três reais reais). VIGENCIA: até 31/12/2022. BASE LEGAL: Lei do Pregão nº 10.520/02, e Lei Federal n° 8.666/93 e alterações. Márcia Barbalho Teixeira Rego. Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: ac559d337a4c9c94b1a998b99f733b53

DECRETO N° 11/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N° 11/2022,PASTOS BONS, 13 de setembro de 2022. Dispõe sobre Avaliação de Mérito e Desempenho de candidatos a Diretor Escolar nas Unidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Pastos Bons (MA) e dá outras providências.
CONSIDERANDO o Art. 206 da Constituição Federal, que diz que, dentre outros, o ensino será ministrado como base no princípio da Gestão Democrática;
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus Artigos 3º, inciso VIII, Artigo 14, Artigo 56 e Artigo 64, que tratam dos processos de Gestão Democrática e da participação da comunidade escolar e dos critérios de formação dos profissionais da Educação para o exercício das atividades de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para atuar na educação básica.
CONSIDERANDO a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, e especificamente ao que consta no Art.2º, inciso VI, que traz a promoção do princípio da Gestão Democrática da Educação Pública como uma de suas diretrizes;
CONSIDERANDO a Resolução nº 031/2018 do Conselho Estadual de Educação - CEE/MA, que trata do Credenciamento das instituições da rede pública de ensino, Artigo 5º, inciso XIII, alínea I, e das exigências de habilitação do Diretor Escolar;
CONSIDERANDO a Resolução nº 2/2022, do Conselho Municipal de Educação de Pastos Bons- CME/PB, Artigo 3º, inciso XVII, alínea I, que trata da exigência de comprovação de habilitação do Diretor escolar em curso de graduação em Pedagogia, ou outra licenciatura plena com pós-graduação na área de Gestão ou Administração Escolar, para efeitos de credenciamento das escolas que ofertam educação básica.
CONSIDERANDO o Artigo 4º, incisos V e XI, do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica do município de Pastos Bons – MA, que trazem, respectivamente, a Gestão Democrática no ensino público municipal como um dos seus objetivos, e os critérios que subsidiam a seleção de recursos humanos para atuação na rede de ensino; o Artigo 31º que trata dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, quando designados para ocupar cargo em comissão, traz nos incisos I e II, respectivamente, que as funções de Direção e Vice Direção serão ocupadas por profissionais pertencentes ao Quadro Permanente e Estável dos Profissionais do Magistério da Educação Básica do município, e serão eleitos e/ou seletivados pela comunidade escolar para um mandato de 04 (quatro) anos, devendo ser licenciado em Pedagogia ou qualquer outra Licenciatura, desde que tenha Pós-graduação na área pedagógica, obedecendo aos critérios exigidos para o administrador escolar e comprovação mínima de 03 (três) anos de exercício da docência na rede de ensino do município e que a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá em Ato Regulamentar as regras e critérios para a escolha dos Diretores das escolas.
CONSIDERANDO o Art. 14, § 1°, inciso I, da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o qual impõe a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da rede municipal de ensino.
CONSIDERANDO o que consta na Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para finas de distribuição da complementação VAAR do FUNDEB em 2023.
O PREFEITO DE PASTOS BONS, ENOQUE FERREIRA MOTA NETO, no uso de suas atribuições legais, DECRETA que:
Art. 1° A prévia avaliação é obrigatória para todos os candidatos à direção que pretendem participar de processo seletivo para o cargo de Gestor de Unidade Escolar.
Parágrafo único. A prévia avaliação também é obrigatória mesmo que seja candidato único, ou que já esteja no cargo ou função de direção.
Art. 2° Serão considerados aptos a ocuparem o cargo de Diretor, os profissionais do magistério que obtiverem na avaliação, o mínimo de 3.073 (três mil e setenta e três) pontos, ou 80% (oitenta por cento) do total de 4.390 (quatro mil trezentos e noventa) pontos da avaliação.
Art. 4° A avaliação será efetuada por uma comissão de servidores especificamente constituída por portaria com os seguintes membros:
I - Secretário Municipal de Educação;
II - Servidor da área de recursos humanos da Secretaria de Educação;
III- Coordenador Municipal de Educação;
IV - Procurador Jurídico do município;
V – 02 (dois) Representantes do Conselho Municipal de Educação;
VI- 02 (dois) Servidores com amplo conhecimento pedagógico indicado pelo Secretário de Educação;
VII- 02(dois) representantes de Professores da Educação Básica Municipal indicados por sua categoria.
VIII- 01 (um) representante dos servidores Técnico-Administrativos indicados pelo Secretário Municipal de Educação.
§ 1° A Comissão será presidida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

§ 2° Não poderá integrar a Comissão:
a) Os profissionais que pretendem concorrer ao cargo de Diretor;
b) Os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos ao cargo.
§ 3º Para aferição dos critérios avaliativos, a comissão aplicará instrumento de avaliação aos servidores e alunos da escola na qual o candidato a Diretor estiver concorrendo.
Art. 5° A Comissão divulgará aos candidatos o resultado da avaliação, sendo automaticamente eliminados aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada neste Decreto, e considerado apto aquele que obtiver maior pontuação.
Parágrafo único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) à própria Comissão.
Art. 6° Integra este Decreto os instrumentos de avaliação, Anexos I e II.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio José Gonçalo de Sousa, Pastos Bons, Estado do Maranhão, aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois.
ENOQUE FERREIRA MOTA NETO
Prefeito Municipal de Pastos Bons
ANEXO I
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL
Período da avaliação: ___/___/___ a ___/____/____

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
I- ASSIDUIDADE		
1. Nunca teve falta injustificada no período	100	
1. Teve uma falta injustificada no período	80	
1. Teve duas faltas injustificadas no período	60	
1. Teve três faltas injustificadas no período	40	
1. Teve mais de 3 faltas injustificadas no período	10	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	290	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
II- AUSÊNCIA POR ATESTADO MÉDICO		
1. Afastou-se por atestados médicos por menos de 5 dias	100	
1. Afastou-se por atestados médicos por mais de 5 e menos de 10 dias	80	
1. Afastou-se por atestados médicos por mais de 10 e menos de 20 dias	60	
1. Afastou-se por atestados médicos por mais de 20 e menos de 40 dia	50	
1. Afastou-se por atestados médicos por mais de 40 e menos de 60 dias	30	
1. Afastou-se por atestados médicos por mais de 60 dia	10	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	330	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
III-PONTUALIDADE		
1. Nunca chegou atrasado(a)	100	
1. Nunca saiu antes do término das aulas	80	
1. Algumas vezes chegou atrasado(a)	60	
1. Algumas vezes saiu antes do término das aulas	40	
1. É comum chegar atrasado(a) ou sair mais cedo	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	280	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
IV- PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ADMINISTRATIVAS		
1. Frequenta todas e participa	100	
1. Frequenta todas mais não participa	80	
1. Tem algumas ausências	60	
1. - Raramente frequenta as reuniões	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	240	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
V- PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PEDAGÓGICAS		
1. Frequenta todas e participa	100	
1. Frequenta todas mais não participa	80	
1. Tem algumas ausências	60	

1. Raramente frequenta as reuniões	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	240	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
VI- COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR		
1. Está sempre pronto(a) a ajudar a administração	100	
1. Colabora às vezes com a administração	80	
1. Colabora raramente com a administração	60	
1. Nunca colabora com a administração	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	240	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
VII- INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS PROFESSORES		
1. É muito querido(a) pelos colegas de trabalho	100	
1. Tem bom relacionamento com os colegas de trabalho	80	
1. Não tem bom relacionamento com alguns colegas de trabalho	60	
1. É comum ter atritos com colegas de trabalho	20	
1. Relaciona-se apenas com alguns colegas de trabalho	10	
1. Não se relaciona com os colegas de trabalho	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	270	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
VIII- INTEGRAÇÃO COM OS SERVIDORES		
1. É muito querido(a) por todos os servidores da escola.	100	
1. Tem bom relacionamento com os servidores da escola	80	
1. Não tem bom relacionamento com os servidores da escola	60	
1. É comum ter atritos com os servidores da escola	20	
1. Relaciona-se apenas com alguns servidores da escola	10	
1. Não se relaciona com os servidores da escola	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	270	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
IX- RELACIONAMENTO COM ALUNOS E PAIS		
1. É muito querido(a) pelos seus alunos e seus pais	100	
1. Nuca teve problemas de relacionamento com alunos ou pais	90	
1. Teve pequenos problemas de relacionamento com alunos ou pais	60	
1. Teve alguns problemas de relacionamento com alunos	20	
1. Os alunos não gostam de tê-lo(a) como docente	00	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	270	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
X-HABILIDADES/COMPETÊNCIAS		
1. Comunicação: se comunica de forma clara, objetiva e adequada, assim como ouvir e dar respostas respeitosas e consistentes contribuindo para o alcance dos objetivos da escola.	0 a 100	
1. Produtividade: Envolve-se com as equipes de trabalho da escola, contribuindo para a resolução dos problemas do dia a dia e o alcance dos objetivos maiores da escola.	0 a 100	
1. Liderança: Possui capacidade de organizar, orientar e controlar atividades de equipes de trabalho visando o alcance dos objetivos maiores da instituição escolar.	0 a 100	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	300	

ANEXO II

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL

Período da avaliação: ___/___/___ a ___/____/____

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
I- FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
1. Possui curso de Doutorado em Educação	100	

1. Possui curso de Mestrado em Educação	90	
1. Possui 3 ou mais cursos de Especialização em educação	80	
1. Possui 2 cursos de Especialização em Educação	70	
1. Possui 1 curso de Especialização em Educação	50	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	390	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
II- FORMAÇÃO ESPECÍFICA NA ÁREA DE GESTÃO		
1. Possui curso de Mestrado em Gestão Escolar	100	
1. Possui curso de Graduação em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar	90	
1. Possui curso de Graduação e Especialização em Administração ou Gestão Escolar	80	
1. Possui curso de Pedagogia	70	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	340	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
IV- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO (válidos a partir do ano de 2017)		
1. Tem mais de 200 horas de curso de capacitação no período	100	
1. Tem mais de 150 horas de curso de capacitação no período	90	
1. Tem mais de 100 horas de curso de capacitação no período	80	
1. Tem mais de 50 horas de curso de capacitação no período	70	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	340	
CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
V- EXPERIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR		
1. Exerceu direção de escola municipal por mais de 10 anos	100	
1. Exerceu direção de escola municipal por 6 a 10 anos	90	
1. Exerceu direção de escola municipal por 4 anos a 6 anos	80	
1. Exerceu direção de escola municipal por menos de 4 anos	70	
1. Já foi diretor de escola da rede estadual	40	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	380	

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	MÁXIMO DE PONTOS	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
VI- PENALIDADES SOFRIDAS		
1. Nunca sofreu qualquer penalidade administrativa	100	
1. Já sofreu penalidade de advertência	60	
1. Já sofreu penalidade de repreensão ou mais de uma advertência	30	
1. Já foi punido com suspensão	20	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	210	

RESUMO DA PONTUAÇÃO

ÁREA	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL	
TOTAL GERAL DE PONTOS	

Avaliação realizada em: _____/_____/_____
ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO:

Publicado por: FRANCISCO NUNES DA SILVA NETO
Código identificador: b7651f3903cd7afbdef67d4b9c50565f

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA

DECRETO Nº 157, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a gestão democrática do ensino da rede municipal de Presidente Dutra - MA e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA**, usando de suas atribuições legais que lhe confere o inciso III,

do artigo 55, da Lei Orgânica Municipal de 15 de maio de 1990, e:

CONSIDERANDO a necessidade e exigência legal da ampliação da Gestão Democrática no Sistema Municipal de Ensino de Presidente Dutra - MA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.113, que restabeleceu o Fundeb e promoveu, por meio de incentivo financeiro, a escolha do Diretor de escolas públicas respeitando-se a gestão democrática (por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho ou com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho).

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 5 da Resolução Nº 1 de 27 de julho de 2022 que estabelece o prazo de 1º de agosto a 15 de setembro de 2022 para os entes federados apresentarem, em sistema do Ministério da Educação, as informações relacionadas às condicionalidades dos incisos I,IV e V do § 1º do art. 14 da Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. O provimento do cargo ou função de gestor escolar será regido pelo disposto neste decreto que institui a Gestão Democrática de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho, alinhados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, obedecendo aos seguintes preceitos:

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES

Art. 2º. A gestão democrática, princípio inscrito no Art. 206, Inciso VI, da Constituição Federal e nos Artigos 14, 64 e 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é considerada como um conjunto de práticas dialógicas que acontecem articuladamente em espaços pedagógicos coletivos, voltadas para a melhoria dos resultados de aprendizagem e do aprimoramento das políticas municipais e nacionais.

Parágrafo único. As Unidades de Ensino públicas vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino de Presidente Dutra - MA deverão organizar e efetivar seu planejamento considerando como princípio a Gestão Democrática.

Art. 3º. A gestão democrática do ensino público municipal é compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar, e será exercida na forma da Lei, obedecendo aos seguintes princípios e finalidades:

I - elaboração do Plano de Gestão pelo proponente;

II - participação da comunidade escolar, por meio de órgãos colegiados, na escolha do Plano de Gestão da Escola na Unidade de Ensino a qual faça parte;

III - transparência e ética nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;

IV - respeito à pluralidade e à diversidade nas Unidades de Ensino municipais;

V - autonomia das Unidades de Ensino municipais, nos termos da legislação;

VI - transparência da gestão educacional do Sistema Municipal de Ensino;

VII - garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e do mundo do trabalho;

VIII - criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado, à construção do conhecimento e à disseminação da cultura;

IX - cumprimento da proposta curricular expressa nas Diretrizes Curriculares adotadas pelo Município de Presidente Dutra - MA;

X - valorização do profissional da educação;

XI - eficiência no uso dos recursos materiais e financeiros;

XII - liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar na forma de conselhos escolares e grêmios estudantis;

XIII - promoção do respeito mútuo entre as pessoas e compreensão da origem dos problemas e conflitos, construindo soluções alternativas em diálogo com todas as partes interessadas, com escuta ativa e argumentação;

XIV - compromisso com a implementação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Presidente Dutra - MA;

XV - reconhecimento da escola como integrante de uma Rede Municipal de Ensino com foco no sucesso do estudante e comprometimento com os resultados;

XVI - cumprimento da carga horária prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas/ano; e

XVII - participação da comunidade escolar na elaboração e atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP).

CAPÍTULO II
DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS DA GESTÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 4º. A gestão democrática é efetivada por intermédio dos seguintes instrumentos de participação, regulamentados pelo Poder Executivo:

I - instâncias colegiadas da gestão do ensino municipal:

a) Fórum Municipal de Educação de Presidente Dutra - MA (FME/PD);

b) Conselho Municipal de Educação de Presidente Dutra - MA (CME/PD);

c) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Presidente Dutra - MA (CACS/FUNDEB); e

d) Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

II - instâncias colegiadas de gestão das Unidades de Ensino municipais:

a) Conselho Escolar;

b) Grêmio Estudantil; e

c) Conselho de Classe Participativo.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO DA UNIDADE DE ENSINO

Art. 5º. A gestão das Unidades de Ensino será exercida por:

I - direção; e

II - colegiado constituído pelo Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

Art. 6º. A autonomia da gestão administrativa e financeira das Unidades de Ensino será assegurada:

I - pelo provimento dos cargos de Diretor Escolar, por meio do processo seletivo por critério de competência técnico-pedagógica, participação da comunidade escolar e pelo executivo municipal, na forma prevista no presente decreto;

II - pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar por meio dos colegiados;

III - formulação, reformulação, aprovação e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade de Ensino;

IV - gerenciamento dos recursos e prestações de contas; e

V - escolha de representantes de segmentos escolares do Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

Art. 7º. Além das atribuições previstas na legislação municipal vigente, compete ao Diretor da Unidade de Ensino:

I - implantar e implementar seu Plano de Gestão, em colaboração com o Conselho Escolar e comunidade, apresentando-o à Secretaria Municipal da Educação;

II - consultar os colegiados e a comunidade escolar para a destinação dos recursos financeiros;

III - elaborar e submeter a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros recebidos aos colegiados para aprovação, encaminhando-a, posteriormente, à Secretaria Municipal de

Educação nos prazos estipulados;
IV - dar conhecimento ao Colegiado e a comunidade escolar das diretrizes e normas vigentes dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino.
Art. 8º. A autonomia da gestão pedagógica das Unidades de Ensino será assegurada:
I - pelo acompanhamento da execução do Plano de Gestão da Unidade de Ensino;
II - pela elaboração, atualização e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP);
III - pela participação da comunidade escolar na elaboração e atualização do PPP, em consonância com a política educacional vigente e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação de Presidente Dutra - MA;
IV - pelo cumprimento da legislação pertinente, incluindo orientações curriculares, metas e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
V - pela realização do conselho de classe participativo, que será computado como dia letivo e deverá ser composto por: todos os professores de cada turma; equipe gestora; especialista em assuntos educacionais (quando houver); representante dos pais ou responsáveis; representante dos estudantes para as turmas a partir do 5º ano, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade de cada uma das turmas nos respectivos conselhos; e professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Unidades de Ensino que possuem esse profissional;
VI - pela articulação do PPP com as Diretrizes Curriculares do município e com o Plano Municipal de Educação em vigor; e
VII - pela utilização de concepções, métodos e procedimentos pedagógicos aplicados às condições de seus educandos e que resultem em maior eficácia e qualidade nos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO
SEÇÃO I
DA NOMEAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR

Art. 9º. Para assumir a função de Diretor Escolar, o professor deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:
I - possuir habilitação em Curso Superior de Licenciatura Plena, na área de Educação, e ter concluído Especialização (lato sensu) em Gestão Escolar;
II - ter disponibilidade de trabalho durante 08 (oito) horas diárias, de acordo com o horário de funcionamento da Unidade de Ensino;
III - ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais, comprovada por meio de Certidão Cível e Criminal (no âmbito estadual e federal), Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e regularidade;
IV - apresentar proposta de trabalho dentro da realidade social do bairro para o qual irá se inscrever;
V - não ter incorrido em penalidade administrativa, nem ter sido condenado por ato de improbidade administrativa;
Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

SEÇÃO II
DO PROCESSO SELETIVO PARA DIRETOR ESCOLAR

Art. 10. O Diretor Escolar de Unidade de Ensino Pública Municipal, será de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, desde que submetido a aprovação em processo seletivo, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação, a cada 04 (quatro) anos.
Parágrafo único. Em caso de exoneração ou vacância do cargo de Diretor antes do período para nova seleção, poderá o Chefe do Poder Executivo nomear substituto para o período remanescente considerando o artigo 8º deste decreto e a apresentação do Plano de Gestão.
Art. 11. O processo de seleção dos candidatos a diretores das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Presidente Dutra - MA tem por objetivo a aferição da competência técnico-pedagógica dos candidatos e contará com a participação da comunidade escolar, representada pelo Conselho Escolar.
Art. 12. Entre os candidatos aprovados pela banca, o Chefe do Executivo poderá nomear o profissional para a função de Diretor Escolar, que assumirá na data estipulada pela Administração Municipal e Secretaria Municipal de Educação, considerando o calendário letivo em vigência.
Art. 13. Caso a Unidade de Ensino possua mais de 03 (três) candidatos aprovados no processo seletivo, o Chefe do Poder Executivo nomeará um candidato dentre os que ocuparem as três primeiras colocações (lista tríplice).
Parágrafo único. Na ausência de candidatos, o Chefe do Poder Executivo indicará um professor para exercer a função de Diretor Escolar, por meio de análise de currículo considerando o artigo 8º deste decreto e a apresentação do Plano de Gestão.
Art. 14. Será publicado edital de chamamento público para seleção dos profissionais, que cumpram os pré-requisitos previstos neste decreto, aptos a assumir a função de Diretor Escolar, mediante processo seletivo, no qual será aferida a competência técnico-pedagógica dos candidatos por meio das seguintes etapas:
I - Etapa 1 -Prova objetiva e discursiva;
II - Etapa 2 - Apresentação de títulos;
III - Etapa 3 - Entrega do Plano de Gestão;
IV - Etapa 4 - Entrevista e Defesa do Plano de Gestão para uma banca examinadora.
Parágrafo único. Compete à banca examinadora a avaliação do candidato quanto ao domínio da Língua Portuguesa, do conhecimento de fundamentos de gestão escolar, da legislação da Educação Básica, dos documentos que regem a educação municipal e da defesa do Plano de Gestão.
Art. 15. A banca será composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, representante da Secretaria Municipal de Administração e representante da Procuradoria Municipal, sendo ainda garantida, mediante manifestação expressa do interesse, a participação da comunidade escolar representada pelo colegiado escolar e representantes externos, os quais deverão observar critérios técnico-pedagógicos, conforme regulamentação.
Art. 16. Considerar-se-ão aptos para exercer a função de Diretor Escolar, os servidores classificados no processo seletivo, cabendo ao Chefe do Poder Executivo nomear o servidor que assumirá a função de Diretor Escolar na Unidade de Ensino.
Art. 17. O Diretor assinará um termo de compromisso responsabilizando-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:
I - pela aprendizagem dos estudantes;
II - pelo cumprimento de, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais;
III - pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 18. O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar, por ato discricionário do Chefe do Executivo, quando demonstrar:
I - insuficiência de desempenho, constatada por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação, a ser regulamentada;
II - infração aos princípios da Administração Pública ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública; e
III - descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.
Art. 19. Transcorridos os 04 (quatro) anos de gestão, o Diretor Escolar poderá participar de um novo processo seletivo, no qual

deverá apresentar o plano de gestão para os próximos 04 (quatro) anos e cumprir todas as exigências previstas neste decreto.

SEÇÃO III
DA CONSULTA PÚBLICA À COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 20. Ao final de cada ano letivo, os resultados do Plano de Gestão do Diretor Escolar em exercício serão submetidos para Consulta Pública pela comunidade escolar em Assembleia Geral.
Art. 21. O procedimento da Consulta Pública será regulamentado em norma própria.

SEÇÃO IV
?DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Art. 22. O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar será publicado no site da Prefeitura Municipal, para Consulta Pública, deverá ser apresentado à comunidade escolar em Assembleia Geral e realizar-se-á o acompanhamento de sua implementação pela comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. As orientações para a escrita do Plano de Gestão serão publicadas em anexo ao edital de abertura do processo seletivo.

SEÇÃO V
DAS COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR

Art. 23. Para exercer a função de Diretor Escolar, faz-se necessário as seguintes competências:
I - coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, pessoal, relacional e administrativo-financeira, desenvolvendo ambiente colaborativo e de corresponsabilidade, construindo coletivamente o projeto pedagógico da escola e exercendo liderança transformacional e focada em objetivos bem definidos;
II - configurar a cultura organizacional em conjunto com a equipe, incentivando o estabelecimento de ambiente escolar organizado, produtivo, concentrado na excelência do processo de ensino e aprendizagem e orientado por altas expectativas sobre todos os estudantes;
III - comprometer-se com o cumprimento das Diretrizes Curriculares do município de Presidente Dutra - MA e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, valorizando e promovendo a efetivação das Competências Gerais, competências específicas e habilidades, bem como demais documentos que legislam a educação brasileira e municipal;
IV - valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, mobilizando a equipe para uma atuação de excelência;
V - coordenar o programa pedagógico da escola, de modo a incentivar um clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe neste compromisso;
VI - gerenciar os recursos e garantir o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, realizando monitoramento pessoal e frequente das atividades, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional para solucioná-los;
VII - ter proatividade para buscar diferentes soluções para aprimorar o funcionamento da escola, com espírito inovador, criativo e orientado para resolução de problemas, compreendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e sendo capaz de criar o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar;
VIII - relacionar a escola com o contexto externo, incentivando a parceria entre escola, famílias e comunidade mediante comunicação e interação positivas, orientadas para o cumprimento do Projeto Político Pedagógico;
IX - exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, a inclusão de alunos com deficiência, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem; e
X - agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade e resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

CAPÍTULO V
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação oferecerá cursos de formação e capacitação aos integrantes dos colegiados integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Presidente Dutra - MA.
Art. 25. O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de Diretores Escolares ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 26. O Diretor Escolar deverá organizar, nas Reuniões Pedagógicas, espaços de formação continuada, por meio de estudos, a partir das necessidades do grupo.
Art. 27. O Diretor Escolar deverá viabilizar a participação dos profissionais da Educação nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DA COMISSÃO

Art. 28. Será constituída, via novo decreto oportunamente emitido pelo chefe do Poder Executivo, uma comissão composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, da seguinte forma:
I - um representante do setor de Recursos Humanos;
II - um representante do setor Pedagógico; e
III - um representante do setor Administrativo.
Art. 29. Os membros da Comissão elegerão um dos seus integrantes para presidi-la.
Art. 30. A Comissão terá como responsabilidades:
I - a sistematização e publicização do processo seletivo para Diretor Escolar e da consulta pública do Plano de Gestão; e
II - monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Gestão e do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Termo de Compromisso.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. Este decreto aplica-se às Unidades de Ensino da rede municipal de Presidente Dutra - MA.
Art. 32. O primeiro processo de seleção previsto neste decreto será realizado no decorrer do ano letivo de 2022, para nomeação a partir de 2023.
Art. 33. O Diretor Escolar, em exercício na data da entrada em vigor da presente decreto, poderá permanecer na função até que o processo seletivo seja concluído, observando o disposto no art. 18.
Art. 34. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito do Município de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, 12 de setembro de 2022.

RAIMUNDO ALVES CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por: LUCAS ARAUJO DE CASTRO SANTOS
Código identificador: 963578f282fb382da08fbe13856779ea

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS

PARECER CME Nº 01/2022, APROVADO EM 11/08/2022

PARECER CME Nº 01/2022, APROVADO EM 11/08/2022

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação de Presidente Vargas / (MA).

ASSUNTO: Cumprimento de uma das condicionalidades previstas na Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, a qual aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências.

RELATORAS (ES): Gerleinice Rodrigues Marinho da Silva e Ana Cristina Mendes Silva

TEMA:
Trata dos critérios estabelecidos utilizados para a distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no exercício de 2023.

RELATÓRIO
Diante das atribuições deste Conselho Municipal de Educação e da condicionalidade constante na Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, por meio deste parecer, **este Conselho Municipal de Educação declara e confirma que esta municipalidade atende ao Referencial Curricular alinhado à Base Nacional Comum Curricular – BNCC**, tendo seu próprio Documento Curricular Municipal de Presidente Vargas-Maranhão para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sendo a informação deliberada e homologa por este Conselho Municipal. Assim, em reunião realizada em 11, de agosto, de 2022, de 13:30 às 17:00, o presente conselho e seus representantes atestam a veracidade das informações apresentadas por esta municipalidade, no que tange à condicionalidade retromencionada, realizando a análise de cada item da mesma. Por fim, recomenda-se o encaminhamento do presente instrumento para a Secretaria Municipal de Educação de Presidente Vargas/MA e a quem mais couber, com o intuito de atender a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, do Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade. Aprovado com sete votos pela Comissão em 11 de agosto de 2022.
Presentes os(as) Conselheiros(as): Rosiane Santos Uchôa Oliveira, Gerleinice Rodrigues Marinho da Silva, Maria Benedita Silva Lima, Euliana Coelho Frazão, Benedito Aguiar Alves, José Reinaldo Aguiar Rodrigues e Ana Cristina Mendes Silva.
Nº 06 DA REUNIÃO: reunião (ordinária) realizada de forma presencial na sala dos conselhos, em 11 de agosto de 2022.
Presentes os(as) Conselheiros(as):
Voto favorável à conclusão do Parecer das Conselheiras e dos Conselheiros:
Rosiane Santos Uchôa Oliveira
Gerleinice Rodrigues Marinho da silva
Maria Benedita Silva Lima
Benedito Aguiar Alves
Euliana Coelho Frazão
José Reinaldo Aguiar Rodrigues
Ana Cristina Mendes Silva.

Voto contrário à conclusão do Parecer das Conselheiras e dos Conselheiros:

Declaração de votos:
Declaro meu voto favorável à conclusão do parecer, considerando efetivamente que o município se enquadra na constante na Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, no que concerne ao Referencial Curricular alinhado à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, atendido por esta municipalidade:

Nome, assinatura e CPF do membro.

Presidente Vargas - MA, 11/08/2022.

_____
Ana Cristina Mendes Silva
Presidente do CME

Publicado por: RAVEL DO NASCIMENTO REIS
Código identificador: 34f31a2bd46a27aae935af39691a6edb

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHãO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23-2022

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23-2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRONICO N.º 020/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º023/2022 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º . VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES

Na data de 02 de setembro de 2022, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.282.801/0001-00 sediada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, Riachão/MA, CEP 65990-000, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER,** gestora desta Ata de Registro de Preços, representada pelo seu titular Sra. Valdirene Coutinho Coelho da Cunha, Secretaria Municipal de Educação, portador da Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA e do CPF nº 823.520.893-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 020/2022** para registro de preços oriundo do **Processo Administrativo n.º 072.16.05/2022**, RESOLVE

registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 3.555/00, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para **aquisição de materiais esportivos** para atender as necessidades da rede municipal de ensino da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Riachão/MA**, de acordo com as condições e especificações e quantidades constantes no Pregão Eletrônico n.º 020/2022 e seus anexos.

Subcláusula primeira – **Unidade Gestora,** não se obriga a adquirir os itens relacionados do(s) licitante(s) vencedor(es), nem nas quantidades descritas no edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORNECEDORA

A partir desta data, ficam registrados nesta ata, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, observada a ordem de classificação, os preços da **Fornecedora** primeira colocada conforme abaixo descritos:

Subcláusula primeira - Fornecedor Registrado:

1ª) A empresa **G M DA CRUZ MODAS - ME**, inscrita no CNPJ nº **08.841.902/0001-62**, com sede na Rua Alfredo de Assis, n° 37, Centro, Balsas - MA, CEP: 65-990-000, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela senhora Geová Mirandda da Cruz, RG Nº: 47844302013-2 SSP-MA, CPF Nº 451.753.733-15.

Descrição itens registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
15	Cronômetro Digital, profissional, estilo esportivo, de material plástico ultra resistente, funções para precisão em centésimos, alerta de frequencia de velocidade, display de horário (12 ou 24h), display de calendario, visor LCD digital, alarme, memória para no minimo 10 tempos marcados, alimentação bateria inclusa 54VX, de dimensões aproximadas de diâmetro de visor (L x C) 3,5 x 2,5 e peso aproximadamente de 10 gramas, com manual de isntruções em português	unidades	Vollo/Sports	5	80,00	400,00
18	Kit bandeirinha, com 2 unidades	unidades	Penalty	30	129,50	3.885,00
19	Luva para goleiro	Pares	Penalty	50	64,50	3.225,00
28	Tenda sanfonada 6x6 m, cobertura confeccionada em lona nylon 600 com reforço nas areas de maior tensão, não propagador de chamas, com aplicação de placa anti raios ultra violeta, estrutura pantográfica (sanfonada), com aço galvanizado e constituída de uma peça única.	unidades	Gazebo/6x6	6	1.715,00	10.290,00
39	Cinto De Tração Cintura Regulável 4 Elasticos Extra Forte O Cinto de Tração Duplo foi desenvolvido para atletas que desejam aperfeiçoar sua performance com exercícios que proporcionam ganho de força e maior resistência muscular. Ele possui uma estrutura confortável e resistente, com borrachas/elásticos que facilitam o desempenho do treino. Sua cintura é regulável, podendo ser fixada em postes e árvores, além de poder realizar o treino a dois. Obs: A cor da borracha pode variar entre vermelha, amarela e laranja, de acordo com a disponibilidade em estoque	unidades	REA Fitness	20	230,00	4.600,00
Total						22.400,00

Subcláusula segunda - dos preços registrados

a)Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior àquele praticado no mercado, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará o fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado. Se resultar frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e a Procuradoria-Geral de

Justiça convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
b)Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá:
b.1) liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
b.2) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Inexitosas as negociações, proceder-se-á à revogação da ata;
c)O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.
d)Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.
e)A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA, na condição de órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços realizará as aquisições do objeto de acordo com o Edital de Licitação e seus anexos que integram esta Ata.
Subcláusula primeira - A entrega do objeto deverá ser efetuada em até **05 (cinco) dias** contados a partir da solicitação de entrega expedida pela Secretaria responsável, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos.
Subcláusula segunda –A entrega deverá ocorrer em dia e horário de expediente da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, de **segunda-feira a sexta-feira**, das **08h às 12h** e das**14h às 18h**; podendo ocorrer excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados.
Subcláusula quarta - O produto deverá ser entregue no município de Riachão/MA, em data e local a ser estipulado na Ordem de Fornecimento emitida pela **Contratante**.
Subcláusula quinta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente.
Subcláusula sexta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente;
Subcláusula sétima - É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.
Subcláusula oitava - O servidor responsável pela conferência dos produtos solicitará a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no ato da entrega dos produtos, podendo inclusive requerer a substituição por outros, o que ocorrerá imediatamente após recebimento daqueles que forem devolvidos, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção.
Subcláusula nona - Somente serão recebidos os lubrificantes em prazo diferente, caso haja necessidade por parte da fornecedora, quando do requerimento de prazo diferenciado deverá haver as justificativas, as quais serão analisadas pela Secretaria Municipal requerente, podendo ou não ser deferido.
Subcláusula décima - O documento expedido será anexado na segunda via da autorização e devolvida para o respectivo solicitante na ocasião da entrega;
Subcláusula décima primeira - O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
Subcláusula décima segunda - Em atendimento ao disposto na legislação, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros.
Subcláusula décima terceira - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
Subcláusula décima quarta - A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste instrumento, no que se refere à quantidade qualidade.
Subcláusula décima quinta - No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste instrumento, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), imediatamente, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
Subcláusula décima sexta - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
Subcláusula décima sétima - Os produtos serão aceitos provisoriamente pelo fiscal de contrato ou servidor designado com a assinatura no comprovante de recebimento, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos, bem como da manutenção das condições de habilitação por parte da fornecedora.
CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE
Subcláusula primeira - Os produtos poderão ser fornecidos parceladamente, de acordo com a necessidade demandada pelo Órgão Participante ficando a **Fornecedora** obrigada durante a vigência da Ata a atender aos pedidos formulados em conformidade com os quantitativos estimados e preços registrados.
Subcláusula segunda - A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato a data de entrega dos produtos com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.
Subcláusula terceira - É de inteira responsabilidade do Fornecedor no momento da entrega, o descarregamento dos produtos no local determinado pela Administração.
Subcláusula quarta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Contratante**.**
Subcláusula quinta - Não serão aceitos produtos diferentes das especificações estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da Contratada.

Subcláusula sexta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Órgão Participante.
Subcláusula sétima - O produto adquirido deverá ser entregue em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, e sem nenhum tipo de violação ou danificação, onde conste a identificação do conteúdo.
Subcláusula oitava - Não serão aceitos produtos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.
Subcláusula nona - Por ocasião do fornecimento, os produtos deverão ser entregues de acordo como solicitado pelo Órgão Participante e atender às exigências no que diz respeito a prazos de entrega e de controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no artigo 39, inciso VIII da Lei Federal no 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.
CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO DO OBJETO
Subcláusula primeira - O recebimento dos produtos será efetuado por Comissão de Fiscalização ou Fiscal de contrato especialmente designada, formada por no mínimo por **03 (três)** servidores do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal responsável pelo Contrato**, sob a coordenação do **Gestor do Contrato**, aplicando-se subsidiariamente o artigo 15, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - A simples entrega do produto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá somente após a vistoria e comprovação de conformidade, observados os seguintes procedimentos:
a) Recebimento Provisório: os produtos serão recebidos provisoriamente pela Comissão de Fiscalização ou Fiscal de Contrato no ato da entrega, mediante Recibo, para efeito de posterior verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e na respectiva Ordem de Fornecimento, bem como atendimento das obrigações estipuladas na Ata de Registro de Preços;
b) Recebimento Definitivo: os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação pela Comissão de fiscalização do Contrato ou Fiscal de Contrato quanto à quantidade, qualidade e conformidade do produto, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante ateste, que deverá ser expedido no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contado da data do Recibo que formalizou o Recebimento Provisório.
Subcláusula terceira - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o produto fornecido em desacordo com as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, ficando a **Fornecedora**, então **Contratada**, sujeita à substituição do objeto rejeitado, conforme **Cláusula sexta** desse instrumento.
Subcláusula quarta - O aceite/aprovação do produto pela Administração não exclui a responsabilidade civil da **Fornecedora**, então **Contratada**, especialmente quanto a vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à **Prefeitura Municipal de Riachão** as faculdades previstas no artigo18 da Lei Federal nº 8.078/1990 – *Código de Defesa do Consumidor.*
Subcláusula quinta - O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues, sendo que a data de sua assinatura inicia a contagem dos prazos de garantia e de pagamento.
CLÁUSULA SEXTA – SUBSTITUIÇÃO DE OBJETO REPROVADO
A **Contratada**, deverá substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, os objetos:
a) Reprovados no recebimento provisório, quando o objeto fornecido estiver em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, na proposta de preços da Contratada e na respectiva ordem de fornecimento.
b) Em caso de recusa do produto será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente após o recebimento da **Notificação.**
c) Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado será considerada inexecução contratual e **Contratada** estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital, inclusive multa de mora.
d) A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas de remoção e do transporte.
e) O vício redibitório poderá ser identificado após o recebimento definitivo.
f) A empresa **Contratada** deverá garantir a qualidade dos produtos, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado quando da entrega.
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Subcláusula primeira - Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para fornecimento dos produtos, a Contratada, obriga-se a:
a) Fornecer os produtos no prazo estipulado, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Fornecimento**, conforme especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
b) Entregar as mercadorias no local indicado pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer responsável pelo Contrato**, situado em **Riachão**, conforme identificação na ordem de fornecimento.
c) Providenciar a seguinte documentação para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados:
c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
c.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
c.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
c.4) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
c.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
d) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
e) Designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
f) Identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
g) Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
h) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
i) Arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento;

j) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança da repartição pública onde serão entregues as mercadorias;
k) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
l) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do fornecimento, como única e exclusiva empregadora;
m) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
n) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração

CLÁSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Subcláusula primeira - A **Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer**, obriga-se a:
a) Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando de eventuais e futuras contratações;
b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização;
c) Receber os produtos em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da **Contratada**;
d) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos;
e) Notificar a Contratada, para a substituição de produtos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;
f) Efetuar os pagamentos à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
g) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos;
h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **Contratada**;
i) Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**;
g) Fiscalizar para que, durante a validade do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁSULA NONA - PAGAMENTO

Subcláusula primeira - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **Contratada**, mediante apresentação de **Nota Fiscal/Fatura**, acompanhada dos seguintes documentos:
a) Cópia da respectiva Ordem de Fornecimento;
b) Cópia da Nota de Empenho;
c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
f) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
Subcláusula segunda - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento dos produtos, que também deverá conferir toda a documentação constante na **Subcláusula primeira desta Cláusula.**
Subcláusula segunda - O pagamento será creditado em nome da BENEFICIÁRIA, então CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.
Subcláusula terceira - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
Subcláusula quarta - Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua apresentação, devidamente regularizadas.
Subcláusula quinta - A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
Subcláusula sexta - A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela BENEFICIÁRIA.
Subcláusula sétima - Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela BENEFICIÁRIA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, a **Prefeitura Municipal de Riachão** fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, conforme cláusula específica do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem contratações nas oportunidades e quantidades necessárias até o limite estabelecido.
Subcláusula primeira - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a **Unidade Gestora** promover as negociações junto aos fornecedores, observando as disposições contidas na alínea (d) do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
Subcláusula segunda - Unidade Gestora monitorará os preços dos produtos/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
Subcláusula terceira - Unidade Gestora convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
Subcláusula quarta - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
Subcláusula quinta - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

Subcláusula sexta - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
Subcláusula sétima - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo(a) **Unidade Gestora** para aquisição.
Subcláusula oitava - Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, **Unidade Gestora**, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS
A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante previa consulta e autorização ao órgão gerenciador e aceitação da fornecedora, desde que devidamente comprovada à vantagem;
Subcláusula primeira - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;
Subcláusula segunda - Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
Subcláusula terceira - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.
Subcláusula quarta – Esta Ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgão participantes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
Subcláusula primeira - Pela **Unidade Gestora**, mediante comunicação por escrito, quando:
a) A detentora não cumprir as obrigações dela constantes;
b) A detentora não cumprir o prazo de fornecimento estabelecido e a unidade requisitante não aceitar suas justificativas;
c) A detentora der causa a rescisão administrativa do instrumento decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.
Subcláusula segunda - Pela detentora, mediante solicitação por escrito, quando:
a) Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal n.º 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.
b) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à **Unidade Gestora**, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
Subcláusula terceira - Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a fornecedora detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.
a) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial e Jornal de grande circulação regional, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
Subcláusula quarta - Fica estabelecido, que a fornecedora detentora do preço registrado nesta Ata, deverá comunicar imediatamente a **Unidade Gestora**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES
Subcláusula primeira - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - Aplicando-se o disposto no artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:
a) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
b) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).
Subcláusula terceira - Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Fornecedora as seguintes sanções:
a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
Subcláusula quarta - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.
Subcláusula quinta - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Riachão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.

Subcláusula sexta - Caberá à Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
Subcláusula sétima - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à Contratada e publicação no Diário Oficial do Município, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.
Subcláusula oitava - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo Contratante.
Subcláusula nona - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 020/2022 e seus anexos, que destina-se ao registro dos preços da Proposta da Empresa; classificada no certame supranumerado.
Subclásula primeira: A validade, vigência e efeitos deste Instrumento estão condicionados à homologação do seu objeto pela **Unidade Gestora** e sua devida publicação em veículo oficial.
Subclásula segunda - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior (em razão de acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis), as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento, sendo possível a resolução por negociação entre as partes e parecer jurídico.
Subclásula terceira - O atual momento é se a pandemia da Covid-19, a priori, pode ser considerada um motivo de força maior que possa gerar um empecilho para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, seja de forma temporária ou definitiva.
Subclásula quarta - Caso a Covid-19 resulte em significativo impacto nas operações de determinada parte, é necessário haver a devida comprovação da relação direta do evento imprevisível com os efeitos que deram causa ao inadimplemento ou desequilíbrio contratual, como a perda de faturamento ou o fechamento de estabelecimentos determinadas pelo poder público, entre outras provas substanciais.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
Fica eleito o Foro de Riachão/MA para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
Riachão/MA, 02 de setembro de 2022.
Pela Administração:

_____
Valdirene Coutinho Coelho da Cunha
Secretaria Municipal de Educação
Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA
CPF nº 823.520.893-87
UNIDADE GESTORA
Pela Fornecedora:

_____
G M DA CRUZ MODAS – ME
CNPJ nº **08.841.902/0001-62**
Geová Mirandda da Cruz
RG Nº: 47844302013-2 SSP-MA
CPF Nº 451.753.733-15
FORNECEDOR.

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 22f8128e2f521a0dc38dea55243f55a2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024-2022

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024-2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRONICO N.º 020/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º024/2022 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º . VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES

Na data de 02 de setembro de 2022, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.282.801/0001-00 sediada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, Riachão/MA, CEP 65990-000, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER,** gestora desta Ata de Registro de Preços, representada pelo seu titular Sra. Valdirene Coutinho Coelho da Cunha, Secretaria Municipal de Educação, portador da Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA e do CPF nº 823.520.893-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 020/2022** para registro de preços oriundo do **Processo Administrativo n.º 072.16.05/2022**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 3.555/00, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as

demais legislações aplicáveis.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para **aquisição de materiais esportivos** para atender as necessidades da rede municipal de ensino da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Riachão/MA**, de acordo com as condições e especificações e quantidades constantes no Pregão Eletrônico n.º 020/2022 e seus anexos.
Subcláusula primeira – Unidade Gestora, não se obriga a adquirir os itens relacionados do(s) licitante(s) vencedor(es), nem nas quantidades descritas no edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORNECEDORA
A partir desta data, ficam registrados nesta ata, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, observada a ordem de classificação, os preços da **Fornecedora** primeira colocada conforme abaixo descritos:
Subcláusula primeira - Fornecedor Registrado:
1ª) A empresa **100 SPORTS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **29.761.115/0001-80**, com sede na Rua MAJOR VITOR, Nº 30, QUADRA 18, LOTE 5-A, CENTRO, CALDAS NOVAS, CEP: 75.680-001, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela senhor Bruna Alves de Souza, RG Nº: 607980-6 SSP-go, CPF Nº 035.389.051-00.
Descrição itens registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
2	Apito oficial dedal, de material plástico não-tóxico, leve, na cor preta, sem partes removíveis, sem esfera, de potência sonora de 90 Db	unidades	FOX	50,00	68,90	3.445,00
3	Bola de basquete, oficial, tamanho masculino, matrizada, confeccionada em borracha, miolo slip system removível e lubrificado, na cor vermelha, de medidas aproximadamente de 75 - 78 cm de diâmetro e peso de 600 a 650 gr. Bola aprovada pela Federação Internacional de Basquete (FIBA). Bola com selo da Confederação Brasileira de Basketball (CBB). Bola de volei de areia oficial, matrizada, com 18 gomos, câmara Airbility, miolo Slip System removível e lubrificado, composição: em PU / PVC, peso de 260 a 280 g, medindo 65 à 67 cm de circunferência. Aprovada pela Confederação Brasileira de Voleibol	unidades	MAGUSSY	25,00	78,90	1.972,50
4	Bola de volei de areia oficial, matrizada, com 18 gomos, câmara Airbility, miolo Slip System removível e lubrificado, composição: em PU / PVC, peso de 260 a 280 g, medindo 65 à 67 cm de circunferência. Aprovada pela Confederação Brasileira de Voleibol	unidades	MAGUSSY	150,00	149,90	22.485,00
5	Bola Oficial de futebol de campo, 32 gomos, confeccionada em microfibra, temofusão, miolo slip system removível e lubrificada, peso de 410 a 440 gr, diâmetro de 68 a 69 cm. Atestada pela Confederação brasileira de futebol	unidades	MAGUSSY	300,00	114,00	34.200,00
6	Bola Oficial de futsal, confeccionada em microfibra, miolo slip system removível e lubrificada, PU ultra 100%, peso de 410 a 440 gr, diâmetro de 61 a 63 cm. Atestada pela Confederação brasileira de futebol	unidades	MAGUSSY	300,00	112,90	33.870,00
7	Bola oficial de vôlei, ideal para jogos em quadra, diâmetro de 65 à 67cm, peso de 260 a 280 grcomposição material acabamento em microfibra, matrizada, miolo slip system removível lubrificado, câmara airbility, matrizada com 18 gomos. Aprovada pela Confederação Brasileira de Voleibol.	unidades	MAGUSSY	150,00	158,90	23.835,00

8	Bomba compacta e resistente, com base, conta com o recurso que permite enchimento nos dois sentidos, versátil e de fácil manuseio, acompanha mangueira de ar em borracha com nylon e liga de zinco, duas agulhas em liga de zinco com tampa de borracha, tubo composto de policarbonato / haste: acrilato nitrílica butadieno estireno / T Handle: polipropileno / fechos: acrilato nitrílica butadieno estireno	unidades	POKER	20,00	59,00	1.180,00
9	Caneleira	Pares	***	100,00	20,00	2.000,00
10	Cartão para arbitro, plástico resistente (polietileno), de medidas aproximadas de 07cm x 11cm (LxA), jogo contendo 3 unidades, sendo nas cores: vermelho, amarelo e azul	unidades	SCALIBU	20,00	22,90	458,00
11	Chuteira de futebol, nº 31 a 42.	pares	NEW STILLUS	100,00	134,00	13.400,00
21	Meias de futebol tradicional reforçado, Tamanhos P M G	unidades	TRB	500,00	10,50	5.250,00
22	Rede de gol para futebol de campo (par) fio 6, medidas de 7,50 x 2,50 x 2,00 x 2,00 metros. Fios trnaçados formando a corda confeccionada em monofilamentos no material de polietileno (Nylon), 100% virgem com tratamento UV contra a ação dos raios ultravioletas e ações climáticas	unidades	PANGUE	50,00	396,00	19.800,00
23	Rede para alambrado fio 6. Fios trançados formando a corda confeccionada em monofilamentos no material de polietileno (Nylon), 100% virgem com tratamento UV contra a ação dos raios ultravioletas e ações climáticas	unidades	MASTER REDE	300,00	9,60	2.880,00
25	Rede para futsal, fio de 6 mm, material em polietileno 100%virgem(nylon) , peso aproximado 3,57kg, medindo 3 x 1 x 2m	unidades	PANGUE	40,00	299,00	11.960,00
26	Rede para vôlei com 4 faixas, malha 10 x 10cm (tamanho dos quadrados), fio 4 mm trançado e torcido para não reter agua, gerando maior durabilidade, em polietileno de alta densidade 100% virgem (nylon), tratamento ultra-violeta (maior durabilidade em exposição ao tempo), peso aproximado de 700g, Medidas aproximadas: 9.50m, 1.00m. Cabos para Amarração	unidades	PANGUE	40,00	198,50	7.940,00
27	Tenda sanfonada 3x3 m, cobertura confeccionada em lona nylon 600 com reforço nas areas de maior tensão, não propagador de chamas, com aplicação de placa anti raios ultra violeta, estrutura pantográfica (sanfonada), com aço galvanizado e constituída de uma peça única.	unidades	GAZEBO	10,00	800,00	8.000,00
29	Trófeus artilheiro de 34cm de altura, com base oval em polimero na cor preta com acabamento na cor dourada e 22 cm de largura com 5 cm de altura. Na parte superior desta base um suporte e uma estatueta fixa de chuteira de futebol metalizada na cor dourada. Demais componente metalizados na cor dourada. Peso 2,5 kg	unidades	JEBS	180,00	76,90	13.842,00

30	Trófeus artilheiro de 34cm de altura, com base oval em polimero na cor preta com acabamento na cor dourada e 22 cm de largura com 5 cm de altura. Na parte superior desta base um suporte e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Demais componente metalizados na cor dourada	unidades	JEBS	180,00	76,90	13.842,00
36	CONE DEMARCATÓRIO OU HALF CONE Produto: Original Cor: De acordo com a disponibilidade no estoque. Material: Plástico injetado Dimensões: 11cm largura x 18cm altura Origem: Nacional Produto Novo	unidades	SCALIBU	400,00	12,90	5.160,00
37	CHAPÉU CHINÊS Produto: Original Cor: De acordo com a disponibilidade no estoque. Material: Plástico injetado Dimensões: 19cm largura x 4,5cm altura Origem: Nacional Produto Novo	unidades	SCALIBU	400,00	4,40	1.760,00
						227.279,50

Subcláusula segunda - dos preços registrados
a)Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior àquele praticado no mercado, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará o fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado. Se resultar frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e a Procuradoria-Geral de Justiça convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
b)Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá:
b.1) liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
b.2) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Inexitosas as negociações, proceder-se-á à revogação da ata;
c)O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.
d)Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.
e)A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA, na condição de órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços realizará as aquisições do objeto de acordo com o Edital de Licitação e seus anexos que integram esta Ata.
Subcláusula primeira - A entrega do objeto deverá ser efetuada em até **05 (cinco) dias** contados a partir da solicitação de entrega expedida pela Secretaria responsável, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos.
Subcláusula segunda –A entrega deverá ocorrer em dia e horário de expediente da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, de **segunda-feira a sexta-feira**, das **08h às 12h** e das**14h às 18h**; podendo ocorrer excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados.
Subcláusula quarta - O produto deverá ser entregue no município de Riachão/MA, em data e local a ser estipulado na Ordem de Fornecimento emitida pela **Contratante**.
Subcláusula quinta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente.
Subcláusula sexta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente;
Subcláusula sétima - É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.
Subcláusula oitava - O servidor responsável pela conferência dos produtos solicitará a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no ato da entrega dos produtos, podendo inclusive requerer a substituição por outros, o que ocorrerá imediatamente após recebimento daqueles que forem devolvidos, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção.
Subcláusula nona - Somente serão recebidos os lubrificantes em prazo diferente, caso haja necessidade por parte da fornecedora, quando do requerimento de prazo diferenciado deverá haver as justificativas, as quais serão analisadas pela Secretaria Municipal requerente, podendo ou não ser deferido.

Subcláusula décima - O documento expedido será anexado na segunda via da autorização e devolvida para o respectivo solicitante na ocasião da entrega;
Subcláusula décima primeira - O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
Subcláusula décima segunda - Em atendimento ao disposto na legislação, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros.
Subcláusula décima terceira - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
Subcláusula décima quarta - A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste instrumento, no que se refere à quantidade qualidade.
Subcláusula décima quinta - No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste instrumento, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), imediatamente, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
Subcláusula décima sexta - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
Subcláusula décima sétima - Os produtos serão aceitos provisoriamente pelo fiscal de contrato ou servidor designado com a assinatura no comprovante de recebimento, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos, bem como da manutenção das condições de habilitação por parte da fornecedora.
CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE
Subcláusula primeira - Os produtos poderão ser fornecidos parceladamente, de acordo com a necessidade demandada pelo Órgão Participante ficando a **Fornecedora** obrigada durante a vigência da Ata a atender aos pedidos formulados em conformidade com os quantitativos estimados e preços registrados.
Subcláusula segunda - A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato a data de entrega dos produtos com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.
Subcláusula terceira - É de inteira responsabilidade do Fornecedor no momento da entrega, o descarregamento dos produtos no local determinado pela Administração.
Subcláusula quarta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Contratante**.**
Subcláusula quinta - Não serão aceitos produtos diferentes das especificações estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da Contratada.
Subcláusula sexta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Órgão Participante.
Subcláusula sétima - O produto adquirido deverá ser entregue em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, e sem nenhum tipo de violação ou danificação, onde conste a identificação do conteúdo.
Subcláusula oitava - Não serão aceitos produtos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.
Subcláusula nona - Por ocasião do fornecimento, os produtos deverão ser entregues de acordo como solicitado pelo Órgão Participante e atender às exigências no que diz respeito a prazos de entrega e de controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no artigo 39, inciso VIII da Lei Federal no 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.
CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO DO OBJETO
Subcláusula primeira - O recebimento dos produtos será efetuado por Comissão de Fiscalização ou Fiscal de contrato especialmente designada, formada por no mínimo por **03 (três)** servidores do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal responsável pelo Contrato**, sob a coordenação do **Gestor do Contrato**, aplicando-se subsidiariamente o artigo 15, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - A simples entrega do produto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá somente após a vistoria e comprovação de conformidade, observados os seguintes procedimentos:
a) Recebimento Provisório: os produtos serão recebidos provisoriamente pela Comissão de Fiscalização ou Fiscal de Contrato no ato da entrega, mediante Recibo, para efeito de posterior verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e na respectiva Ordem de Fornecimento, bem como atendimento das obrigações estipuladas na Ata de Registro de Preços;
b) Recebimento Definitivo: os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação pela Comissão de fiscalização do Contrato ou Fiscal de Contrato quanto à quantidade, qualidade e conformidade do produto, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante ateste, que deverá ser expedido no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contado da data do Recibo que formalizou o Recebimento Provisório.
Subcláusula terceira - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o produto fornecido em desacordo com as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, ficando a **Fornecedora**, então **Contratada**, sujeita à substituição do objeto rejeitado, conforme **Cláusula sexta** desse instrumento.
Subcláusula quarta - O aceite/aprovação do produto pela Administração não exclui a responsabilidade civil da **Fornecedora**, então **Contratada**, especialmente quanto a vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à **Prefeitura Municipal de Riachão** as faculdades previstas no artigo18 da Lei Federal nº 8.078/1990 – *Código de Defesa do Consumidor.*
Subcláusula quinta - O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues, sendo que a data de sua assinatura inicia a contagem dos prazos de garantia e de pagamento.
CLÁUSULA SEXTA – SUBSTITUIÇÃO DE OBJETO REPROVADO
A **Contratada**, deverá substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, os objetos:
a) Reprovados no recebimento provisório, quando o objeto fornecido estiver em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, na proposta de preços da Contratada e na respectiva ordem de fornecimento.

b) Em caso de recusa do produto será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente após o recebimento da **Notificação.**
c) Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado será considerada inexecução contratual e **Contratada** estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital, inclusive multa de mora.
d) A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas de remoção e do transporte.
e) O vício redibitório poderá ser identificado após o recebimento definitivo.
f) A empresa **Contratada** deverá garantir a qualidade dos produtos, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado quando da entrega.
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Subcláusula primeira - Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para fornecimento dos produtos, a Contratada, obriga-se a:
a) Fornecer os produtos no prazo estipulado, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Fornecimento**, conforme especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
b) Entregar as mercadorias no local indicado pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer responsável pelo Contrato**, situado em **Riachão**, conforme identificação na ordem de fornecimento.
c) Providenciar a seguinte documentação para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados:
c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
c.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
c.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
c.4) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
c.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
d) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
e) Designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
f) Identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
g) Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
h) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
i) Arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento;
j) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança da repartição pública onde serão entregues as mercadorias;
k) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
l) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do fornecimento, como única e exclusiva empregadora;
m) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
n) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração
CLÁSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Subcláusula primeira - A **Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer**, obriga-se a:
a) Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando de eventuais e futuras contratações;
b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização;
c) Receber os produtos em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da **Contratada**;
d) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos;
e) Notificar a Contratada, para a substituição de produtos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;
f) Efetuar os pagamentos à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
g) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos;
h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **Contratada**;
i) Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**;
g) Fiscalizar para que, durante a validade do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
CLÁSULA NONA - PAGAMENTO
Subcláusula primeira - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **Contratada**, mediante apresentação de **Nota Fiscal/Fatura**, acompanhada dos seguintes documentos:
a) Cópia da respectiva Ordem de Fornecimento;
b) Cópia da Nota de Empenho;
c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
f) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
Subcláusula segunda - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento

dos produtos, que também deverá conferir toda a documentação constante na **Subcláusula primeira desta Cláusula.**
Subcláusula segunda - O pagamento será creditado em nome da BENEFICIÁRIA, então CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.
Subcláusula terceira - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
Subcláusula quarta - Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua apresentação, devidamente regularizadas.
Subcláusula quinta - A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
Subcláusula sexta - A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela BENEFICIÁRIA.
Subcláusula sétima - Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela BENEFICIÁRIA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, a **Prefeitura Municipal de Riachão** fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, conforme cláusula específica do contrato administrativo.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem contratações nas oportunidades e quantidades necessárias até o limite estabelecido.
Subcláusula primeira - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a **Unidade Gestora** promover as negociações junto aos fornecedores, observando as disposições contidas na alínea (d) do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
Subcláusula segunda - Unidade Gestora monitorará os preços dos produtos/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
Subcláusula terceira - Unidade Gestora convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
Subcláusula quarta - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
Subcláusula quinta - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.
Subcláusula sexta - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
Subcláusula sétima - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo(a) **Unidade Gestora** para aquisição.
Subcláusula oitava - Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, **Unidade Gestora**, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS
A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante previa consulta e autorização ao órgão gerenciador e aceitação da fornecedora, desde que devidamente comprovada à vantagem;
Subcláusula primeira - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;
Subcláusula segunda - Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
Subcláusula terceira - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.
Subcláusula quarta – Esta Ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgão participantes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
Subcláusula primeira - Pela **Unidade Gestora**, mediante comunicação por escrito, quando:
a) A detentora não cumprir as obrigações dela constantes;
b) A detentora não cumprir o prazo de fornecimento estabelecido e a unidade requisitante não aceitar suas justificativas;
c) A detentora der causa a rescisão administrativa do instrumento decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.
Subcláusula segunda - Pela detentora, mediante solicitação por escrito, quando:
a) Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal n.º 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.
b) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à **Unidade Gestora**, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
Subcláusula terceira - Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a fornecedora detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro

de Preços.
a) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial e Jornal de grande circulação regional, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
Subcláusula quarta - Fica estabelecido, que a fornecedora detentora do preço registrado nesta Ata, deverá comunicar imediatamente a **Unidade Gestora**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES
Subcláusula primeira - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - Aplicando-se o disposto no artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:
a) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
b) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).
Subcláusula terceira - Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Fornecedora as seguintes sanções:
a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
Subcláusula quarta - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.
Subcláusula quinta - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Riachão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.
Subcláusula sexta - Caberá à Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
Subcláusula sétima - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à Contratada e publicação no Diário Oficial do Município, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.
Subcláusula oitava - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo Contratante.
Subcláusula nona - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 020/2022 e seus anexos, que destina-se ao registro dos preços da Proposta da Empresa; classificada no certame supranumerado.
Subclásula primeira: A validade, vigência e efeitos deste Instrumento estão condicionados à homologação do seu objeto pela **Unidade Gestora** e sua devida publicação em veículo oficial.
Subclásula segunda - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior (em razão de acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis), as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento, sendo possível a resolução por negociação entre as partes e parecer jurídico.
Subclásula terceira - O atual momento é se a pandemia da Covid-19, a priori, pode ser considerada um motivo de força maior que possa gerar um empecilho para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, seja de forma temporária ou definitiva.
Subclásula quarta - Caso a Covid-19 resulte em significativo impacto nas operações de determinada parte, é necessário haver a devida comprovação da relação direta do evento imprevisível com os efeitos que deram causa ao inadimplemento ou desequilíbrio contratual, como a perda de faturamento ou o fechamento de estabelecimentos determinadas pelo poder público, entre outras provas substanciais.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
Fica eleito o Foro de Riachão/MA para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
Riachão/MA, 02 de setembro de 2022.
Pela Administração:

_____
Valdirene Coutinho Coelho da Cunha
Secretaria Municipal de Educação
Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA
CPF nº 823.520.893-87
UNIDADE GESTORA
Pela Fornecedora:

_____

100 SPORTS EIRELI
CNPJ nº **29.761.115/0001-80**
Bruna Alves de Souza
CPF Nº 035.389.051-00
FORNECEDOR.

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: c392c1d4543db1af8c7f4fd736a95b53

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2022

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRONICO N.º 020/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º026/2022 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º . VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES

Na data de 02 de setembro de 2022, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.282.801/0001-00 sediada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, Riachão/MA, CEP 65990-000, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER,** gestora desta Ata de Registro de Preços, representada pelo seu titular Sra. Valdirene Coutinho Coelho da Cunha, Secretaria Municipal de Educação, portador da Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA e do CPF nº 823.520.893-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 020/2022** para registro de preços oriundo do **Processo Administrativo n.º 072.16.05/2022**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 3.555/00, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para **aquisição de materiais esportivos** para atender as necessidades da rede municipal de ensino da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Riachão/MA**, de acordo com as condições e especificações e quantidades constantes no Pregão Eletrônico n.º 020/2022 e seus anexos.

Subcláusula primeira – Unidade Gestora, não se obriga a adquirir os itens relacionados do(s) licitante(s) vencedor(es), nem nas quantidades descritas no edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORNECEDORA

A partir desta data, ficam registrados nesta ata, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, observada a ordem de classificação, os preços da **Fornecedora** primeira colocada conforme abaixo descritos:

Subcláusula primeira - Fornecedor Registrado:

1ª) A empresa **R TAVARES DE BARROS**, inscrita no CNPJ nº **07.286.919/0001-32**, com sede na Rua ALIPIO TEIXEIRA, Nº 68, CENTRO, CAPOEIRAS, PERNAMBUCO, CEP: 55.365-000, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela senhor ROBERTO TAVARES DE BARROS, RG Nº: 5587012 SSP-PE, CPF Nº 034.978.754-90.

Descrição itens registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
12	Colete tamanho G, em 100% Poliéster, laterais com elástico, medindo aproximadamente: 69 cm x 58 cm. Cores azul e vermelho. Personalizadas com o logomarca da Prefeitura Municipal de Riachão	unidades	PRÓPRIA	200	16,96	3.392,00
13	Colete tamanho M, em 100% Poliéster, laterais com elástico, medindo aproximadamente: 65 cm x 58 cm . Cores azul e vermelho. Personalizadas com o logomarca da Prefeitura Municipal de Riachão.	unidades	PRÓPRIA	200	16,95	3.390,00
16	Jogo de uniforme. Contendo Kit de camisa, calção e meião, cores diversas, 100% Poliéster tipo DRY FIT e meiões 100% algodão, tamanho único. Sendo 18 camisas, 18 shorts, 18 pares de meiões, 02 camisas goleiro, 02 shots goleiro e 02 pares de meiões goleiro. Personalizadas com o logomarca da Prefeitura Municipal de Riachão	unidades	PRÓPRIA	45	1.019,75	45.888,75

17	Jogo de uniforme. Contendo Kit de camisa, calção e meião, cores diversas, 100% Poliéster tipo DRY FIT e meiões 100% algodão, tamanho único. Sendo 18 camisas, 18 shorts, 18 pares de meiões, 02 camisas goleiro, 02 shots goleiro e 02 pares de meiões goleiro. Personalizadas com o logomarca da Prefeitura Municipal de Riachão.	unidades	PRÓPRIA	15	1.019,75	15.296,25
20	Medalha de dimensões aproximadas (A x L): 50 x 42mm, com resina de dimensões aproximadas (A x L): 40 x 30mm, fundida em liga metálica de (Zinco, Alumínio, Magnésio e Cobre), possibilitanto ser personalizáveis com logo da prefeitura ou evento, independente da quantidade a ser adquirida, acompanhada de fita, cores diversas, com largura de 15mm. Sendo: 150 unidades na cor bronze, 150 unidades na cor prata e 150 unidades na cor ouro.	unidades	PRÓPRIA	1200	15,00	18.000,00
						85.967,00

Subcláusula segunda - dos preços registrados
a)Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior àquele praticado no mercado, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará o fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado. Se resultar frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e a Procuradoria-Geral de Justiça convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
b)Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá:
b.1) liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
b.2) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Inexitosas as negociações, proceder-se-á à revogação da ata;
c)O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.
d)Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.
e)A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA, na condição de órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços realizará as aquisições do objeto de acordo com o Edital de Licitação e seus anexos que integram esta Ata.
Subcláusula primeira - A entrega do objeto deverá ser efetuada em até **05 (cinco) dias** contados a partir da solicitação de entrega expedida pela Secretaria responsável, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos.
Subcláusula segunda –A entrega deverá ocorrer em dia e horário de expediente da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, de **segunda-feira a sexta-feira**, das **08h às 12h** e das**14h às 18h**; podendo ocorrer excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados.
Subcláusula quarta - O produto deverá ser entregue no município de Riachão/MA, em data e local a ser estipulado na Ordem de Fornecimento emitida pela **Contratante**.
Subcláusula quinta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente.
Subcláusula sexta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente;
Subcláusula sétima - É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.
Subcláusula oitava - O servidor responsável pela conferência dos produtos solicitará a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no ato da entrega dos produtos, podendo inclusive requerer a substituição por outros, o que ocorrerá imediatamente após recebimento daqueles que forem devolvidos, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção.
Subcláusula nona - Somente serão recebidos os lubrificantes em prazo diferente, caso haja necessidade por parte da fornecedora, quando do requerimento de prazo diferenciado deverá haver as justificativas, as quais serão analisadas pela Secretaria Municipal requerente, podendo ou não ser deferido.
Subcláusula décima - O documento expedido será anexado na segunda via da autorização e devolvida para o respectivo solicitante na ocasião da entrega;
Subcláusula décima primeira - O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o produto, que vier a ser recusado

sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
Subcláusula décima segunda - Em atendimento ao disposto na legislação, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros.
Subcláusula décima terceira - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
Subcláusula décima quarta - A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste instrumento, no que se refere à quantidade qualidade.
Subcláusula décima quinta - No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste instrumento, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), imediatamente, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
Subcláusula décima sexta - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
Subcláusula décima sétima - Os produtos serão aceitos provisoriamente pelo fiscal de contrato ou servidor designado com a assinatura no comprovante de recebimento, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos, bem como da manutenção das condições de habilitação por parte da fornecedora.
CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE
Subcláusula primeira - Os produtos poderão ser fornecidos parceladamente, de acordo com a necessidade demandada pelo Órgão Participante ficando a **Fornecedora** obrigada durante a vigência da Ata a atender aos pedidos formulados em conformidade com os quantitativos estimados e preços registrados.
Subcláusula segunda - A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato a data de entrega dos produtos com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.
Subcláusula terceira - É de inteira responsabilidade do Fornecedor no momento da entrega, o descarregamento dos produtos no local determinado pela Administração.
Subcláusula quarta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Contratante**.**
Subcláusula quinta - Não serão aceitos produtos diferentes das especificações estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da Contratada.
Subcláusula sexta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Órgão Participante.
Subcláusula sétima - O produto adquirido deverá ser entregue em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, e sem nenhum tipo de violação ou danificação, onde conste a identificação do conteúdo.
Subcláusula oitava - Não serão aceitos produtos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.
Subcláusula nona - Por ocasião do fornecimento, os produtos deverão ser entregues de acordo como solicitado pelo Órgão Participante e atender às exigências no que diz respeito a prazos de entrega e de controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no artigo 39, inciso VIII da Lei Federal no 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.
CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO DO OBJETO
Subcláusula primeira - O recebimento dos produtos será efetuado por Comissão de Fiscalização ou Fiscal de contrato especialmente designada, formada por no mínimo por **03 (três)** servidores do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal responsável pelo Contrato**, sob a coordenação do **Gestor do Contrato**, aplicando-se subsidiariamente o artigo 15, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - A simples entrega do produto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá somente após a vistoria e comprovação de conformidade, observados os seguintes procedimentos:
a) Recebimento Provisório: os produtos serão recebidos provisoriamente pela Comissão de Fiscalização ou Fiscal de Contrato no ato da entrega, mediante Recibo, para efeito de posterior verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e na respectiva Ordem de Fornecimento, bem como atendimento das obrigações estipuladas na Ata de Registro de Preços;
b) Recebimento Definitivo: os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação pela Comissão de fiscalização do Contrato ou Fiscal de Contrato quanto à quantidade, qualidade e conformidade do produto, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante ateste, que deverá ser expedido no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contado da data do Recibo que formalizou o Recebimento Provisório.
Subcláusula terceira - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o produto fornecido em desacordo com as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, ficando a **Fornecedora**, então **Contratada**, sujeita à substituição do objeto rejeitado, conforme **Cláusula sexta** desse instrumento.
Subcláusula quarta - O aceite/aprovação do produto pela Administração não exclui a responsabilidade civil da **Fornecedora**, então **Contratada**, especialmente quanto a vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à **Prefeitura Municipal de Riachão** as faculdades previstas no artigo18 da Lei Federal nº 8.078/1990 – *Código de Defesa do Consumidor*.
Subcláusula quinta - O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues, sendo que a data de sua assinatura inicia a contagem dos prazos de garantia e de pagamento.
CLÁUSULA SEXTA – SUBSTITUIÇÃO DE OBJETO REPROVADO
A **Contratada**, deverá substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, os objetos:
a) Reprovados no recebimento provisório, quando o objeto fornecido estiver em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, na proposta de preços da Contratada e na respectiva ordem de fornecimento.
b) Em caso de recusa do produto será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente após o recebimento da **Notificação.**
c) Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado será considerada inexecução contratual e

Contratada estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital, inclusive multa de mora.
d) A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas de remoção e do transporte.
e) O vício redibitório poderá ser identificado após o recebimento definitivo.
f) A empresa **Contratada** deverá garantir a qualidade dos produtos, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado quando da entrega.
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Subcláusula primeira - Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para fornecimento dos produtos, a Contratada, obriga-se a:
a) Fornecer os produtos no prazo estipulado, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Fornecimento**, conforme especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
b) Entregar as mercadorias no local indicado pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer responsável pelo Contrato**, situado em **Riachão**, conforme identificação na ordem de fornecimento.
c) Providenciar a seguinte documentação para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados:
c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
c.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
c.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
c.4) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
c.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
d) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
e) Designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
f) Identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
g) Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
h) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
i) Arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento;
j) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança da repartição pública onde serão entregues as mercadorias;
k) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
l) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do fornecimento, como única e exclusiva empregadora;
m) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
n) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração
CLÁSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Subcláusula primeira - A **Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer**, obriga-se a:
a) Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando de eventuais e futuras contratações;
b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização;
c) Receber os produtos em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da **Contratada**;
d) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos;
e) Notificar a Contratada, para a substituição de produtos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;
f) Efetuar os pagamentos à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
g) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos;
h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **Contratada**;
i) Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**;
g) Fiscalizar para que, durante a validade do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
CLÁSULA NONA - PAGAMENTO
Subcláusula primeira - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **Contratada**, mediante apresentação de **Nota Fiscal/Fatura**, acompanhada dos seguintes documentos:
a) Cópia da respectiva Ordem de Fornecimento;
b) Cópia da Nota de Empenho;
c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
f) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
Subcláusula segunda - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento dos produtos, que também deverá conferir toda a documentação constante na **Subcláusula primeira desta Cláusula.**
Subcláusula segunda - O pagamento será creditado em nome da BENEFICIÁRIA, então CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

Subcláusula terceira - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
Subcláusula quarta - Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua apresentação, devidamente regularizadas.
Subcláusula quinta - A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
Subcláusula sexta - A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela BENEFICIÁRIA.
Subcláusula sétima - Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela BENEFICIÁRIA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, a **Prefeitura Municipal de Riachão** fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, conforme cláusula específica do contrato administrativo.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem contratações nas oportunidades e quantidades necessárias até o limite estabelecido.
Subcláusula primeira - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a **Unidade Gestora** promover as negociações junto aos fornecedores, observando as disposições contidas na alínea (d) do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
Subcláusula segunda - Unidade Gestora monitorará os preços dos produtos/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
Subcláusula terceira - Unidade Gestora convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
Subcláusula quarta - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
Subcláusula quinta - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.
Subcláusula sexta - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
Subcláusula sétima - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo(a) **Unidade Gestora** para aquisição.
Subcláusula oitava - Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, **Unidade Gestora**, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS
A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante previa consulta e autorização ao órgão gerenciador e aceitação da fornecedora, desde que devidamente comprovada à vantagem;
Subcláusula primeira - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;
Subcláusula segunda - Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
Subcláusula terceira - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.
Subcláusula quarta – Esta Ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgão participantes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
Subcláusula primeira - Pela **Unidade Gestora**, mediante comunicação por escrito, quando:
a) A detentora não cumprir as obrigações dela constantes;
b) A detentora não cumprir o prazo de fornecimento estabelecido e a unidade requisitante não aceitar suas justificativas;
c) A detentora der causa a rescisão administrativa do instrumento decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.
Subcláusula segunda - Pela detentora, mediante solicitação por escrito, quando:
a) Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal n.º 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.
b) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à **Unidade Gestora**, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
Subcláusula terceira - Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a fornecedora detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.
a) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial e Jornal de grande circulação regional, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a

partir da última publicação.
Subcláusula quarta - Fica estabelecido, que a fornecedora detentora do preço registrado nesta Ata, deverá comunicar imediatamente a **Unidade Gestora**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES
Subcláusula primeira - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - Aplicando-se o disposto no artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:
a) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
b) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).
Subcláusula terceira - Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Fornecedora as seguintes sanções:
a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
Subcláusula quarta - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.
Subcláusula quinta - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Riachão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.
Subcláusula sexta - Caberá à Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
Subcláusula sétima - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à Contratada e publicação no Diário Oficial do Município, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.
Subcláusula oitava - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo Contratante.
Subcláusula nona - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 020/2022 e seus anexos, que destina-se ao registro dos preços da Proposta da Empresa; classificada no certame supranumerado.
Subclásula primeira: A validade, vigência e efeitos deste Instrumento estão condicionados à homologação do seu objeto pela **Unidade Gestora** e sua devida publicação em veículo oficial.
Subclásula segunda - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior (em razão de acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis), as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento, sendo possível a resolução por negociação entre as partes e parecer jurídico.
Subclásula terceira - O atual momento é se a pandemia da Covid-19, a priori, pode ser considerada um motivo de força maior que possa gerar um empecilho para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, seja de forma temporária ou definitiva.
Subclásula quarta - Caso a Covid-19 resulte em significativo impacto nas operações de determinada parte, é necessário haver a devida comprovação da relação direta do evento imprevisível com os efeitos que deram causa ao inadimplemento ou desequilíbrio contratual, como a perda de faturamento ou o fechamento de estabelecimentos determinadas pelo poder público, entre outras provas substanciais.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
Fica eleito o Foro de Riachão/MA para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
Riachão/MA, 02 de setembro de 2022.
Pela Administração:

_____
Valdirene Coutinho Coelho da Cunha
Secretaria Municipal de Educação
Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA
CPF nº 823.520.893-87
UNIDADE GESTORA
Pela Fornecedora:

_____
R TAVARES DE BARROS
CNPJ nº **07.286.919/0001-32**
ROBERTO TAVARES DE BARROS

CPF Nº 034.978.754-90
FORNECEDOR.

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: e5a7e6c03adab0f7a0491a514f41ea92

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025-2022

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025-2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRONICO N.º 020/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º025/2022 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO PROCESSO ADMINSTRATIVO N.º . VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES

Na data de 02 de setembro de 2022, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.282.801/0001-00 sediada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, Riachão/MA, CEP 65990-000, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER,** gestora desta Ata de Registro de Preços, representada pelo seu titular Sra. Valdirene Coutinho Coelho da Cunha, Secretaria Municipal de Educação, portador da Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA e do CPF nº 823.520.893-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 020/2022** para registro de preços oriundo do **Processo Administrativo n.º 072.16.05/2022**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 3.555/00, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para **aquisição de materiais esportivos** para atender as necessidades da rede municipal de ensino da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Riachão/MA**, de acordo com as condições e especificações e quantidades constantes no Pregão Eletrônico n.º 020/2022 e seus anexos.

Subcláusula primeira – Unidade Gestora, não se obriga a adquirir os itens relacionados do(s) licitante(s) vencedor(es), nem nas quantidades descritas no edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORNECEDORA

A partir desta data, ficam registrados nesta ata, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, observada a ordem de classificação, os preços da **Fornecedora** primeira colocada conforme abaixo descritos:

Subcláusula primeira - Fornecedor Registrado:

1ª) A empresa **DISTRIBUIDORA E SERVICO VILANOVA EIRLI**, inscrita no CNPJ nº **19.083.170/0001-05**, com sede na Rua JOSE SIMOES PEDREIRA, Nº 312, CENTRO, CENTRO, TIMON, CEP: 65.630-360, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela senhor REGINALDO SILVA VILANOVA, RG Nº: 2006281 SSP-PI, CPF Nº 970.208.263-34.

Descrição itens registrados:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Bola de Beach Soccer Oficial, costurada, com 18 gomos, confeccionada com PU. Indicada para ser usada em areia fofa. diâmetro: 69-69 cm, peso: 421 - 450 g, câmara Butil, PU, miolo SlipSystem Removivel e Lubrificado. Atestado pela Confederação brasileira de futebol	unidades	TOPPER/TOPPER	80,00	81,59	6.527,20
14	Corda para Isoloamento; 8 mm	Metros	VONDER/VONDER	1.200,00	2,00	2.400,00
24	Rede para futebol society em polietileno 100% virgem (nylon), fios trançados e torcidos de 6 mm, peso aproximado de 8,50g medindo: frontal: 6,20 x 2,3m, lateral: 1,50 x 2,30m	unidades	GISMAR REDES/GISMAR REDES	40,00	314,00	12.560,00
31	Trófeus em acrílico (vinil), com base também em acrílico, que possibilite impressão personalizada para diversos tipos de esportes e/ou premiações, medidas variadas, conforme 1º Lugar, sendo de dimensões 150cm de altura x 70cm de largura.	unidades	MAVELU/MAVELU	50,00	500,00	25.000,00

32	Trófeus em acrílico (vinil), com base também em acrílico, que possibilite impressão personalizada para diversos tipos de esportes e/ou premiações, medidas variadas, conforme 2º Lugar, sendo de dimensões 100 cm de altura x 30 cm de largura	unidades	MAVELU/MAVELU	113,00	345,00	38.985,00
33	Trófeus em acrílico (vinil), com base também em acrílico, que possibilite impressão personalizada para diversos tipos de esportes e/ou premiações, medidas variadas, conforme 2º Lugar, sendo de dimensões 100 cm de altura x 30 cm de largura.	unidades	MAVELU/MAVELU	37,00	345,00	12.765,00
34	Trófeus em acrílico (vinil), com base também em acrílico, que possibilite impressão personalizada para diversos tipos de esportes e/ou premiações, medidas variadas, conforme 3º Lugar, sendo de dimensões 70cm de altura x 30cm de largura	unidades	MAVELU/MAVELU	200,00	245,00	49.000,00
35	Trófeus em acrílico (vinil), com base também em acrílico, que possibilite impressão personalizada para diversos tipos de esportes e/ou premiações, medidas variadas, conforme 4º Lugar, sendo de dimensões 70cm de altura x 25cm de largura.	unidades	MAVELU/MAVELU	200,00	245,00	49.000,00
38	ESCADA DE AGILIDADE TREINO FUNCIONAL 6 DEGRAUS 6 degraus reforçados e ajustáveis. A distância entre os degraus é ajustável, adequando-se aos mais variados exercícios e treinamentos esportivos; - Tamanho total da escada é de 2,40 metros de comprimento x 0,50cm largura. - Dobrável, facilita na montagem/desmontagem e transporte. - Degraus especialmente fabricados em EVA 5mm espessura super resistentes para maior estabilidade. Aplicação do produto: Treinamento Funcional, Academia, Malhar em Casa, Futebol, Basquete, Badminton, Bola de rúgbi, Treinamento de atletismo, Treinamento de Agilidade, Etc.	unidades	LIVEUP/LIVEUP	20,00	110,00	2.200,00
Total						198.437,20

Subcláusula segunda - dos preços registrados

a)Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior àquele praticado no mercado, a Procuradoria-Geral de Justiça convocará o fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado. Se resultar frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e a Procuradoria-Geral de Justiça convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

b)Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá:

b.1) liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b.2) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Inexitosas as negociações, proceder-se-á à revogação da ata;

c)O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.

d)Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.

e)A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA, na condição de órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços realizará as aquisições do objeto de acordo com o Edital de Licitação e seus anexos que integram esta Ata.

Subcláusula primeira - A entrega do objeto deverá ser efetuada em até **05 (cinco) dias** contados a partir da solicitação de entrega expedida pela Secretaria responsável, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência públicos.
Subcláusula segunda –A entrega deverá ocorrer em dia e horário de expediente da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, de **segunda-feira a sexta-feira**, das **08h às 12h** e das**14h às 18h**; podendo ocorrer excepcionalmente aos sábados, domingos e feriados.
Subcláusula quarta - O produto deverá ser entregue no município de Riachão/MA, em data e local a ser estipulado na Ordem de Fornecimento emitida pela **Contratante**.
Subcláusula quinta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente.
Subcláusula sexta - Vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviada à **Contratada**, notificação, por escrito, para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia, ficando sujeita às sanções cabíveis na Legislação vigente;
Subcláusula sétima - É obrigatória a apresentação de cópia da Nota Fiscal decorrente de cada faturamento de fornecimento.
Subcláusula oitava - O servidor responsável pela conferência dos produtos solicitará a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no ato da entrega dos produtos, podendo inclusive requerer a substituição por outros, o que ocorrerá imediatamente após recebimento daqueles que forem devolvidos, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção.
Subcláusula nona - Somente serão recebidos os lubrificantes em prazo diferente, caso haja necessidade por parte da fornecedora, quando do requerimento de prazo diferenciado deverá haver as justificativas, as quais serão analisadas pela Secretaria Municipal requerente, podendo ou não ser deferido.
Subcláusula décima - O documento expedido será anexado na segunda via da autorização e devolvida para o respectivo solicitante na ocasião da entrega;
Subcláusula décima primeira - O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
Subcláusula décima segunda - Em atendimento ao disposto na legislação, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros.
Subcláusula décima terceira - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
Subcláusula décima quarta - A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste instrumento, no que se refere à quantidade qualidade.
Subcláusula décima quinta - No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste instrumento, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), imediatamente, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
Subcláusula décima sexta - Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
Subcláusula décima sétima - Os produtos serão aceitos provisoriamente pelo fiscal de contrato ou servidor designado com a assinatura no comprovante de recebimento, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos, bem como da manutenção das condições de habilitação por parte da fornecedora.
CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE
Subcláusula primeira - Os produtos poderão ser fornecidos parceladamente, de acordo com a necessidade demandada pelo Órgão Participante ficando a **Fornecedora** obrigada durante a vigência da Ata a atender aos pedidos formulados em conformidade com os quantitativos estimados e preços registrados.
Subcláusula segunda - A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato a data de entrega dos produtos com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência.
Subcláusula terceira - É de inteira responsabilidade do Fornecedor no momento da entrega, o descarregamento dos produtos no local determinado pela Administração.
Subcláusula quarta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Contratante**.**
Subcláusula quinta - Não serão aceitos produtos diferentes das especificações estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da Contratada.
Subcláusula sexta - A simples entrega do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Órgão Participante.
Subcláusula sétima - O produto adquirido deverá ser entregue em embalagens habituais de venda, adequadas à sua conservação, e sem nenhum tipo de violação ou danificação, onde conste a identificação do conteúdo.
Subcláusula oitava - Não serão aceitos produtos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.
Subcláusula nona - Por ocasião do fornecimento, os produtos deverão ser entregues de acordo como solicitado pelo Órgão Participante e atender às exigências no que diz respeito a prazos de entrega e de controle de qualidade, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no artigo 39, inciso VIII da Lei Federal no 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.
CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO DO OBJETO
Subcláusula primeira - O recebimento dos produtos será efetuado por Comissão de Fiscalização ou Fiscal de contrato especialmente designada, formada por no mínimo por **03 (três)** servidores do quadro de técnicos da **Secretaria Municipal responsável pelo Contrato**, sob a coordenação do **Gestor do Contrato**, aplicando-se subsidiariamente o artigo 15, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - A simples entrega do produto não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá somente após a vistoria e comprovação de conformidade, observados os seguintes procedimentos:

a) Recebimento Provisório: os produtos serão recebidos provisoriamente pela Comissão de Fiscalização ou Fiscal de Contrato no ato da entrega, mediante Recibo, para efeito de posterior verificação quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Proposta de Preços da BENEFICIÁRIA e na respectiva Ordem de Fornecimento, bem como atendimento das obrigações estipuladas na Ata de Registro de Preços;
b) Recebimento Definitivo: os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação pela Comissão de fiscalização do Contrato ou Fiscal de Contrato quanto à quantidade, qualidade e conformidade do produto, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante ateste, que deverá ser expedido no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contado da data do Recibo que formalizou o Recebimento Provisório.
Subcláusula terceira - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o produto fornecido em desacordo com as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, ficando a **Fornecedora**, então **Contratada**, sujeita à substituição do objeto rejeitado, conforme **Cláusula sexta** desse instrumento.
Subcláusula quarta - O aceite/aprovação do produto pela Administração não exclui a responsabilidade civil da **Fornecedora**, então **Contratada**, especialmente quanto a vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas, posteriormente, garantindo-se à **Prefeitura Municipal de Riachão** as faculdades previstas no artigo18 da Lei Federal nº 8.078/1990 – *Código de Defesa do Consumidor*.
Subcláusula quinta - O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues, sendo que a data de sua assinatura inicia a contagem dos prazos de garantia e de pagamento.
CLÁUSULA SEXTA – SUBSTITUIÇÃO DE OBJETO REPROVADO
A **Contratada**, deverá substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, os objetos:
a) Reprovados no recebimento provisório, quando o objeto fornecido estiver em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, na proposta de preços da Contratada e na respectiva ordem de fornecimento.
b) Em caso de recusa do produto será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada imediatamente após o recebimento da **Notificação.**
c) Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado será considerada inexecução contratual e **Contratada** estará sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital, inclusive multa de mora.
d) A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas de remoção e do transporte.
e) O vício redibitório poderá ser identificado após o recebimento definitivo.
f) A empresa **Contratada** deverá garantir a qualidade dos produtos, devendo substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado em que for constatado defeito ou má qualidade resultante do transporte inadequado quando da entrega.
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Subcláusula primeira - Dentre outras atribuições decorrentes da celebração da contratação para fornecimento dos produtos, a Contratada, obriga-se a:
a) Fornecer os produtos no prazo estipulado, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Fornecimento**, conforme especificações técnicas estabelecidas neste instrumento e em sua Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidade e preços;
b) Entregar as mercadorias no local indicado pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer responsável pelo Contrato**, situado em **Riachão**, conforme identificação na ordem de fornecimento.
c) Providenciar a seguinte documentação para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados:
c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
c.2) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
c.3) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
c.4) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
c.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
d) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação;
e) Designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis, para fins de contato;
f) Identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos produtos;
g) Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
h) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
i) Arcar com as despesas de embalagem, frete, despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento;
j) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança da repartição pública onde serão entregues as mercadorias;
k) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
l) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução do fornecimento, como única e exclusiva empregadora;
m) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
n) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração
CLÁSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Subcláusula primeira - A **Secretaria Municipal Educação, Esporte e Lazer**, obriga-se a:
a) Emitir as Notas de Empenho e respectivas Ordens de Fornecimento quando de eventuais e futuras contratações;
b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos por intermédio do Gestor do Contrato e da Comissão de Fiscalização;
c) Receber os produtos em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da **Contratada**;
d) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos produtos;

e) Notificar a Contratada, para a substituição de produtos reprovados no recebimento provisório, conforme Termo de Recusa;
f) Efetuar os pagamentos à Contratada de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
g) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos produtos;
h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **Contratada**;
i) Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**;
g) Fiscalizar para que, durante a validade do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁSULA NONA - PAGAMENTO

Subcláusula primeira - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o **recebimento definitivo** dos produtos, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **Contratada**, mediante apresentação de **Nota Fiscal/Fatura**, acompanhada dos seguintes documentos:
a) Cópia da respectiva Ordem de Fornecimento;
b) Cópia da Nota de Empenho;
c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, junto à **Fazenda Estadual**;
e) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à **Fazenda Estadual**;
f) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.
Subcláusula segunda - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento dos produtos, que também deverá conferir toda a documentação constante na **Subcláusula primeira desta Cláusula.**
Subcláusula segunda - O pagamento será creditado em nome da BENEFICIÁRIA, então CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.
Subcláusula terceira - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
Subcláusula quarta - Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua apresentação, devidamente regularizadas.
Subcláusula quinta - A Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
Subcláusula sexta - A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela BENEFICIÁRIA.
Subcláusula sétima - Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela BENEFICIÁRIA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, a **Prefeitura Municipal de Riachão** fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, conforme cláusula específica do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem contratações nas oportunidades e quantidades necessárias até o limite estabelecido.
Subcláusula primeira - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a **Unidade Gestora** promover as negociações junto aos fornecedores, observando as disposições contidas na alínea (d) do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.
Subcláusula segunda - Unidade Gestora monitorará os preços dos produtos/serviços, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.
Subcláusula terceira - Unidade Gestora convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
Subcláusula quarta - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
Subcláusula quinta - Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.
Subcláusula sexta - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
Subcláusula sétima - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo(a) **Unidade Gestora** para aquisição.
Subcláusula oitava - Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, **Unidade Gestora**, poderá convocar os demais fornecedores classificados, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante previa consulta e autorização ao órgão gerenciador e aceitação da fornecedora, desde que devidamente comprovada à vantagem;
Subcláusula primeira - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;
Subcláusula segunda - Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

Subcláusula terceira - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.
Subcláusula quarta – Esta Ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgão participantes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
Subcláusula primeira - Pela **Unidade Gestora**, mediante comunicação por escrito, quando:
a) A detentora não cumprir as obrigações dela constantes;
b) A detentora não cumprir o prazo de fornecimento estabelecido e a unidade requisitante não aceitar suas justificativas;
c) A detentora der causa a rescisão administrativa do instrumento decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc. I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.
Subcláusula segunda - Pela detentora, mediante solicitação por escrito, quando:
a) Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal n.º 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.
b) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à **Unidade Gestora**, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
Subcláusula terceira - Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a fornecedora detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.
a) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial e Jornal de grande circulação regional, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
Subcláusula quarta - Fica estabelecido, que a fornecedora detentora do preço registrado nesta Ata, deverá comunicar imediatamente a **Unidade Gestora**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES
Subcláusula primeira - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993.
Subcláusula segunda - Aplicando-se o disposto no artigo 86, da Lei Federal nº 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora:
a) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
b) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).
Subcláusula terceira - Diante da inexecução total ou parcial do Contrato, além das multas aludidas no item anterior, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Fornecedora as seguintes sanções:
a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
Subcláusula quarta - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea “b”.
Subcláusula quinta - Se a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Riachão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste item e das demais cominações legais.
Subcláusula sexta - Caberá à Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
Subcláusula sétima - Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à Contratada e publicação no Diário Oficial do Município, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.
Subcláusula oitava - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo Contratante.
Subcláusula nona - Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Integra esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 020/2022 e seus anexos, que destina-se ao registro dos preços da Proposta da Empresa; classificada no certame supranumerado.
Subclásula primeira: A validade, vigência e efeitos deste Instrumento estão condicionados à homologação do seu objeto pela **Unidade Gestora** e sua devida publicação em veículo oficial.
Subclásula segunda - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior (em razão de acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis), as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento, sendo possível a

resolução por negociação entre as partes e parecer jurídico.
Subclásula terceira - O atual momento é se a pandemia da Covid-19, a priori, pode ser considerada um motivo de força maior que possa gerar um empecilho para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, seja de forma temporária ou definitiva.
Subclásula quarta - Caso a Covid-19 resulte em significativo impacto nas operações de determinada parte, é necessário haver a devida comprovação da relação direta do evento imprevisível com os efeitos que deram causa ao inadimplemento ou desequilíbrio contratual, como a perda de faturamento ou o fechamento de estabelecimentos determinadas pelo poder público, entre outras provas substanciais.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO
Fica eleito o Foro de Riachão/MA para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
Riachão/MA, 02 de setembro de 2022.
Pela Administração:

_____
Valdirene Coutinho Coelho da Cunha
Secretaria Municipal de Educação
Carteira de Identidade nº 761740970 SSP/MA
CPF nº 823.520.893-87
UNIDADE GESTORA
Pela Fornecedora:

_____
DISTRIBUIDORA E SERVICO VILANOVA EIRLI
CNPJ nº **19.083.170/0001-05**
REGINALDO SILVA VILANOVA
CPF Nº 970.208.263-34
FORNECEDOR.

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 6389dbf6e25b54c37bb5bda19e85d779

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104.26.07/2022- CPL/PMR. A Prefeitura Municipal de Riachão, estado do Maranhão, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, CEP 65.990-000, na forma da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e do Decreto nº 10.024/19, através do Pregoeiro Municipal, torna público, que fará realizar a licitação do **Pregão Eletrônico n.º 024/2022** no dia **29 de setembro de 2022 às 09h00min (nove horas)** no sítio eletrônico do Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC) - **www.bnc.org.br**. O objeto do certame é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa na prestação de serviços de exames de imagem com recurso óptico, procedimentos em cirurgias oftalmológicas e aquisição de óculos receituário e de proteção, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Riachão/MA** (itens remanescentes do Processo Administrativo n. º 063.26.04/2022 do Pregão Eletrônico n. º 016/2022), que tem por critério de julgamento o **menor preço por item**. Os interessados poderão consultar e obter o Edital e seus Anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos do Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br e site oficial da Prefeitura de Riachão/MA http://www.riachao.ma.gov.br. Outras informações pelo e-mail cplriachao.ma@gmail.com ou pelo telefone (99) 9 8448-5262 das 09:00 às 12:00 h. Base Legal Lei nº 8.666/93 e seus Articulados. Riachão/MA, 13 de setembro de 2022. Walisson Cunha Duarte. Pregoeiro Municipal.

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 88990b9877016fc0c34c17e466d91007

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080.30.05/2022- CPL/PMR. A Prefeitura Municipal de Riachão, estado do Maranhão, com sede na Praça Nossa Senhora de Nazaré, n.º 742, Centro, CEP 65.990-000, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, que fará realizar Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a **construção de quadra escolar poliesportiva coberta e vestiário (modelo 2)** na Unidade Escolar Boanerges Coelho localizada no Povoado Bacuri, no município de Riachão/MA. **10h00min. (dez horas) do dia 05 de outubro de 2022**. Os interessados poderão consultar e obter o Edital e seus Anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos do site oficial da Prefeitura de Riachão/MA http://www.riachao.ma.gov.br. Outras informações pelo e-mail cplriachao.ma@gmail.com ou pelo telefone (99) 9 8448-5262 das 09h00min às 12h00min. Base Legal Lei nº 8.666/93 e seus Articulados. Riachão/MA, 13 de setembro de 2022. Saulo Rego Lima. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: abe1a5d9f8afae6c576eed01ace037f1

LEI Nº 425 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Lei nº 425 de 13 de setembro de 2022
Dispõe da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de Riachão (MA) sobre a escolha de Diretor Escolar e dá outras

providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO, Estado Maranhão, no uso de suas atribuições definidas na Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL

Art. 1º A Gestão Escolar das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Riachão (MA) será definida por meio de um seletivo de prova objetiva, prova de títulos, avaliação de desempenho e consulta pública para nomeação de Diretor Escolar habilitado a partir da publicação da presente Lei.

Art. 2º A Comunidade Escolar deverá ter participação direta na consulta pública de eleição dos profissionais da educação que pretendem exercer o cargo de Diretor Escolar.

Art. 3º A Gestão Democrática no Ensino Público implica decisões coletivas que pressupõem a participação da Comunidade Escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º A Gestão Escolar das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Riachão (MA), por meio da Gestão Democrática, possui como princípios a autonomia escolar, a garantia de um padrão de qualidade educacional que contemple as aprendizagens essenciais, bem como a promoção da transparência dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Art. 5º A autonomia escolar, respeitada a legislação vigente, manifesta-se por meio da participação da Comunidade Escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico, como expressão de suas relações sociais internas e externas interdependentes e articuladas de forma pedagógica, administrativa, financeira e física.

§1° Define-se como Comunidade Escolar o conjunto formado por pais e/ou responsáveis legais de estudantes regularmente matriculados na Unidade de Ensino, bem como suas representações consignadas ao Conselho Escolar, associação de pais e professores, profissionais da educação em exercício na Unidade de Ensino, equipe de apoio e estudantes regularmente matriculados na Unidade de Ensino, respeitadas as especificações determinadas nesta Lei.

§2º O Projeto Político-Pedagógico, interdependente em relação a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da Unidade de Ensino, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática, o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, a adoção de critérios de organização dos tempos e espaços da escola, assim como a garantia da qualidade educacional.

Art. 6º A Gestão Escolar será exercida pelo Diretor Escolar eleito democraticamente por meio de uma prova objetiva, prova de títulos, de desempenho e consulta pública à Comunidade Escolar, ou será exercida pelo Gestor Escolar Interino/Provisório designado pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer até definição final do processo de Gestão Democrática.

Parágrafo único. A Comunidade Escolar participa da escolha do Diretor Escolar na consulta pública, sendo que o Diretor Escolar será nomeado pelo Poder Executivo.

Art. 7º O Diretor Escolar possui o dever exercer um conjunto de critérios técnicos, pedagógicos e algumas competências pessoais e relacionais partindo das seguintes dimensões:

I - político-institucional: ser uma liderança da escola na direção da garantia do direito fundamental à educação;

II - pedagógica: garantir a efetivação das aprendizagens essenciais dos estudantes de acordo com o Currículo Referência do Município;

III - administrativo-financeira: garantir requisitos técnicos e operacionais que viabilizam a realização do trabalho escolar de modo eficaz e transparente;

IV - pessoal e relacional: ser liderança criadora de sinergia dos trabalhos e esforços dos profissionais da escola, referência de atitudes e posicionamentos que favorecem a organização do trabalho pedagógico e das relações pessoais e intrapessoais.

Art. 8º Além das dimensões contempladas pelo Art. 7º da presente Lei, o Diretor Escolar deverá ter as seguintes competências técnicas gerais para o exercício da função:

I - coordenar a organização escolar, desenvolver um ambiente colaborativo e de corresponsabilidade, construir coletivamente o Projeto Político-Pedagógico da escola e exercer liderança focada em objetivos definidos no seu Plano de Gestão Escolar;

II - configurar a cultura organizacional em conjunto com a equipe, incentivando o estabelecimento de um ambiente escolar organizado e produtivo, concentrado na excelência do ensino-aprendizagem e orientado por altas expectativas sobre todos os estudantes;

III - comprometer-se com o cumprimento do Currículo Referência do Município e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito, valorizando e promovendo a efetivação das Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e suas competências específicas, bem como demais documentos que orientam a educação brasileira;

IV - valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar, promovendo formação e apoio com foco nas Competências Gerais dos Docentes, assim como nas competências específicas vinculadas às dimensões do conhecimento, da prática e do engajamento profissional, conforme a BNCC-Formação Continuada, mobilizando a equipe para uma atuação de excelência;

V - coordenar o programa pedagógico da escola, aplicando conhecimentos e práticas que impulsionem práticas exitosas, pautando-se em dados concretos, incentivando clima escolar propício para a aprendizagem, realizando monitoramento e avaliação constante do desempenho dos estudantes e engajando a equipe para o compromisso com o Projeto Político-Pedagógico da escola;

VI - gerenciar os recursos e garantir o funcionamento eficiente e eficaz da organização escolar, realizando monitoramento pessoal e frequente das atividades, identificando e compreendendo problemas, com postura profissional, ética e conciliatória para solucioná-los;

VII - ter proatividade para buscar diferentes soluções para aprimorar o funcionamento da escola, com espírito inovador, criativo e orientado para a resolução de problemas, compreendendo sua responsabilidade perante os resultados esperados e sendo capaz de criar o mesmo senso de responsabilidade na equipe escolar;

VIII - relacionar a escola com o contexto externo, incentivando a parceria entre a escola, as famílias e comunidade, mediante comunicação e interação positivas, orientadas para o cumprimento do Projeto Político-Pedagógico da escola;

IX - exercitar a empatia, o diálogo e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover um ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem;

X - agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade e resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e fraternos, com a finalidade de que o ambiente de ensino-aprendizagem possa refletir esses valores.

CAPÍTULO II

DA PROVA DE TÍTULOS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS CANDIDATOS À GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL

Art. 9º Observando o que preconiza a Estratégia 15.2 do Plano Municipal de Educação, a qual prediz que todos os profissionais da educação sejam selecionados através de concurso público de provas e títulos, os aspirantes ao cargo de Diretor Escolar participarão de prova de títulos acadêmicos e de desempenho.
Art. 10 Atendendo ao disposto no art. 14, §1°, inciso I, da Lei Federal n° 14.113/2020, o qual impõe a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da Rede Municipal de Ensino, tal critério será avaliado e computado na nota da prova de títulos.
Art. 11 A prévia avaliação é obrigatória para todos os candidatos à direção que pretendem participar da consulta à Comunidade Escolar.
Parágrafo único. A prévia avaliação também é obrigatória mesmo que seja candidato único ou que já esteja no cargo ou função de direção.
Art. 12 Serão considerados em condições de participarem da consulta à Comunidade Escolar os profissionais do magistério que obtiverem desempenho de no mínimo 60% (sessenta por cento) na prova objetiva e 80% (oitenta por cento) do total de pontos da avaliação de desempenho.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

Art. 13 Instituída por meio de Portaria proveniente do Poder Executivo, a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar tem por finalidade monitorar e avaliar todos os processos que visam a Gestão Democrática nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Riachão (MA), sendo composta pelos seguintes membros:
I - Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
II - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III - 1 (um) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
IV - Procurador-Geral do Município ou servidor indicado por ele;
V - 1 (um) representante dos profissionais do magistério indicado pela categoria;
VI - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer;
VII - 1 (um) representante de pais dos alunos escolhidos em Assembleia Geral.
§1° A Comissão será presidida pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
§2° Não poderão integrar a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar:
a) os profissionais que pretendem a sua nomeação para a direção;
b) os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos.
Art. 14 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar divulgará aos candidatos o resultado da avaliação, sendo impedidos de participar da consulta à Comunidade Escolar aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada no instrumento de avaliação de desempenho elaborado para o processo seletivo, o qual deverá estar de acordo com o Art. 12 desta Lei.
Parágrafo único. Do resultado devidamente divulgado caberá pedido justificado de reconsideração no prazo de 24 (vinte e quatro horas) à própria Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar, sendo que, mantido o resultado, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão da Comissão.

CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 15 Os professores efetivos da Rede Municipal de Ensino de Riachão (MA) interessados em participar do processo de seleção ao cargo de Diretor Escolar, deverão se enquadrar nos seguintes critérios:
I - ser professor efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal há no mínimo 02 (dois) anos;
II - obter a pontuação mínima na avaliação de títulos e desempenho em gestão escolar, conforme instrumento de avaliação de desempenho elaborado para o processo seletivo;
III - não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;
IV - estar em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;
V - possuir pós-graduação *latu sensu* e/ou *strictu sensu*, sendo que a pontuação maior, conforme instrumento de avaliação de desempenho elaborado para o processo seletivo, será concedida para curso na área de gestão escolar;
VI - ter disponibilidade, quando escolhido pela consulta da Comunidade Escolar, de 40 (quarenta) horas semanais de dedicação à Unidade de Ensino;
VII - ter experiência mínima de 03 (três) anos em atividade de Gestão Escolar;
VIII - possuir curso de formação em Gestão Escolar com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, sendo que o certificado do referido curso deverá trazer no mínimo as seguintes informações:
a) título do curso;
b) agência executora;
c) período de execução;
d) carga horária;
e) conteúdo programático;
f) registro no órgão competente.
Art. 16 Os professores efetivos deverão protocolar sua inscrição para participar do processo seletivo de prova objetiva, prova de títulos e de desempenho e consulta pública à Comunidade Escolar via edital emitido pela Secretaria Municipal de educação, Esporte e Lazer.
Parágrafo Único. O edital de que se trata o caput desse artigo obrigatoriamente deverá expressar o instrumento de avaliação de desempenho elaborado para o processo seletivo.

CAPÍTULO V
DA ESCOLHA DO CANDIDATO POR CONSULTA PÚBLICA

Art. 17 O processo de escolha do candidato ao cargo de Diretor Escolar por Consulta Pública deverá ocorrer após a etapa da prova objetiva, prova de títulos e avaliação de desempenho.
Art. 18 O processo de escolha do Diretor Escolar das escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme previsto nesta Lei, será realizado em 03 (três) etapas:
I - prova objetiva;
II - prova de títulos e avaliação de desempenho;
III - consulta pública à Comunidade Escolar.
Art. 19 Da consulta pública para o cargo de Diretor Escolar poderão participar:
I - pais e/ou responsáveis legais de estudantes regularmente matriculados na Unidade de Ensino, bem como professores e profissionais da educação em exercício na Unidade de Ensino;
II - estudantes regularmente matriculados na Unidade de Ensino das turmas de anos finais do Ensino Fundamental e com 12 (doze) anos completos até a data da Consulta Pública.
Parágrafo único. Os alunos menores de 12 (doze) anos serão representados exclusivamente pelos pais e/ou responsáveis na consulta pública referida no caput.
Art. 20 A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer organizará juntamente com a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar, o dia da consulta

pública em cada Unidade de Ensino.
Art. 21 Consideram-se aptos a participar da escolha por consulta pública à Comunidade Escolar, os grupos citados no Art. 19, em observância ao art. 5º, §1º, desta Lei.
§1º A consulta pública será através de voto secreto, direto e individual registrado em cédula e depositado em urna para fins de cômputo.
§2º Em havendo empate, será realizada uma nova consulta pública à Comunidade Escolar mediante divulgação específica feita pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer com antecedência e até que haja um dos candidatos com votação majoritária devidamente apurada.
Art. 22 A eleição por consulta pública à Comunidade Escolar, dar-se-á em um único dia a definir e das 07 (sete) às 19 (dezenove) horas, sendo vedada a participação de qualquer membro da Comunidade Escolar em momento extemporâneo.

CAPÍTULO VI
DAS DESGINAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR INTERINO

Art. 23 Cabe ao Poder Executivo Municipal a designação de um Diretor Escolar Interino/Provisório, em conformidade com o Art. 6º desta Lei, até que haja um novo processo de consulta à Comunidade Escolar, nas seguintes hipóteses:
I - não havendo candidato inscrito para o cargo;
II - quando a Comunidade Escolar votar nulo ou em branco.
Parágrafo único. O Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo poderá exercer sua função por um período de até 02 (dois) anos.
Art. 24 Após o cumprimento do período de 02 (dois) anos por designação, deverá ser realizado um novo processo seletivo em conformidade com os preceitos da Gestão Democrática no Ensino Público definidos nesta Lei.
Parágrafo único. Em caso de o final do período de designação coincidir com período eleitoral municipal, a designação será prorrogada por até mais 01 (um) ano.
Art. 25 Cabe ao Diretor Escolar Interino/Provisório apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias da sua nomeação o seu Plano de Gestão Escolar para a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Gestão Democrática Escolar, a qual deverá apresentar parecer referente ao mesmo.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 O mandato do Diretor Escolar seletivado em acordo com os preceitos da Gestão Democrática no Ensino Público definidos nesta Lei terá duração de 04 (quatro) anos.
Art. 27 A função de Diretor Escolar ou Diretor Escolar Interino/Provisório terá gratificação conforme previsto no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Riachão (MA) que esteja em vigor.
Art. 28 O Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou o Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal, deverá pactuar o Termo de Compromisso, conforme disposto no Anexo I desta Lei.
Art. 29 Ao final de cada ano letivo, caberá ao Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou o Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal reavaliar e planejar as ações para o ano subsequente, a fim de assegurar o pleno cumprimento previsto para o quadriênio do Plano de Gestão Escolar.
Art. 30 O Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou o Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal, deverá apresentar, ao final de cada ano letivo, seus resultados e ações realizadas ao Conselho Escolar, associação de pais e professores, bem como profissionais da educação em exercício na Unidade de Ensino.
Art. 31 Ao final de cada ano letivo, será realizada uma avaliação de desempenho do Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou do Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal pelo Conselho Escolar, pelos pais e/ou responsáveis, professores e representantes da Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Lazer, por instrumento próprio elaborado em conjunto pela equipe da própria Secretaria com a equipe da Secretaria de Administração do Município de Riachão (MA).
Art. 32 A vacância da função de Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou do Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal se dará por:
I - conclusão da gestão escolar;
II - renúncia;
III - destituição;
IV - aposentadoria;
V - óbito.
Parágrafo único. Ocorrendo uma das hipóteses dos incisos II, III, IV e V, caberá ao Poder Executivo fazer a designação de Diretor Escolar Interino/Provisório, podendo esta ser prorrogada até a conclusão do mandato de 04 (quatro) anos da função em vacância.
Art. 33 A destituição do Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou do Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal poderá ocorrer, por meio de despacho fundamentado pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, nas seguintes hipóteses:
I - a pedido;
II - por conceito insatisfatório na avaliação de desempenho, contemplado por formulário próprio elaborado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
III - por inobservância a qualquer das disposições desta Lei.
Art. 34 A critério do Chefe do Poder Executivo, poderá ser designado interventor para fins de acompanhamento e verificação das hipóteses de que trata o Art. 33, incisos II e III desta Lei.
Art. 35 Ocorrendo hipótese prevista no Art. 33, incisos II e III, o Diretor Escolar seletivado e escolhido pela Comunidade Escolar ou o Diretor Escolar Interino/Provisório designado pelo Poder Executivo Municipal deverá ser notificado previamente por meio de advertência formal.
Art. 36 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE COMPROMISSO

EU,_____, nomeado através do ato normativo n°_____, de _____de_____de_____, para exercer o cargo de Diretor da Escola Municipal ou Centro Municipal de Educação Infantil _____, localizada na_____, Município de _____, de acordo com o processo de escolha de Gestor Escolar por meio da Lei Municipal nº _____de_____, ESTOU CIENTE DE QUE SOU RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REFERIDA ESCOLA OU UNIDADE DE ENSINO, ASSUMINDO TODA A RESPONSABILIDADE CONCERNENTE AO CARGO e devendo prestar toda e qualquer informação solicitada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

de Riachão (MA). No mesmo sentido, estou ciente de que responderei civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de minhas atribuições, nos termos da Lei Orgânica do Município, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município, do Estatuto do Servidor Municipal e da Lei Instituidora da Gestão Democrática no Ensino Público Municipal de Riachão (MA). Comprometo-me ainda assumir as seguintes responsabilidades:
I - representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos estudantes, pais, professores e demais membros da Comunidade Escolar;
II - coordenar o Projeto Político-Pedagógico, apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação institucional;
III - adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos estudantes nas avaliações internas e externas;
IV - sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas;
V - organizar o quadro de pessoal;
VI - acompanhar a frequência dos servidores e conduzir a avaliação de desempenho da equipe da escola;
VII - enviar para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, sempre que necessário, solicitações de serviços, relatórios de atividades e outros;
VIII - garantir a legalidade e regularidade da escola e a autenticidade da vida escolar dos estudantes;
IX - zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;
X - indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;
XI - prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola;
XII - assegurar a regularidade do funcionamento dos recursos do PDDE juntamente com o Conselho Escolar ou associação de pais e mestres, e prestar contas deste, no período estipulado pelo Departamento de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
XIII - fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, observando os prazos estabelecidos;
XIV - zelar para que a escola municipal onde exerça as funções de diretor eleve, gradativamente, os padrões de aprendizagem escolar de seus alunos e contribua para a formação da cidadania;
XV - colocar em prática o Plano de Gestão Escolar seguindo os objetivos, metas e ações, avaliando e reorganizando sempre que necessário;
XV - observar e cumprir a legislação vigente, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

_____de_____de_____.

NOME POR EXTENSO:
_____

ASSINATURA: _____

Publicado por: SINTYA MARIA GOMES FERREIRA
Código identificador: e127c5dc5e0246ca2d8453752ec7e961

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 229/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 69, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 1.170.000,00 (um milhão e cento e setenta mil reais).

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 877.500,00 (oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 06cc1dea95013781563ce72a04f9bb65

TERMO DE RETIFICAÇÃO. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 230/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 70 e 71, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).

FONTE DE RECURSOS: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 28.125,00 (vinte e oito mil e cento e vinte e cinco reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 84.375,00 (oitenta e quatro mil e trezentos e setenta e cinco reais).

FONTE DE RECURSOS: 500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 0717c54cc39d860bc8f8d5008b6c20b7

TERMO DE RETIFICAÇÃO. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 231/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 71 e 72, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 364.500,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 850.320,00 (oitocentos e cinquenta mil e trezentos e vinte reais).

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 182.250,00 (cento e oitenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 546.750,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais).

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 00753231b1fc645b4a62bb2a3c7ba1fb

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 232/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 232/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 232/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 70, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais).

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais).

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 40338b46b26b1e0f6f27d45b905c5bcb

TERMO DE RETIFICAÇÃO. EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 233/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 69 e 70, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 168.750,00 (cento e sessenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais)

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 51d46ac7037a59086007b2bf86e62ec0

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 234/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 71, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 425.160,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e cento e sessenta reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 850.320,00 (oitocentos e cinquenta mil e trezentos e vinte reais).

Dotação Orçamentária: ORGÃO:06- RIACHÃO – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE. UNIDADE: 10 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER. AÇÃO: 04.122.0052.2-034- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER. NATUREZA DA DESPESA 3.3.90.39.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.FONTE DE RECURSOS: 500- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.ORGÃO:06- RIACHÃO – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE. UNIDADE: 11- SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER. AÇÃO:12.361.0403.2-040- MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.NATUREZA DA DESPESA:3.3.90.39.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA. FONTE DE RECURSOS: 500- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.550- TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO.

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 212.580,00 (duzentos e doze mil e quinhentos e oitenta reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 637.740,00 (seiscentos e trinta e sete mil e setecentos e quarenta reais).

Dotação Orçamentária: ORGÃO:06- RIACHÃO – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE. UNIDADE: 11 MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA ENSINO - MDE. AÇÃO: 04.122.0052.2-034- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER. NATUREZA DA DESPESA 3.3.90.39.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.FONTE DE RECURSOS: 500- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.ORGÃO:06- RIACHÃO – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE. UNIDADE: 11- SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER. AÇÃO:12.361.0403.2-040- MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.NATUREZA DA DESPESA:3.3.90.39.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA. FONTE DE RECURSOS: 500- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.550- TRANSFERENCIA DO SALARIO EDUCAÇÃO.

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 2c54c1b5cff4fbe4d5ee1a80c30014ac

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 235/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 19 de agosto de 2022, edição ano XVI, n. º 2920, pág. 69, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

19 de julho de 2022

Acresce-se o valor estimado de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) ao contrato, que totaliza a importância estimada de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais).

Lê-se:

20 de julho de 2022 a 19 de janeiro de 2023

Acresce-se o valor de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) ao aditivo, que totaliza a importância de R$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 40fd6dd62a72c68e2640dde62bd93470

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 279/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 279/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 279/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 01 de setembro de 2022, edição ano XVI, n. º 2929, pág. 149 e 150, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

Acresce-se o valor de R$ 80.250,00 (oitenta mil, duzentos e cinquenta reais) ao contrato, que totaliza R$ 160.500,00 (cento e sessenta mil e quinhentos reais).

Lê-se:

Acresce-se o valor de R$ 40.125,00 (quarenta mil e cento e vinte e cinco reais) ao aditivo, que totaliza R$ 120.375, 00 (cento e vinte mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: ce2f7e944c32731d5573d547114be2a8

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 280/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 280/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 280/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 01 de setembro de 2022, edição ano XVI, n. º 2929, pág. 150, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

Acresce-se o valor de R$ 27.720,00 (vinte e sete mil setecentos e vinte reais), ao contrato, que totaliza R$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais)

Lê-se:

Acresce-se o valor de R$ 13.860,00 (treze mil e oitocentos e sessenta reais), ao aditivo, que totaliza R$ 41.580,00 (quarenta e um mil e quinhentos e oitenta reais)

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 200286edcd8ef6cb4fafab08e22f1244

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 281/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 281/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 281/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 01 de setembro de 2022, edição ano XVI, n. º 2929, pág. 150, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

Acresce-se o valor de R$ 27.720,00 (vinte e sete mil setecentos e vinte reais), ao contrato, que totaliza R$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais)

Lê-se:

Acresce-se o valor de R$ 13.860,00 (treze mil e oitocentos e sessenta reais), ao aditivo, que totaliza R$ 41.580,00 (quarenta e um mil e quinhentos e oitenta reais)

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: ab3dc788dab4ee92c3968d1356d2c8ed

TERMO DE RETIFICAÇÃO.EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2021.

TERMO DE RETIFICAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2021

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pelo Senhor Prefeito Ruggero Felipe Menezes dos Santos, torna público, a todos os interessados que, no Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Contrato n. º 282/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 025/2021- Processo Administrativo nº 061.26.05/2021- Prefeitura Municipal de Riachão – MA, em Adesão a sua Ata de Registro de Preços nº 033/2021 - Processo Administrativo nº PR2021.03/CLHO.00904 – Prefeitura Municipal de Coelho Neto – MA, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, em 01 de setembro de 2022, edição ano XVI, n. º 2929, pág. 150 e 151, ISSN 2763-860X, altera-se os seguintes termos:

Onde se lê:

Acresce-se o valor de 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), ao contrato, que totaliza R$ 225.000,00(duzentos e vinte e cinco mil).

Lê-se:

Acresce-se o valor de 56.250,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais), ao aditivo, que totaliza R$ 168.750,00 (cento e sessenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

Riachão/MA, 13 de setembro de 2022.

_____
RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: c7a46cbae2fca37396d811845fd32cbe

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSáRIO

AVISO DE LICITAÇÃO.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2022 – PMR-MA.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022-PMR-MA

AVISO DE LICITAÇÃO.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2022 – PMR-MA.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022-PMR-MA.A Prefeitura Municipal de Rosário -MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2022 – PMR-MA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando o Registro de Preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Locação de Vans e um Micro ônibus, com motorista, de forma continuada, para anteder as demandas do TFD - Tratamento Fora de Domicílio, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia **27/09/2022** que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações, bem como aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, em www.portaldecompraspublicas.com.br, e site da Prefeitura Municipal de Rosário/MA https://www.rosario.ma.gov.br/. Rosário - MA, 12 de setembro de 2022.José Plínio Coelho Caíres. Pregoeiro – Rosário/MA

Publicado por: GUSTAVO MARQUES COIMBRA
Código identificador: 243055b1fbb5094181de4d4741327746

DECRETO Nº 294 DE 1 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº 294 DE 1 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO DOS CANDIDATOS À DIREÇÃO DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO-MA, JOSÉ NILTON PINHEIRO CALVET FILHO, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao artigo 68, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Rosário/MA.

DECRETA:

Art. 1° Este Decreto atende ao disposto no art. 14, § 1°, inciso I, da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, o qual impõe a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da rede municipal de ensino.

Art. 2° A prévia avaliação é obrigatória para todos os candidatos à direção que pretendem participar da consulta à comunidade.

Parágrafo único. A prévia avaliação também é obrigatória mesmo que seja candidato único, ou que já esteja no cargo ou função de direção.

Art. 3° Serão considerados em condições de participarem da consulta à comunidade os profissionais do magistério que obtiverem na avaliação, o mínimo de 1.200 (mil e duzentos) pontos, ou 80% (oitenta por cento) do total de 1.500 (mil e quinhentos) pontos da avaliação.

Art. 4° A avaliação será efetuada por uma comissão de servidores especificamente constituída por Portaria, com os seguintes membros:

I. Secretário Municipal de Educação ou Diretor do Departamento Municipal de Educação;

I. Servidor da área de recursos humanos;

I. O Procurador Jurídico ou servidor indicado por ele;

I. Representante dos diretores de escola de ensino fundamental ou centro municipal de educação infantil indicado pelo Secretário Municipal de Educação;

I. Representante dos profissionais do magistério;

§1° A Comissão será presidida pela Secretária Municipal de Educação.

§2° Não poderá integrar a Comissão:

a. Os profissionais que pretendem a sua nomeação para a direção;

a. Os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos candidatos.

Art. 5° A Comissão divulgará aos candidatos o resultado da avaliação, sendo impedidos de participar da consulta à comunidade aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada neste Decreto.

Parágrafo único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) à própria Comissão e, mantido o resultado, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão da Comissão.

Art. 6° Integra este Decreto o instrumento de avaliação em anexo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

JOSÉ NILTON PINHEIRO CALVET FILHO
Prefeito Municipal de Rosário/MA

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA POSTULAÇÃO AO			**CARGO DE DIRETOR**		
ESCOLAR					
PERÍODO: ___/___/____ a ____/____/_____.					
PROFESSOR:					
AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL					
		CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	**MÁXIMO DE PONTOS**	**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS**	
	I — ASSIDUIDADE				
	1	— Nunca teve falta injustificada no período	**100**		
	2	- Teve uma falta injustificada no período	**80**		
	3	- Teve duas faltas injustificadas no período	**60**		
	4	- Teve três faltas injustificadas no período	**40**		
	5	- Teve mais de 3 faltas injustificadas no período	**00**		
	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS				
	II — PONTUALIDADE				
	1 — Nunca chegou atrasado(a)		**100**		

	2	- Nunca saiu antes do término das aulas	**80**			
	3	- Algumas vezes chegou atrasado(a)	**60**			
	4 - Algumas vezes saiu antes do término das aulas		**40**			
	5	- E comum chegar atrasado(a) ou sair mais cedo	**30**			
	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS					
	III — PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES ADMINISTRATIVAS					
	1 — Frequenta todas e participa		**100**			
	2	- Frequenta todas mais não participa	**80**			
	3	- Tem algumas ausências	**60**			
	4	- Raramente frequenta as reuniões	**40**			
	TOTAL DE PONTOS OBTIDOS					

IV — PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PEDAGÓGICAS					
1	— Frequenta todas e participa	**100**			
2	- Frequenta todas mais não participa	**80**			
3	- Tem algumas ausências	**60**			
4	- Raramente frequenta as reuniões	**40**			
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS					
V — COLABORAÇÃO COM A DIREÇÃO					
1— Está sempre pronto(a) a ajudar a administração		**100**			
2	— Colabora às vezes com a administração	**40**			
3	- Colabora raramente com a administração	**30**			
4	— Nunca colabora com a administração	**00**			
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS					
VI - PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EXTRA-CLASSE					
1	— Participa ativamente de todas as atividades extra-classes	**100**			
2	- Participa das atividades extra-classes	**80**			
3	— Participa sem entusiasmo das atividades exrtra-classes	**60**			
4	— Participa raramente das atividades extra-classes	**40**			
5	- Nunca participa das atividades extra-classes	**00**			
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS					

AVALIAÇÃO PROFISSIONAL

	CONDIÇÕES PARA PONTUAÇÃO	MÁXIMO De PONTOS	PONTOS OBTIDOS
I — FORMAÇÃO PROFISSIONAL - PÓS-GRADUAÇÃO			
1—	Possui curso de Doutorado em Educação	100	
2	— Possui curso de Mestrado em Educação	80	
3	— Possui 3 ou mais cursos de Especialização em educaçã	60	
4	— Possui 2 cursos de Especialização em Educação	40	
5	- Possui 1 curso de Especialização em Educação	20	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			
II — FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA DIREÇÃO			
1—	Possui curso de Mestrado em Gestão Escolar	100	
2	— Possui curso de Especialização em Gestão Escolar	80	
3	- Possui curso de Especialização em Administração	60	
4	— Possui curso de Pedagogia	40	
5	— Possui curso de Graduação em Administração	20	
5	Possui habilitação em Administração Escolar em Pedagógica	10	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			
III - PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO			
Tem mais de 200 horas de curso de capacitação nos dois últimos anos.		100	
Tem mais de 150 horas de curso de capacitação nos dois úl		80	
timos anos			
Tem mais de 100 horas de curso de capacitação nos dois últimos anos.		60	
Tem mais de 50 horas de curso de capacitação nos dois últ		40	
imos anos			
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			
IV - PENALIDADES SOFRIDAS			
1—	Nunca sofreu qualquer penalidade administrativa	100	

2	— Já sofreu penalidade de advertência	60	
3 Já sofreu penalidade de repreensão ou mais de uma		30	
advertência			
4	— Já foi punido com suspensão	00	

RESUMO DA PONTUAÇÃO

AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL	**PONTOS**
I — Assiduidade	
II — Pontualidade	
III — Participação em reuniões administrativas	
IV — Participações em reuniões pedagógicas	
V —Colaboração com a direção	
VI — Participação em atividades extra-classes	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
AVALIAÇÃO PROFISSIONAL	
I— Formação profissional — pós-graduação	
II — Formação específica para direção	
III — Participação em cursos de capacitação	
IV — Penalidades sofridas	
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	
TOTAL GERAL DE PONTOS OBTIDOS	

Avaliação realizada em ___ _/ / .

MEMBROS DA COMISSÃO:

_____
Membro 1

_____
Membro 2

Publicado por: GUSTAVO MARQUES COIMBRA
Código identificador: d388fe5e43b349ac9f3eaf6de287270a

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUá

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2022
PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO 051/2022

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, inscrita no CNPJ nº 12.511.093/0001-06, com sede na Avenida Professor João

Moraes de Sousa, 355 - Centro - Santa Luzia do Paruá/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por: FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Santa Luzia do Paruá, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nas disposições contidas no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico 027/2022, PROCESSO ADMNISTRATIVO Nº 051/2022, resolve registrar os preços das empresas classificadas em primeiro lugar, global, no certame acima referido, homologado no dia 31 de agosto de 2022, com validade da ata do registro de preços até 12 meses, conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte integrante desta Ata. A(s) Empresa(s) detentora(s) do Registro de Preços (é) são: 1 - ELENILSON C. DA SILVA, CNPJ nº 14.131.094/0001-42, com sede à R DO CAMPO, 138 - NOVO, PRESIDENTE MEDICI - MA Cep: 65.279-000, representada neste ato por ELENILSON COSTA DA SILVA RG nº 000104901798-3 CPF nº 882.668.693-91; 2 - Munzer Comércio de produtos e Serviços Ltda, CNPJ nº 35.625.405/0001-08, com sede à Rua Pedro Boti, nº 48, Pvt 01, Consolação,
Vitória/ES, representada neste ato por Sr. Vinicius Ramos Cardoso, CPF nº 128.921.287-22 e CI nº 3.233.922 SSP/ES Esta(s) Empresa(s) assume(m) o compromisso de fornecer(em) o(s) item(ns), de acordo com as especificações, quantidades estimadas e pelo(s) preço(s) registrado(s), observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR (AR CONDICIONADO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA, conforme especificações contidas no ANEXO I deste Edital

ELENILSON C. DA SILVA					
ITEM	**DESCRIMINAÇÃO**	**QTD**	**UND**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**	**VALOR MÉDIO TOTAL**
1	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS -DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE, VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN).GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	30	UND	R$ 1.821,34	R$ 54.640,20
3	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS - DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN).GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	100	UND	R$ 3.500,00	R$ 350.000,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS - DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE, VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN). GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	100	UND	R$ 4.371,33	R$ 437.133,00
	TOTAL				**R$ 841.773,20**

MUNZER COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇO LTDA					
ITEM	**DESCRIMINAÇÃO**	**QTD**	**UND**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**	**VALOR MÉDIO TOTAL**
2	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS - DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN).GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	60	UND	R$ 2.367,67	R$ 142.060,20
	TOTAL				**R$ 142.060,20**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a partir da data da homologação e da assinatura da Ata de Registro de Preços.
2.2. Nos termos da Lei, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão, por intermédio de emissão da Ordem de Fornecimento enviada por correspondência ou e-mail institucional.
3.2. O **fornecimento** deverá ser efetuado **conforme Termo de Referência – Anexo I**, contada a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, sempre acompanhada da Nota Fiscal de Faturamento.
3.3. O(s) serviço(s) será(ão) efetuado(s) no horário e endereço determinado no Anexo I deste Edital.
3.4. Dentro do prazo de vigência da ata, o(s) fornecedor(es) está(ão) obrigado(s) ao fornecimento dos itens conforme previsão do Edital, que precedeu a formalização desta Ata.
3.5. O(s) item(ns) rejeitado(s), por estar(em) em desacordo com as especificações ou condições exigidas no Edital deverá(ão) ser retirado(s) nos seguintes prazos:
3.6. Caso haja discordância entre as especificações dos itens com aqueles do sistema Comprasnet (lista de itens), prevalecerá às

especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1. A presente Ata de Registro de Preço, durante sua validade, poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador (OG), a **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá/MA**, para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

5. DO PREÇO E DO PAGAMENTO
5.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) Empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preço é(são) o(s) especificado(s) na(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar na Ata de Julgamento e constante(s) do Anexo I desta Ata.
5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observados quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital que a precedeu e integram o presente instrumento de compromisso.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
6.1. O Registro de Preço poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

6.1.1. De forma automática:
a) por decurso de prazo de vigência;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
c) pela **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**, quando caracterizado o interesse público.

6.1.2. Do registro do fornecedor:
a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.1.3. A pedido do fornecedor, quando:
a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços do mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

6.1.4. Pela Administração, unilateralmente, quando:
a) não houver o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
c) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
d) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
e) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) o fornecedor recusar-se a fornecer o material no prazo determinado após o recebimento da Ordem de Fornecimento, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;
g) o fornecedor recusar-se a devolver a Ordem de Fornecimento, devidamente assinada, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;
h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes;
i) houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
j) houver o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
k) houver a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
l) houver a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, direta ou indiretamente.
6.2. A Comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do subitem 6.1.4 desta Ata, será formalizada em processo próprio e comunicada, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.
6.3. A(s) solicitação(ões) da(s) Empresa(s) detentora(s) do(s) Registro(s) de Preço(s) para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá(ão) ser formulada(s) e protocolada(s) junto ao Órgão Gerenciador que terá, no mínimo, 30 (trinta) dias para análise do processo e emissão de parecer, não sendo facultado ao fornecedor suspender o fornecimento dos itens enquanto aguarda a conclusão do processo de solicitação de cancelamento.
a) Caso a Administração emita parecer favorável ao cancelamento, acatando a(s) justificativa(s) do(s) fornecedor(es), o registro do preço será automaticamente cancelado e a empresa dispensada do(s) compromisso(s) assumido(s);
b) Caso a Administração emita parecer desfavorável ao cancelamento, caberá à empresa manter o(s) compromisso(s) assumido(s), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital.

7. DAS SANÇÕES
7.1 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, nos termos da Lei, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
7.1.1. não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
7.1.2. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
7.1.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
7.1.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, em virtude de atos ilícitos praticados;
7.1.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

7.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
7.1.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
7.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
7.1.9. não mantiver a proposta;
7.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato;
7.1.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
7.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
7.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
7.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura de Santa Luzia do Paruá poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
I – Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**;
II – Multa, na seguinte forma:
a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;
b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;
c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;
d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;
e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá ou cobrada judicialmente.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.
7.5. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.
7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.
7.7. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.
7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993;
8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
8.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
8.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;
8.5 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P);
8.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;
8.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

8.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

9. DA FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO
9.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, **para efeito de cancelamento de registro de preço**, **prorrogação de prazos** ou a não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir descritas, quando vierem a afetar a entrega dos itens aos órgãos requisitantes, desde que satisfatoriamente justificados e devidamente comprovados pela Contratada e comunicadas ao Órgão Gerenciador:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 10.406/2002).

11. DOS CASOS OMISSOS
11.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
11.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão, por intermédio de instrumento contratual, emissão da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento similar.
11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. Preferencialmente pelo portal COMPRASNET.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. Integram esta Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico, a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar no mencionado certame e demais elementos do presente processo.
12.2. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Santa Luzia do Paruá, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Representantes do Órgão Gerenciador, das Empresas detentoras do(s) Registro(s) e as testemunhas ao todo o ato presente.

SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA., 05 de setembro de 2022.

FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 003/2021
CONTRATANTE

ELENILSON C. DA SILVA
ELENILSON COSTA DA SILVA
CNPJ nº 14.131.094/0001-42
CONTRATADA

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 7cc3d7205ccd3b5b18b615e9e9c2efc6

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2022
PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO 051/2022

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, inscrita no CNPJ nº 12.511.093/0001-06, com sede na Avenida Professor João Moraes de Sousa, 355 - Centro - Santa Luzia do Paruá/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por: FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Santa Luzia do Paruá, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nas disposições contidas no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico 027/2022, PROCESSO ADMNISTRATIVO Nº 051/2022, resolve registrar os preços das empresas classificadas em primeiro lugar, global, no certame acima referido, homologado no dia 31 de agosto de 2022, com validade da ata do registro de preços até 12 meses, conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte integrante desta Ata. A(s) Empresa(s) detentora(s) do Registro de Preços (é) são: 1 - ELENILSON C. DA SILVA, CNPJ nº 14.131.094/0001-42, com sede à R DO CAMPO, 138 - NOVO, PRESIDENTE MEDICI - MA Cep: 65.279-000, representada neste ato por ELENILSON COSTA DA SILVA RG nº 000104901798-3 CPF nº 882.668.693-91; 2 - Munzer Comércio de

produtos e Serviços Ltda, CNPJ nº 35.625.405/0001-08, com sede à Rua Pedro Boti, nº 48, Pvt 01, Consolação, Vitória/ES, representada neste ato por Sr. Vinicius Ramos Cardoso, CPF nº 128.921.287-22 e CI nº 3.233.922 SSP/ES Esta(s) Empresa(s) assume(m) o compromisso de fornecer(em) o(s) item(ns), de acordo com as especificações, quantidades estimadas e pelo(s) preço(s) registrado(s), observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR (AR CONDICIONADO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA, conforme especificações contidas no ANEXO I deste Edital

ELENILSON C. DA SILVA					
ITEM	**DESCRIMINAÇÃO**	**QTD**	**UND**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**	**VALOR MÉDIO TOTAL**
1	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS -DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE, VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN).GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	30	UND	R$ 1.821,34	R$ 54.640,20
3	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS - DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN).GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	100	UND	R$ 3.500,00	R$ 350.000,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS - DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE, VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN). GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	100	UND	R$ 4.371,33	R$ 437.133,00
	TOTAL				**R$ 841.773,20**

MUNZER COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇO LTDA					
ITEM	**DESCRIMINAÇÃO**	**QTD**	**UND**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**	**VALOR MÉDIO TOTAL**
2	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS - DESCRIÇÃO: TIPO SPLIT, SISTEMA INVERTER, COM CICLO QUENTE FRIO, SERPENTINA EM COBRE VOLTAGEM 220V, CONTENDO SELO PROCEL, SLEEP (MODO SONO), TIMER, AUTO DIAGNÓSTICO, REINÍCIO AUTOMÁTICO, DESIGN COMPACTO E SERPENTINA DE COBRE (TUBOS DE COBRE COM PROTEÇÃO GOLD FIN).GARANTIA MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	60	UND	R$ 2.367,67	R$ 142.060,20
	TOTAL				**R$ 142.060,20**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a partir da data da homologação e da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2. Nos termos da Lei, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão, por intermédio de emissão da Ordem de Fornecimento enviada por correspondência ou e-mail institucional.

3.2. O **fornecimento** deverá ser efetuado **conforme Termo de Referência – Anexo I**, contada a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, sempre acompanhada da Nota Fiscal de Faturamento.

3.3. O(s) serviço(s) será(ão) efetuado(s) no horário e endereço determinado no Anexo I deste Edital.

3.4. Dentro do prazo de vigência da ata, o(s) fornecedor(es) está(ão) obrigado(s) ao fornecimento dos itens conforme previsão do Edital, que precedeu a formalização desta Ata.

3.5. O(s) item(ns) rejeitado(s), por estar(em) em desacordo com as especificações ou condições exigidas no Edital deverá(ão) ser retirado(s) nos seguintes prazos:

3.6. Caso haja discordância entre as especificações dos itens com aqueles do sistema Comprasnet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A presente Ata de Registro de Preço, durante sua validade, poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador (OG), a **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá/MA**, para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

5. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

5.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) Empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preço é(são) o(s) especificado(s) na(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar na Ata de Julgamento e constante(s) do Anexo I desta Ata.
5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observados quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital que a precedeu e integram o presente instrumento de compromisso.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
6.1. O Registro de Preço poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

6.1.1. De forma automática:
a) por decurso de prazo de vigência;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
c) pela **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**, quando caracterizado o interesse público.

6.1.2. Do registro do fornecedor:
a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.1.3. A pedido do fornecedor, quando:
a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços do mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

6.1.4. Pela Administração, unilateralmente, quando:
a) não houver o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
c) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
d) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
e) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) o fornecedor recusar-se a fornecer o material no prazo determinado após o recebimento da Ordem de Fornecimento, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;
g) o fornecedor recusar-se a devolver a Ordem de Fornecimento, devidamente assinada, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;
h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes;
i) houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
j) houver o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
k) houver a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
l) houver a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, direta ou indiretamente.
6.2. A Comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do subitem 6.1.4 desta Ata, será formalizada em processo próprio e comunicada, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.
6.3. A(s) solicitação(ões) da(s) Empresa(s) detentora(s) do(s) Registro(s) de Preço(s) para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá(ão) ser formulada(s) e protocolada(s) junto ao Órgão Gerenciador que terá, no mínimo, 30 (trinta) dias para análise do processo e emissão de parecer, não sendo facultado ao fornecedor suspender o fornecimento dos itens enquanto aguarda a conclusão do processo de solicitação de cancelamento.
a) Caso a Administração emita parecer favorável ao cancelamento, acatando a(s) justificativa(s) do(s) fornecedor(es), o registro do preço será automaticamente cancelado e a empresa dispensada do(s) compromisso(s) assumido(s);
b) Caso a Administração emita parecer desfavorável ao cancelamento, caberá à empresa manter o(s) compromisso(s) assumido(s), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital.

7. DAS SANÇÕES
7.1 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, nos termos da Lei, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
7.1.1. não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
7.1.2. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
7.1.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
7.1.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, em virtude de atos ilícitos praticados;
7.1.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
7.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
7.1.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
7.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
7.1.9. não mantiver a proposta;
7.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato;
7.1.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
7.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
7.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
7.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura de Santa Luzia do Paruá poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
I – Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**;
II – Multa, na seguinte forma:
a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;
b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;
c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;
d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;
e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá ou cobrada judicialmente.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.
7.5. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.
7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.
7.7. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.
7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993;
8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
8.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
8.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;
8.5 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P);
8.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;
8.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

8.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

9. DA FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO
9.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, **para efeito de cancelamento de registro de preço**, **prorrogação**

de prazos ou a não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir descritas, quando vierem a afetar a entrega dos itens aos órgãos requisitantes, desde que satisfatoriamente justificados e devidamente comprovados pela Contratada e comunicadas ao Órgão Gerenciador:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 10.406/2002).

11. DOS CASOS OMISSOS
11.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
11.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão, por intermédio de instrumento contratual, emissão da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento similar.
11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. Preferencialmente pelo portal COMPRASNET.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. Integram esta Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico, a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar no mencionado certame e demais elementos do presente processo.
12.2. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Santa Luzia do Paruá, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Representantes do Órgão Gerenciador, das Empresas detentoras do(s) Registro(s) e as testemunhas ao todo o ato presente.

SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA., 06 de setembro de 2022.

FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 003/2021
CONTRATANTE

VINICIUS RAMOS CARDOSO
MUNZER COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ Nº 35.625.405/0001-08
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1_____
CPF

2_____
CPF

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 8726c7dea75f9a0806a1b2de83b1467c

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022 PREGÃO ELETRÔNICO 036/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO 065/2022

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, inscrita no CNPJ nº 12.511.093/0001-06, com sede na Avenida Professor João Moraes de Sousa, 355 - Centro - Santa Luzia do Paruá/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por: FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nas disposições contidas no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico 036/2022, PROCESSO ADMNISTRATIVO Nº 065/2022, resolve registrar os preços das empresas classificadas em primeiro lugar, global, no certame acima referido, homologado no dia 02 de setembro, com validade da ata do registro de preços até 12 meses, conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte integrante desta Ata. A(s) Empresa(s) detentora(s) do Registro de Preços (é) são: 1 - BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ nº 30.273.846/0001-66, com sede à Av Republica Argentina, 1237. Sala 305, andar 03, Cond. Today S. Oficce Ed. - Água verde. Cidade: Curitiba - PR CEP: 80.620-010, representada neste ato por Thiago Taura Cherbiski, sob RG n° 7.131.206-2 e CPF n° 047.776.399-59. Esta(s) Empresa(s) assume(m) o compromisso de fornecer(em)

o(s) item(ns), de acordo com as especificações, quantidades estimadas e pelo(s) preço(s) registrado(s), observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto o registro de preço dos itens especificados no Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

2. DA VIGÊNCIA
2.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a partir da data da homologação e da assinatura da Ata de Registro de Preços.
2.2. Nos termos da Lei, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão, por intermédio de emissão da Ordem de Fornecimento enviada por correspondência ou e-mail institucional.
3.2. O **fornecimento** deverá ser efetuado **conforme Termo de Referência – Anexo I**, contada a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, sempre acompanhada da Nota Fiscal de Faturamento.
3.3. O(s) serviço(s) será(ão) efetuado(s) no horário e endereço determinado no Anexo I deste Edital.
3.4. Dentro do prazo de vigência da ata, o(s) fornecedor(es) está(ão) obrigado(s) ao fornecimento dos itens conforme previsão do Edital, que precedeu a formalização desta Ata.
3.5. O(s) item(ns) rejeitado(s), por estar(em) em desacordo com as especificações ou condições exigidas no Edital deverá(ão) ser retirado(s) nos seguintes prazos:
3.6. Caso haja discordância entre as especificações dos itens com aqueles do sistema Comprasnet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
4.1. A presente Ata de Registro de Preço, durante sua validade, poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador (OG), a **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá/MA**, para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

5. DO PREÇO E DO PAGAMENTO
5.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) Empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preço é(são) o(s) especificado(s) na(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar na Ata de Julgamento e constante(s) do Anexo I desta Ata.
5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observados quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital que a precedeu e integram o presente instrumento de compromisso.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
6.1. O Registro de Preço poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

6.1.1. De forma automática:
a) por decurso de prazo de vigência;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
c) pela **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**, quando caracterizado o interesse público.

6.1.2. Do registro do fornecedor:
a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.1.3. A pedido do fornecedor, quando:
a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços do mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

6.1.4. Pela Administração, unilateralmente, quando:
a) não houver o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
c) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
d) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
e) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) o fornecedor recusar-se a fornecer o material no prazo determinado após o recebimento da Ordem de Fornecimento, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;
g) o fornecedor recusar-se a devolver a Ordem de Fornecimento, devidamente assinada, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;
h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes;
i) houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
j) houver o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
k) houver a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
l) houver a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, direta ou indiretamente.
6.2. A Comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do subitem 6.1.4 desta Ata, será formalizada em processo próprio e comunicada, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.
6.3. A(s) solicitação(ões) da(s) Empresa(s) detentora(s) do(s) Registro(s) de Preço(s) para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá(ão) ser formulada(s) e protocolada(s) junto ao Órgão Gerenciador que terá, no mínimo, 30 (trinta) dias para análise do processo e emissão de parecer, não sendo facultado ao fornecedor suspender o fornecimento dos itens enquanto aguarda a conclusão do processo de solicitação de cancelamento.
a) Caso a Administração emita parecer favorável ao cancelamento, acatando a(s) justificativa(s) do(s) fornecedor(es), o registro do preço será automaticamente cancelado e a empresa dispensada do(s) compromisso(s) assumido(s);
b) Caso a Administração emita parecer desfavorável ao cancelamento, caberá à empresa manter o(s) compromisso(s) assumido(s), sob pena de aplicação das penalidades previstas

no Edital.

7. DAS SANÇÕES

7.1 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, nos termos da Lei, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

7.1.1. não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.1.2. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.1.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, em virtude de atos ilícitos praticados;

7.1.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

7.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

7.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

7.1.9. não mantiver a proposta;

7.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.1.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

7.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura de Santa Luzia do Paruá poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**;

II – Multa, na seguinte forma:

a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;

c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;

d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

7.5. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.

7.7. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993;

8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

8.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

8.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;

8.5 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P);

8.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

8.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

8.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

9. DA FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO
9.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, **para efeito de cancelamento de registro de preço**, **prorrogação de prazos** ou a não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir descritas, quando vierem a afetar a entrega dos itens aos órgãos requisitantes, desde que satisfatoriamente justificados e devidamente comprovados pela Contratada e comunicadas ao Órgão Gerenciador:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 10.406/2002).

11. DOS CASOS OMISSOS
11.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
11.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão, por intermédio de instrumento contratual, emissão da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento similar.
11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. Preferencialmente pelo portal COMPRASNET.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. Integram esta Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico, a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar no mencionado certame e demais elementos do presente processo.
12.2. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Santa Luzia do Paruá, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Representantes do Órgão Gerenciador, das Empresas detentoras do(s) Registro(s) e as testemunhas ao todo o ato presente.

SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA, 12 de setembro de 2022.

FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 003/2022
CONTRATANTE

THIAGO TAURA CHERBISKI
BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI,
CNPJ nº 30.273.846/0001-66
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1_____
CPF

2_____
CPF

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: db65c3518edfd6afcd4f5dbe7191c26f

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 036/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO 065/2022

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, inscrita no CNPJ nº 12.511.093/0001-06, com sede na Avenida Professor João Moraes de Sousa, 355 - Centro - Santa Luzia do Paruá/MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por: FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nas disposições contidas no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico 036/2022, PROCESSO ADMNISTRATIVO Nº 065/2022, resolve registrar os preços das empresas classificadas em primeiro lugar, global, no certame acima referido, homologado no dia 02 de setembro, com validade da ata do registro de preços até 12 meses, conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte integrante desta Ata. A(s) Empresa(s) detentora(s) do Registro de Preços (é) são: 1 - BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ nº 30.273.846/0001-66, com sede à Av Republica Argentina, 1237. Sala 305, andar 03, Cond. Today S. Oficce Ed. - Água verde. Cidade: Curitiba - PR CEP: 80.620-010, representada neste ato por Thiago Taura Cherbiski, sob RG n° 7.131.206-2 e CPF n° 047.776.399-59. Esta(s) Empresa(s) assume(m) o compromisso de fornecer(em) o(s) item(ns), de acordo com as especificações, quantidades estimadas e pelo(s) preço(s) registrado(s), observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E ADITIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO PARUA/MA conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	MARCA	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Óleo lubrif. 5W30 para carro gasolina	PETROL	200	Litro	R$ 39,00	R$ 7.800,00
2	Óleo lubrif. 15W40 para caminhões 20L	LUMAX	200	Galão	R$ 529,00	R$ 105.800,00
3	Óleo lubrif. 20W50 para moto - 1 litro	MAXO	200	Litro	R$ 28,00	R$ 5.600,00
4	Óleo lubrif. 90 para cx de marcha 20L	LUMAX	20	Baldes	R$ 574,00	R$ 11.480,00
5	Óleo lubrif. 140 para diferencial 20L	LUMAX	20	Baldes	R$ 574,00	R$ 11.480,00
6	Óleo lubrif. 90 para cx de marcha 1 litro	PETROL	75	Litro	R$ 32,00	R$ 2.400,00
8	Óleo hidráulico de direção 1 litro	PETROL	100	Litro	R$ 42,00	R$ 4.200,00
9	Óleo hidráulico 68 para maquinas 20L	PETROL	100	Galão	R$ 553,00	R$ 55.300,00
10	Óleo de freio 500ml	POWER BRIL	100	Frasco	R$ 34,23	R$ 3.423,00
11	Óleo de embreagem 500ml	POWER BRIL	200	Frasco	R$ 47,00	R$ 9.400,00
12	Graxa 20KG	LUMAX	50	Baldes	R$ 677,94	R$ 33.897,00
13	Graxa 10KG	INGRAX	50	Baldes	R$ 415,70	R$ 20.785,00

15	Óleo 2 Tempos 500ML	MAXOX	300	Frasco	R$ 22,12	R$ 6.636,00
17	Aditivo p/ radiador gasolina/diesil - 1 LITRO	POWER BRIL	200	Litros	R$ 24,23	R$ 4.846,00
18	Óleo Lubrif. 20W50 carro gasolina - 1 litro	AXIS	200	Litro	R$ 34,00	R$ 6.800,00
	TOTAL					**R$ 289.847,00**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a partir da data da homologação e da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2. Nos termos da Lei, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão, por intermédio de emissão da Ordem de Fornecimento enviada por correspondência ou e-mail institucional.

3.2. O **fornecimento** deverá ser efetuado **conforme Termo de Referência – Anexo I**, contada a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, sempre acompanhada da Nota Fiscal de Faturamento.

3.3. O(s) serviço(s) será(ão) efetuado(s) no horário e endereço determinado no Anexo I deste Edital.

3.4. Dentro do prazo de vigência da ata, o(s) fornecedor(es) está(ão) obrigado(s) ao fornecimento dos itens conforme previsão do Edital, que precedeu a formalização desta Ata.

3.5. O(s) item(ns) rejeitado(s), por estar(em) em desacordo com as especificações ou condições exigidas no Edital deverá(ão) ser retirado(s) nos seguintes prazos:

3.6. Caso haja discordância entre as especificações dos itens com aqueles do sistema Comprasnet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A presente Ata de Registro de Preço, durante sua validade, poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador (OG), a **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá/MA**, para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

5. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

5.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) Empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preço é(são) o(s) especificado(s) na(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar na Ata de Julgamento e constante(s) do Anexo I desta Ata.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observados quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital que a precedeu e integram o presente instrumento de compromisso.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. O Registro de Preço poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

6.1.1. De forma automática:

a) por decurso de prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**, quando caracterizado o interesse público.

6.1.2. Do registro do fornecedor:

a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.1.3. A pedido do fornecedor, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços do mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

6.1.4. Pela Administração, unilateralmente, quando:

a) não houver o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

d) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;

e) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) o fornecedor recusar-se a fornecer o material no prazo determinado após o recebimento da Ordem de Fornecimento, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;

g) o fornecedor recusar-se a devolver a Ordem de Fornecimento, devidamente assinada, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá;

h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes;

i) houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) houver o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

k) houver a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

l) houver a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, direta ou indiretamente.

6.2. A Comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas do subitem 6.1.4 desta Ata, será formalizada em processo próprio e comunicada, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

6.3. A(s) solicitação(ões) da(s) Empresa(s) detentora(s) do(s) Registro(s) de Preço(s) para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá(ão) ser formulada(s) e protocolada(s) junto ao Órgão Gerenciador que terá, no mínimo, 30 (trinta) dias para análise do processo e emissão de parecer, não sendo facultado ao fornecedor suspender o fornecimento dos itens enquanto aguarda a conclusão do processo de solicitação de cancelamento.

a) Caso a Administração emita parecer favorável ao cancelamento, acatando a(s) justificativa(s) do(s) fornecedor(es), o registro do preço será automaticamente cancelado e a empresa dispensada do(s) compromisso(s) assumido(s);

b) Caso a Administração emita parecer desfavorável ao cancelamento, caberá à empresa manter o(s) compromisso(s) assumido(s), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital.

7. DAS SANÇÕES

7.1 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, nos termos da Lei, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
7.1.1. não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
7.1.2. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
7.1.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
7.1.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, em virtude de atos ilícitos praticados;
7.1.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
7.1.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
7.1.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
7.1.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
7.1.9. não mantiver a proposta;
7.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato;
7.1.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
7.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
7.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
7.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura de Santa Luzia do Paruá poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
I – Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do **Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá**;
II – Multa, na seguinte forma:
a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;
b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;
c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;
d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;
e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá ou cobrada judicialmente.
§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.
7.5. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.
7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.
7.7. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.
7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8. CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993;
8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
8.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
8.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem;
8.5 Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P);
8.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;
8.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

8.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

9. DA FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR
10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, **para efeito de cancelamento de registro de preço**, **prorrogação de prazos** ou a não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir descritas, quando vierem a afetar a entrega dos itens aos órgãos requisitantes, desde que satisfatoriamente justificados e devidamente comprovados pela Contratada e comunicadas ao Órgão Gerenciador:
a) greve geral;
b) calamidade pública;
c) interrupção dos meios de transporte;
d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 10.406/2002).

11. DOS CASOS OMISSOS
11.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
11.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão, por intermédio de instrumento contratual, emissão da Nota de Empenho de despesa, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento similar.
11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. Preferencialmente pelo portal COMPRASNET.
11.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. Integram esta Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico, a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar no mencionado certame e demais elementos do presente processo.
12.2. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Santa Luzia do Paruá, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Representantes do Órgão Gerenciador, das Empresas detentoras do(s) Registro(s) e as testemunhas ao todo o ato presente.

SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA., 13 de setembro de 2022.

FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 003/2022
CONTRATANTE

THIAGO TAURA CHERBISKI
BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI,
CNPJ nº 30.273.846/0001-66
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1_____
CPF

2_____
CPF

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 980dea15d5914251dda5223539f4c23e

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 070/2022. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA**, torna público que **realizará no dia 27/09/2022**, **às 09h00 (horário de Brasília),** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS E NATAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUA — MA**,** conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Anexo I – Termo de Referência. As Propostas de Preços e a documentação de Habilitação serão recebidas no endereço eletrônico - www.comprasqovernamentais.gov.br, até as 08h59m (horário de Brasília) do dia 27/09/2022. O Edital da presente licitação poderá ser obtido nos endereços eletrônicos: Portal de compras: www.comprasqovernamentais.gov.br, UASG 981285; Portal de Transparência do Município: https://transparencia.santaluziadoparua.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce ou na sede da Prefeitura Municipal na Av. Professor João Morais de Sousa, 355 – Centro, neste município, onde poderá ser consultado. INFORMAÇÕES: pelo telefone (98) 3374-2097, das 08h00 às 14h00 (horário de local) ou pelo e-mail: cplprefeituraslp@gmail.com. Santa Luzia do Paruá-MA, 13 de setembro de 2022. JOÃO PINHEIRO DE MELO – Pregoeiro do Município.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 793f0096c5977133c22e5d39eaac1f2b

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022-CPL

CONTRATO Nº 152/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022-CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2022

RESENHA DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2022 – **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2022 – ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 054/2022-CPL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022. PARTES:** MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a empresa **CRESCER INDUSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS PLASTICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 18.658.463/0001-00. **OBJETO DO CONTRATO**: AQUISIÇÃO DE CAMAS EMPILHAVEIS PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES MUNICIPAIS DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA. **VALOR GLOBAL: o** valor global deste Contrato é de **R$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil e novecentos reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação/Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 12/09/2022. **ASSINATURAS: SEBASTIANA DE KÁSSIA SANTOS FREITAS** (Contratante) - **NATALIA WASCHOW MINATTO TOSS -** CRESCER INDUSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS PLASTICOS EIRELI**.** (Contratada). Santa Luzia do Paruá-MA, 13 de setembro de 2022. **SEBASTIANA DE KÁSSIA SANTOS FREITAS –** Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 9d8fe91e4f8f0af91ccd9144acc62e85

AVISO EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2022

CONTRATO Nº 151/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 057/2022
PREGÃO ELETRÔNICO nº 031/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2022

RESENHA DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2022-CPL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022. PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS e a empresa **A A DE OLIVEIRA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 33.593.795/0001-48. **OBJETO DO CONTRATO**: contratação de empresa para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÕES ARTISTICAS (SHOWS, BANDAS, APRESENTAÇÕES FOLCLORICAS ENTRE OUTROS) PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS REALIZADOS E/OU APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ/MA. **VALOR GLOBAL: o** valor global deste Contrato é de **R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)**. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 06/09/2022. **ASSINATURAS: FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA** (Contratante) **ANTÔNIO ANDRÉ DE OLIVEIRA –** A. A. DE OLIVEIRA EIRELI**.** (Contratada). Santa Luzia do Paruá-MA, 13 de setembro de 2022. **FLÁVIO JOSÉ PADILHA DE ALMEIDA –** Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: ab5fedbf574dd579695abc55322bbabb

PORTARIA Nº 082/2022-GP

PORTARIA Nº 082/2022-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem as Constituições da República e do Estado do Maranhão e com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia do Paruá, conforme o art. 61, inciso VI, e no exercício Superior da Administração Pública Municipal;

Considerando, *inicialmente requerimento formulado pelo servidor* ***Valderly Pereira da Silva****, com data de 01 de setembro de 2022;*

CONSIDERANDO, *parecer jurídico favorável da Procuradoria Geral do Município, datado de 12 de setembro de 2022, pelo Advogado Dr. Maurício Sousa Ferraz, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Maranhão, sob nº 15.150;*
Considerando, *finalmente, que dentre as atribuições do Chefe do Poder Executivo Municipal está à expedição de atos que regulamentem a situação funcional dos servidores;*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos por um período de 02 (dois) anos, ao servidor **VALDERLY PEREIRA DA SILVA**, ocupante do cargo de Professor de Matemática 5ª a 8ª Série do Ensino Fundamental, (criado pela Lei Municipal nº 208/2006), nomeado através da Portaria nº 119/2008-GP, de 12 de março de 2018.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de setembro de 2022, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PALÁCIO ADONIAS CARVALHO RAMOS, SEDE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTADO DO MARANHÃO, EM 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ANTONIO VILSON MARREIROS FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 29618cd0ceb464d30e329fa32a92fab7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SãO DOMINGOS DO AZEITãO

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE 040/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2022

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE 040/2022

Ref.: Processo de Dispensa de Licitação de nº 040/2022. Objeto: **Contratação de empresa especializada para limpeza de açude localizado no balneário do Município de São Domingos de Azeitão/MA**. Vencedor: **L & J CONSTRUCAO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.057.831/0001-14. Valor: R$ 56.278,89 (cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos). Período: 02 (dois) meses.
Afigurando-me que o procedimento de contratação em epígrafe encontra-se regularmente desenvolvido e, estando ainda presente o interesse da Administração na contratação direta que deu ensejo à instauração do presente processo.
De acordo com o parecer jurídico e fundamentos constantes do presente nos autos, **AUTORIZO** com fulcro no art. 72, VIII da Lei 14.133/2021, o presente processo de dispensa de licitação.
Formalize-se o termo de contrato, empenhe-se e publique-se.

São Domingos do Azeitão - MA, 09 de setembro de 2022.

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: 19201df1aff3279d4ad5220d415ed881

EXTRATO DE ADTIVO DE CONTRATO 096/2021

PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2021 – SRP; PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2600/2021 DO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2021-SDA

EXTRATO DE ADTIVO DE CONTRATO 096/2021

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO/MA
CONTRATADA: SOUSA CAMPELO TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.644.834/0001-93.
OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto alterar as seguintes CLÁUSULAS: **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO.**
DATA DA ASSINATURA: 06 de setembro de 2022.
ASSINAM: LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR **(CONTRATANTE) E** GERALDO DE SOUSA DAS NEVES **(CONTRATADA)**

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: fcb4a0bd80f1abf21268460d07f8e833

EXTRATO DE CONTRATO 069/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2022

EXTRATO DE CONTRATO 069/2022

REFERÊNCIA: CONTRATO Nº 069/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO/MA
CONTRATADA: L & J CONSTRUCAO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 40.057.831/0001-14.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para limpeza de açude localizado no balneário do Município de São Domingos de Azeitão/MA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO
BASE LEGAL: art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021.
VALOR DO CONTRATO: R$ 56.278,89 (cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 02 (dois) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes para a obtenção do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02.07.15.451.09.2.089 Manutenção do Balneário
3390.39.00 Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica
Ficha 204

DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2022.
ASSINAM: LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR **(CONTRATANTE) E** L & J CONSTRUCAO LTDA-ME**(CONTRATADA)**

Hugo Ribeiro Cardoso
Presidente da CPL

Publicado por: HUGO RIBEIRO CARDOSO
Código identificador: 9cfab575ce555caaad1db8a69bdf4211

DECRETO Nº 012/2022

DECRETO Nº 012/2022 São Domingos do Azeitão-MA, 12/09/2022

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhao, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art 1º - Nomear os seguintes membros que irão compor o Conselho de Municipal de Educação de São Domingos do Azeitão-MA para o biênio (2022/2024), contados a partir desta data:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

- VANIA MARIA MENDES GUIMARAES
- SOLANGE MARIA TEIXEIRA COSTA

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

- MARTA SOLANGE MENDES DE MELO
- LECIA COSTA SOUSA ROSA

REPRESENTANTE DE DOCENTES REDE MUNICIPAL

- GILVÃ SOUSA DE CARVALHO

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS
-MARIA DILMA BEZERRA DA CUNHA FERREIRA
- REPRESENTANTES DE DOCENTES REDE ESTADUAL
- GILDENE SOUSA DE CARVALHO
Art 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
São Domingos do Azeitão-MA, 12 de setembro de 2022.

LOURIVAL LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 283fa9c2aba166c2957e3809121afa9e

PORTARIA Nº 068/2022-GAB

PORTARIA Nº 068/2022-GAB, de 12 de setembro de 2022

Dispões sobre a Alteração da composição dos membros Equipe de Apoio da Comissão Permanente de Licitação Município de São Domingos do Azeitão - MA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO-MA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município de São Domingos do Azeitão-MA:
CONSIDERANDO que o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal e seus auxiliares;
CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento dos cargos da Comissão Permanente de Licitação do Município de São

Domingos do Azeitão-MA.

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor efetivo **Antônio Glauber de Sousa Carneiro**, CPF: 035.721.253-32, para compor a **EQUIPE DE APOIO** da Comissão Permanente de Licitação do Município de São Domingos do Azeitão-MA, em substituição ao servidor **Irisvaldo Ferreira da Silva**, CPF: 851.867.753-04, cuja indicação se deu por meio da Portaria 002/2022-GAB de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO, Estado do Maranhão, aos 12 (doze) dias do mês de setembro de 2022.

Lourival Leandro dos Santos Junior
Prefeito Municipal

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 8d42d87881e350bfdc956b0b72d7ea38

RESOLUÇÃO CME – SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO– MA - Nº01/2022

RESOLUÇÃO CME – SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO– MA - Nº01/2022 de 12 de setembro de 2022.

Aprova o Documento Curricular do Território Maranhense como Referência na implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Sistema de Ensino do Município de São Domingos do Azeitão–Maranhão e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO - MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 211 da Constituição Federal; artigos 8º, 11º e 18º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; na Resolução nº 02/2017-CNE/CP; Resolução nº 285/2018-CEE/MA e Termo de Colaboração firmado entre CEE-MA e UNCME-MA em 19 de dezembro de 2018 (anexos), considerando o que foi deliberado em Sessão Plenária hoje realizada.

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar o Documento Curricular do Território Maranhense como referência na implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Sistema de Ensino do Município de São Domingos do Azeitão - Maranhão.
Parágrafo Único – As recomendações constantes na Resolução CEE/MA nº 285/2018 e Termo de Colaboração em 19 de dezembro de 2018 firmado entre CEE-MA e UNCME-MA constituem parte integrante desta Resolução.
Artigo 2º - O Documento Curricular do Território Maranhense servirá de base para que as escolas adéquem seus currículos e reelaborem os seus Projetos Pedagógicos-PP's, devendo ser garantidas as especificidades da realidade local, regional e a identidade dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas emanadas deste Conselho Municipal de Educação.
Parágrafo Único - Na organização curricular que trata o artigo 2º devem ser respeitadas as especificidades das modalidades de ensino e as necessidades dos estudantes, assegurando o uso das metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas para cada etapa de ensino.

Artigo 3º - A adequação dos currículos das escolas do município de São Domingos do Azeitão – seguirão na integra o Documento do território, qualquer alteração poderá ser feita posteriormente pelo CME>

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação, revogada as disposições contrárias.
Sala de reuniões plenárias do Conselho Municipal de Educação, em Benedito Leite – Maranhão, em 12 de setembro de 2022.

_____
Presidente /CME

CONSELHEIROS:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

HOMOLOGO Em 12/09/2022.

_____

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 64be02d4becd6ce1ebce1e007ce7cd82

PREFEITURA MUNICIPAL DE SãO JOãO DOS PATOS

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 016/2022

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 016/2022. Processo Administrativo nº 240801/2022. A Prefeitura Municipal de São João dos Patos – MA, através de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, no regime de empreitada por Menor Preço Global, objetivando a Contratação de empresa para a prestação de serviços de reforma de 02 duas Escolas Municipais: São Sebastião e Eurico Santos na sede do Município de São João dos PatosMA, o qual será processado e julgado em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital à realizar-se às 10:00 horas do dia 30 de setembro de 2022. A sessão pública de julgamento será realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada a Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, no dia, hora e local citados, em que serão recebidos os envelopes de habilitação e proposta de preços. O Edital está disponibilizado, na íntegra no Portal de Transparência do Município no endereço: https://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/ e também poderá ser consultado e obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 ás 13:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplsjpma@gmail.com..Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e ainda pelo telefone: 99 98421-9518. São João dos Patos (MA), 13 de setembro de 2022. Francisco Eduardo da Veiga Lopes –Presidente da CPL.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 76fa388c115026ef6aefdabc93e37081

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 017/2022

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS: Nº 017/2022. Processo Administrativo nº 240802/2022. A Prefeitura Municipal de São João dos Patos – MA, através de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços, do tpo Menor Preço Global, objetivando a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos em consultoria/assessoria tributária, com a finalidade de, através de 01 (uma) equipe de consultores, ofertar soluções legais relacionadas ao lançamento de IPTU para o Município de São João dos Patos/MA, o qual será processado e julgado em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e as condições do Edital à realizar-se às 15:00 horas do dia 30 de setembro de 2022. A sessão pública de julgamento será realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada a Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, no dia, hora e local citados, em que serão recebidos os envelopes de habilitação e proposta de preços. O Edital está disponibilizado, na íntegra no Portal de Transparência do Município no endereço: https://saojoaodospatos.ma.gov.br/transparencia/ e também poderá ser consultado e obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Getúlio Vargas, 135, Centro - CEP: 65.665-000, São João dos Patos/MA, de 2ª a 6ª, das 08:00 ás 13:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do e-mail: cplsjpma@gmail.com..Esclarecimento adicional no mesmo endereço e e-mail citados e ainda pelo telefone: 99 98421-9518. São João dos Patos (MA), 13 de setembro de 2022. Francisco Eduardo da Veiga Lopes –Presidente da CPL.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 8ae4a6b71ff238048200d23a9384ff12

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo Administrativo nº 170820/2022, RATIFICO e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação reconhecida pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de São João dos Patos - MA, para contratar com a empresa STARTGOV SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n° 37.933.858/0001-19, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, objetivando a contratação de empresa para a prestação dos serviços de Licença (Cessão de uso) de sistema com implantação, treinamento e suporte técnico para exportação de dados em formato JSON ao Sistema SincContrata para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de São João dos Patos/MA. Esse Termo se fundamenta no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93. O valor total do contrato é de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), que será pago com recursos. PODER: 02 PODER EXECUTIVO, ÓRGÃO: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, UNIDADE: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 04.122.0003.2004.0000 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, pertencente a Prefeitura de São João dos Patos/MA. Sendo assim, autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo EMPENHO. Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato. São João dos Patos/MA, 31 de agosto de 2022. Thuany Costa de Sá Gomes, Secretária Municipal de Administração.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: c5627bb45ed33e3837199918d04159db

AVISO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo Administrativo nº 080717/2022, RATIFICO e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação Nº 017/2022, reconhecida pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de São João dos Patos - MA, para contratar com a empresa MAYARA DE SOUSA LIMA FREITAS (PAPELARIA PATOENSE), inscrita sob o CNPJ: Nº 14.660.324/0001-60 e sua representante a Sra. MAYARA DE SOUSA LIMA FREITAS, CPF Nº 604.781.933-86, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de kits de alimentação para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de São João dos Patos/MA. Esse Termo se fundamenta no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93. O valor total do contrato é de R$ 15.648,00 (quinze mil, seiscentos e quarenta e oito reais), que será pago com recursos do Programa de Trabalho. PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ ÓRGÃO: 15 FUNDO DE MANT. E DESEN.DA EDUCAÇÃO BASICA – FUNDED/ UNIDADE: 15 FUNDO DE MANT. E DESEN.DA EDUCAÇÃO BASICA – FUNDE/ 12.365.0013.2062.0000 – MANUT.E FUNC. DAS ESCOLOAS DO ENSINO INFANTIL -FUNDEB 30%/ 3.3.90.30.00– MATERIAL DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ 12.361.0009.2120.0000 – MANUT.E FUNC.DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE/ 3.3.90.30.00– MATERIAL DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ UNIDADE: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ 12.361.0003.2010.0000 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ 3.3.90.30.00–MATERIAL DE CONSUMO pertencente a Prefeitura de São João dos Patos/MA. Sendo assim, autorizo a realização da DESPESA e determinando o respectivo EMPENHO. Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato. São João dos Patos/MA, 01 de agosto de 2022. Marianna Lyra da Rocha Santos Teixeira, Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: dd64d7ee8a92aa40d9b0a28b639b0ca7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020.001/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020.001/2022 – Processo Administrativo nº 170820/2022. PARTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO PATOS/MA, neste ato denominado CONTRATANTE, através do Secretaria Municipal de Administração e a empresa STARTGOV SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ n° 37.933.858/0001-19, OBJETO: Contratação de empresa para a prestação dos serviços de Licença (Cessão de uso) de sistema com implantação, treinamento e suporte técnico para exportação de dados em formato JSON ao Sistema SincContrata para atender as necessidades da Secretaria Municipal de

Administração e Finanças de São João dos Patos/MA. VIGENCIA: 12 meses. VALOR DO CONTRATO: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação, com FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, RECURSOS: PODER: 02 PODER EXECUTIVO, ÓRGÃO: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, UNIDADE: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 04.122.0003.2004.0000 – MANUTENÇÃO E FUNC. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. São João dos Patos - MA, 02 de setembro de 2022. Thuany Costa de Sá Gomes, Secretária Municipal de Administração.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: e433331cc8d479b9517116fcdbe5229e

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.001/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017.001/2022 –Processo Administrativo nº 080717/2022. PARTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO PATOS/MA, neste ato denominado CONTRATANTE, através do Secretaria Municipal de Educação e a empresa: MAYARA DE SOUSA LIMA FREITAS (PAPELARIA PATOENSE), inscrita sob o CNPJ Nº 14.660.324/0001-60. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de kits de alimentação para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de São João dos Patos/MA. VIGENCIA: 16/08/2022 a 31/12/2022. VALOR DO CONTRATO: R$ 15.648,00 (quinze mil, seiscentos e quarenta e oito reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação, com FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, RECURSOS: PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ ÓRGÃO: 15 FUNDO DE MANT. E DESEN.DA EDUCAÇÃO BASICA – FUNDED/ UNIDADE: 15 FUNDO DE MANT. E DESEN.DA EDUCAÇÃO BASICA – FUNDE/ 12.365.0013.2062.0000 – MANUT.E FUNC. DAS ESCOLOAS DO ENSINO INFANTIL -FUNDEB 30%/ 3.3.90.30.00– MATERIAL DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ 12.361.0009.2120.0000 – MANUT.E FUNC.DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE/ 3.3.90.30.00– MATERIAL DE CONSUMO. PODER: 02 PODER EXECUTIVO/ ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ UNIDADE: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ 12.361.0003.2010.0000 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ 3.3.90.30.00–MATERIAL DE CONSUMO São João dos Patos - MA, 04 de agosto de 2022. Marianna Lyra da Rocha Santos, Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 1bf97e7dabdf2a1d080455cffc792791

DECRETO Nº 24/2022 – GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 24/2022 – GABINETE DO PREFEITO

"Dispõe sobre o instrumento de avaliação de mérito e desempenho dos candidatos à direção de instituição educacional da rede municipal de ensino e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de São João dos Patos**, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidos pela Constituição Federal, Constituição do Estado do Maranhão e pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município, bem como diante da necessidade de fixar critérios para a avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério
interessados em assumir a direção de instituições de ensino da rede municipal do Município de São João dos Patos – MA;
DECRETA:
Art. 1° - O presente Decreto foi elaborado a fim de atender ao que preceitua o art. 14, § 1°, inciso I, da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que impõe aos profissionais do magistério interessados na nomeação em cargo ou função de direção de instituição da rede municipal de ensino a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho.
Art. 2° - A avaliação prévia é medida obrigatória para todos os candidatos à direção.
Parágrafo Único. Não se afasta a imposição prevista no *caput* em caso de candidato único, ou que já esteja investido no cargo ou função de direção.
Art. 3° - Como requisito para participarem da consulta à comunidade os profissionais do magistério deverão obter na avaliação, o mínimo de 1.200 (mil e duzentos) pontos, ou 80% (oitenta por cento) do total de 1.500 (mil e quinhentos) pontos da avaliação.
Art. 4° - A avaliação será realizada por uma comissão de servidores especificamente constituída por portaria composta com os seguintes membros:
I - Secretário Municipal de Educação;
II - Servidor da área de recursos humanos;
III – Assessoria Jurídica do Município;
IV – Presidente de sindicato da categoria e/ou associação;
V – Representante dos pais dos alunos;
§ 1° A Comissão será presidida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.
§ 2° Não poderá integrar a Comissão:
a) Os profissionais que pretendem a sua nomeação para a direção;
b) Os profissionais com parentesco até terceiro grau com qualquer dos
candidatos.
Art. 5° - Ficará a cargo da comissão divulgar o resultado da avaliação, ficando impedidos de participar da consulta à comunidade os candidatos que não somarem a pontuação mínima estipulada neste Decreto.
Parágrafo Único. Do resultado caberá pedido justificado de reconsideração, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) à própria Comissão e, mantido o resultado, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão da Comissão.
Art. 6° - Integra o presente Decreto Municipal o instrumento de avaliação em anexo.
Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de São João dos Patos, Estado do Maranhão, aos 13 dias do mês de setembro de 2022.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: f729d0f210cc5d23dfe526f36ab93c46

LEI MUNICIPAL Nº 740/2022, DE 01 DE SETEMBRO DE 2022.

Lei Municipal nº 740/2022, de 01 de setembro de 2022.
"ESTABELECE E REGULAMENTA O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte lei:
Art. 1º - O adicional de insalubridade é devido ao Agente Comunitário de Saúde em atividade no município de São João dos Patos, enquanto permanecer a exposição a agentes insalubres.
Art. 2° - O Agente Comunitário de Saúde afastado das atividades, por motivo de férias, licença-saúde de até seis meses e licença maternidade fará *jus* ao adicional de insalubridade.
Art 3º - O adicional de insalubridade constitui base de cálculo da contribuição previdenciária.
Art. 4º - Ao Agente Comunitário de Saúde será devido o adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do salário base.
Art. 5º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de São João dos Patos, 01 de setembro de 2022.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: fa1ff4687f3ca0570b2d366f0f6568ef

LEI MUNICIPAL Nº 741/2022, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022.

Lei Municipal nº 741/2022, de 05 de setembro de 2022.
"Declara de Utilidade Pública a Entidade Rotary Club de São João dos Patos/MA, pertencente ao Rotary Internacional, Distrito 4490, que compõem os estados do Piauí, Ceará e Maranhão."

O Prefeito do Município de São João dos Patos, Estado do Maranhão, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte lei:
Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Rotary Club de São João dos Patos\MA, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 09.080.970/0001-19, e inscrita no Rotary Internacional sob nº 54585, e pertencente ao Distrito 4490, que compõem os estados do Piauí, Ceará e Maranhão. Está localizado no Parque de Exposição Antônio Reinaldo Porto, na Chapada do Bem – Bem, na cidade de São João dos Patos/MA.
Artigo 2º. A Instituição de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.
Artigo 3º. Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública, caso a Associação:
Substitua os fins estatutários ou negue-se a prestar os serviços neles compreendidos;
Altere sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias, contados da averbação no Registro Público, não comunique a ocorrência ao Órgão competente da Prefeitura Municipal de São João dos Patos/MA e ao Cartório de Títulos, Documentos de Pessoas Jurídicas;
Passe a remunerar os cargos de sua Diretoria;
Seja utilizada para fins políticos em desobediência à legislação vigente;
Utilize recursos públicos em desobediência à legislação vigente;
Promova atos de desordem ou de incentivo a atos de desobediência à legislação vigente.

Artigo 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.
Artigo 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Artigo 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São João dos Patos, 05 de setembro de 2022.

Alexandre Magno Pereira Gomes
Prefeito

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: cc80ae8b5c81307e0f081e30db5de329

PREFEITURA MUNICIPAL DE SãO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO- PREGÃO ELETRÔNICO N°23/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 203/2022

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras, CNPJ nº 06.651.616/0001-09, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2022, tendo por objeto **Registro de Preços para eventual e futura Contratação de empresa para aquisição de fardamentos para atender as demandas das Secretarias do Município de São Raimundo das Mangabeiras – MA.**
Considerando que o critério de julgamento das propostas determinado pelo PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2022 foi o de MENOR PREÇO POR ITEM, obtivemos a seguinte **Resultado por Fornecedor**:

Fornecedor CRISTIANI DE SOUSA REIS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 26.605.174/0001-71**,** vencedor dos itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24, 25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,4 5,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65, 66 e 67, no valor de R$ **989.085.000,00(novecentos e oitenta e nove mil e oitenta e cinco reais).**

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 09 de setembro de 2022.

CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Pregoeiro Oficial

DACILENE RODRIGUES AGUIAR
Equipe de Apoio

RAIMUNDA MARIA MARTINS RODRIGUES
Equipe de Apoio

Republicado por erro material.

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 0d7ef1b208ae214329f25c7691e94cc4

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 195/2022
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022.

A Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras, CNPJ nº 06.651.616/0001-09, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022, tendo por objeto **Registro de Preço para futura Contratação de Empresa para a prestação de serviço de Fornecimento Parcelado de Passagens Terrestres e Transportes de Encomendas, reserva marcação, remarcação e cancelamento de passagens terrestres para o atendimento deste Município, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência para suprir as necessidades de todas as Unidades da Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras – MA,** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

Considerando que o critério de julgamento das propostas determinado pelo PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2022 foi o de MENOR PREÇO POR ITEM, obtivemos a seguinte **Resultado por Fornecedor**:

Fornecedor – M.K. TRANSPORTES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 15.436.809/0001-38**,** vencedor dos ITENS 1,3,5,7,8,9,18 E 19, totalizando o valor de R$ **1.062.138,00 (um milhão, sessenta, dois mil e cento e trinta e oito reais).**

Fornecedor – A F ROCHA CUNHA, inscrito no CNPJ sob o nº 25.133.789/0001-80**,** vencedor dos ITENS 2,4,6,10,11,12,13,14,15,16 E 17, totalizando o valor de R$ **1.023.545,00 (um milhão, vinte e três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).**

Valor Global de: R$2.085.683,00 (dois milhões, oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 13 de setembro de 2022.

GLORIA MARIA AGUIAR COSTA
Pregoeira

DACILENE RODRIGUES AGUIAR
Equipe de Apoio

SABRINA RITA DOS SANTOS BRITO
Equipe de Apoio

RAIMUNDA MARIA MARTINS RODIGUES
Equipe de Apoio

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 2f74f566fb5c8f8e3401d02b8c52ef53

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022.

REFERENTE AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 262/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 166/2022.

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO – FAMEM, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2022, NA PÁGINA 59.

ONDE LÊ-SE: "VALOR DO CONTRATO: R$ 21.560,00(VINTE E UM MIL E QUINHENTOS E SESSENTA REAIS".

LEIA-SE: "R$ 1.046.430,00 (um milhão e quarenta e seis mil e quatrocentos e trinta reais)."

São Raimundo das Mangabeiras – MA, 13 de setembro de 2022.

Camila Sousa Brito Rocha
Presidente - CPL

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 38543199fca9ae9acaa67a66d4ae7c67

EXTRATO DE CONTRATO- ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2021,PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0308.001/2021-CPL

ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0308.001/2021- CPL, CONCORRÊNCIA PUBLICA SRP Nº 01/2021 -CPL /PMVM-MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM-MA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2022 – SRM
ADESÃO N° 10/2022 – SRM

EXTRATO DE CONTRATO

REFERÊNCIA: CONTRATO N° 277/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, CNPJ: 06.651.616/0001-09.
CONTRATADA: empresa I L C BRANCO ALMEIDA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 19.580.762/0001-32.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS -MA.
LICITAÇÃO: ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0308.001/2021-CPL, CONCORRÊNCIA PUBLICA SRP Nº 01/2021 -CPL /PMVM-MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM-MA.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da assinatura do contrato.
VALOR DO CONTRATO: R$ 506.129,47 (quinhentos e seis mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos).
Órgão: PREFEITURA DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
Unidade: SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE
Função: 26
Subfunção: 782
Programa: 0716
Projeto/Atividade/Oper. Especial: 1-011
26.782.0716.2.084 – Manutenção e Conservação de Pontes e Estradas
Natureza da Despesa - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 13 de setembro de 2022.
ASSINAM: ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA (Prefeito de São Raimundo Das Mangabeiras) E IGOR LIMA CASTELO BRANCO ALMEIDA (Representante legal da empresa I L C BRANCO ALMEIDA LTDA).

Camila Sousa Brito Rocha
Presidente da CPL

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA

Código identificador: c2185c370d3fc362d078831cdfdfb277

DECRETO Nº22, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº22, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania-CMDHC, de São Raimundo das Mangabeiras–MA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, **ESTADO DO MARANHÃO,** no exercício de suas funções e no emprego regular de suas prerrogativas legais,
CONSIDERANDO, o poder-dever da Administração Pública de promover os valores e princípios objetivados pela Constituição Federal de 1988, mediante a implementação de instâncias de controle social na execução e auxílio de formulação das políticas públicas de Direitos Humanos,
CONSIDERANDO, o teor da Lei Municipal nº. 235, 09 de maio de 2022,
CONSIDERANDO, a necessidade de nomeação para compor o Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania-CMDHC, para o biênio 2022-2024;

DECRETA:

Artigo 1º. Ficam nomeados os seguintes membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania-CMDHC, para o exercício da função de Conselheiros, conforme composição abaixo:

I. **Representantes do Poder Público:**

a) Pela Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular Jámaria Cirqueira de Sousa e Silva e como Suplente Ana Amélia Ferreira Barros Rezende;
b) Pela Secretaria Municipal de Educação: Titular Aldair de Sousa Taveira e como Suplente Umbelina Ferreira Arrais;
c) Pela Secretaria Municipal de Saúde: Titular Jaira da Silva Morais e como Suplente Dina Costa e Silva;
d) Pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais: Titular Vinicius Moura Barros e como Suplente Cleane Ramos da Rocha;
e) Pela Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Turismo: Titular Luziana Bispo de Cirqueira e como Suplente Juliana Evaristo Rodrigues;
f) Pela Secretaria Municipal de Esporte: Titular Paulo Weliton Coelho Passarinho e como Suplente Francisco da Silva Neto;

I. **Representantes da Sociedade Civil:**

a) Pela Câmara Municipal de Vereadores: Luís Gomes Costa e como Suplente Raimundo Nonato Pereira de Morais;
b) Pela Comissão Provisória do Núcleo Sindical do Sinproesemma: Titular João Batista da Silva Passos e como Suplente Jobilino Coelho de Carvalho;
c) Pela Associação da Rádio Comunitária FM- Rio Neves: Airton Pinheiro Sandes e como suplente Edinalva Lopes Barbosa Solino;
d) Pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores Familiares: Rosa Maria Alves de Sousa e como suplente Marciano Rodrigues de Miranda;
e) Pelo Conselho Tutelar: Titular Maria de Jesus Brito Fernandes e como Suplente Gelsivan Messias;
f) Pela Prelazia de Balsas- Pastoral da Juventude: Titular Altemon Queiroz da Silva e como Francisca de Cássia Rodrigues da Rocha.

Artigo 2º. O Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania-CMDHC, fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que será responsável pela coordenação e articulação da política pública dos Direitos Humanos.

Artigo 3°. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS – MA, 13 de setembro de 2022.

_____
ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA
Prefeito

Publicado por: LEANDRA DA SILVA SANTOS
Código identificador: fb63f4550883ae7365dea4f1e0b158cd

LEI N.246, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

LEI N.246, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a criação do processo de seleção meritocrática da gestão escolar do Município de São Raimundo das Mangabeiras - MA, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:
Art. 1º Esta lei institui a criação do processo de seleção meritocrática da gestão escolar, para os cargos e/ou funções de diretor escolar, em cumprimento às metas do Plano Municipal de Educação, atreladas ao art. 14, §1º, I, da Lei n. 14.113 de 25 de dezembro de 2020.
Art. 2º Fica condicionado que, para o exercício do cargo de diretor escolar, o cidadão deverá participar e ser qualificado em seleção meritocrática.
Art. 3º O processo de seleção meritocrática e de desempenho da gestão escolar dár-se-á através de edital, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que definirá os critérios de formação mínima e análise de currículo.
§1º Poderão se candidatar no processo seletivo simplificado candidatos com ou sem vínculo efetivo com a Secretaria Municipal de Educação de São Raimundo das Mangabeiras - MA, desde que atendam aos requisitos a serem estabelecidos no referido edital.
§2º O processo seletivo disciplinado neste artigo terá vigência pelo período de 04 (quatro) anos.
Art. 4º Serão qualificados neste processo aqueles que tenham atingido o quantitativo mínimo de pontuação definido no edital.
Art. 5º Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal indicar/nomear os membros da gestão escolar dentre os qualificados.
Art. 6º A qualificação por edital não muda a essência do cargo, que continuará a ser de livre nomeação e exoneração.
Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Raimundo das Mangabeiras, 13 de setembro de 2022.

ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA
PREFEITO

Publicado por: LEANDRA DA SILVA SANTOS
Código identificador: 3cac503a4a114b1ec216d40652e316fa

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO Nº 11/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO Nº 11/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

O Prefeito Municipal de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, § 1º e 2º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a senhora HIANCA GUEDES DE MOURA, Engenheira Civil, CREA/TO – 241956651-3, para promover o acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO N° 277/2022**, objeto da ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0308.001/2021-CPL, CONCORRÊNCIA PUBLICA SRP Nº 01/2021 -CPL /PMVM-MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM-MA, e a empresa: I L C BRANCO ALMEIDA LTDA CNPJ N°19.580.762/0001-32, cujo objetivo é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS -MA.**

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Raimundo das Mangabeiras, aos 13 dias do mês de setembro de 2022.

Accioly Cardoso Lima e Silva
Prefeito

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 67fc983bc5329df9e9eb5501f38d04e4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO Nº 006/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Adesão nº 006/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2111722.065/2022
REQUISITANTE: - Secretaria Municipal de Educação – SEMED
PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2022 – SRP

Referente: Ata de Registro de Preço nº 011/2022 de Olho D´água das Cunhãs - MA

Tendo em vista as informações constantes dos autos, referente ao ADESÃO nº 006/2022, para a fornecimento de **livros didáticos,** para atender as demandas da secretaria de educação do município de Satubinha/MA, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, **RATIFICO** e **HOMOLOGO** o objeto, em favor da empresa **L F EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIRELI - EPP,** inscrita no CNPJ nº 31.664.917/0001-09, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 145, Sala 04 – Apeadouro – CEP: 65.030-005 – São Luís – MA, neste ato representada pelo Sr. Luiz Felipe Aranha Pinheiro, no valor global de R$ 487.825,41 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos).

Publique-se.

Satubinha (MA), 13 de setembro de 2022.

ORDENADOR DE DESPESA

Heneile Regina Pires Franklin
Portaria nº 050/2021 – GAB/PMS
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA – MA

Publicado por: PABLO MATEUS DE ALMEIDA MORAIS
Código identificador: 6ce6716ea1913e836e89777c98c2fa03

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2022. Processo Administrativo nº 2111722.051/2022**.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBINHA – MA, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em assessoria e consultoria em controle interno e elaboração e implantação de rotinas e procedimentos nos seguintes setores: Protocolo, CPL, Compras, Contabilidade e Setor Pessoal, para o município de Satubinha – MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em

conformidade com a Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 006/2021, de 12 de janeiro de 2021, Leis complementares nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e as condições do Edital à realizar-se às **10:00 horas** do dia **29 de setembro de 2022**. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site https://www.portaldecomprassatubinha.com.br no dia e horário marcados. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.portaldecomprassatubinha.com.br, site da Prefeitura Municipal de Satubinha em sua Home, no portal da Transparência do Município endereço eletrônico: http://satubinha.ma.gov.br/transparencia/licitacoes e também poderá ser consultado e obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação-CPL, localizada no Prédio da Prefeitura à Av. Matos Carvalho, nº 310 - Centro - Satubinha - Ma, de 2ª a 6ª, das 08:00 ás 12:00 horas, podendo ainda ser solicitado através do E-mail: pmsatubinhacpl@hotmail.com. Satubinha (MA), 06 de setembro de 2022. Elenice dos Anjos Pacheco Pereira –Pregoeira.

Publicado por: PABLO MATEUS DE ALMEIDA MORAIS
Código identificador: 1462e6821b92902efac39193963d45b5

LEI MUNICIPAL 385/2022

LEI MUNICIPAL 385/2022

“DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE DIRETORES DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SATUBINHA-MA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Orlando Pires Franklin, PREFEITO MUNICIPAL DE SATUBINHA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei*:*

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a escolha de **DIRETORES** dos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal de Satubinha-MA, será feita por meio de processo de seleção, levando em consideração os critérios técnicos, de qualificação profissional e de desempenho profissional, com a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Art. 2º - São Atribuições do Diretor Escolar:
I – Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;
II – Coordenar, em concordância com o Colegiado Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do projeto administrativo, pedagógico, financeiro e relacional através Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação da Escola, em observância as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação**;**
III - Coordenar a implementação do Projeto Pedagógico da Escola, assegurando sua unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;
IV - Submeter ao Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação, o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros;
V- Submeter à aprovação da Secretaria Municipal de Educação o Plano de Ação da Unidade Escolar;
VI - Submeter ao Conselho Fiscal da Unidade Executora, para exame e parecer, no prazo regulamentar, a prestação de contas;
VII - Divulgar à comunidade escolar, a movimentação financeira da escola;
VIII - Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnicas, administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;
IX - Apresentar, semestralmente, à comunidade Escolar e poder executivo, os resultados da avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e alcance das metas e estratégias estabelecidas na Politica Municipal de Recuperação das Aprendizagens;
X - Apresentar, anualmente, à Secretaria de Educação e a comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação da Escola, a avaliação interna da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e alcance das metas estabelecidas;
XI - Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;
XII - Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emanadas dos órgãos do Sistema de Ensino;
XIII - Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 3° Só poderão participar do processo de seleção ao cargo de Diretor os profissionais de ensino, em efetivo exercício, que não tenham sofrido punições disciplinares administrativas nos últimos cinco (05) anos anteriores à data final de homologação do processo de seleção e que atendam aos seguintes requisitos:
I - Pedagogo com licenciatura plena;
II - Professor com Licenciatura Plena acrescido de Especialização na área de Gestão Escolar ou afins, ou curso de aperfeiçoamento específico que somem no mínimo 360 horas;
III - Detentor de cargos em efetivo exercício de professor ou pedagogo com experiência em docência;
IV - Apresente um Plano de Gestão Escolar com objetivos e metas e estratégias em consonância com os dispositivos legais;
§ 1° Nas unidades de Ensino que os interessados em participar da seleção ao cargo de Diretor não atendam aos requisitos I e II do Art. 3°, será permitida a seleção do professor licenciado, desde que em seu Plano Gestor, apresente o compromisso de se aperfeiçoar ou se especializar em Gestão Escolar no primeiro ano do mandato caso seja selecionado.

§ 2° A carga horária do Diretor será distribuída da seguinte forma:
a) Diretores com apenas uma matricula lotados em Unidades Escolares funcionem dois (02) ou três (03) turnos terão carga horária máxima de oito (08) horas diárias de trabalho;
b) Diretores com duas matriculas lotados em Unidades Escolares que funcionem os três (03) turnos terão carga horária máxima de dez (10) horas, distribuídas nos turnos que houver maior conveniência da unidade escolar;
§ 3° As gratificações de função, atribuídas aos servidores no exercício de direção de Unidades Escolares, constam no Plano de Cargos Carreiras e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal;
§ 4° O (a) servidor (a) que tenha exercício na Rede Municipal de ensino, em mais de uma unidade escolar, poderá participar do processo de seleção, em apenas uma unidade de ensino;

Art. 4º A Secretária Municipal de Educação em consonância com o Conselho Municipal de Educação nomeará uma Comissão Geral de Organização, Avaliação e de Acompanhamento do processo de seleção de Diretores Escolares, de acordo com os critérios já estabelecidos nas Leis Ordinárias Nº329/2015 e 357/2018, que tratam do Sistema Municipal de Educação e Plano Municipal de Educação;

Art. 5° Para o cumprimento desta Lei, a Secretaria Municipal de Educação providenciará:
I – Edital regulamentando e disciplinando o processo de seleção de diretores escolares e suas etapas;
II – As etapas da seleção de diretores escolares são: Curso de Pedagogia ou outra licenciatura com especialização em gestão escolar ou afins e suas competências, prova de título e entrevista do perfil profissional;
III – As etapas terão caráter eliminatória e classificatória de uma etapa para a outra, ficando para a última etapa os selecionados na etapa anterior;
IV - Identificação das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino considerando o número de alunos existentes e o turno ou turnos de funcionamento;
V - A divulgação das normas que disciplinam a seleção dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;

Art. 6º Será considerado apto para a última etapa – o (a) selecionado (a) aprovado em todas as etapas do processo;

Art. 7º O mandato da direção da unidade escolar será de 2 (dois) anos, permitida a recondução ao cargo, após avaliação satisfatória.
§ 1° Entende-se por recondução a permanência na direção da escola, em dois ou mais mandatos consecutivos.

Art. 8º O mandato e nomeação ocorrerão na primeira quinzena de janeiro do ano seguinte ao processo, sendo este 30 (trinta) dias antes de seu término.
Parágrafo único: A direção em exercício na unidade escolar deverá apresentar, até o último dia escolar do ano, em assembleia, relatório do caixa escolar, inventário patrimonial e material da unidade de ensino, bem como encaminhar uma cópia para arquivo à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá em Portaria normas para avaliação da execução do Plano de Gestão, devendo constar entre outros os seguintes indicadores e critérios:
I - cumprimento do calendário escolar,
II - frequência dos professores e alunos:
III - cumprimento das metas e estratégias previstas no Plano da Escola
IV - planejamento, utilização e regularidade nas prestações de conta dos recursos financeiros da escola:
V - elaboração e cumprimento do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar:
VI - taxa de aprovação dos alunos;
VII - cumprimento de prazos para envio de dados à Secretaria de Educação.

Art. 10 Ocorrerá vacância do cargo de Diretor:
I - por término do mandato;
II - renúncia;
III - falecimento;
IV- exoneração; ou,
V - demissão
§ 1°A exoneração do Diretor ocorrerá nos seguintes casos:
a) falta de idoneidade moral, disciplinar, assiduidade, desvio moral ou qualquer outra infração administrativa apurada em sindicância ou processo administrativo disciplinar;
b) condenação em processo judicial com sentença transitado em julgado;
c) perda da capacidade de movimentar conta bancária, junto às instituições financeiras no transcorrer do mandato, após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para regularização das pendências.
d) em outros casos que sejam disciplinados pela Secretaria Municipal Educação.

Art. 11 Ocorrendo a vacância do cargo de Diretor, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a nomear um servidor qualificado para a função, levando em consideração os critérios estabelecidos nesta lei e em edital até ocorrer um novo processo de seleção para a unidade de ensino;

Art. 12 Compete ao Conselho Municipal de Educação, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação regulamentar, através de Resolução e/ou Parecer, as normas complementares necessárias à realização do processo de seleção de diretores escolares;

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revoga-se as disposições em contrario.

Satubinha/MA /MA, 13 de Setembro de 2022.

Orlando Pires Franklin
Prefeito Municipal
Município de Satubinha - MA

Publicado por: PABLO MATEUS DE ALMEIDA MORAIS
Código identificador: 51b14b218c15bb43164dbef0c7ce976c

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROCQUE

DECRETO N.º 079/2022, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 INSTITUEM, NO MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE – MA,

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR LA ROCQUE

Decreto n.º 079/2022, de 12 de setembro de 2022

INSTITUEM, NO MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE – MA, E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES E VICE-DIRETORES E VICE-DIRETORES E VICE-DIRETORES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR LA ROCQUE – MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal e ainda, em conformidade com a Lei municipal de n.º **01/2012** publicada no diário oficial do Estado do Maranhão em 17 de setembro de 2012, **DECRETA**:

Art. 1 - As eleições para diretores e vice-diretores de unidades escolares Municipais serão realizadas no último dia letivo do mês de novembro, sendo que a primeira realizar-se-á no 06 de novembro de 2022.

§ 1º - O diretor e vice-diretor serão eleitos pela comunidade escolar, por voto direto, secreto e facultativo, ficando proibido o voto por representação.

§ 2° - A Comunidade Escolar compreende:

I. O pai ou a mãe ou o responsável direto pelo educando, quando da sua matrícula para o ano letivo;
II. o corpo técnico-docente e administrativo em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 2 - O direito de voto será exercido uma só vez pelo eleitor.
Art. 3 - O mandato do diretor será de 2 (dois) anos, com início em 1° de janeiro de 2023, permitida a reeleição para mais períodos se assim a comunidade escolar julgar conveniente.

Art. 4 - O provimento do cargo ou função de diretor e vice-diretor escolar se dará por eleição ser realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em curso e avaliação de mérito e desempenho.

I. Ser professor (a) da Rede de Ensino Municipal de Educação;
II. Possuir licenciatura em Pedagogia e/ou formação em outra Licenciatura Plena com Especialização (Latu Sensu), devidamente comprovada através de diploma reconhecido pelo MEC.;
III. Compor o quadro funcional do Estabelecimento de Ensino o qual tenha a intenção de se candidatar a gestor, no mínimo por 01 (um) anos;
IV. Ter cumprido o estágio probatório;
V. Não estar sofrendo processo disciplinar administrativo, na condição de servidor municipal, comprovado através de Declaração do Departamento Jurídico Municipal;
VI. Não ter sido condenado, em ação penal por sentença irrecorrível, nos últimos três anos, comprovado através de certidão criminal emitida em cartório;
VII. Que tenha participado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das atividades de formação continuada para profissionais da educação;
VIII. O exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor de Escola é incompatível com qualquer atividade político-partidária, devendo, o eleito, estar desfiliado de qualquer partido até a data prevista para a sua posse;
IX. Residir no município de Senador La Rocque – MA;
X. Frequentar curso preparatório para gestores escolares ofertado previamente as inscrições para o pleito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com frequência mínima de 80% (oitenta por cento) nas atividades;
XI. Obter no curso preparatório para gestores escolares, após aplicação de prova objetivas e/ou subjetivam média igual ou superior a 80% (oitenta por cento) da nota máxima possível.

Parágrafo único - Nas eleições subsequentes só poderão candidatar-se às funções técnico-pedagógicas de Diretor e Vice-Diretor, os professores com graduação em pedagogia e/ou licenciatura plena e especialização em gestão escolar.

Art. 5 - O candidato poderá registrar-se apenas em um estabelecimento de ensino.

Art. 6 - Nos estabelecimentos de ensino onde não houver candidato ou candidato eleito, a Secretaria da Educação designará um diretor pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da posse dos eleitos, quando novo processo eleitoral será realizado, conforme critérios a serem estabelecidos pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e aprovados pelo Secretário da Pasta.

Art. 7 - Esta lei não se aplica aos estabelecimentos de ensino:
I - conveniados;

Art. 8 - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos, de acordo com a seguinte fórmula:

V(X)= PA(X).50 + PF(X).50
VVPA VVPF

Onde:
V(X) = total de votos alcançados pelo candidato.
PA(X) = número de votos de pais e para o candidato.
VVPA = número total de votos válidos de pais.
PF(X) = total de votos de professores e funcionários para o candidato.
VVPF = número total de votos válidos de professores e funcionários.

§ 1° - Não serão computados como válidos os votos nulos.

§ 2° - Em caso de empate será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato que:

I. Tenha mais tempo de exercício no magistério Municipal;
II. tenha mais tempo de exercício no estabelecimento de ensino;

Art. 9 - O candidato único deverá obter 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos para ser considerado eleito.

Art. 10 - Para organizar, coordenar e fiscalizar o processo eleitoral como instancia superior será constituída uma Coordenação Eleitoral, composta por um representante titular e um suplente de cada um dos segmentos da comunidade escolar, não sendo permitida a participação dos candidatos, dos atuais ocupantes das funções de Diretor e Vice-Diretor.

§ 1º A coordenação eleitoral será composta da seginte forma:
01 (um) representante da SEMED, que presidirá a coordenação;
01 (um) representante dos servidores da educação municipal, indicado(a) pelo Sindicato da categoria, que será o secretario(a) da coordenação;
01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores, na qualidade de vogal;
01 (um) representante dos pais, na qualidade de vogal;

Art. 11 - Haverá em cada estabelecimento de ensino uma Comissão Eleitoral que se encarregará da condução do processo de escolha do candidato pela comunidade escolar.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral será composta por um representante de cada segmento da Comunidade Escolar, desde que apto a votar.

Art. 12 - O registro de candidato a diretor será feito junto à Comissão Eleitoral da Escola, acompanhado do respectivo Plano de Gestão Escolar, em consonância com a proposta pedagógica da Escola.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral convocará a Assembleia Geral da Comunidade Escolar para que os candidatos apresentem seu Plano de Gestão Escolar.

Art. 13 - Na vacância da função de diretor e vice-diretor nos primeiros 12 (doze) meses, responderá pela função o Secretário-Geral, por um prazo de até 90 (noventa) dias, quando novo processo eleitoral se realizará.

§ 1° - Ocorrendo a vacância nos últimos seis meses, o Secretário-Geral completará o mandato do diretor, desde que preencha os requisitos do art. 4° e seus incisos.

Art. 14 - Em estabelecimento de ensino recém-instalado, seja por criação, seja por desmembramento ou que, em virtude de ampliação de atendimento, vier a comportar a função de diretor e vice-diretor, até o suprimento na forma desta lei, será designado, para o exercício da referida função, servidor do Quadro do Magistério, que tenha no mínimo licenciatura plena e esteja em exercício na unidade de ensino, segundo critérios a serem estabelecidos pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e aprovados pelo Secretário da Pasta.

Art. 15 - Perderá a função o diretor que for condenado penalmente, com sentença transitada em julgado, podendo, ainda, ser destituído da função por ato do Secretário da Educação, desde que se constate falta grave ou por iniciativa da Comunidade Escolar, com a vontade expressa da maioria absoluta dos seus membros votantes, em Assembleia Geral, convocada para esse fim.

Art. 16 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário da Educação, após ouvida a Comissão Municipal de Gestão Escolar e a Coordenadoria de Gestão, especialmente constituída para esse fim.

Art. 17 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Municipal de Senador La Rocque – MA, 12 de setembro de 2022.

Bartolomeu Gomes Alves
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o intuito de normatizar a escola como espaço privilegiado para discutir a sociedade, considerando prioritariamente a necessidade de consolidar o processo de democratização da escola, tendo como base a integração entre três eixos fundamentais – escola, família e comunidade.
Desta forma, o processo de seleção para gestores das unidades escolares vem significar importante avanço para a Rede Municipal de Ensino da Cidade de Senador La Rocque, por retratar a oportunidade de participação das partes que compõem o universo escolar, permitindo assim o verdadeiro sentido de pertencimento, tão valioso quando se tem uma finalidade a ser alcançada – gestão competente alicerçando a educação de qualidade.
Assim sendo, partindo do princípio que Educação é compromisso de todos e responsabilidade de cada um, o processo de seleção para gestores das unidades escolares vem corroborar para o estabelecimento de uma verdadeira gestão democrática.
A eleição de diretores de escolas públicas pela comunidade escolar é uma das muitas conquistas da educação, uma vez que o processo aproxima a população do ambiente escolar e ao mesmo tempo permite que a escola seja gerida por uma direção que tenha sobre seu trabalho a confiança de pais e estudantes.
Ainda neste sentido, com esse Projeto de lei fica inibida a total indicação ou apadrinhamento partidário, sendo de total escolha dos pais, alunos e funcionários do ambiente escolar.
Diante de todo exposto, espero contar com o apoio dos ilustres edis, na aprovação desta lei que certamente qualificará os processos de eleição das equipes diretivas das escolas.

Senador La Rocque – MA, 02 de setembro de 2022.

Bartolomeu Gomes Alves
Prefeito Municipal

Publicado por: RODRIGO PIRES CASTELO BRANCO NETO
Código identificador: 7ce4aed0e7f12f6bf88705d961d9eefb

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2022. PREGÃO ELETRÔNICO 016/2022 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2707.16/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO/ ITEM
DATA: 26/08/2022
ABERTURA: 11:00 HORAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2022. PREGÃO ELETRÔNICO 016/2022 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE URNAS FUNERÁRIAS, COM TRANSLADO E AS VESTES MORTAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2707.16/2022. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Aos 06 (seis) dias do mês de setembro do ano de 2022, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE/MA**, reuniram-se na sala da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, situada no Prédio da Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, a Senhora **Ivon- Carla Rego dos Santos**, Secretária Municipal de Assistência Social, responsável pelos Registros de Preços da Secretaria Municipal de Assistência Social, denominado: ORDENADOR DE DESPESAS E ÓRGÃO GERENCIADOR da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2022** e a Senhora: **Andressa da Conceição Costa de Sousa** portador do RG: 040781962010-5 -SESP MA CPF: 606.856.453-39, representante da empesa: **ANDRESSA DA CONCEICAO COSTA DE SOUSA " FUNERARIA JOTA PAX "** inscrita no **CPNJ sob o Nº 26.737.347/0001-05**, sistuado na R 7 DE Setembro, Nº 967, Bairro Centro, Paraibano – Ma, CEP: 65.670-000, respectivamente, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na regulamentação feita pelos Decreto Municipal nº 016 e 017/2021 de 28 de Abril de 2021, em face da proposta vencedora apresentada no Pregão Eletrônico nº 016/2022- SRP, cuja ata e demais atos foi homologado pelas autoridades administrativas, **RESOLVE REGISTRAR** os preços dos produtos propostos pela empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, conforme as cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta ATA é o REGISTRO DE PREÇOS dos itens da empresas vencedoras, conforme dados abaixo, para o futuro e eventual fornecimento de urnas funerárias, com translado e as vestes mortais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ATA, conforme condições e especificações constantes do edital do PREGÃO ELETRÔNICO N. 016/2022 – Sistema de Registro de Preços - SRP, bem como das propostas comerciais das PROMITENTES CONTRATADAS.

Dados da Empresa: Razão Social: **ANDRESSA DA CONCEICAO COSTA DE SOUSA " FUNERARIA JOTA PAX "**	
CNPJ: **26.737.347/0001-05**	Inscrição Estadual: 12.511197-5
Endereço: R 7 DE Setembro, Nº 967, Bairro Centro Paraibano - Ma - Cep: 65.670-000	Inscrição Municipal:
Tel./Fax: (99) 8118-8433	EMAIL:

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações dos Licitantes REGISTRADOS, entre outras:

I. Assinar o contrato de fornecimento com o MUNICÍPIO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal.

II. Os produtos deverão ser entregues diretamente nas dependencias da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme solicitações, acompanhada das respectivas notas fiscais onde os produtos recebidos serão fiscalizados e conferidos pelo setor de compras do Município em prazo não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir da data da ordem de fornecimento.

III. Providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento dos produtos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

IV. Reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2022 - SRP.

V. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

VI. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

VII. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o MUNICÍPIO e os Órgãos Participantes isentos de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

VIII. Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando o MUNICÍPIO e os Órgãos Participantes de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação, sendo vedada sua prorrogação, exceto seja editado novo regramento pelos órgãos oficiais durante a vigência da mesma.

DO REGISTRO DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade e o fornecedor dos materiais constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	V. UNIT	V. TOTAL
1	URNA FUNERÁRIA POLIDA COM VISOR 1,90M	20	UND	R$ 1.100,00	R$ 22.000,00
2	URNA FUNERÁRIA POLIDA COM VISOR 1.70M	20	UND	R$ 1.120,00	R$ 22.400,00
8	URNA FUNERÁRIA SIMPLES 0.60M U	5	UND	R$ 470,00	R$ 2.350,00
9	KIT VESTUÁRIO MORTUARIO, MASCULINO OU FEMININO.	20	UND	R$ 215,00	R$ 4.300,00
10	TRANSLADO EM VEÍCULO FUNERÁRIO, RODOVIA PAVIMENTADA, KM RODADO.	30000	KM	R$ 3,50	R$ 105.000,00
VALOR TOTAL					R$ 156.050,00

CLÁUSULA QUINTA: A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e autorização do Município e do fornecedor, sem prejuízo das quantidades registradas nesta Ata.

Parágrafo único: As contratações adicionais previstas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações do MUNICÍPIO, entre outras:

I. Gerenciar, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE/MA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através do setor de compras/Secretarias Municipais.

IV. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;

.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão ELETRÔNICO nº 016/2022 - SRP, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, formalização seus respectivos contratos obedecendo os itens e quantidades de cada Secretaria, podendo também conforme o caso a Autoridade competente formalizar uma único contrato com os itens e quantidade de todas as Secretarias participantes.

CLÁUSULA OITAVA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato.

DO PAGAMENTO À CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA: O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos bens de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento será efetuado através de deposito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido o disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE/MA, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE/MA deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão ELETRÔNICO, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;

III. Convocar, pela ordem de classificação do PREGÃO ELETRÔNICO, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Registro de Preços dos fornecedores registrados será cancelado quando:

I. Houver interesse público, devidamente fundamentado;

II. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de

Preços;

III. O fornecedor não assinar o contrato no prazo determinado neste edital, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO;

IV. Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;

V. O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;

VI. Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os preços da presente Ata serão irreajustáveis durante a validade desta Ata;

Parágrafo Único: Nas hipóteses previstas no Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, o MUNICÍPIO poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de SUCUPIRA DO NORTE - MA por prazo de até 5 (cinco) anos;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

III - Advertência.

IV - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega dos produtos ou atraso na sua substituição, e por ocorrência de ato ou fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

V - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de SUCUPIRA DO NORTE - MA pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

I. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para o MUNICÍPIO;

II. Execução insatisfatória ou inexecução da entrega do material, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

III. Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICÍPIO ou dos órgãos municipais;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega dos bens, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no inciso II da Cláusula Décima Quinta, poderá o MUNICÍPIO optar pela rescisão do Contrato.

Parágrafo Primeiro: As multas a que se refere o inciso II da Cláusula Décima Quinta não impede que o MUNICÍPIO rescinda, unilateralmente, o Contrato ou cancele o Registro de Preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas na Cláusula Décima Quinta, em seus incisos I, III e IV, facultada o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório da PROMITENTE e/ou CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo MUNICÍPIO;

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pelo MUNICÍPIO, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o MUNICÍPIO poderá, se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo do MUNICÍPIO, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao MUNICÍPIO ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista nesta cláusula, é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2022 - SRP e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência Anexo I, do PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2022 - SRP, conforme decisão do Pregoeiro do MUNICÍPIO, lavrada em Ata e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE/MA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca do Município de SUCUPIRA DO NORTE/MA, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 01 (uma) vias de igual teor e forma.

SUCUPIRA DO NORTE – MA, 06 de setembro de 2022.

_____
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ivon- Carla Rego dos Santos
Secretária Municipal de Assistência Social
ÓRGÃO GERENCIADOR

_____
ANDRESSA DA CONCEICAO COSTA DE SOUSA " FUNERARIA JOTA PAX "
CPNJ Nº 26.737.347/0001-05
Representante: Andressa da Conceição Costa de Sousa
CPF: 053.109.253-41
FORNECEDOR/DETENTOR DO REGISTRO

TESTEMUNHAS:

_____
CPF:

_____
CPF

Publicado por: AILTON RODRIGUES LOPES
Código identificador: 2631fb01865989c51b1a585de971e92c

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 017.014/2021

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 017.014/2021. PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 017/2021. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sucupira Do Norte - MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. OBJETO: Fornecimento de Material Permanente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sucupira do Norte - MA. DATA DA ASSINATURA: 20/06/2022. CONTRATADO: D. FREITAS LIMA - ME, PRAÇA DO MERCADO, Nº 14, BAIRRO CENTRO, LORETO/MA, CNPJ Nº 08.430.734/0001-12. REPRESENTANTE: Delva Freitas Lima, portadora do CPF: 014.794.003-60. VALOR DO CONTRATO: R$ 5.475,00 (cinco mil e quatrocentos e setenta e cinco reais). UNIDADE: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS - DOTAÇÃO: 08.244.0011.2051.0000 MANUT. FUNC. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA - 4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente. VIGÊNCIA: 31/12/2022. BASE LEGAL: Decreto Federal nº 10.024/19, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Ivon-Carla Rego dos Santos - Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por: AILTON RODRIGUES LOPES
Código identificador: 52b1455b9101af036c90b2694fb7494d

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

DECRETO 011/2022 – GAB, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE AS REGRAS BÁSICAS PARA SELEÇÃO DE GESTORES DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO/MA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando a necessidade de estabelecer critérios técnicos por meio de uma avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério interessados em assumir a Gestoria de escolas da rede municipal de ensino.

DECRETA:

Art.1° Haverá Processo Eleitoral para a Função de Diretor Geral, exclusivamente nas Escolas e/ou anexos, onde tiver Caixa Escolar ativo, onde houver um número acima de 150 alunos.
Art.2° A escolha do candidato para o cargo de Gestor de Escola Municipal, dar-se-á, por meio de critérios técnicos de avaliação prévia de mérito e desempenho, atendendo ao disposto no art. 14, § 1°, inciso I, da Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020.
Art.3° A prévia avaliação é obrigatória para todos os candidatos à direção que pretendem participar da consulta à comunidade, mesmo que seja candidato único, ou que já esteja no cargo ou função de direção.
Art.4° Podem participar da seleção para concorrer posteriormente ao cargo de Diretor Escolar apenas servidores efetivos, ocupantes do cargo de Professor, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública do (município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão, de que trata a Lei 471 de 22 de novembro de 2013, que tenham, cumulativamente:
I - sido aprovados no estágio probatório;
II - título de graduação em pedagogia ou licenciatura com especialização/MBA em gestão escolar e/ou supervisão escolar;
III - no mínimo, 03 (três) anos de experiência docente;
IV – atue na escola há 06 meses no mínimo, podendo candidatar-se ao cargo de gestor escolar, somente na escola ao qual está vinculado;
V - disponibilidade para dedicação exclusiva à função pública pretendida.
Art.5° Cada seleção reger-se-á por edital, que especificará conteúdos e estratégias a serem utilizadas em cada etapa do processo.
Art.6° Serão considerados em condições de participarem da consulta à comunidade, os profissionais que obtiverem no processo de seleção, o mínimo de 50 (cinquenta) pontos, ou 50% (cinquenta por cento) do total de 100 (cem) pontos da avaliação.
Parágrafo Único Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos mencionados no artigo 3, ou, se não houver candidato aprovado de acordo com o disposto no artigo 5 para ocupar um cargo vacante, a Secretaria de Educação poderá nomear um gestor, em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 1 ano.
Art.7° A avaliação será efetuada por uma comissão de servidores especificamente constituída por Portaria, com os seguintes membros:
I - Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;
II - servidor da área de recursos humanos;
III - o Procurador Jurídico ou servidor indicado por ele;
IV - representante dos gestores de escola de ensino

fundamental ou centro municipal de educação infantil indicado pelo Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;
V - representante de pais dos alunos escolhidos em assembleia.
§ 1° A Comissão será presidida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.
Art. 8° A Comissão divulgará aos candidatos o resultado da avaliação, sendo impedidos de participar da consulta á comunidade aqueles que não alcançarem a pontuação mínima fixada neste Decreto.
Art 9° A primeira edição da consulta pública para eleição dos Gestores das escolas municipais, deverá ocorrer num prazo máximo de 240 dias para a zona urbana e até 01 (um) ano zona rural, a contar da publicação deste decreto.
Art 10° No ato da posse, o Gestor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.
Art. 11° É de 02 (dois) anos o mandato do Gestor Escolar a que se refere este Decreto, sendo permitida a recondução ao mesmo cargo ou função.
Art. 12° A Secretária de Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e o Conselho Municipal de Educação, ficarão responsáveis pelo monitoramento e avaliação semestral do desempenho dos Gestores Escolares eleitos nos termos deste Decreto.
§ 1º Ao longo de cada mandato, os Gestores das Escolas, mencionados no "caput" deste artigo devem cumprir metas de desempenho definidas para indicadores de gestão pedagógica e administrativa, sob pena de exoneração do Gestor Escolar.
Art. 13° O Gestor Escolar eleito nos termos deste Decreto, poderá ser exonerado pelo Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, da sua função de Gestor Escolar quando:
I - condenado em Processo Administrativo Disciplinar, transitado e julgado;
II – aplicar inadequadamente os recursos financeiros destinados à unidade escolar;
III – descumprir o Plano de Gestão Escolar;
IV – apresentar desempenho ineficiente como Gestor Escolar.
Art. 14° Incumbe ao Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia baixar os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.
Art. 15° O instrumento de avaliação para postulação para o cargo de gestor escolar constará no edital de seleção para o referido cargo.
Art. 16° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE – SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS TREZE DIAS DO MÊS SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

ROBERTH CLEYDSON MARTINS COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: 9d2da4c1d4e92a98c902234ffa063a9d

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

AVISO DE ADIAMENTO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

AVISO DE ADIAMENTO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

A Prefeitura Municipal de Viana/ MA, por meio da Presidente da CPL, torna público aos interessados que fará o adiamento de licitação na modalidade Tomada de preço, na forma presencial, do tipo menor preço global, em regime de Empreitada por preço Global, tendo por objeto e a **Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a reforma e urbanização da Praça do São Benedito no Município De Viana/MA.** A realização do certame que estava prevista para o dia **15 de setembro de 2022, às 15h00min (quinze horas)** – horário local de Viana/MA, **foi adiada para o dia 03 de outubro de 2022, às 15h00min (quinze horas)**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, onde poderão ser adquiridos mediante o recolhimento da importância de R$50,00 (cinquenta reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou consultado de forma gratuita no portal da transparência do município. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: vianacpl@gmail.com e em www.viana.ma.gov.br, e no SINC-CONTRATA - Sistema de Informações para Controle.

Viana/ MA, 13 de setembro de 2022.

KELLY REGINA SANTOS DE MACÊDO
Presidente da CPL
Portaria Nº330/2022

Publicado por: KELLY REGINA SANTOS DE MACEDO
Código identificador: b8cdd741e09db4393303d19a092685b5

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA/MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 579/2022. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 06.439.988/0001-76 E HOSPMED LTDA CNPJ: 00.156.820/0001-77. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para aquisição de insumos e materiais odontológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Viana/MA, BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações. **DO VALOR**: R$975.300,60 (Novecentos e setenta e cinco mil, trezentos reais e sessenta centavos) **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** 02 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 02 08 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 Saúde 10 301 Atenção Básica 10 301 0428 ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADA 10 301 0428 2033 0000 Manutenção do Programa Saúde Bucal 3.3.90.30.00 Material de Consumo 1.600 Fontes de Recursos Origem da Fonte Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco 02 08 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 02 08 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 Saúde 10 122 administração Geral 10 122 0007 Administração e Planejamento 10 122 0007 2123 0000 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 3.3.90.30.00 Material de Consumo 1.600 Outros Recursos Origem da Fonte de Recursos Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco SIGNATÁRIOS: JANAIRA SILVA SÁ, Secretário Municipal de Saúde - CONTRATANTE e HOSPMED LTDA - CONTRATADO. Viana/MA, 09 de setembro de 2022.

Publicado por: KELLY REGINA SANTOS DE MACEDO
Código identificador: e2467ec40f7744ba192b148c05087aac

PORTARIA Nº 0362, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DO SERVIDOR FÁBIO HENRIQUE COSTA CAMPOS DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR SÊNIOR E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos III, VII e VIII, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, o servidor **FÁBIO HENRIQUE COSTA CAMPOS,** Matrícula nº 18.960-1, inscrito no Registro Geral sob o nº 1144388993-GEJUSP/MA e no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 010.082.823-08, do cargo comissionado de **ASSESSOR SÊNIOR,** Símbolo CLN-03, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, órgão integrante da estrutura administrativa do município de Viana.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2022.

CARLOS AUGUSTO FURTADO CIDREIRA
Prefeito

Publicado por: LUíS EDMUNDO COUTINHO DE BRITTO
Código identificador: c77471eb145ed3650e974587459939db

PORTARIA Nº 0363, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À ASSIDUIDADE À SERVIDORA AILISE ROCHA MENDONÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos III, VII e VIII, todos da Lei Orgânica do Município c.c. a Lei Ordinária nº 58, de 26 de junho de 1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Viana,

R E S O L V E

Art. 1º. CONCEDER à servidora **AILISE ROCHA MENDONÇA**, Professora, Matrícula nº 437-2, inscrita no Registro Geral sob o nº 031579382006-4-SESP e no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 529.085.423-15, Licença Prêmio por Assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, com início no dia 10 de setembro de 2022 e término no dia 10 de dezembro de 2022, relativo ao período aquisitivo que se iniciou no dia 02 de março de 2005 e findou no dia 01 de março de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, aos 09 (nove) dias do mês de setembro do ano de 2022.

CARLOS AUGUSTO FURTADO CIDREIRA
Prefeito

Publicado por: LUíS EDMUNDO COUTINHO DE BRITTO
Código identificador: 1a5bd1b6a48a64e5e00818907aff9c5a

PORTARIA Nº 0364, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos III, e XIV, todos da Lei Orgânica do Município c.c. a Lei Ordinária nº 58, de 26 de junho de 1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Viana e Decreto nº 160, de 28 de janeiro de 2022,

R E S O L V E

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2022, instaurado em face do servidor efetivo N.S.C., vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2022.

CARLOS AUGUSTO FURTADO CIDREIRA
Prefeito

Publicado por: LUíS EDMUNDO COUTINHO DE BRITTO
Código identificador: 873aa4aa5525f34d68fd54ff63e48a16

PORTARIA Nº 0365, DE 13 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos III, e XIV, todos da Lei Orgânica do Município c.c. a Lei Ordinária nº 58, de 26 de junho de 1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Viana e Decreto nº 160, de 28 de janeiro de 2022,

R E S O L V E

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2022, instaurado em face do servidor efetivo S.D.O., vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2022.

CARLOS AUGUSTO FURTADO CIDREIRA
Prefeito

Publicado por: LUíS EDMUNDO COUTINHO DE BRITTO
Código identificador: 3a121fd9c84481ee505abaf9a9f845c7

PORTARIA Nº 0366, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À ASSIDUIDADE À SERVIDORA MARGARIDA SANTOS PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos III, VII e VIII, todos da Lei Orgânica do Município c.c. a Lei Ordinária nº 58, de 26 de junho de 1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Viana,

R E S O L V E

Art. 1º. CONCEDER à servidora **MARGARIDA SANTOS PEREIRA**, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Matrícula nº 194-1, inscrita no Registro Geral sob o nº 023582092002-0-SESP e no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 032.540.233-74, Licença Prêmio por Assiduidade, pelo período de 03 (três) meses, com início no dia 15 de setembro de 2022 e término no dia 15 de dezembro de 2022, relativo ao período aquisitivo que se iniciou no dia 02 de março de 2009 e findou no dia 01 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Viana, município do Estado do Maranhão, aos 13 (treze) dias do mês de setembro do ano de 2022.

CARLOS AUGUSTO FURTADO CIDREIRA
Prefeito

Publicado por: LUíS EDMUNDO COUTINHO DE BRITTO
Código identificador: bfe01ad0cbafb563ff6bd7a3abeaf902

FAMEM
Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER

Presidente

www.famem.org.br

FAMEM - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

Avenida dos Holandeses, Nº 6, Quadra 08, CEP: 65075380

Calhau - São Luís / MA

Contato: 9821095400

www.diariooficial.famem.org.br

FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO: 12526786000164

Digitally signed by FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO:12526786000164
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=MA, l=Sao Luis, ou=AC SOLUTI Multipla v5; 12109886000195; Presencial; Certificado PJ A1, cn=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO: 12526786000164
Date: 14.09.2022 06:10:48 -0300